

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE SEM-TERRA
NO MUNDO MODERNO/COLONIAL
DO RECÔNCAVO DA BAHIA:
ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA ELDORADO
(MUNICÍPIO DE SANTO AMARO/BA).**

Zuzanna Jaegermann

**CACHOEIRA-BA
2016**

**IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE SEM-TERRA
NO MUNDO MODERNO/COLONIAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA:
ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA ELDORADO
(MUNICÍPIO DE SANTO AMARO/BA).**

Zuzanna Jaegermann

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Suzana Moura Maia

**CACHOEIRA-BA
2016**

AGRADECIMENTOS

A todas as moradoras e moradores do assentamento de reforma agrária Eldorado (Pitinga) pela generosidade e aprendizado, especialmente à dona Joelia, que me acolheu na sua casa durante a pesquisa, e à dona Adélia, que compartilhou o seu mundo comigo com muita alegria. Obrigada por contribuir direta ou indiretamente nesta caminhada: seu Esmeraldo, dona Dilma, Manteiga, Tiago, dona Lucia, seu Luisinho, dona Glorinha, seu Eduardo, seu Edmundo, dona Eliene, seu Fausto, Luciana, Paco, Leandro, Aragão, Tide, Lego, Eliete, Cobrinha, dona Lucia, dona Marisete, seu Tomás, dona Luzia, dona Lourdes, dona Judite, dona Maria, seu Pedro, Nenê, dona Celia, seu Gevaze, dona Dinha, dona Maria, Agileo, João Grande, dona Justina, dona Nalva, Luís, Kelly, João, Tonho, Déa, Lucas, Laís, Tenório, Patrícia, Clemilda, Cacau, seu Chico, Paulo, Katia, Kote, Gaguinho, Sérgio, Bingo, Rafa, Thaís, Grazielle, Fabrício, Lopeu, Robert, Rebeca, Kesya, Roque, Rosa, Lolô, Jonas, Geovana, Mateus, Dani, Jauane e xs sem-terrinhas: Bruninho, Adrielle, Joãozinho, Rian, Clarinha, entre tantxs outrxs.

A toda a brigada Carlos Marighella (entre outrxs, Barbicha, seu Mário, seu Furinga, Gilson, Careca, Tânia, Coleiro), Regional Recôncavo (Eleonice, Crispim, Joãzinho, Maria, Magnum) e aos militantes do MST-Bahia (Wesley, Biscoito, Ronaldo, Obed, Joelson).

Ao coletivo NEPPA (Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias), por tudo. Especialmente, por ter me apresentado o MST e “*o Pitinga*” e por ser um espaço de militância com amor e alegria.

Ao grupo de pesquisa MITO (Memórias, Identidades e Territorialidades no Recôncavo da Bahia), por ter sido um espaço de crítica, diálogo e reflexão durante esta pesquisa.

À minha banca maravilhosa: Suzana, minha orientadora, pela liberdade e paciência; Guiomar, pela confiança; Franklin, pela inspiração.

A todas as pessoas que me acolheram nas suas casas, me deram carona e me ajudaram, principalmente, no tempo-turvo do primeiro ano do mestrado.

Às minhas mães e meus pais.

A Fa. pelas artes. A Fr. pelos cuidados. A Ka. pelas ideias.

À yoga do Caquende.

Às danças e às conversas nas cozinhas e nas encruzilhadas.

Axs piratas que navegam comigo as ruas de Cachoeira/São Félix.

Axs que estão longe, por estar perto.

“Eu vi um passarinho cantar no cativo, naquele instante não contive a emoção, pra saber se a beleza do seu canto, lhe condenou a viver numa prisão. Não tem preço, liberdade não tem dono, quem é livre tem o prazer de cantar, o passarinho canta mais quando está preso, é um desejo de um espaço pra voar. Tanta gente na gaiola desta vida, prisioneiros pela força do poder...” (fragmento da música de Antônio Gringo, “Cativeiros”)

**IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE SEM-TERRA
NO MUNDO MODERNO/COLONIAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA:
ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA ELDORADO
(MUNICÍPIO DE SANTO AMARO/BA).**

RESUMO: Este trabalho tem como a sua questão central a construção da territorialidade específica sem-terra no assentamento de reforma agrária Eldorado e analisa principalmente o seu aspecto identitário. Desenvolve-se num campo gerado pela relação da pesquisa e militância/ativismo/engajamento, priorizando como método a participação e vivência no assentamento, além da realização de entrevistas e aplicação de um questionário. A identidade/territorialidade sem-terra é construída num processo de mobilização coletiva, junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e revela uma grande heterogeneidade interna e uma série de intersecções. No contexto moderno/colonial do Recôncavo da Bahia, onde se localiza o assentamento de reforma agrária analisado, é especialmente notável a interseccionalidade entre a classe e a raça, o campo e a cidade assim como diferentes universos místicos. Estes elementos permitem observar a complexidade da identidade sem-terra, a sua constante construção e suas particularidades locais.

Palavras-chave: identidade, territorialidade, modernidade/colonialidade, MST, reforma agrária

**SEM-TERRA IDENTITY AND TERRITORIALITY IN THE CONTEXT OF
MODERN/COLONIAL WORLD OF RECÔNCAVO DA BAHIA: ELDORADO
SETTLEMENT PROJECT OF AGRARIAN REFORM (MUNICIPALITY OF SANTO
AMARO, STATE OF BAHIA).**

ABSTRACT: This work research refers to the construction of specific ‘sem-terra’ (landlessness) territoriality in Eldorado Settlement Project of Agrarian Reform and it analyses mainly its identity aspects. As the research project was related to advocacy/activism/engagement experience of the author, participation and everyday life in the settlement were an important part of methodology, in addition to in depth interviews and application of a questionnaire. Sem-terra identity/territoriality is being constructed through the process of collective mobilization with the Landless Rural Workers Movement (MST), revealing settlement’s great internal heterogeneity and a number of important intersections. In the modern/colonial context of Recôncavo da Bahia, where the analysed agrarian reform settlement is localized, intersectionalities between class and race, between the rural and the urban world and between different spiritual universes are of particular importance. These elements allow to observe the complexity of sem-terra identity, the process of its continuous construction and its local specific characteristics.

Keywords: identity, territoriality, modernity/coloniality, Movement of Landless Rural Workers (MST), agrarian reform,

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|------------|
| FIGURA1. Foto. Entrada do PA Eldorado, 2015. | 5 |
| FIGURA2. Foto. Uma das ruas do assentamento, 2015 | 5 |
| FIGURA3. Esquema da agrovila do PA Eldorado, baseada no diário de anotações | 6 |
| FIGURA4. Mapa do Território de Identidade Recôncavo | 9 |
| FIGURA5a. Foto. Registro da marcha estadual do MST-Bahia, feitas por mim como parte do trabalho da brigada de audiovisual, vinculada ao setor de juventude e comunicação, 2013 ... | 27 |
| FIGURA5b. Foto. Símbolos do MST | 27 |
| FIGURA5c. Foto. A marcha nas periferias de Salvador | 28 |
| FIGURA6. Gráfico. Evolução da concentração de terra no município de Santo Amaro, 1920-2006 | 54 |
| FIGURA7. Mapa. Produção do espaço no PA Eldorado. | 56 |
| FIGURA8. Foto. Ruínas do Engenho (Sergipe) do Conde, nos 80 do século XX | 57 |
| FIGURA9. Foto. Nego fugido – manifestação cultural que encena a fuga dxs escravizadxs e conta a história da sua perseguição, captura e libertação, nas ruas de Acupe. | 59 |
| FIGURA10. Foto. Antigo porto e saída do bonde para a cidade de Santo Amaro | 61 |
| FIGURA11. Gráfico. O sistema-mundo no final do século XVI | 74 |
| FIGURA12. Gráfico. Ano de chegada das famílias novas, após o acampamento. | 93 |
| FIGURA13. Gráfico. Composição etária no PA Eldorado, em 2003 e 2016 | 94 |
| FIGURA14. Gráfico. Origem dxs assentadxs, PA Eldorado (Bahia), 2016 | 95 |
| FIGURA15. Foto. Chegada do caminhão-pipa no tanque, 2012 | 99 |
| FIGURA16. Gráfico. Nível de escolaridade no PA Eldorado (Bahia), 2016 | 102 |
| FIGURA17. Gráfico. Fontes principais de renda no PA Eldorado, 2016 | 106 |
| FIGURA18. Gráfico. Organização territorial da Regional Recôncavo, MST-BA. | 109 |
| FIGURA19. Foto. Esperando a assembleia começar. PA Eldorado, 2015 | 111 |
| FIGURA20. Foto. Acampamento Eldorado, 1997 | 116 |
| FIGURA21. Foto. “Barraco” de lona do seu Fausto no acampamento Eldorado, 1997..... | 116 |
| FIGURA22. Foto. Produção de palito de bambu, 2016 | 120 |
| FIGURA23. Foto. Joelia na roça de quiabo, 2016 | 121 |
| FIGURA24. Foto. Seu Pedro na frente de casa, 2016 | 122 |
| FIGURA25. Foto. O altar na casa de dona Adélia. | 123 |
| FIGURA26. Foto. Placa de madeira, na casa de Dona Adélia. | 124 |
| FIGURA27. Foto. Dona Adélia na sua casa, 2016..... | 126 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|------------|
| QUADRO1. Projetos de assentamento em área de reforma agrária, no município de Santo Amaro. | 15 |
| QUADRO2. Distribuição por faixa etária no PA Eldorado, 2016..... | 94 |
| QUADRO3. Distribuição de categorias de cor/raça (autodeclaradas) no PA Eldorado | 131 |
| QUADRO4. Distribuição de categorias de cor/raça (agrupadas) no PA Eldorado | 131 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| Chegando | 4 |
| <i>Os sem-terra</i> e a territorialidade | 7 |
| Guia para xs leitorxs | 18 |
| ESPAÇO1. QUEM, COM QUEM E PARA QUEM? COMO? | 23 |
| 1.1. Relação com <i>o Pitinga</i> antes da pesquisa | 24 |
| 1.2. O trivial: academia, militância e vivência | 28 |
| 1.3. Quem? | 31 |
| 1.4. Sobre militância/ativismo/engajamento na pesquisa | 35 |
| 1.4.1. Alguns pressupostos: crítica decolonial e feminista à ciência | 38 |
| 1.4.2. Algumas experiencias | 40 |
| 1.5. Como? Princípios e procedimentos metodológicos | 45 |
| ESPAÇO2. RECÔNCAVO: O MUNDO MODERNO/COLONIAL | 53 |
| 2.1. Recôncavo: historia(s) | 53 |
| 2.1.1. As ruínas, entre mangue e massapé | 55 |
| 2.1.2. Resistência negra na escravidão | 66 |
| 2.1.3. Terra e “liberdade” | 70 |
| 2.2. Modernidade/colonialidade no Recôncavo | 73 |
| 2.2.1. Colonialidade do poder e raça..... | 80 |
| 2.2.2. Reforma agrária e o MST..... | 84 |
| ESPAÇO3. IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE SEM-TERRA NO PA ELDORADO | 89 |
| 3.1. Xs assentadxs | 91 |
| 3.1.1. “ <i>Os velhos</i> ”, “ <i>os novos</i> ” e a segunda geração | 91 |
| 3.1.2. Origens e relações: Recôncavo e sua rede urbana | 95 |
| 3.2. Reforma agrária do Estado | 97 |
| 3.2.1. Infraestrutura e qualidade de vida | 99 |
| 3.2.2. Produção e os saberes | 104 |
| 3.3. Processo(s) de luta | 107 |
| 3.3.1. Organização..... | 108 |
| 3.3.2. Passado, presente e as memórias | 114 |
| 3.3.3. Luta e terra | 118 |

| | |
|---|------------|
| 3.4. Intersecções | 123 |
| 3.4.1. Entre classe e raça | 127 |
| 3.4.2. Entre campo e cidade | 134 |
| 3.4.3. Entre místicas (e ciências) | 138 |
| CONCLUSÕES | 144 |
| REFERÊNCIAS | 148 |
| APÊNDICE A. QUESTIONÁRIO APLICADO NO PA ELDORADO | 160 |
| APÊNDICE B. MATERIAIS HISTÓRICOS ADICIONAIS SOBRE ENGENHO DO CONDE E ENGENHO PITINGA, PARA POSSÍVEIS REELABORAÇÕES E USO POLÍTICO-PEDAGÓGICO | 162 |
| APÊNDICE C. ESPAÇOS DE DIÁLOGO E REFLEXÃO ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E ACADEMIA, NAS UNIVERSIDADES BAIANAS, DURANTE O PERÍODO DA PESQUISA | 166 |

INTRODUÇÃO

O texto que segue é um dos resultados¹ da pesquisa realizada no Projeto de Assentamento da Reforma Agrária (PA) Eldorado, na zona rural de Santo Amaro, no Recôncavo da Bahia. O assentamento² surgiu a partir da ocupação da fazenda Pitinga³ pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1997.

A minha aproximação com o Eldorado se deu, em 2012, através de uma vivência organizada pelo Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias (NEPPA) que, na época, realizava trabalho de base na área junto ao Movimento⁴. Depois de dois anos participando das atividades no assentamento como parte do coletivo, escrevi o projeto de mestrado em ciências sociais na UFRB, em Cachoeira. A pesquisa, cujo produto acadêmico é a presente dissertação, aconteceu nos anos 2015-2016.

A experiência prévia vivida no assentamento me deu uma série de pistas e sugestões em torno do tema da pesquisa escolhido. Intrigava-me a grande diversidade de origens e histórias de vida dxs assentadxs⁵ e moradorxs⁶ do Eldorado que, unidos pela conquista da terra (a sua transformação de uma fazenda improdutiva em uma área de reforma agrária), hoje

¹ Partindo da convicção e princípio que a pesquisa tem outros resultados (para além do produto acadêmico) no sentido tanto do próprio processo de trocas e convivência quanto de outros produtos, devolvidos para xs assentadxs.

² Quando for falar do “assentamento” Eldorado, me refiro à sua modalidade de PA - Projeto de Assentamento Federal na área de Reforma Agrária.

³ Em alguns registros, figura também como Petinga.

⁴ No texto, o Movimento, com letra maiúscula, se refere ao MST.

⁵ O uso do “x” como marcador não-binário de gênero faz parte de crítica feminista à linguagem patriarcal nos espaços acadêmicos e militantes, partindo da ideia de que a forma é o conteúdo e, conseqüentemente, precisamos combater a opressão de gênero na própria escrita. Na linguagem acadêmica é já amplamente aceito o uso da barra (/) para explicitar o gênero feminino que na linguagem tradicional estava incluído no gênero masculino da palavra (p.ex. “sociólogos/as”), no entanto esta importante mudança, permanece ainda no sistema binário de gênero. As formas que desafiam a dualidade do gênero na escrita é o uso de arroba “@” (p.ex. sociolog@s), comum nos espaços militantes, principalmente nos países hispano-falantes. O “x” (p.ex. sociólogxs), associado mais com espaços anarquistas e *queer*, está presente também em alguns manifestos do movimento zapatista mexicano, será usado ao longo deste trabalho. A opção mais “radical” pretende tocar na “raíz” (do latim – *radix*) da linguagem sexista e deslocá-la, questionando a sua reprodução pela academia e por nós cientistas. É importante visibilizar uma multiplicidade de identidades de gênero, que não se inscrevem numa divisão binária entre “homens” e “mulheres”, ocupando as margens e zonas de fronteira, subalternizadas pela sociedade (como universo trans, gay, lésbico, bi, queer, andrógono etc.). Aposto e arrisco substituir uma vocal, que geralmente marcaria o gênero masculino, pela “x”, o que provavelmente possa “incomodar” a leitura, mas em vez de pedir desculpas aXs leitorXs, xs convido a imaginar um outro mundo (menos patriarcal e opressivo) a partir das palavras MARCADAS. Este recurso linguístico é também uma homenagem e reconhecimento da luta LGBT dentro do MST. Na Bahia, durante o 28º Encontro Estadual do MST-BA, em janeiro de 2016, o coletivo de juventude e comunicação realizou a primeira roda de conversa LGBT.

⁶ Nem todxs xs moradorxs são assentadxs, ou seja, registradxs pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mesmo xs que habitam e trabalham na área faz muitos anos. No texto vou me referir axs assentadxs como pessoas que ocupam as casas do PA de forma estável, mesmo que não registrados oficialmente como beneficiários da reforma agrária. Vou trazer mais detalhes deste processo no Espaço3.

compartilham o pertencimento a um território e um movimento social. O objetivo desta pesquisa é captar as complexidades do processo de construção da identidade sem-terra⁷ e a sua relação com a territorialidade. Identidade, neste caso, fica inseparável da questão da terra/território e do processo de luta, que lhe são constitutivos. A abordagem que proponho traz o conceito de territorialidade específica, de Alfredo Wagner Almeida (2013). Desta forma, pretendo discutir a identidade/territorialidade sem-terra dentro de uma perspectiva que analisa a mobilização de grupos sociais em busca de acesso a recursos básicos através da construção de territorialidades diferentes. Entendo que seguir esta linha do pensamento que diz respeito também a outros sujeitos que participam na questão agrária no Brasil, como indígenas ou quilombolas, amplia o olhar sobre o mundo sem-terra, questionando a dicotomia entre terra e território.

Por outro lado, o contexto no qual se desenvolve este processo é muito particular do ponto de vista da história da luta pela terra/território, marcada pela colonização e pela resistência negra - o Recôncavo da Bahia. A região cumpriu um papel importante dentro do projeto moderno/colonial, iniciado no s. XVI. Neste trabalho, tratar a colonialidade, como elemento intrínseco da modernidade, pretende ajudar a compreender algumas lógicas de hierarquização moderno/coloniais que persistem até hoje assim como alguns elementos do processo de modernização na região. A perspectiva decolonial latino-americana⁸ oferece uma proposta conceitual interessante que contribui a multiplicar as abordagens dos processos sociais no Recôncavo.

Pretendo demonstrar como, neste contexto, a produção da identidade e da territorialidade sem-terra torna-se um novo início dentro de uma história silenciada e da subalternização dos sujeitos de classe baixa (e, no Recôncavo, majoritariamente negros). Elxs através das suas diferentes origens e trajetórias participam na construção de um pertencimento novo que no PA Eldorado se inaugurou no momento da ocupação da fazenda Pitinga. Esta época perdura nas memórias das pessoas mais antigas no assentamento que, por um lado,

⁷ Distingo entre “sem terra”, como a mera condição de não possuir terra e “sem-terra”, como a identidade/territorialidade construída através do processo de luta, junto aos movimentos sociais, entre outros, o MST.

⁸ Falo principalmente do programa de pesquisa modernidade/colonialidade que emerge como herdeiro das contribuições originárias da América Latina ao pensamento crítico no século XX – a teoria da dependência, a teologia da libertação e a pesquisa ação participativa (ESCOBAR, 2003). Entre os autores mais destacados do grupo se encontram: Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Nelson Maldonado-Torres, Catherine Walsh, Santiago Castro-Gómez, Edgardo Lander, Arturo Escobar. Mais sobre esta perspectiva ao longo deste trabalho e nos artigos: ESCOBAR, 2003; GESCO, 2012; BALLESTRIN, 2013.

deixam esta história sempre viva e, por outro, interagem, através de diálogos e tensões, com os processos de organização e complexificação em curso.

Os principais métodos utilizados neste trabalho para alcançar os objetivos propostos foram participação observante (TURNER, 1991 apud ALBERT, 2002; VARGAS, 2008) no PA Eldorado, espaços do MST e na universidade assim como conversas, entrevistas e o questionário, aplicado em quase todas as unidades domésticas do assentamento⁹. O meu desejo era contribuir, de alguma forma, com a luta organizada do assentamento e as suas lutas cotidianas. Talvez o resultado deste objetivo seja o mais difícil de avaliar, mas a inquietação e a busca neste sentido me acompanharam durante todo o processo. À luz da minha posição de militante (do coletivo NEPPA) no momento do começo da pesquisa, senti a necessidade de explorar melhor a relação entre a pesquisa e a militância/ativismo/engajamento em procura de outras perspectivas metodológicas. O resultado deste esforço e, de alguma forma, desta meta-pesquisa é o Espaço1 que faz parte integral do trabalho.

Procurei respeitar ao máximo a presença dxs assentadxs ao longo do processo, que no corpo do texto, se alguma medida, se expressa através das suas falas, inclusive na própria introdução. Um especial lugar, neste sentido, tem a história de Dona Adélia, uma das assentadas, que proporcionou muitas ideias para este texto e trouxe imagens fortes nos seus depoimentos. De qualquer forma, estou consciente da limitação que apresenta a forma desta dissertação e a minha dificuldade em tensionar a sua estrutura e linguagem rígida.

A escrita do texto desta dissertação é uma tentativa de questionamento da linguagem da uma ciência, que aposta por uma aparente objetividade e neutralidade dx pesquisadorx, ao visibilizar o caráter posicional e político do conhecimento. Numa manhã de conversa, vasculhando as fotos do acampamento Eldorado, Seu Fausto, que escreve pouco, mas, por isso, não é menos sensível com a palavra, ele me disse:

Eu mal engarrancho o nome. [...] [Mas] o burro é quem carrega cangaia, eu não carrego cangaia em minhas costas não. É porque eu não sei é ler? Mas eu sei pronunciar as palavras, eu sei o que é que fere e o que vem aliciar. [...] E você vê, Zuza, não é desfazendo não. Que tem gente que sabe ler ai, às vezes você está conversando com aquela pessoa numa boa, ele te fere sem você merecer. Às vezes você fala uma coisa e ele entende outra, e termina lhe ferindo. E não pode acontecer isso. (Seu Fausto, 71 anos, assentado do PA Eldorado, abril de 2016)

As palavras tem poder, tanto de abrir imaginários quanto de violentar o outro. A fronteira entre uma coisa e outra pode ser muito fina. Saber usar a linguagem é uma

⁹ Em 35 das 38 casas, estavelmente ocupadas no período da pesquisa.

responsabilidade, política e ética, que envolve todos os sujeitos que participam no processo, dentro de diferentes campos de disputa¹⁰. Este talvez seja um dos desafios mais delicados deste trabalho.

Chegando

BR-420, Santo Amaro - Cachoeira. Lembro que quando peguei pela primeira vez esta estrada (na época, BA-026) não tinha passado nem uma semana da minha chegada no Brasil. A menina, que estava me hospedando em Salvador, tinha planejado o passeio para o interior com seus amigos e me levaram junto. Não entendia muito bem nem do que falavam, nem onde exatamente a gente estava indo, mas aquele trecho entre Santo Amaro e Cachoeira ficou gravado na minha memória. Fascinada com a paisagem (pensem em alguém que nunca viu um pé de bananeira na vida), tentava imaginar o que acontecia para além da beira da pista, para além do visível, dentro das estradas de chão e das roças plantadas de culturas¹¹ desconhecidas. Mas naquela vez o carro não ia parar no meio do caminho e eu demoraria quase um ano para pisar no massapé¹².

Agora estou indo no sentido contrário, de Cachoeira, onde moro, para Santo Amaro, quatro ou cinco anos mais tarde, e a mesma estrada já é outra. Percorrida tantas vezes, desvendou alguns mistérios e trouxe vários outros. A van vai parando nas entradas de uma infinidade de povoados que se escondem atrás da linha do asfalto: Alecrim, Formiga, Camelo, Cepel, Pedras, km 25... As pessoas saem e entram, muitas se conhecem e vão batendo papo no caminho. O arrocha, saindo do CD do motorista, incansavelmente nos acompanha. Depois de passar o sítio Camaçari e a ladeira da fonte do Timbó, peço para descer. “*Nos sem-terra*”¹³. Todo mundo sabe. No caminho, já tínhamos passado por outros dois pontos “*dos sem-terra*” que vão até os PA Nova Suíça e Bela Vista, afastados da estrada principal. Já o PA Eldorado fica bem na beira da pista. Só mais uma curva por dentro dos bambuzais da fábrica de papel, o entroncamento de São Braz e Acupe, e já dá para ver o portão do assentamento, com várias barraquinhas de venda do lado, na altura do quebra-mola (entre elas, um improvisado lava a

¹⁰ Sobre o trivial entre a academia, militância e vivência, veja-se: Espaço1

¹¹ Uso esta palavra propositalmente para fazer referência tanto ao mundo da agricultura (cultura como cultivo) quanto ao universo de conhecimento (cultura como sistema simbólico, num sentido amplo).

¹² Tipo de solo, argiloso, comum na região, que predomina no PA Eldorado.

¹³ Os termos entre aspas em itálico (exceto as citações em língua estrangeira) fazem referência às expressões “nativas” usadas dentro de espaços ou por grupos sociais específicos. Dentro do contexto na narrativa eles poderão ser emitidos pelos próprios sem-terra, a população da região ou em espaços de militância.

jato, com a inscrição “Jesus te ama”). Na entrada, um mercadinho-bar de uma das assentadas e, no alto, a bandeira do MST, do lado do campo de futebol (Figura1). Logo mais, o galpão da escola, com o murinho onde no final da tarde sempre tem gente assistindo “o baba”¹⁴ e conversando na sombra da árvore. Na altura do tanque de cimento, outro lugar de encontro, principalmente dxs jovens e adolescentes, a estrada de chão desdobra-se em duas ruas, em forma de “L”, onde ficam as casas, construídas em fileiras, uma do lado da outra (Figura2 e Figura3).

Chegar no “Pitinga”¹⁵ geralmente provocava em mim uma mistura de sentimentos, entre a ansiedade de saber das novidades, a cautela para perceber o momento atual e a alegria dos reencontros. Bastava uma ou duas semana fora para, na volta, perceber as mudanças que afetavam a vida do assentamento: o clima (a chuva ou a seca), a saída



FIGURA1. Foto. Entrada do PA Eldorado, 2015

e entrada de pessoas, conflitos (internos e externos), diálogo com o MST, novos e velhos projetos, notícias de mortes e nascimentos... Às vezes parecia como se cada vez, que eu chegava, as prioridades fossem outras e a intuição dizia seguir outro caminho que da última vez.



FIGURA2. Foto. Uma das ruas do assentamento, 2015

¹⁴ “Bater baba” – jogar bola, na Bahia.

¹⁵ O PA também é designado em vários espaços com o nome da antiga fazenda e com tal nome o conheci no início, na minha militância no NEPPA.

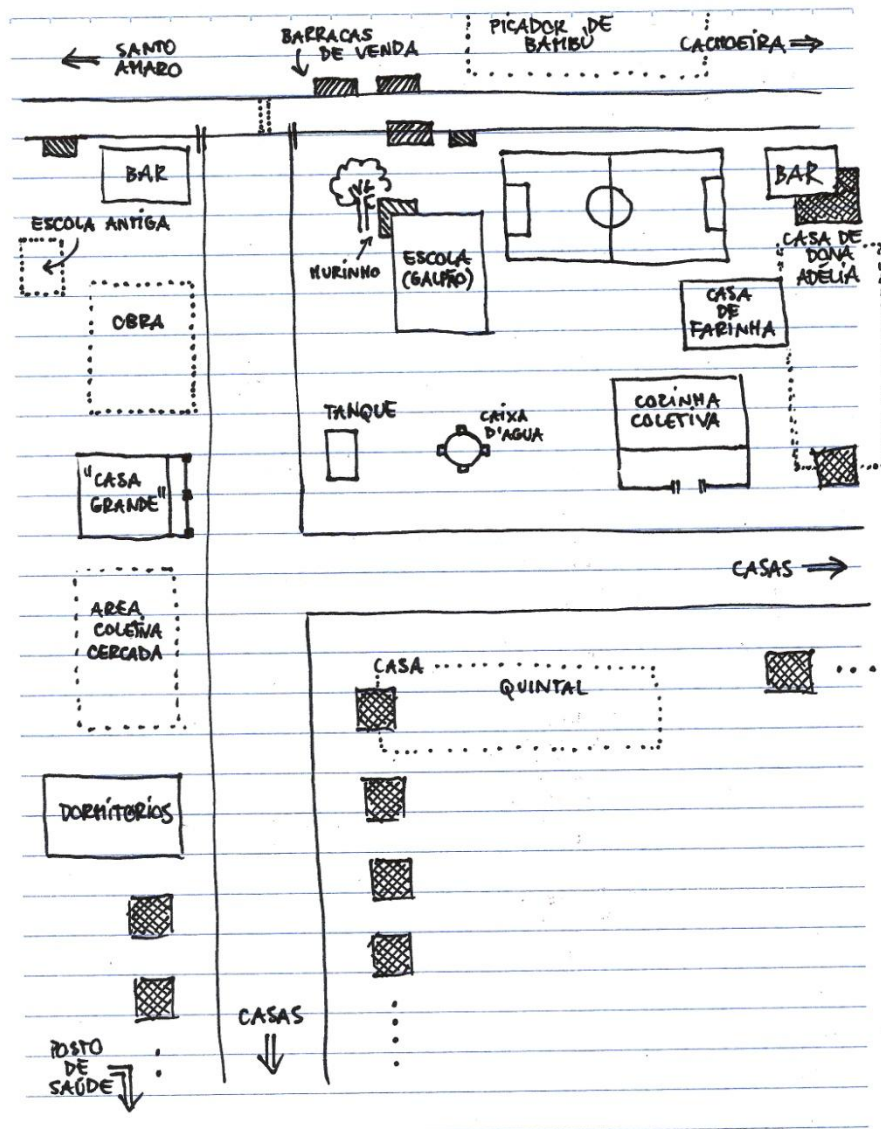


FIGURA3. Esquema da agrovila do PA Eldorado, baseada no diário de anotações

Quando a pesquisa começou, eu tinha demorado muito sem ir ao “Pitinga”. O primeiro ano do mestrado foi muito desgastante por causa dos problemas burocráticos para conseguir bolsa, sem sucesso (e sem casa). Em 2014, nesta situação precária, consegui visitar o PA Eldorado apenas algumas vezes, menos numa perspectiva de trabalho (não podia me comprometer com a pesquisa sem garantia da bolsa, ou seja, da minha permanência na universidade) e mais pelos laços afetivos que foram costurados no assentamento durante quase dois anos de acompanhamento, junto ao NEPPA¹⁶. Depois de um ano de um relativo afastamento, estava retomando os trabalhos, numa outra perspectiva – ainda vinculada ao

¹⁶ Sobre a relação com o PA Eldorado prévia ao começo da pesquisa, veja-se: Espaço1.

NEPPA, mas também a partir das novas possibilidades, exigências e limitações de uma relação direta com a universidade. Era abril de 2015. Algo deslocada, depois de um tempo sem mandar notícias e sem saber da situação no assentamento, cheguei no “*Pitinga*”. Algo desanimada também, talvez com medo de encarar a nova situação.

Lembro que era sexta-feira santa quando cheguei á casa de Dona Adélia. Foi quando soube que ela tinha ocupado a terra exatamente 18 anos atrás. Veio de São Braz, onde morava num “*barraco*” na beira do mangue.

Eu pa conquistar isso aqui... eu tava na maré esse dia, tava mariscando, quando cheguei em casa... [Eu: Em São Braz?] Eu tava em São Braz, morando no porto, e o povo disse assim: Adelia, lá na pista tem um bocado de casinha de lona, fazendo... pa ganhar terra e fazendo casa. Eita Jesus, que eu vou agora! Ai larguei o balaio, meu marido disse: não vai não, nega, depois nós vai. Ah não, eu vou, se não a terra não dá. Saí meio dia em ponto lá em São Braz e vim, chegou ai foi de sexta feira da paixão, quando chegou ai tava Joãozinho, Lucinha, que foi a primeira, e... quem foi o outro...? [...] Ai a gente ficou ai, eu fiquei ai, e tava todo mundo com fome, eu disse: ah não, vou em casa, voltei de novo, cheguei em casa, escaldei a ostra, escaldei tudo, fiz uma moqueca, cozinhei feijão, botei na cabeça e vim trazer para a turma comer, e eu também comer e ficar cá. (Dona Adélia, 65 anos, assentada no PA Eldorado, agosto de 2015)

Agora ela já coloca o meu prato, apesar dos meus protestos (tímidos), e conta as novidades. Dona Adélia se criou na zona rural de Cachoeira, no Brejo da Guaíba (Tabuleiro da Vitória) e nunca aprendeu o alfabeto, mas ela tem uma extrema lucidez quando diz que o mundo se lê e escreve não só com as palavras no papel. Assim, as suas histórias são cheias de imagens e sons. A cada momento lembra mais um samba que ilustra e entoa o que estamos conversando. Adélia percorre os meandros da memória com uma grande vitalidade, mesmo falando sobre experiências duras. A força do canto: o canto negro da senzala, o canto sem-terra do Recôncavo. “*Você tem muito que aprender com a gente*”, ela disse. Aí começou a minha escuta.

Os cantos e contos de dona Adélia me conectaram de volta ao mundo sem-terra e também à história do Recôncavo. Ela, junto com xs outrxs moradorxs e assentadxs, vão me conduzindo pelas complexidades, contradições e artes da vida que se encontram, a partir de vivências diferentes, no Eldorado da Pitinga.

“Os sem-terra” e a territorialidade

Para começar, o que se entende por “Recôncavo”, que já foi mencionado várias vezes no texto? A origem do nome vem da forma das terras que circundam a Bahia de Todos os

Santos, como demonstra o seu uso em minúscula (“recôncavo”) nos documentos oficiais até os anos 70 do século XX. Hoje é chamado de Recôncavo da Bahia ou simplesmente de Recôncavo (BRANDÃO, 2007). A questão da sua delimitação é complexa e discutida tanto por estudiosos quanto por autoridades administrativas.

O Recôncavo foi sempre mais um conceito histórico que mesmo uma unidade fisiográfica [...] A unidade do Recôncavo provinha e provém [1959] das relações mantidas de longa data entre suas várias porções com vocação e atividade diferentes (Recôncavo canavieiro, Recôncavo fumageiro, Recôncavo mandioqueiro e da cerâmica, sem falar nas zonas pesqueiras beirando mais proximamente o litoral, e do Recôncavo ao norte da cidade, servindo-a de lenha e carvão vegetal). Salvador presidia a esse espaço, coordenando as suas funções diretoras. (SANTOS, 1998, p. 62-65)

A mais recente regionalização da Bahia estabelece o programa chamado “Territórios de Identidade”¹⁷ que atualmente é um marco relevante para a execução de diversas políticas públicas de desenvolvimento local. O Recôncavo, composto por 20 municípios, é reconhecido como um dos 27 Territórios (Figura4). No entanto, se respeitar os limites históricos e culturais do Recôncavo, seria formado por mais 20 municípios, incluindo, entre outros, Salvador e a região metropolitana, assim como ilha de Itaparica (BRANDÃO, 2007).

A fazenda Pitinga encontra-se no coração do Recôncavo açucareiro. Parte da região é rica em solo de massapé, onde durante séculos de colonização e escravidão predominou o cultivo da cana, estruturado através do modelo de *plantation*¹⁸. Nesta área foram construídos os primeiros engenhos coloniais, ainda no século XVI¹⁹. O engenho da Pitinga foi um dos mais importantes na região de Santo Amaro, no final do século XIX. A sua história, como a do Recôncavo, remete ao colonialismo que, ao longo deste trabalho, seguindo a perspectiva do pensamento decolonial latino-americano, vai ser tratado como parte constitutiva e fundadora da modernidade e não somente um dos “incidentes” da historia moderna.

¹⁷ Definidos pelo Estado da Bahia como “agrupamentos identitários municipais formados de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecidos pela sua população como o espaços historicamente construídos ao qual pertencem, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial”. Fonte: Decreto 12354/10 | Decreto nº 12.354 de 25 de agosto de 2010, Governo do Estado da Bahia [on-line] <http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1024959/decreto-12354-10>

¹⁸ Termo utilizado para resumir o funcionamento do modelo agrícola empregado nas colônias que se refere a “forma de organizar a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, com a prática monocultura, ou seja, com a plantação de um único produto, destinado à exportação, seja ele a cana-de-açúcar, o cacau, o algodão, gado etc., com o emprego de mão de obra escrava.” (STÉDILE, 2011, p. 21)

¹⁹ Como o vizinho ao Pitinga, engenho Sergipe do Conde, fundado pelo terceiro governador-geral da colônia, Mem de Sá. As ruínas deste engenho encontram-se hoje numa área do PA Eldorado, chamada Conde. Mais sobre esta historia, veja-se: Espaço2.

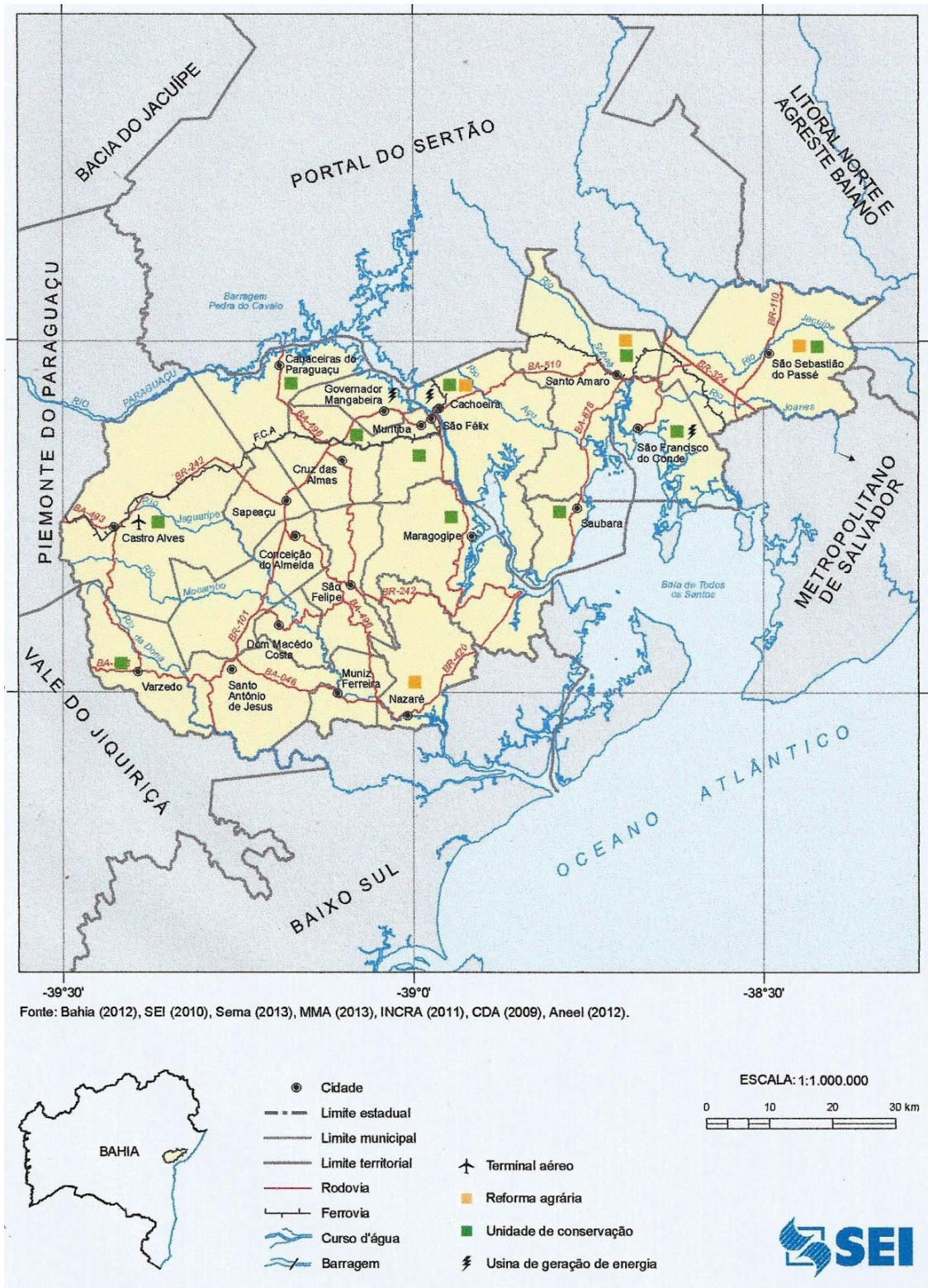


FIGURA4. Mapa do Território de Identidade Recôncavo (Fonte: SEI, 2012)

A inseparabilidade dos dois se enfatiza através do binômio “moderno/colonial” em vez do simplesmente “moderno” que invisibiliza a experiência colonial que lhe é inerente. As periferias mundiais, subalternizadas no desenvolvimento do capitalismo global,

experimentaram a modernidade como espoliação, exploração e submissão que viabilizaram o “progresso” moderno das metrópoles. Vários autores (GILROY, 2001; MIGNOLO, 2003; DUSSEL, 2004; QUIJANO, 2005) apontam que o conceito da modernidade descreve só uma parte da realidade social de um momento histórico particular: faz referência unicamente a seu aspecto temporal, mas “o que [...] faz é esconder, de forma engenhosa, a importância que a espacialidade tem para a produção deste discurso.” (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 84). Tal perspectiva, além de expor algumas continuidades da estrutura moderno/colonial no Recôncavo contemporâneo, ajuda também a analisar alguns aspectos do processo de modernização e desenvolvimento na região.

Desde o final do século XIX a fazenda Pitinga manteve o cultivo de cana para o seu processamento nas usinas, que na metade do século XX começaram a entrar em decadência. Nos anos 1980 é introduzido na área o cultivo de cacau (consorciado com banana), como parte de um projeto de reorganização da região açucareira, que atraiu grupos ligados ao ramo agroindustrial (como o Grupo Econômico, o último dono da fazenda Pitinga²⁰) a adquirir terras na região o que manteve altos índices de concentração de terra no Recôncavo.

No dia 17 de março de 1997 o MST, com a participação de 70 famílias, ocupou a fazenda, situada a 2 km da cidade de Santo Amaro, reivindicando-a ao Estado como imóvel improdutivo. Enquanto tal deveria ser destinado para fins da reforma agrária por não cumprir a sua “função social”, segundo a determinação do artigo 184 da Constituição Federal de 1988. O compromisso da União de desapropriar estes imóveis rurais tem se realizado historicamente sob a pressão dos movimentos sociais que ocupam estas áreas e exigem o direito de posse.

No caso do acampamento Eldorado, a ocupação se deu numa conjuntura política favorável – na época da recuada do Estado na repressão aos movimentos sociais e de uma relativa abertura no campo das políticas fundiárias, após a crise política provocada pelo massacre do Eldorado de Carajás – e, estrategicamente, numa área em situação de inadimplência do proprietário (o Grupo Econômico) com o Banco Central. Estes fatores facilitaram a desapropriação e criação do PA que aconteceram no final do ano, depois de oito meses de ocupação, tempo relativamente rápido.

Foram encontradas várias construções na sede da fazenda que, readaptadas e, em alguns casos reformadas, foram destinadas ao uso coletivo do assentamento: a “*casa grande*”

²⁰ O imóvel passa pelos seguintes proprietários, a partir de 1931, quando foi sujeito a leilão público: Magalhães & Cia (1931), S/A Lavoura e Indústria Reunidas (1964), Banco Econômico de Investimento S/A e Grupo Econômico Agropastoril Industrial S/A (ambos em 1981). (SANTOS, 2004)

(antes moradia da família do gerente da fazenda), o galpão da escola (antes armazém de cacau), casa de farinha (antes local de fermentação de cacau), cozinha (antes secador de cacau) e o alojamento (antes “*casa de pião*”) (veja-se: Figura3).

Quem lembra não só dos antigos usos dessas construções, mas também da “chegada” dos sem-terra na área são as duas famílias que na época residiam e trabalhavam na fazenda.

(Som da TV) Eu sai aqui de manhã, que eu morava lá encima, não morava aqui, lá encima, onde é a casa de farinha hoje, ai tinha uma casa no meio, morava li, de um lado tinha cacau, do outro deposito de armazenar os grãos de cacau secos. Ai eu saí pegar umas goiaba lá no encruzamento [entroncamento de São Braz/Acupe] e a turma ficou todo em casa dormindo. Eu tou ai cedo, catando essas goiabas e de repente eu ouvi uns gritos e daqui a pouco eu vi muita gente, ai vem vem, ai eu desconfiei assim: hmmm, esses ai devem ser os sem terra. Aí eles vem vem, quando chegou no encruzamento, eles parou, começou limpar já um lugar lá, e uma bandeira pra botar no lugar. Ai eu tava catando a goiaba, fiquei assim olhando, ai um vem cá de junto de mim, um que eu conhecia que era dali da Pitinga: Esmeraldo, onde é aqui a fazenda? Eu digo: Cê não ta na fazenda não, cês estão aqui na terra da fábrica, a fazenda fica lá em diante, ó. Você sabe onde é, dá pra mostrar nós lá aonde é a divisa lá? Tá, embora. Comeu um bocado de goiaba do balde, apanhou um apanhou outro, e ai nós foi. Quando chegou perto da divisa: Ó, daqui pra lá já é fazenda, dessa cerca pra dentro. É aqui mesmo? É. Fizeram acampamento lá mesmo. O rio ta perto aqui? Tá, o rio ta ai embaixo. Ai fizeram acampamento e eu vim em casa. Quando cheguei em casa, tinha um rapaz que minha irmã criou, que tava com nós, e o Rosivaldo já tava assim, um garotão já. Ai eu disse: Ó meninos, é o seguinte, os sem terra estão ai, estão ocupando aqui a fazenda. Meu irmão disse: É mesmo? Eu disse: Éééé. Vamo lá? Embora! E nós se picou pra lá. E lá meio mundo de gente. Uns amigos já conhecia que era Jacaré, nós centrou os dois juntos. Ai dessa vez pra cá nós ficou juntos mais eles, ai praticamente nós ocupou junto, né. (Seu Esmeraldo, 62 anos, assentado no PA Eldorado, março de 2016)

A família de Seu Esmeraldo ficou no acampamento. A família do gerente da fazenda foi destinada para outra propriedade, mas eles voltariam alguns anos mais tarde para fazer parte do assentamento.

Xs antigxs moradorxs lembram que na época da fazenda, a empresa proibia axs trabalhadorxs manter roça na área e, no caso de descumprimento desta ordem, o cultivo descoberto era imediatamente destruído. A chegada do Movimento, junto com as novas famílias, significou a mudança das regras – uma das primeiras coisas que xs sem-terra fizeram ao estabelecer o acampamento na propriedade foi organizar uma roça coletiva, além dos “*barracos*” de lona preta.

Aí fiquemos, ai já começemos... o pessoal já começou a fazer os barraco, já começemos cortar o bambu pra fazer a escola [A companheira dele, da cozinha: *Ele saiu logo de dentro de casa, nós morava aqui mesmo, nós saiu logo de dentro de casa! Foi!*], lá cortamos bambu e fizemos um barracão bem grande para a escola - o principal foi a escola. E fez um barracão pra guardar alimentação, os dois. E a turma fizemos uns barracos... e pronto, começamos a luta. E olhamos pro outro lado ai: Onde é que tem uma área ai, para nós fazer uma área coletiva, uma roça? Tem ai, embora lá e fizemos uma roça lá. Menina, nós sofreu nesta roça.... Foi inverno, não

queimou... Nós tomou tudo no banguê, na enxada, no facão e vai [*som do liquidificador*] fazer esta roça... coletiva. Ai depois da ocupação, que nós fizemos a roça, tem uma marcha para Salvador. E nós fomos pra Salvador, passamos 20 dias nessa marcha. Ai venha embora, e ai com um ano virou assentamento. [*o liquidificador desliga*] E ta aí, até hoje... na luta... (Seu Esmeraldo, 62 anos, assentado no PA Eldorado, março de 2016)

A construção do “*barracão*” da escola (local de assembleias, reuniões e formações), do armazém dos alimentos e da roça coletiva é emblemática para pensar tanto a organização quanto a simbologia deste novo território que recebe um novo nome: Eldorado²¹. Se o objetivo é “*ocupar, resistir e produzir*”²² – conquistar a terra para cultivar – ele se realiza através da construção de uma nova territorialidade que, ao mesmo tempo, vai ser fruto da busca deste objetivo. Trata-se de um processo de territorialização, entendido como:

o movimento pelo qual um objeto político-administrativo [...] vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso) (OLIVEIRA, 1998, p.56)

Mesmo que esta definição tenha sido desenvolvida por João Pacheco de Oliveira no contexto das comunidades indígenas no Brasil e é amplamente usada, principalmente, para compreender a territorialização de povos e comunidades tradicionais²³, a categoria “sem-terra” também é resultado desse processo. Os elementos destacados no processo da construção da coletividade organizada (identidade própria, mecanismos de tomada de decisão e representação, formas culturais) vão ser fundamentais para olhar para a territorialidade produzida no PA Eldorado.

Por que entender a territorialização neste sentido é especialmente importante no caso dxs sem-terra? Os propósitos dos movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma

²¹ O nome do PA faz referencia ao município Eldorado dos Carajás no Pará onde no 17 de abril de 1996 (exatamente 11 meses antes da ocupação da fazenda Pitinga) a repressão policial ante um bloqueio de uma rodovia pelos trabalhadores rurais do MST resultou numa massacre. A Policia Militar deixou 21 mortxs (19 no local e 2 mais tarde, devido aos ferimentos) e mais de 60 feridxs, muitxs com sequelas para o resto da vida. Os 1500 sem-terra acampadxs na região que participaram no confronto estavam reivindicando a desapropriação da fazenda Macaxeira. Dos 19 mortos no local, 13 eram dirigentes ou coordenadores do MST. Dez levaram mais de um tiro e no caso de sete pessoas houve tiros na nuca e na testa, indicando assassinato premeditado. Se fala, entre outros, de “uma matança calculada” (NEPOMUCENO, 2012) e de um “massacre anunciado” (BARREIRA, 1999). Apenas dois entre todos os envolvidos foram condenados (o coronel Mário Colares Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveira) e hoje encontram-se em regime de prisão domiciliar. Os 155 policiais militares executores diretos foram absolvidos e o governador do Pará e o secretário de segurança da época não foram ouvidos durante o processo.

²² Uma das *palavras de ordem* do MST e o lema do seu 2º Congresso Nacional, em 1990.

²³ Definidos como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição” (Decreto nº 6040/2007, Presidência da República). O tradicional destas “terras tradicionalmente ocupadas” não se reduz ao histórico mas é resignificado e reconstruído através de mobilizações coletivas e demandas do presente (ALMEIDA, 2008).

agrária, como o MST, poderiam sugerir a redução das suas atividades a uma mera política de distribuição de “qualquer terra arável”, entendendo-a como um recurso meramente produtivo, em contraposição às comunidades (originárias ou tradicionais) que lutam pelo seu território, uma área particular de pertença, cujo valor é simbólico e transcende a sua dimensão econômica (STAVENHAGEN, 2006). Embora esta distinção tenha certa pertinência, ela corre o risco de naturalizar ambos os conceitos, “ao desconsiderar os processos políticos e sociais através dos quais a “terra” ou “território” se constituem enquanto objetos de reivindicação” (ACSELRAD, GUEDES e MAIA, 2015, p. 143).

Para além da distinção entre terra (como recurso natural) e território (como espaço de identidade), falar em processo de territorialização põe ênfase na construção sócio-política dos territórios de pertencimento para acessar recursos básicos:

A construção política de uma identidade coletiva, coadunada com a percepção dos agentes sociais de que é possível assegurar de maneira estável o acesso a recursos básicos, resulta, deste modo, numa territorialidade específica que é produto de reivindicações e de lutas. Tal territorialidade consiste numa forma de interlocução com antagonistas e com o poder do estado. (ALMEIDA, 2008, p. 119)

A identidade sem-terra, portanto, se percebe como uma construção política que é produto de um processo de luta, neste caso, através e junto com o MST e em interlocução com o Estado, que resulta numa territorialidade específica.

As territorialidades específicas²⁴, resultados de ocupações, retomadas²⁵ e processos de reconhecimento, revelam uma multiplicidade de sujeitos que participam da questão agrária no Brasil²⁶. Esta perspectiva complexifica e enriquece o cenário, especialmente, em dois sentidos. Por um lado, ajuda a pensar nas possíveis alianças entre sujeitos diferentes que se reconhecem nas suas diferenças e, desta forma, conseguem fortalecer as suas lutas²⁷. Por

²⁴ Conceito, formulado por Alfredo Wagner de Almeida, é operacionalizado, entre outros, pelo projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Veja-se: site oficial do projeto [*on-line*] <http://novacartografiasocial.com/>

²⁵ Definidas como “ações coletivas de indígenas e quilombolas que reconquistam seus territórios, diante da demora do Estado no processo de demarcação das áreas que lhe são asseguradas por direito” (CPT, 2014: 13)

²⁶ Como diversas etnias indígenas, comunidades quilombolas, sem-terra, ciganos, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo e fecho de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais e marisqueiras, ribeirinhos, entre outros.

²⁷ Um dos exemplos é a Teia Agroecológica dos Povos da Cabruca e da Mata Atlântica, no sul da Bahia, que promove o diálogo entre diferentes comunidades que lutam na/pela terra (entre outros, sem-terra, quilombolas e indígenas) e, a partir desta aliança, também com a comunidade acadêmica e com a juventude urbana. Nas palavras de Cacique Nailton Pataxó Hã-Hã-Hãe, que chama os sem-terra e os quilombolas de parentes: “Eu tenho certeza que os guerreiros não se acabaram, eles estão por aí. E dizer a todos os parentes: movimento sem-terra, quilombos, índios, que nós temos que ajuntar, temos que criar assembleia geral, os sem-terra, os quilombos, os indígenas e estar preparados para criar estratégias de luta para enfrentamento, para nós ir pro enfrentamento nós vamos resolver os nossos problemas. (...) Dizer a vocês aqui, meus parentes, quando eu falo parente eu estou falando de todos aqueles lutadores pelo seu direito: nós temos que criar assembleia geral do nosso povo porque nós temos que lutar pela auto-demarcação, o governo não vai liberar nada para ninguém!”

outro lado, tal perspectiva constitui uma contranarrativa às políticas do Estado, algumas delas baseadas na dicotomia terra/território, que não se mostram eficazes na garantia de direitos (como, por exemplo, no caso da morosidade na regularização das comunidades quilombolas²⁸).

A ambivalência da postura do Estado perante a questão agrária diz respeito às suas articulações com o grande capital e estratégias políticas neoliberais, que entram em conflito com os interesses do “conjunto dos povos do campo”²⁹ e pautam uma reforma agrária conservadora (GIRARDI e FERNANDES, 2013) e de mercado (DA SILVA RAMOS FILHO, 2009). No entanto, é com a mediação do Estado que os movimentos sociais que fazem luta pela/na terra³⁰ conseguem gerar uma diversidade de formas de acesso à terra, como (no caso da Bahia): associações de fundo de pasto, acampamentos de trabalhadores rurais, projetos de assentamento de reforma agrária, aldeias indígenas, comunidades negras rurais e quilombolas, organizações (colônias, associações, sindicatos e cooperativas) de pescadores artesanais, além do Programa Crédito Fundiário e Projeto do Cédula da Terra³¹ (GeografAR, 2010). No Recôncavo³² existem atualmente, quinze PAs - dez organizados pelo MST³³ e cinco por outras organizações como CETA, FETAG ou independentes³⁴.

(Fragmento do pronunciamento do Cacique Nailton Pataxó Hã-Hã-Hãe durante a Audiência Pública: Povos e Comunidades Tradicionais, Dez Faces da Luta Pelos Direitos Humanos no Brasil, promovida pela Delegação da União Europeia no Brasil junto com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Palácio da Reitoria da UFBA (Salvador), 31 de outubro de 2014.) Mais sobre a Teia dos Povos, veja-se: site oficial da rede [on-line] <http://teiadospovos.redelivre.org.br/>

²⁸ Dos 2648 “territórios” quilombolas reconhecidos através da certificação de um órgão de caráter cultural (Fundação Cultural Palmares – FCP), apenas 10 tiveram a área decretada pelo INCRA, responsável pela demarcação da “terra” (na Bahia, esta proporção é de 660 a 2). Dados até fevereiro de 2015. Fonte: site oficial da FCP (<http://www.palmares.gov.br>) e do Instituto INCRA (<http://www.incra.gov.br/>)

²⁹ Segundo o balanço da reforma agrária do ano 2015: “O ano de 2015 foi marcado pelo desmonte de órgãos do Governo e por cortes de recursos públicos para a Reforma Agrária e demarcação de territórios quilombolas e indígenas. A aliança do Estado brasileiro com o agronegócio se intensificou, atingindo diretamente o conjunto dos povos do campo. A violência contra as comunidades camponesas e povos indígenas foi praticada não só pela lógica do capitalismo, como também pelo Estado brasileiro.” (CPT, 2016)

³⁰ Expressão usada em alguns trabalhos, entre outros, do grupo de pesquisa GeografAR da UFBA (Geografia dos Assentamentos na Área Rural).

³¹ Ambos os programas fazem parte da “reforma agrária de mercado”, proposta pelo Banco Mundial. No entanto, entram “neste quadro de formas de acesso a terra por fazerem parte da política fundiária do Estado que, mesmo que não tenha sido implantada pelo processo direto de luta de seus integrantes considera-se decorrente do processo mais amplo de luta pela terra empreendida pelos grupos sociais organizados.” (GERMANI, 2010: 284)

³² Inclui os municípios do Território Identidade Recôncavo e a regional Recôncavo do MST (mais adiante explico em que consiste esta regionalização).

³³ Menino Jesus (Água Fria), Santa Maria e Panema (Mata de São João), Nova Suíça, Santo Antonio de Calmons, Eldorado e Paulo Cunha (Santo Amaro), Maju, 3 de abril, São Domingos (São Sebastião do Passé).

³⁴ Santa Catarina (Santo Amaro) e Euclides Neto (Mata de São João) – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura da Bahia (FETAG-BA); Caibongo (Cachoeira) e Santa Sofia (Nazaré) - independentes, Barro Branco (Mata de São João) - Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas / Coordenação Estadual dos Trabalhadores Acampados e Assentados (CETA).

Os PA Nova Suíça (5 de maio), Sto. Antonio dos Calmons (Bela Vista) e Eldorado³⁵, foram criados em 1997, com a capacidade de assentar até 200 famílias (Quadro1). A relevância destas três áreas de reforma agrária foi muito grande não só para as famílias acampadas e posteriormente assentadas, mas também do ponto de vista da estrutura organizativa territorial do movimento social que tinha promovido a sua regularização. A partir da ocupação da fazenda Nova Suíça, em maio de 1996, o MST começou a se territorializar no Recôncavo, o que foi fundamental para a sua consolidação na Bahia, por ser a região mais próxima da capital do estado (MORAIS, 2012). Já o PA Paulo Cunha foi criado mais tarde, em 2008, e trata-se hoje do maior assentamento da Brigada Carlos Marighella³⁶ do MST que reúne os quatro PAs. Já o PA Santa Catarina já apresenta outra trajetória: foi criado no início dos anos 90, como resultado de um processo de luta dos ex-trabalhadores da desativada usina de açúcar D. João, que residiam na área fazia mais de 30 anos³⁷ e contou com o apoio da FETAG³⁸, através do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) do município (SANTOS, 2004).

| Projeto | | Famílias | | Área (ha) | Ato de criação |
|---------------------------|----------------------------------|------------|------------|-----------|----------------|
| Assentamento | Fazenda/Imóvel | Capacidade | Assentadas | | |
| Santa Catarina | Santa Catarina | 43 | 51 | 620,00 | 20/7/1992 |
| Nova Suíça* | Nova Suíça | 100 | 82 | 1.821,60 | 4/4/1997 |
| Sto. Antonio dos Calmons* | Sto. Antonio dos Calmons | 50 | 33 | 299,91 | 30/12/1997 |
| Eldorado | Petinga I | 50 | 44 | 653,40 | 31/12/1997 |
| Paulo Cunha | Nossa Senhora do Socorro e Subaé | 170 | 147 | 2.625,54 | 18/12/2008 |

* Estes PA foram registrados no INCRA segundo os nomes das fazendas ocupadas, a pesar de batizados pelos ocupantes como 5 de maio (Nova Suíça) e Bela Vista (Sto. Antonio dos Calmons).

QUADRO1. Projetos de assentamento em área de reforma agrária, no município de Santo Amaro.
(Fonte: INCRA - acesso: 1 de junho de 2016, GeografAR)

A territorialização dxs sem-terra no Eldorado faz parte do processo mais amplo de expansão do MST na Bahia. Isso tem uma fundamental importância já que ele organiza e politiza a luta pela/na terra, colocando-a dentro do contexto da luta de classes e da aposta por valores e práticas contra-hegemônicas³⁹ que questionam o individualismo e a propriedade

³⁵ Como se percebe, apenas o Eldorado foi registrado no INCRA com o nome definido pelos ocupantes no acampamento, ao contrário dos outros dois que receberam o nome das antigas fazendas.

³⁶ Mais detalhes sobre a organização territorial do MST, veja-se: Espaço3.

³⁷ A ocupação foi motivada pelo fechamento da agroindústria e falta de perspectivas de vida e trabalho.

³⁸ Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura da Bahia (FETAG–BA) é uma organização de caráter sindical que surgiu em 1963 que atua através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) filiados.

³⁹ Para Antonio Gramsci, o Estado se configuraria como uma hegemonia de classe que se exerce através da relação dialética entre o domínio (a força da coerção) e a direção (que visa o consenso). Não se resume, por tanto, à sociedade política (o aparato político-jurídico, o Estado *stricto sensu*), mas se configura como um “Estado ampliado” que se estende através da sociedade civil. A sociedade civil é uma direção intelectual e moral

privada, Desta forma, constrói um caráter particular desta territorialidade e da sua identidade coletiva.

No entanto, a categoria “sem-terra” nem sempre corresponde apenas a uma identificação com o movimento do mesmo nome (SYGAUD, 2000) e a sua consolidação no Brasil, mesmo que em profunda relação com a história do MST, antecede e extrapola o Movimento (CALDART, 2004). Já ouvi falar dxs sem-terra de outros movimentos sociais do campo, como MLT⁴⁰, MTD⁴¹ ou CETA⁴², tanto em depoimentos de assentadxs⁴³ quanto nos espaços de militância. A categoria “sem-terra” faz, portanto, uma referência não só a um movimento social específico, mas também ao processo de luta pela/na terra e construção de um território através de uma conquista coletiva e organizada⁴⁴. O processo de luta e a sua memória – participação da ocupação, acampamento e organização do assentamento – é fundamental para a formação de novos sujeitos sociais e do grupo assim como para a identificação enquanto “sem-terra” (CALDART, 2004).

A heterogeneidade interna do grupo do PA Eldorado é uma das suas características mais notáveis, que compartilha com outras áreas do MST – vindxs de lugares diferentes, por motivos variados, do campo e da cidade, do litoral e do sertão, jovens, idosos, crianças, mulheres e homens. A sua composição tem mudado ao longo dos anos – uma proporção significativa de famílias constituídas por filhxs dxs assentadxs, criadxs no assentamento, e pelxs que não participaram no processo de ocupação da terra é emblemática neste sentido. Uma referência para perceber algumas mudanças no processo de construção da

que garante o consenso através da ideologia e de uma concepção de mundo da classe dominante difundida nas classes subalternas para vinculá-las ideologicamente à classe dirigente. Trata-se das instituições (aparelhos privados de hegemonia) que forjam, reproduzem e legitimam interesses de classe, como a escola, a Igreja, os partidos políticos, as associações privadas, os meios de comunicação etc. (PORTELLI, 1977).

⁴⁰ Movimento de Luta pela Terra (MLT) atua na Bahia, especialmente presente no sul do estado, onde surgiu em 1991 e hoje promove ocupações de terra e organiza assentamentos.

⁴¹ Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) atua em vários estados do Brasil e na Bahia surgiu em 2003 nas periferias de Vitória da Conquista, contribuindo na construção de assentamentos rururbanos. Hoje marca a sua presença também na região metropolitana de Salvador.

⁴² Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas, que surge nos anos 90, como Coordenação Estadual dos Trabalhadores Acampados e Assentados (CETA) – participa em ocupações e retomadas.

⁴³ O PA Santa Catarina, por exemplo, apesar de ser organizado pela FETAG, ele também foi fruto de ocupação da terra e instalação de um acampamento para pressionar a ação do Estado, por isso, por alguns assentadxs do PA Eldorado é indicado como *sem-terra* também. No entanto, xs próprixs moradorxs chamam Santa Catarina de “sítio”, “*por ter perdido o vínculo com a luta*”, segundo o relato de Gilson Machado, assentado do PA vizinho, o Bela Vista (Conversa no dia 12 de junho de 2016).

⁴⁴ O INCRA, por outro lado, entre os candidatos a serem beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária não reconhece esta coletividade organizada, usando o termo sem o ítem (“sem terra”), designando meramente pessoas que não possuem terra. Fonte: Site oficial do INCRA [on-line] <http://www.incra.gov.br/acesso-terra>

territorialidade sem-terra no PA Eldorado foi a minuciosa pesquisa sobre a territorialização do MST na área, realizada entre 2002-2003 por Cirlene Santos (SANTOS, 2004).

Atualmente, nota-se uma forte presença dxs assentadxs que vem de comunidades rurais do Recôncavo, predominantemente negras e algumas reconhecidas como Comunidades Remanescentes de Quilombos⁴⁵. Entre estas famílias, muitas não fizeram parte do processo de ocupação e acampamento. Trazem nos seus corpos memórias e vivências que contam as histórias do Recôncavo: antigos trabalhadores das usinas de cana da região, pescadorxs e marisqueirxs artesanais⁴⁶, trabalhadores da fábrica de papel vizinha. Alguns fazem sete décadas acompanham as mudanças na região e trazem marcas de resistência histórica. Lavradoras, trabalhadoras da terra, roceiros⁴⁷.

A diversidade de sujeitos e de suas experiências de vida converge numa territorialidade, politicamente articulada e construída como “sem-terra”. A identidade coletiva que a atravessa e se produz na mobilização pelo acesso aos recursos básicos, se configura no emaranhado de relações entre o MST, o Estado, a trajetória coletiva de luta e história particular de cada um. Sendo a ocupação e acampamento os espaços cruciais para a construção da força da coletividade, hoje as memórias dos que participaram no processo desde o início são especialmente valiosas. A territorialidade/identidade sem-terra, produzida a partir e através das diferenças, abre um campo de tensões entre as experiências rurais e urbanas, modos de organização diferentes, as memórias do acampamento e a vivência do assentamento, discursividades de classe e raça. Estes elementos convivem e se atravessam, provocando não só conflitos, mas também desafiando as dicotomias e construindo um espaço de fronteira (MIGNOLO, 2003).

Resumindo, a territorialidade específica sem-terra no Eldorado, construída através da mobilização de uma coletividade, envolve a produção de uma identidade, através da sua heterogeneidade interna e com o apoio do MST. Desta forma, o grupo consegue acessar a terra e outros recursos básicos, sendo um mecanismo de resistência e re-existência de grupos

⁴⁵ No trabalho de Cirlene Santos, a pesar de destacar uma proporção parecida de pessoas vindas da região do Recôncavo na composição social do grupo em 2002-2003, não se especificam as áreas de procedência.

⁴⁶ Muitas das famílias, procedentes do Recôncavo, já trabalharam ou ainda trabalham com pesca e mariscagem (pelo menos duas pertencem a colônia de pescadores) e a maioria cata marisco para consumo próprio na área do mangue do assentamento.

⁴⁷ Algumas das categorias propostas pelxs próprixs assentadxs durante a aplicação do questionário, em reação à pergunta nº 6, sobre auto-definição (Veja-se: Apêndice).

sociais subalternizados pelo sistema moderno/colonial. Nas palavras de dona Adelia: “*Eles pegaram as nossas terras tudo, baixo chicotada ainda, agora nós toma tudo de volta*”⁴⁸.

Guia dxs leitorxs

O corpo (desenvolvimento) do presente texto de estrutura através de quatro Espaços, precedidos por momentos de Mística⁴⁹. Estes dois elementos surgiram no processo da escrita da dissertação, como filhxs bastardxs do Capítulo, respondendo a uma necessidade de flexibilizar uma estrutura rígida e linear assim como abrir o texto a outras linguagens.

O Espaço carrega em si uma intrínseca conexão com a realidade, ao ser construído socialmente e ao materializar a existência humana (LEFEBVRE, 2006; FERNANDES, 2005). A sua multiplicidade de dimensões e abrangência das complexidades do mundo social o aproxima mais à ideia que se pretende transmitir neste trabalho, através da sua forma e conteúdo, do que caráter mais específico do capítulo, limitado a textos escritos e cuja origem remete a linguagens duras (no sentido, da sua pretensão da verdade) – livros sagrados e jurídicos⁵⁰. A relação entre os Espaços mantém uma ordem e um fio condutor, exigido pela própria natureza da dissertação⁵¹, no entanto, eles foram pensados para que possam funcionar também de forma relativamente autônoma. Estruturam-se da seguinte forma:

- ❖ Espaço1 (QUEM, COM QUEM E PARA QUEM? COMO?) expõe o processo de pesquisa e alguns inquietações que surgem, principalmente, a partir dos conceitos de colonialidade de saber e conhecimentos situados. A minha condição de moradora do Recôncavo e do Brasil faz poucos anos me faz refletir de como fazer pesquisa numa sociedade atravessada pela violência epistêmica e racismo institucional. Por isso, explora o vasto campo de relações entre a academia e militância/ativismo/engajamento, no qual se situa a pesquisa que abrange entre seus espaços de reflexão uma área organizada pelo movimento social.

⁴⁸ Conversa com Dona Adélia, dezembro de 2015.

⁴⁹ Com exceção do último Espaço, que ao trazer já no seu interior uma linguagem diferente, não demandou no processo de escrita o momento de Mística, como nos Espaços anteriores.

⁵⁰ Em latim, *capitulum* (literalmente “cabecinha”, diminutivo de *caput*), era usado para designar as partes de um texto, principalmente as seções dos livros bíblicos e títulos principais de tratados e de documentos legais. O verbo capitular, que originariamente se referia ao estabelecimento das cláusulas de um acordo, passou a ser empregado com o sentido predominante de “render-se sob condições”. Fonte: Dicionário etimológico - Origem da palavra, <http://origemdapalavra.com.br>

⁵¹ A palavra “dissertação” vem do latim *dissere*, formado por “DIS-”, “à parte, fora”, mais SERERE, “arrumar palavras, encadeá-las” (Fonte: Dicionário etimológico - Origem da palavra, <http://origemdapalavra.com.br>)

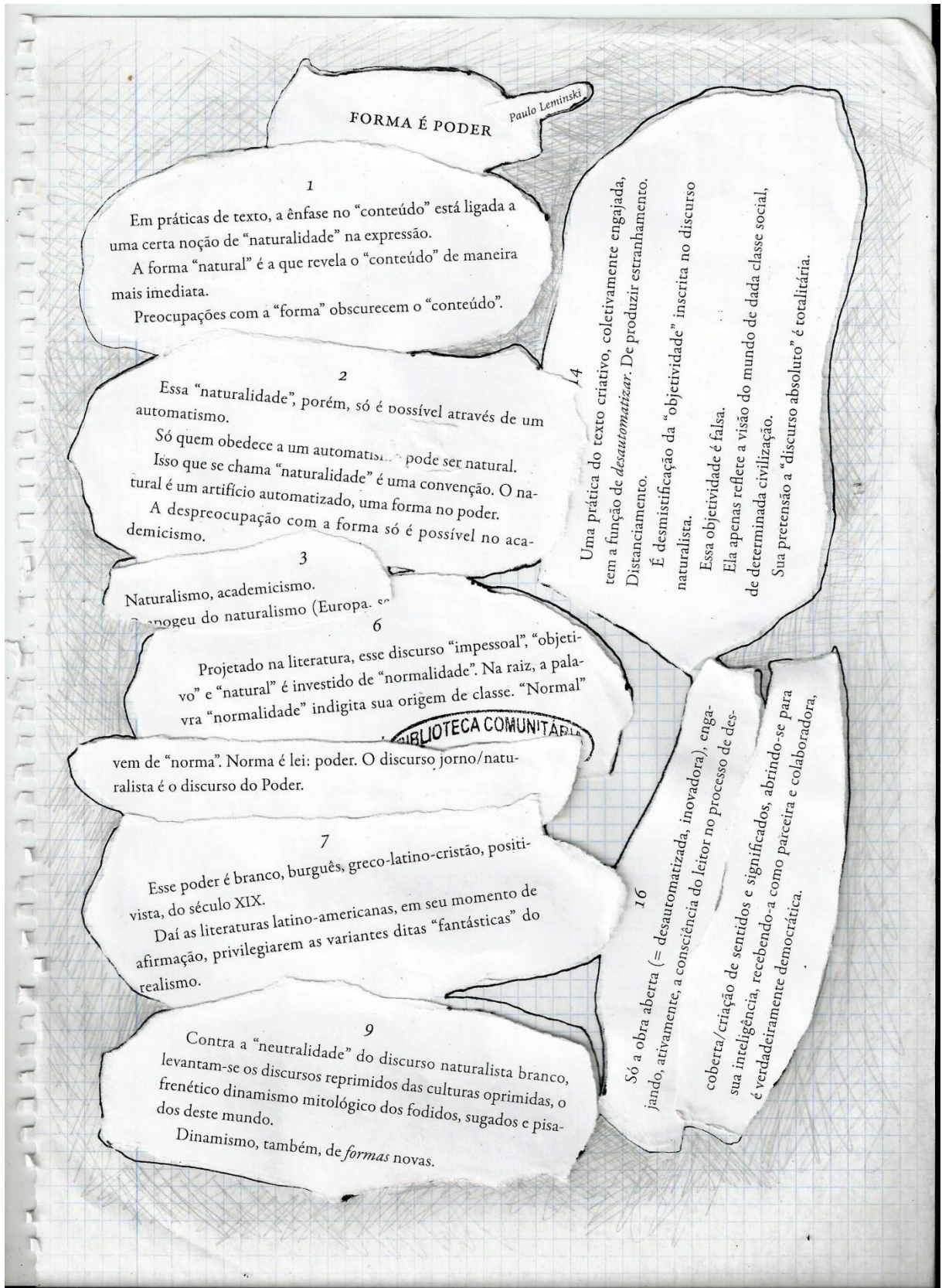
- ❖ Espaço2 (RECÔNCAVO: O MUNDO MODERNO/COLONIAL) traz os resquícios de um antigo engenho, localizado dentro da área do PA Eldorado, como ponto de partida para fazer uma reflexão em torno do silenciamento da época da escravidão e das relações dxs assentadxs com esta história local. Trata-se de situar a região do Recôncavo dentro da matriz moderno/colonial, destacando as histórias da resistência negra e da luta pela terra assim como analisando alguns aspectos do seu processo de modernização. Este contexto vai ajudar a compreender a importância das territorialidades específicas que implicam mobilização coletiva e politização do processo de construção identitária.

- ❖ Espaço3 (IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE SEM-TERRA NO PA ELDORADO) pretende analisar a relação entre identidade e territorialidade sem-terra assim como os complexos processos da sua construção específica no PA Eldorado. Traz alguns elementos que compõem o(s) processo(s) de luta no assentamento, marcados pela presença do MST e da reforma agrária do Estado assim como uma série de interseções que abrem um cenário de tensões, contradições e negociações. .

A Mística, por sua vez, remete à prática do MST que não só abre os espaços organizados pelo Movimento, mas atravessa toda a sua luta. Já que se trata de uma linguagem vinculada com a fé e o mundo sensível de quem participa nela, vou deixar uma explicação mais detalhada para o Espaço3 e deixar xs leitorxs serem (ou não) afetadxs por ela, até chegar lá. Só pontuo aqui que as Místicas colocadas no texto atravessaram todo o processo da escrita e me ajudaram a persistir nesta parte da pesquisa (talvez a mais difícil) e cada uma delas se relaciona especialmente com o Espaço que precede.

Aproveitando, quero pedir desculpas também axs leitorxs que possam se incomodar com a grande quantidade de notas de rodapé que são, no entanto, um recurso quase irresistível de expandir uma narração linear, sobretudo, num mundo onde o hipertexto ganha cada vez mais espaço.

Finalmente, avisar que os Espaços, que mantêm uma linha narrativa, foram também pensados como relativamente autônomos, facilitando uma leitura personalizada, sem precisar se aprofundar em todas as partes, que pudesse seguir o interesse de cada umx.



Deu-lhe um golpe no calcanhar, mas como não contra Aquiles, para sofrer como os burros ferrados que escolheiam as fechaduras como se fossem cascavéis descansando o cotovelo, aí consagrou o resto. Não, esse pensamento, não, ainda credo num treco. Claro que já não creio no que penso, o olho que emite uma lágrima faz seu ninho nos tornozelos dos crocodilos beira Nilo. **Duvido se existe**, quem sou eu se este tamanduá existe? Da verdade não sai tamanduá, verdade trás, quero dizer: não se pensa, olhar lentes supra o sumo do pensar! Dá para ouvir o cúmulo das excelências falarem num búzio contigo, baixinho, que as escalas vão queimar sua última oitava, de tal forma que ao dizer teu nome, silêncio o faz. A cabeça furam de cáries. Um coco roído de formigas. Nestes climas onde o bicho come os livros e o ar de mamão caruncha os pensamentos, estas árvores ainda pingam águas do dilúvio. Penso

disse Galileu se move inaugurando a santidade da contemplação cristal onde cada coisa vem perfazer seu ser. Contém o próximo e o mantém longe, o verrekyker⁴. Ponto mais lentes na luneta, tiro algumas: regulo, aumento a mancha, diminuo, reduzo a marcha, melhora a marca. O olho cresce lentes sobre coisas, o mundo despreparado para essa aparição do olho, onde passeia não cresce mais luz, onde faz o deserto chamam paz. Um nome escrito no céu — isolo, contemporizo, alarme na espessura, multiplico explicações, complicando o implícito. Trago o mundo mais para perto ou o mando desaparecer além do meu pensamento: árvores, sete, um enforcado, uma vela acesa em pleno dia! Escolho recantos selecionando firmamentos, distribuo olhares de calibre variado na distância de vário calado. Parto espaços entre um aumento e um cresce. O olho cheio sobe no ar, o globo dágua arrebrandando, Narciso contempla narciso, no olho mesmo da água. Perdido em si, só para aí se dirige. Reflete e fica a vastidão, vidro de pé perante vidro, espelho ante espelho, nada a nada, ninguém olhando-se a vácuo. Pensamento é espelho diante do deserto de vidro da Extensão. Esta lente me veda vendo, me vela, me desvenda, me venda, me revela. **Ver é uma fábula**, — é para não ver que estou vendo. Agora estou vendo onde fui parar. Eu vejo longe. Pensamento me deu um susto, nó górdio na cabeça, que fome! Uma arara habilita-se a todos os escândalos sem ser Artiszewski. Jazo sob o galho onde o bicho preguiça está. Eis a presença de ilustre representante da fauna local, cujo talento em não fazer nada chega a ser proverbial, abrilhanta a áurea mediocridade vigente. Requer uma eternidade, para ir dez palmos, esta alimária, imune ao espaço, vive no tempo. Este mundo não se justifica, que perguntas perguntar? Devo lazer. Esta bruta besta, temperando a corda ao contrário dos ponteiros dum relógio, para nunca conduzir-se, estacionou incôgnita na reta. **Aí no galho. Versar com as pessoas. Pacataturpjavare.** Faça-se conforme seu bel parecer, o decadente em cada dente, descendente desde todo o sempre! Se volatilizam e nem um véu de veludo volúvel se sensibilisca. Os brutos, o bruto a besta, o bicho e o homem de barro, corpo é corpo, fico só no toc do tronco, o coco, o coito, o couro, o ócio, a alimária, genitália. O ônus verç

Depois eu vou dizer tudo, não digam que eu não avisei. Eu já disse que isso acontece, está acontecendo aqui. Vai haver um mal entendido, fazendo as vezes de desentendimento. Os entes de razão estão indo caminho da execução, acontece algo daquilo que eu conto. Uns dizem coisas que a gente não sabe o que dizer. Dizem exemplos. Por exemplo, cada qual com seu igual. Os transeuntes tem em retirada, os batentes continuam itinerantes, alguém sua seta: calma, não se preocupe que já ouvi isso, em preguiça, vai cagar assim.

nos acontece perceber que todas as coisas desta estera sublunar tendem a repousar no centro do seu peso. Tudo indica, chão! Minh cabeça, onde é fácil, quer ver esterço na órbita dos astros incorruptíveis... A esse aí, solto este aí! Que diferença faço eu do círio que derrete? O próprio. O aí colabora com a iniciativa fornecendo matéria para o símlie. O dia em que merda for merenda pobre de mim que nasci sem cu! Sobre minha cabeça o preguiça

dividir o todo que somos em partes, para efeitos de análise, para termos compreendidos, mister lembrar Artisczewski da desgraça da reguiça que se abateu sobre mim. A fumaça acima não a demoveio pouco de seus propósitos alenteistas. Este mundo é o lugar o desvario, a justa razão aqui de fora. É na tanto bicho quanto njo em ponta de agulha bisantina, a irritante irritante desses steunhas nervosos de pensar uma ideia! Nunca se acaba de or esse monstro prismático. O que pede, afação o pensamento. Bichos o previsto, compareço. Só vou lá, como leques viram salomões Lá me lambem. Sabem quem é que eles afina e desafinam o. Eu sou demais. Eu estou sozinho. Eu que que bando de er, busca meios de sobrevivência. Assim! esticar o esqueleto. cair lá. Lá é silêncio lá — não. O que nento não entra, ingressa sendo até não poder mais inter-se nos acusam a aproximação ititui isso. Nunca viu isso aí e pensa que termina a vida por sso é problema seu. Nunca viram isso, a localidade ponha-se l, isso é perfeitamente natural. Tudo o m, refuto e repilo! Constato digo, já não há mais o que eu há há há. Nada aqui onde soube. Os sintomas. Os sintomas de tuda de estátuas nas tumbas, hipótese, uma remota possibilidade arre rdida, uma visão beatífica, uma audição iscos, triunfos nos arcos, deixando insatisfeitas as adas em ordem, a própria, é figurada. Desvidro-me. Não representa o qu

tras palavras, são outra coisa. A figura continu, n acidentes no seu plano mas ela confirma o ão esses, os sistemas são outros. O sjo... — o zelo de i azém de armadilhas, fato nulo.

Sobre Descartes

o, interioriza o rebanho, assimila a páscoa e rebanho, pascor, pastar e pasto. — o zelo de i rebanho de ovelhas negras, de pensamento estra, assim? Só digo besteiras. Isso é pensar? Um rebanho de ovelhas negras, de pensamento, apreendê-las. Os antigos abriam bois para ver fu eu rebanho de tripas: exercícios em fuga, granizo, rios na che, do meu discernimento. E a forma? Coisas da vida! Vinde a que sangrando, espadas fora das bainhas, colheitas, cidades incendiadas. Mais recente, separei em pedaços para me admitirem nos círculos mais chegados às intimidades da vida. Ciência é isso, chegou ali, parou: facas foram precisas. Já dissequei muito: a lâmina cortou onde a cabeça devia entender, dividi em miúdos para me dar por satisfeito. Adianto que não há bicho que eu entenda. Maior o olho, mais denso fica, o tamanduá se tamandufiza com toda a força: querendo captar sua verdade num piscar de olho e num cambiar de lente, apanhá-lo na primeira. Talvez, porém, não vale a pena. Nenhum vale um quadrado, um círculo, um zero. E a mim, que me interessa? Daqui ao infinitamente grande ou ao infinitamente pequeno, a distância é a mesma, tanto faz, pouco me importuna. Ali canta a máquina-pássaro, ali pasta a máquina-anta: ali caga a máquina-bicho. **Não sou máquina, não sou bicho, sou René Descartes, com a graça de Deus. Ao inteirar-me disso, estarei inteiro.** Fui eu que fiz esse mato: saiam dele, pontes, fontes e melhoramentos, périplos bugres e povoados batavos. Eu expendo Pensamentos e eu extendo a Extensão! Pretendo a Extensão pura, sem a escória de vossos corações, sem o mênstruo desses monstros, sem as fezes dessas reses, sem a besteira dessas teses, jostas dessas bestas. Abaixo as metamorfoses desses bichos, aleões roubando a cor da pedra! Polvos no seco: no ovo, eu antes no outro, uma asa na linha do galho ou um pulo ca de agasalho? Não sabem o que fazer de si, insetos pegam a da folha; mimeses. E a forma? Coisas da vida! Vinde a geometrias, figuras perfeitas, — Platão, abri o curral de arquetípos e protótipos; Formas geométricas, investi com vossas arestas únicas, ângulos impossíveis, fios invisíveis a olho nu, contra a besteira dessas bestas, seus queixos barbados, corpos retorcidos, bicos embaraçosos de explicar, chifres atrapalhados por mutações, olhos em rodela de cebola! **Vinde círculos contra tamanduás, quadrados por tucanos, losangos verso tatus, bem-vindos!** Meu engenho contra esses engenhos! A sede que some fede que fome! Falta-me realidade. Lá cavalga preguiça quem se párece mais comigo, mais não pôde a argila humana. Apenas alguém que sabe dizer não. Desde verdes anos, tentaram-me o eclipse e a economia dos esquemas. Exímio dos mais hábeis nos maneios de ausências.

⁴ Em tupi, "af" quer dizer "bicho-preguiça".

Assim que ela é proferida, mesmo que na intimidade mais profunda do sujeito, a língua entra a serviço de um poder. Nela, infalivelmente, duas rubricas se delineiam: a autoridade da asserção, o gregarismo da repetição. Por um lado, a língua é imediatamente assertiva: a negação, a dúvida, a possibilidade, a suspensão de julgamento requerem operadores particulares que são eles próprios retomados num jogo de máscaras languageiras; o que os lingüistas chamam de modalidade nunca é mais do que o suplemento da língua, aquilo através de que, como uma súplica, tento dobrar seu poder implacável de constatação. Por outro lado, os signos de que a língua é feita, os signos só existem na medida em que são reconhecidos, isto é, na medida em que se repetem; o signo é seguidor, gregário; em cada signo dorme este monstro: um estereótipo: nunca posso falar senão recolhendo aquilo que se *arrasta* na língua. Assim que enuncio, essas duas rubricas se juntam em mim, sou ao mesmo tempo mestre e escravo: não me contento com repetir o que foi dito, com alojar-me confortavelmente na servidão dos signos: digo, afirmo, assento o que repito.

Mas a nós, que não somos nem cavaleiros da fé nem super-homens, só resta, por assim dizer, trapacear com a língua, trapacear a língua. Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: *literatura*.

Entendo por *literatura* não um corpo ou uma seqüência de obras, nem mesmo um setor de comércio ou de ensino, mas o grafo complexo das pegadas de uma prática: a prática de escrever.

A ciência é grosseira, a vida é sutil, e é para corrigir essa distância que a literatura nos importa.

Segundo o discurso da ciência — ou segundo certo discurso da ciência — o saber é um enunciado; na escritura, ele é uma enunciação. O enunciado, objeto habitual da lingüística, é dado como o produto de uma ausência do enunciador. A enunciação, por sua vez, expondo o lugar e a energia do sujeito, quiçá sua falta (que não é sua ausência), visa o próprio real da linguagem; ela reconhece que a língua é um imenso halo de implicações, de efeitos, de repercussões, de voltas, de rodeios, de redentes; ela assume o fazer ouvir um sujeito ao mesmo tempo insistente e insituável, desconhecido e no entanto reconhecido segundo uma inquietante familiaridade: as palavras não são mais concebidas ilusoriamente como simples instrumentos, são lançadas como projeções, explosões, vibrações, maquinarias, sabores: a escritura faz do saber uma festa.

O paradigma que aqui proponho não segue a partilha das funções; não visa a colocar de um lado os cientistas, os pesquisadores, e de outro os escritores, os ensaístas; ele sugere, pelo contrário, que a escritura se encontra em toda parte onde as palavras têm sabor (*saber e sabor* têm, em latim, a mesma etimologia).

Roland Barthes, "Aula"

ESPAÇO1. QUEM, COM QUEM E PARA QUEM? COMO?

A tecnologia de construção do conhecimento, incluindo a formação de posições de sujeitos e de maneiras de habitar estas posições, há de ficar implacavelmente visíveis e abertas à intervenção crítica (HARAWAY, 2004, p. 55, tradução minha)

Este espaço tem como objetivo uma discussão metodológico-epistemológica do processo da pesquisa e incorpora desde o início dois pressupostos principais que me guiam nesta dissertação e no meu fazer acadêmico, em geral.

Primeiro, a reflexividade crítica acerca de todo o processo – as decisões metodológicas, as epistemologias ocultas, as palavras escritas automaticamente – todos estes movimentos são também escolhas, que precisam ser conscientes e cautelosamente adotadas. Preciso ficar extremamente atenta com qualquer indicio de abuso de poder que cometo e comentemos enquanto “pesquisadores” em nome da autoridade intelectual política (BOURDIEU, 2001). Este abuso, quando não intencional, se dá principalmente através da forma na qual materializa a relação de pesquisa, que geralmente se estabelece como uma situação desigual entre os capitais disponíveis de quem participa nela (simbólico, cultural, social) e o grande risco que as técnicas “aplicadas” aproveitem esta situação, mesmo sem querer⁵². A própria palavra metodologia indica a reflexão sobre o caminho que percorremos (do grego, *methodos*: *meta-* através de, reflexão e *hodos-* caminho).

Segundo: a não separação da questão da metodologia e da teoria (BOURDIEU, 2007, p. 23-25), da teoria e da prática (FREIRE, 2005; FALS BORDA, 1986). A exposição do método e a minuciosa análise dos seus fundamentos e suas técnicas (a “forma”) faz já parte do próprio “conteúdo” da pesquisa. Assumir na prática que a forma é o conteúdo, que o método é a própria teoria e reflexão em torno de “como e o que fazer”, tem implicações complicadas, porque historicamente a mudança da forma tem sido mais lenta do que o pensamento sobre ela. Como diz Paulo Freire:

Esta busca nos leva a surpreender, nela, duas dimensões: ação e reflexão, de tal forma solidárias, em uma interação tão radical que, sacrificada, ainda que em parte, uma delas, se ressentem, imediatamente, a outra. Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo (FREIRE, 2005, p. 89)

⁵² Por isso, é fundamental o “uso reflexivo dos conhecimentos adquiridos da ciência social para controlar os efeitos da própria pesquisa e começar a interrogação já dominando os efeitos inevitáveis das perguntas” (BOURDIEU, 1999, p. 694)

Mesmo que estas reflexões permeiem o texto todo, de forma transversal, senti uma necessidade de explicitar o exercício de autocrítica e aprofundamento metodológicos num espaço separado. Neste sentido, este espaço pretende, por um lado, assumir uma posição dentro da disputa do campo científico (BOURDIEU, 1983) e, por outro, explorar a relação entre academia e engajamento/ativismo/militância⁵³ no processo desta pesquisa.

1.1. RELAÇÃO COM “O PITINGA” ANTES DA PESQUISA

A minha relação com o PA Eldorado e o MST começou no início de 2012, quando participei do Estágio Interdisciplinar de Vivência e Intervenção (EIVI)⁵⁴, organizado pelo NEPPA. O coletivo realizava “*trabalho de base*” em acampamentos/assentamentos, junto ao MST, na região do Recôncavo⁵⁵. O estágio era uma experiência de três semanas que tinha como objetivo aproximar xs jovens da cidade (grande parte delxs, estudantes universitárixs) à realidade das áreas de reforma agrária e do movimento social do campo, inserindo-xs nas atividades desenvolvidas de forma continuada nas áreas naquele momento, pelo coletivo. Depois de uns dias de formação político-pedagógica⁵⁶ que ia capacitar xs estagiárixs para a vivência, passei dez dias “*no Pitinga*”, uma das áreas que participava da experiência naquele ano.

Cada “*estudante*”⁵⁷ ficou numa casa que simbolicamente o “*adotava*”⁵⁸ para “fazer parte da família”, acompanhando as suas atividades diárias. Dependendo da família, as

⁵³ Termos usados por diferentes atores e coletivos na sua prática de pesquisa, como vou apresentar mais adiante. O uso conjunto é motivado pela ideia de que o objetivo deste trabalho não optar por nenhum deles, mas fazer uma reflexão sobre o espaço que se abre quando a pesquisa assume o seu engajamento/ativismo/militância.

⁵⁴ Os Estágios Interdisciplinares de Vivência (EIV) surgiram no final da década de 80, em áreas do recém-criado MST, como iniciativa da Federação dos Estudantes de Agronomia (FEAB), insatisfeitos com a formação acadêmica voltada para atender as demandas das grandes empresas agrícolas e foram, desde o princípio, vinculados à três princípios: a interdisciplinaridade, que ampliava o leque analítico da realidade; a cooperação entre movimento estudantil e movimento social; e a não-intervenção nas áreas onde o Estágio acontece. A particularidade do estágio organizado na Bahia pelo NEPPA é a sua inserção no trabalho de base desenvolvido pelo coletivo nas áreas, pelo qual o EIVI assume o seu caráter de intervenção. (Fonte: Blog do NEPPA, <http://neppa-ba.blogspot.com.br/>)

⁵⁵ O NEPPA surge em 2006 para dar continuidade, enquanto grupo independente, e ampliar as atividades desenvolvidas nas áreas de reforma agrária por uma disciplina de extensão da UFBA (Atividade Curricular em Comunidade - ACC), coordenada pela professora Celi Taffarel. No início, formado por estudantes, realizava “*trabalho de base*” principalmente na área de saúde, educação e juventude, hoje atua enquanto “*assessoria político-pedagógica*”, junto ao MST e o Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), também no âmbito de produção agroecológica e é composto tanto por estudantes quanto por profissionais de diferentes áreas de conhecimento.

⁵⁶ As discussões se organizaram em torno da questão agrária, dos mecanismos do funcionamento da sociedade capitalista, da educação popular e trabalho de base, da agroecologia, das opressões raciais e de gênero, e da organização do MST.

⁵⁷ Assim identificadxs pelxs assentadxs xs participantes do estágio, nem sempre estudantes.

experiências de cada um eram, portanto, diferentes. Eu fui várias vezes na roça, junto com a minha “*mãe*” e a sua nora, catar quiabo, além de ajudar nas tarefas de casa. Além disso, participávamos também nas atividades coletivas, cujo planejamento tinha sido discutido entre xs monitorxs (do NEPPA), xs estagiárixs e xs assentadxs nos primeiros dias da vivência. No *Pitinga* foi organizada uma horta coletiva – o mutirão principal aconteceu numa quinta feira de manhã, o dia do (trabalho) “*coletivo*” no assentamento, acompanhado por ciranda para crianças. Depois do estágio, a horta deu algumas colheitas de coentro, mas, com o tempo, foi abandonada, devido, sobre tudo, à falta de irrigação e dificuldade de molhar as leiras duas vezes no dia, no verão.

Na época, apesar de catorze anos da criação do assentamento, a área não dispunha de sistema de água encanada o que afetava o processo produtivo e também toda a vida cotidiana, principalmente das mulheres, responsáveis pela maior parte de tarefas domésticas. Era comum encontrá-las no rio, lavando pratos, lavando roupa, dando risada, contando histórias, com a criançada tomando banho. Alguns dias na semana chegava também o carro pipa (da prefeitura) para encher o tanque coletivo e o mar de baldes, vasilhas, vasos, garrafas, panelas e outros recipientes que xs assentadxs agenciavam na hora, abandonando qualquer outra atividade que estivessem fazendo, para garantir a água.

O EIVI foi uma oportunidade incrível de aproximação ao universo das áreas de reforma agrária, organizadas pelo MST e início de uma relação mais duradoura. A convivência diária com os assentados me expôs às minhas próprias fragilidades num território desconhecido: de repente, a “*estudante*” – a figura associada a um lugar social privilegiado e que representa o conhecimento legítimo – se torna um CORPO que treme de medo atravessando o rio pelo tronco da árvore, fere as mãos catando quiabo, não aguenta o sol do meio-dia na roça, desperdiça água levando o balde de 20 litros na cabeça e faz perguntas “*obvias*”. Como diz o samba: “Quem não sabe andar, pisa no massapé e escorrega”⁵⁹. Vários escorregos, cair e ficar de pé de novo. Isso foi possível a uma generosa abertura às diferenças e à diversidade, por parte de todo mundo. Talvez a maior importância desta vivência para a presente pesquisa, além de conhecer a própria área, foi uma experiência de uma sincera e firme disposição de estar junto, na prática, para além da palavra. Fazer é uma forma de falar.

⁵⁸ Termo usado no EIVI, pelo NEPPA e pelxs assentadxs, para designar o acolhimento dxs estagiárixs pelas famílias.

⁵⁹ Domínio popular.

Esta experiência me fez permanecer junto ao NEPPA e ao PA Eldorado nos dois anos seguintes. Durante este período as ações mais relevantes, realizadas pelo coletivo no assentamento, foram: uma série de experiências agroecológicas (que tiveram um impacto maior nas práticas individuais do que coletivas); um projeto voltado para crianças e juventude que explorava a linguagem audiovisual (em parceria com o laboratório fotográfico Labfoto, da UFBA) e a escrita coletiva do projeto para plantio, beneficiamento e comercialização de mandioca⁶⁰. A minha “*militância*” no NEPPA é fundamental para entender a minha “*entrada no campo*”, ou melhor, para perceber que o processo de pesquisa se deu numa continuidade do meu papel da “*militante*” do NEPPA. Não só a entrada, mas todo o processo está perpassado por esta minha condição da integrante do coletivo que historicamente trabalhou na área e é reconhecido tanto pelxs moradorxs quanto pelo MST.

Participar do NEPPA me possibilitou também uma aproximação ao próprio MST e a sua organização. Sabia da existência do Movimento desde que a época da graduação, que cursei na Espanha, onde participei de alguns grupos autônomos de esquerda, espaços auto-organizados, movimento ocupa etc. Nestes ambientes o MST era uma referencia importante de luta organizada “*do povo*” contra a desigualdade social, de empoderamento e autonomia popular em América Latina. Porém, o que se sabia do Movimento era, muitas vezes, mais uma imagem *pop* (junto com o Che Guevara e os zapatistas) do que resultado de um estudo mais profundo sobre um processo de luta concreto. Só quando cheguei na Bahia percebi a relevância do MST na luta pela terra e pela reforma agrária assim como a sua participação na disputa política mais ampla no Brasil. A oportunidade de poder estar mais perto dos espaços e territórios⁶¹ organizados por ele – acampamentos, assentamentos, marchas e encontros, inclusive reuniões e assembleias internas – foi um aprendizado imenso, importante para a minha formação política, e uma troca que construiu uma relação de grande respeito. Ao mesmo tempo, revelando as complexidades e contradições da luta social, pautada no poder popular, num contexto da reforma agrária do Estado.

⁶⁰ O projeto “Produção, beneficiamento e comercialização da mandioca no Recôncavo baiano: agricultura familiar para a soberania alimentar” foi apresentado no edital da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) pela Associação dos Pequenos Produtores do Projeto de Assentamento Eldorado, junto com o MST e o NEPPA. Ele tem como objetivo a desenvolvimento do cultivo de mandioca na área, a reforma e equipamento da casa de farinha e da cozinha coletiva e planejamento e viabilização do escoamento da produção. Foi aprovado em 2014. No entanto, devido à demora na iniciação do projeto, no momento de conclusão desta pesquisa a sua implementação ainda não estava garantida.

⁶¹ Todo movimento social gera e organiza espaços, mas nem todos tem o território como o seu elemento constitutivo, como no caso do MST.

Um dos espaços que mais me marcou foi a marcha estadual do MST em abril de 2013, de Camaçari para Salvador. Foram dois dias de mobilização antes da saída, três dias de caminhada e vários de ocupação da sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)⁶². Fiquei impressionada pela capacidade de organização do Movimento e



FIGURA5a. Foto. Registro da marcha estadual do MST-Bahia, feito por mim como parte do trabalho da brigada de audiovisual, vinculada ao setor de juventude e comunicação, 2013

envolvimento de todos os participantes para garantir a segurança, assistência de saúde ou alimentação para cinco mil pessoas. Pernoitamos duas vezes na beira da estrada, num acampamento construído provisoriamente de madeira e lona preta (um dos ícones das ocupações de terra).

Na lona preta, sem luz elétrica ou água encanada – essas eram não só as condições da marcha, mas a realidade cotidiana ainda de muitos dos participantes. Durante vários dias de convivência diária fui percebendo que as fileiras uniformizadas de bonés vermelhos revelavam uma grande diversidade. Idosos, adultos, jovens, crianças sem-terra, acampados e assentados de várias partes do estado – a sua luta pela terra se traça através de histórias de vida, modos de ver o mundo e expectativas diferentes, mas compartilham a participação do mesmo movimento social que tem uma organização, princípios e símbolos específicos. A marcha, que expõe estes símbolos de uma maneira intensa (bandeiras do MST, bonés, instrumentos do trabalho, como foice ou enxada), tem como um dos objetivos transmitir a força deste corpo coletivo (Figura5a, 5b, 5c).



FIGURA5b. Foto. Símbolos do MST.

⁶² A marcha denunciava a criminalização da luta dos movimentos sociais (enfatizando o massacre de Eldorado dos Carajás e a execução recente de um dos militantes, o professor Fábio), a seca no semi árido baiano e a não realização da Reforma Agrária.



É um espaço rico de convivência e trocas de experiências entre xs sem-terra de áreas diferentes – a alegria destes encontros e reencontros foi muito presente naqueles dias, a pesar do cansaço e condições precárias. Várixs assentadxs do Eldorado participaram naquela marcha⁶³.

FIGURA5c. Foto. A marcha nas periferias de Salvador.

Esta foi a minha bagagem em relação ao PA Eldorado e ao MST quando comecei a pesquisa, o que estabeleceu, desde o início, um trivial, no qual ia me mover e desenvolver as reflexões.

1.2. O TRIVIAL: ACADEMIA, MILITÂNCIA E VIVÊNCIA.

Um escritor — [...] o sujeito de uma prática — deve ter a teimosia do espia que se encontra na encruzilhada de todos os outros discursos, em posição trivial com relação à pureza das doutrinas (trivialis é o atributo etimológico da prostituta que espera na intersecção de três caminhos). Teimar quer dizer, em suma, manter ao revés e contra tudo a força de uma deriva e de uma espera. E é precisamente porque ela teima, que a escritura é levada a deslocar-se. (BARTHES, 2004, p. 25)

O “campo”⁶⁴ desta pesquisa se estabelece entre três espaços sociais diferentes: a academia (UFRB), a militância (o movimento social, o MST e o coletivo militante, o NEPPA)

⁶³ A participação na marcha foi um momento importante de estreitar os laços com a juventude do Eldorado. Uma das lembranças mais fortes até hoje é quando, depois de ter andado um trecho de mais de 20km entre Camaçari e Jauá, em vez de ficar no acampamento já montado na beira da estrada, caminhamos mais 5 km para tomar um banho de mar. Principalmente as primeiras marchas tem uma marca forte nas memórias dxs assentadxs, como demonstraram várias conversas e entrevistas durante a pesquisa, veja-se: Espaço3

⁶⁴ O trabalho de “campo” é um termo e prática que historicamente se construiu como um novo método de pesquisa (etnográfica) na antropologia, em contraposição à “antropologia de gabinete”, que fazia uso de fontes de terceiros, sem implicar x pesquisadorx numa relação/presença no local de estudo. Configurou-se, portanto, como o “terreno” da investigação, o lugar de vida do Outro. O seu uso vulgar dentro dos espaços acadêmicos tem me incomodado, por isso ao longo deste trabalho vou evitar esta expressão, por duas razões. Primeiro prefiro que a minha presença no assentamento não corra o risco de ser reduzida à categoria “trabalho de campo”, já que

e o assentamento de reforma agrária (PA Eldorado). Eles se permeiam mutuamente, em alguma medida, mas cada um deles tem suas lógicas e princípios próprios, seus interesses hegemônicos e suas disputas internas. Este trabalho se propõe transitar entre eles a fim de construir um espaço de fronteira, de um diálogo e contágio no processo de produção de conhecimento.

As ciências humanas se configuram como um campo privilegiado de intermediação no espaço de saber, pela sua própria constituição epistemológica que tem como seus pilares a complexidade, a relação e a inexatidão (FOUCAULT, 1999, p.481). O seu potencial de conexão entre diferentes linguagens e áreas do conhecimento se estende a mediar o encontro da academia com as diversas dimensões da complexidade do mundo social. Neste sentido, Boaventura dos Santos invoca uma ecologia de saberes, mais do que uma monocultura do conhecimento, como uma necessidade na prática das ciências sociais (SANTOS, 2006).

Este deslocamento e descentralização do olhar torna-se possível só se insistir na ideia de que tal prática enriquece a academia e contribui para a produção de conhecimento, e não a deslegitima, desorganiza ou desvia (como poderiam apelar algumas vertentes positivistas). Tanto o “mundo da vida”⁶⁵ quanto a prática dos movimentos sociais contribui à universidade repensar a episteme ocidental que a fundamenta (resultando, entre outros, na fragmentação, especialização e hierarquização do conhecimento científico e na violência epistêmica baseada no eurocentrismo moderno/colonial), como diversos segmentos dentro da academia sempre tem feito.

A tão necessária criação político-epistemológica nas margens (de espaços diferentes) ajuda a amenizar a autorreferencialidade⁶⁶ da academia e produzir conhecimento complexo que não sirva para satisfazer os interesses internos das disciplinas ou da comunidade científica

se trata de uma relação muito maior e mais complexa. Pessoalmente, nunca pensei no Eldorado como o “meu campo”. Esta distinção do momento da pesquisa para expressar a implicação direta do corpo no mundo social, com finalidade investigativa, não me ajuda a pensar a organicidade do processo, ao fundamentar-se, ao meu ver, no binômio teoria/prática. Segundo o “campo” neste caso não se estabeleceria no PA Eldorado, mas no trivial antes mencionado, e o uso desta categoria poderia confundir x leitorx.

⁶⁵ Isso traz a imagem do “mundo da vida”, conceito definido por Jurgen Habermas que, na sua crítica a modernidade, o coloca em oposição ao “sistema”, às estruturas formais e regidas por racionalidades instrumentais, ações estratégicas e um plano técnico-organizativo. O “mundo da vida” e o “sistema” seriam as duas esferas de uma sociedade moderna. Durante o processo de modernização e burocratização das estruturas formais, o mundo da vida e os sistemas se desacoplam cada vez mais e, ao mesmo tempo, acontece o fenômeno de “colonização do mundo da vida” pelas lógicas próprias dos “sistemas” (de dominação e intercâmbio econômico) (RITZER, 1993).

⁶⁶ Segundo Niklas Luhmann, a autorreferencialidade é uma das características dos sistemas (e subsistemas) autopoieticos que resulta, entre outras, na sua tendência a buscar senão em si mesmo as bases para sua legitimidade e a não aceitar intervenções regulatórias do seu exterior (RITZER, 1995).

particular, mas que se articule em função da transformação e emancipação social. Também abre brecha para a participação de uma diversidade sujeitos na pesquisa, seja construindo-os em conjunto seja exercendo um controle (em alguma medida, externo) sobre os seus processos, tanto no sentido técnico quanto ético-político. Por último, permite o encontro de diferentes linguagens e a aprendizagem de não hierarquizá-los.

Na experiência desta pesquisa “o trivial” foi, por isso, muito enriquecedor. Não sei em que medida consegui representar isso no texto da dissertação que, por ser um produto acadêmico de estrutura rígida⁶⁷, não foi uma matéria fácil de ser moldada para falar de “conteúdos” (relações e experiências) mais sutis em seus códigos diferentes. Especialmente, poder compartilhar o dia a dia com xs protagonistas deste trabalho, xs moradorxs do assentamento Eldorado, foi de um valor imenso. A vivência, a pesquisa-experiência, atravessada por sentimentos e relações, além das análises, codificações e categorizações, fortaleceu vários laços e gerou outros. Queria ter aprofundado mais todos os três caminhos, principalmente com o Movimento e o coletivo NEPPA já que durante o período de pesquisa não conseguimos construir espaços ou ações conjuntas, na área do assentamento, não pela falta de vontade, mas por questões de conjuntura⁶⁸. Fica para a próxima.

O trânsito intenso entre espaços, com lógicas e interesses diferentes, gera também contradições e tensões no processo. Neste caso, os meus dilemas giraram em torno do objetivo e relevância social desta pesquisa, em relação ao PA e ao Movimento e do retorno concreto que conseguiria dar. Confundia-me a questão do público alvo do texto da dissertação, ora acreditando que poderiam ser também xs assentadxs, ora assumindo que seriam principalmente xs leitorxs vinculadxs à academia. A estrutura da pesquisa acadêmica (como os prazos ou formato do seu produto – uma dissertação) muitas vezes acaba sendo uma prioridade e, por isso, é muito importante estar em conexão com o cotidiano de luta social para tomar decisões que nem sempre priorizem as “exigências acadêmicas”. Estas tensões provocaram reflexões sobre o processo que, em alguma medida, estão expostas neste primeiro espaço da dissertação.

⁶⁷ Como o descreve Joaquim Viana Neto, na abertura do seu trabalho de doutorado: “O Estado-academia traça as suas ressonâncias dentro de um centro ativo de denominadores comuns e força uma demarcação de seus territórios. Os campos disciplinares desse planejamento territorial do Estado-academia, que desenham uma geometria totalizadora e centralizadora, se manifestam na medida das formulações de seus elementos-teoremas. Dessa forma, se institui a fixação de uma ideia Geral de tese, essencializando-se suas propriedades e seus segmentos pré-determinados.” (VIANA NETO, 2009, p. 30)

⁶⁸ Entre outros, transferência de alguns militantes do MST, com os quais já existia um dialogo neste sentido, pra outras áreas do Movimento e necessidade de afastamento temporário do NEPPA no PA Eldorado, por questões de organização interna.

Duas lealdades – a um grupo organizado em luta e a rigorosa análise acadêmica – muitas vezes não são totalmente compatíveis uma com a outra. Elas ficam em tensão, e, às vezes, a tensão se transforma em contradição total. Ao mesmo tempo, tal tensão é muitas vezes altamente produtiva. Ela não só produz resultados de investigação que são potencialmente úteis para a luta política com a qual se está alinhado; mas também pode gerar uma nova visão e conhecimento que desafiar e transformar o conhecimento acadêmico convencional. (HALE, 2006, p.105, tradução própria)

1.3. QUEM?

Tanto a apreensão de elementos concretos como a intervenção neles se produz através daquela máquina sensível que é o corpo, superfície de inscrição de uma subjetividade que vive e atua numa realidade social determinada. Por isso, [...] podemos dizer que outro elemento comum é a crítica de toda teoria *desencarnada*, que pretenda (falsamente) se enunciar desde um lugar neutro desde o qual se vê tudo. Não, senhores: o pensamento passa necessariamente pelo corpo e, portanto, é um pensamento sempre situado, implicado, *de parte*. A pergunta é então: *de que parte* nos colocamos? Ou, o que é a mesma coisa: *com quem pensamos?* (MALO, 2004, p. 34, tradução minha)

No fundo desta pergunta, questiona-se um conceito de objetividade que aposta por uma relação de “distância” e “neutralidade” frente ao objeto de estudo, que garantiria a legitimidade da ciência. Donna Haraway, desde uma perspectiva feminista, define a objetividade como “conhecimentos situados”, ou seja, um posicionamento crítico que explicita o lugar de fala. Somente a parcialidade da visão, “uma encarnação particular e específica”, pode acabar com a “falsa visão que promete transcender todos os limites e responsabilidades” (HARAWAY, 1995, p.326, tradução minha). Segundo Ramón Grosfoguel, a objetividade, neutralidade e universalidade da ciência moderno/colonial são um mito que oculta não só aquelx que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpo político das estruturas de poder, a partir do qual o sujeito se pronuncia⁶⁹ (GROSFOGUEL, 2008a). Assumindo o lugar de enunciação, vou tentar situar o conhecimento produzido e, ao mesmo tempo, controlar os possíveis abusos de autoridade (científica).

Como estes questionamentos passam por um corpo de uma mulher (talvez não tão binária assim, mas socialmente construída como mulher) eslava, ou seja, inescapavelmente branca e às vezes talvez gringa, vinda da Europa da segunda categoria? Moro no Recôncavo e no Brasil há poucos anos e fui criada numa sociedade relativamente igualitária (os últimos

⁶⁹ “O que defendo é o seguinte: todo o conhecimento se situa, epistemicamente, ou no lado dominante, ou no lado subalterno das relações de poder, e isto tem a ver com a geopolítica e a corpo-política do conhecimento. A neutralidade e a objetividade desinserida e não-situada da egopolítica do conhecimento é um mito ocidental” (GROSFOGUEL, 2008a, p. 4/24)

anos da época comunista na Polônia e o início da democratização capitalista), que, na época, não era marcada por desigualdades sociais e raciais, próprias do sistema capitalista, e, mais profundas ainda, nas sociedades pós-coloniais⁷⁰. Tal condição me faz enxergar com força estas questões no meu cotidiano e na minha prática científica, pelo qual, necessariamente elas vão estar presentes nas minhas reflexões. Especialmente, no caso da linguagem científica, que na “Europa”⁷¹ não me causava grandes conflitos, do outro lado do Atlântico e do outro lado da diferença colonial (MIGNOLO, 2003), demonstra os limites da sua legitimidade “universal”. Ao mesmo tempo, o meu corpo, socialmente construído num outro contexto, vai se fazendo e refazendo dentro desta nova estrutura social, mas sempre vivendo num entre-lugar⁷². De alguma forma, isso marca a minha constante exterioridade ao respeito das marcas sociais (como classe, raça, gênero etc.) estabelecidas na Bahia e no Brasil, diferentes no meu lugar de origem e isso atravessa também o meu olhar ao respeito da sua construção aqui. Talvez esta posicionalidade resoe nas escolhas do tema e da abordagem desta pesquisa que faz parte do meu processo de aprendizado.

Ao mesmo tempo, as minhas marcas sociais reconhecidas, principalmente, de caráter racial e de classe (sendo branca e estudante universitária) correspondem a um lugar de poder nas hierarquias sociais e epistêmicas e pode facilmente reproduzi-las, se não se assumir e questionar esta relação de poder (mesmo que a minha condição de mulher em algumas situações possa apaziguar as violências possíveis). Por isso, a importância do meu compromisso vital com o assentamento e uma responsabilidade política no processo de escrita e publicação.

⁷⁰ “[...] o “pós-colonial” não sinaliza uma simples sucessão cronológica do tipo antes/depois. O movimento que vai da colonização aos tempos pós-coloniais não implica que os problemas do colonialismo foram resolvidos ou sucedidos por uma época livre de conflitos. Ao contrário, o “pós-colonial” marca a passagem de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra. [...] Problemas de dependência, subdesenvolvimento e marginalização, típicos do “alto” período colonial, persistem no pós-colonial. Contudo, essas relações estão *resumidas em* uma nova configuração.” (HALL, 2003, p. 56) A perspectiva pós-colonial coincide nesta ideia com o pensamento decolonial latino-americano que, no entanto, apresenta uma série de diferenças epistemológicas e genealógicas, entre outras, considera como ponto de partida e centro da suas análise a invasão da América e não o colonialismo britânico e francês, a partir do século XVIII.

⁷¹ Considerando aqui a Europa como uma construção discursiva da unidade do mundo ocidental da qual tanto a Polônia quanto o sul da Espanha participa, no entanto, importante ressaltar, ambas a partir das suas margens.

⁷² Este conceito remete à perspectiva pós-colonial que trabalha a questão de identidade como uma construção a partir da diferença (colonial), na fronteira de culturas. Segundo as palavras de Homi Bhabha: “O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade.” (BHABHA, 1998, p. 20)

Com o MST e com o Eldorado aprendi como conviver e fazer luta juntxs (e quando for o caso, separadxs), para além e através das nossas diversidades e hierarquias. Assumindo as contradições. Assumindo as nossas diferentes formas de pensar o mundo, de expressar a religiosidade, de exercer a sexualidade, de estetizar o corpo, de sonhar o presente e o futuro – e nisso, respeitar e sentir curiosidade pelo outro. Um dia estava lavando os pratos na casa da minha “mãe sem-terra”, quando ela chegou de repente e, vendo que desta vez eu não escapava, disse com satisfação: “*Agora eu que vou te pesquisar!*”. As perguntas que me fez diziam respeito à religião e a figura de Deus, sabendo que nesta questão tínhamos diferenças radicais. Entre risadas no quintal, percebi como os nossos mundos são distantes e, ao mesmo, próximos. Xs sem-terra do Eldorado sempre me demonstraram muito carinho e vontade de relação, para além de tudo. As cumplicidades foram se tecendo através da confiança (política) já construída pelo NEPPA, o engajamento do corpo no processo de luta pela terra e a generosidade de todxs na vivência, cheia de riscos, fragilizações e aberturas inesperadas.

Durante um bom tempo algumas crianças e adolescentes gritavam ao ver-me chegar: “*Rock&Rooooooll!!!*”, “*Zuza doida!!!!*”. O meu jeito “relaxado” de ser (principalmente, brincar muito e ser direta e próxima nas relações) nunca questionou a minha “autoridade” e legitimidade enquanto pesquisadora/ativista/militante. O meu lugar privilegiado de raça e classe faz como se não precisasse mais conquistá-la nem manter a FORMA, situação bem diferente de um pesquisador negro no mesmo contexto. A experiência de pesquisa militante de Fred Aganju Santiago Ferreira, nos espaços do MST e no assentamento vizinho ao Eldorado, é um exemplo emblemático, neste sentido⁷³ (FERREIRA, 2015).

A formação política dxs assentadxs e todo um histórico de “incursões” dos “outros” no território de Eldorado (durante uma série de pesquisas, vivências de estudantes ou programas de turismo rural) ajuda muito neste sentido. Além de mim, são também elxs quem controla os

⁷³ Como afirma o próprio: “Um exemplo dessa dimensão psicossocial construída em torno do prisma da raça foi minha própria condição de pesquisador-professor, questionada diversas vezes, tida como inédita e desacreditada por variados sujeitos nas fileiras do MST, tanto brancos quanto negros. Tal descrédito generalizado de minha posição de pesquisador-professor vinha à tona em campo de diferentes formas. Alguns se surpreendiam quando sabiam que era professor de história, outros desacreditavam quando comunicava que era um pesquisador formalmente vinculado (e remunerado) por um programa de pesquisa em pós-graduação, já outros, nunca viram antes um pesquisador ou *dotor* negro. Seja no contato com a direção do Movimento, no assentamento Nova Suíça ou nos variados espaços que transitei no processo de *participação observante*, sempre me foi dito pelos sujeitos etnografados que nunca entraram em contato com um pesquisador, rasta, que se veste como “maloqueiro”*, atuante no Movimento e, sobretudo, jovem e negro. Inúmeras vezes para “provar” que era um pesquisador necessitava me apoiar na referência de algum “nativo” que já conhecia minha trajetória.” *[referência do autor] “Várias vezes em campo fui chamado de *professor malokeru*. Uma evidente alusão a um tipo social marginalizado na sociedade brasileira, normalmente, um homem, negro, morador de periferia e caracterizado por indumentárias ou simbologias culturais periféricas.” (FERREIRA, 2015: 59)

meus possíveis abusos, me mantendo numa zona entre “você é da família” e “a gente é a gente, vocês são vocês”⁷⁴, um legítimo mecanismo de auto-proteção frente a uma agente do poder hegemônico. Além disso, me cobram a minha presença (quando demoro em aparecer na área), explicação, o sentido e o retorno concreto do que está sendo feito e também engajamento nos problemas mais imediatos.

Pesquisar mesmo é perguntar, procurar saber, botar o pé no chão, é ver como a gente lida, o que é que a gente faz, como a gente se dá no dia a dia, é ir no canto, ir no outro, verificar isso, verificar aquilo, não basta só perguntar, porque perguntando ce não tá sentindo. Ce pode perguntar mil coisa, eu posso responder mil coisas, sendo verdade ou mentira, você não sabe se é ou não é. [...] Vai ser só coisa de boca. Agora pesquisa é você perguntou, você foi lá, procurou ver se é isso mesmo, a pergunta que você fez se tá certa. É conviver no dia a dia pra saber mesmo o que é o que não é. (Gislene, 26 anos, assentada e filha de assentada no PA Eldorado, outubro de 2015)

Esta fala de Gislene, uma jovem assentada do PA Eldorado, na época, coordenadora do assentamento, foi gravada nos primeiros meses em vídeo⁷⁵. Na conversa eu estava perguntando o que seria uma pesquisa para ela e o que chamou a minha atenção agora (já na reta final do pesquisa) foi que o objetivo não parecia tanto colher um depoimento, mas realmente trocar ideia para pensar melhor esta relação. Quem estava realmente preocupada, perdida, insegura e, de alguma forma, constrangida era eu – por não saber lidar com o meu novo lugar (“broder” e militante, mas agora também pesquisadora – o que seria isso?). Para xs assentadxs, no entanto, não parece ter feito tanta diferença (em relação a mim⁷⁶) além de serem as minhas chegadas mais frequentes e solitárias. Para eles, a militância (através da presença do Movimento, professoras comprometidas ou coletivos parceiros) também implica pesquisa e, portanto, estes dois campos, em alguma medida, se fundem. Por outro lado, uma pesquisa, de quem não tem este vínculo, não necessariamente significa comprometimento, como ensinam suas lembranças de pesquisadorxs que foram embora e de pesquisas que nunca voltaram.

Como este trabalho coincidiu com uma menor presença do NEPPA na área, as minhas idas para o assentamento eram solitárias, sem ser acompanhadas por atividades organizadas, como de hábito, portanto, se interpretavam frequentemente como simples visitas (“*veio passear?*”, “*você gosta daqui, né?*”). Ao mesmo tempo, o meu vínculo com o coletivo sempre

⁷⁴ Isso muda no nível das estruturas do Movimento e da aliança estratégica com o NEPPA, onde se observa o uso mais livre e, às vezes, até exigido de um “nós”.

⁷⁵ Este depoimento ia fazer parte de um pequeno vídeo que queria produzir durante o processo de pesquisa. Mais uma coisa que vai ficar para a próxima.

⁷⁶ A militância, no entanto, ficou enfraquecida, mas não diretamente por conta da pesquisa, mas pela ausência do NEPPA, enquanto coletivo, na área, neste período.

foi presente seja nas assembleias que participei enquanto representante seja nas articulações e demandas de ações concretas⁷⁷. O questionário que passei em todas as casas ajudou, em alguma medida, a formalizar um pouco mais a relação de pesquisa acadêmica (o que, em alguns casos, era um retorno mais claro do que estava fazendo aí), mas sempre com um forte caráter militante e afetivo.

1.4. SOBRE ENGAJAMENTO/ATIVISMO/MILITÂNCIA NA PESQUISA

O campo científico é um campo de disputa entre concepções diferentes da ciência. É uma disputa constante na qual todos participamos, fazendo circular temas, ideias, métodos, no interior da comunidade acadêmica.

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado. (BOURDIEU, 1983, p. 122-123)

Todos fortalecem ou representam alguma posição já que o caráter dos conflitos epistemológicos é profundamente político⁷⁸. Neste sentido, toda pesquisa é engajada, ao estar dentro do jogo do campo, de forma mais ou menos explícita.

Diversas teorizações em torno do papel dos intelectuais, reforçam o seu caráter político-ético, implicado, seja de forma orgânica, numa organização política determinada (GRAMSCI, 1982), seja de forma mais autônoma, usando suas competências específicas e proporcionando ferramentas aos grupos⁷⁹ (FOUCAULT, 1979; BOURDIEU, 2001). O

⁷⁷ Principalmente, relacionadas com o projeto da casa da farinha, mencionado anteriormente neste Espaço (veja-se: nota de rodapé 60)

⁷⁸ “[...] às diferentes posições no campo científico associam-se representações da ciência, estratégias *ideológicas* disfarçadas em *tomadas de posição epistemológicas* através das quais os ocupantes de uma posição determinada visam justificar sua própria posição e as estratégias que eles colocam em ação para mantê-la ou melhorá-la e para desacreditar, ao mesmo tempo, os detentores da posição oposta e suas estratégias.” (BOURDIEU, 1983, p. 154)

⁷⁹ “Do momento em que a politização se realiza a partir da atividade específica de cada um, o limiar da escritura como marca sacralisante do intelectual desaparece, e então podem se produzir ligações transversais de saber para saber, de um ponto de politização para um outro. Assim, os magistrados e os psiquiatras, os médicos e os assistentes sociais, os trabalhadores de laboratório e os sociólogos podem, em seu próprio lugar e por meio de intercâmbios e de articulações, participar de uma politização global dos intelectuais. [...] Talvez o físico atômico – digamos em uma palavra, ou melhor, com um nome: Oppenheimer – tenha sido quem fez a articulação entre intelectual universal e intelectual específico. E porque tinha uma relação direta e localizada com a instituição e o saber científico que o físico atômico intervinha; mas já que a ameaça atômica concernia todo o gênero humano e

conhecimento produzido pelxs intelectuais deve questionar o poder dominante e desfazer o seu discurso, ou seja, “impedir que o monopólio da força torne-se também o monopólio da verdade” (BOBBIO, 1997, p. 81). A intelectualidade comprometida ganha a sua força no corpos que lutam cotidianamente, junto à sua comunidade, como afirma bell hooks⁸⁰:

Sem jamais pensar no trabalho intelectual como de algum modo divorciado da política do cotidiano optei conscientemente por tornar-me uma intelectual pois era esse trabalho que me permitia entender minha realidade e o mundo em volta encarar e compreender o concreto. Essa experiência forneceu a base de minha compreensão de que a vida intelectual não precisa levar nos a separar-nos da comunidade mas antes pode capacitar-nos a participar mais plenamente da vida da família e da comunidade. (HOOKS, 1995, p. 466).

Como produzir conhecimento acadêmico engajado e socialmente relevante desde o Recôncavo, sobre o Recôncavo e junto com os sujeitos que estão inseridos dentro deste contexto, a partir da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)⁸¹? A região, marcada pela resistência política e cultural da comunidade negra conta com a universidade mais negra e uma das mais inclusivas do país (BARROS, 2013), possui 84,3% de estudantes afrodescendentes autodeclarados e 71,89% das classes C, D e E do universo dos discentes⁸². Nos seus princípios, declara comprometer-se com o território no qual se insere⁸³. Esta composição social e étnico-racial dá uma oportunidade a pensar um lugar epistêmico dos sujeitos inseridos e da universidade em si, no entanto, precisa ser reforçada pela descolonização dos currículos (ainda muito euro-centrados) (ALMEIDA, 2015). Neste sentido, dentro da UFRB existe um debate em torno da reformulação epistemológica do ensino, pesquisa e extensão⁸⁴.

o destino do mundo, seu discurso podia ser ao mesmo tempo o discurso do universal.” (FOUCAULT, 1979, p. 9-10)

⁸⁰ Seu pseudônimo, composto pelos sobrenomes da mãe e da avó, escrito em letras minúsculas, é um exemplo fantástico de luta contra-hegemônica com a FORMA (a forma-conteúdo).

⁸¹ A UFRB foi criada em 2005 no processo da implantação das políticas de interiorização das universidades federais no Brasil e instalada em 2006 num modelo multicampi, estabelecendo os seus centros em seis municípios diferentes da região - Cruz das Almas (sede), Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Cachoeira, Feira de Santana e Santo Amaro.

⁸² Segundo a pesquisa sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras, realizada entre 2009 e 2010 e com resultados publicados em 2011, pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace).

⁸³ No Projeto de Criação da UFRB, a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, se propõe que a UFRB tenha “atribuições de articulação entre saber científico e a complexa realidade do Recôncavo” aonde “sem perder a noção da universalidade, o Recôncavo será assumido como *região de aprendizagem*, buscando-se ações sinérgicas entre a Universidade e o referido território”. Fonte: Site oficial da UFRB [on-line]: <https://www.ufrb.edu.br/porta1/a-ufrb/historia>

⁸⁴ O debate que encerrou o VIII Fórum Pró-Igualdade Racial e Inclusão Social, realizado em novembro de 2014, se intitulou: “A UFRB: uma universidade negra? Reflexões para uma epistemologia descolonizadora”. O evento foi realizado pela Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) e Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) da UFRB.

Novos sujeitos adentram hoje a universidade, também através de políticas públicas específicas (como cotas raciais, outros programas de políticas afirmativas ou o PRONERA⁸⁵), podendo contribuir na sua construção e numa relação mais estreita entre militância e pesquisa. Também o MST percebe a mudança neste sentido:

O que também vem acontecendo é que cada vez a gente vem conseguindo colocar mais jovens na universidade então o Movimento, uma relação que começa com sujeitos do mundo universitário que se solidarizam com a reforma agrária, hoje, depois de 18 anos de PRONERA, é, e muito, sujeitos do movimento que se formaram, que adentraram. Então você pega as direções tanto nacional quanto estadual, como regional, já tá em alguns casos de brigada, então isso esta se ramificando, né, e você chega nestes espaços – sempre tem gente de nível superior. [...] E a formação destes sujeitos, por mais que a universidade continue sendo burguesa e fornece uma formação insuficiente para realidade que a classe trabalhadora enfrenta, o fato desses sujeitos serem formados, qualifica absurdamente, talvez nem tanto politicamente, mas tecnicamente, na elaboração, na compreensão, na análise, qualifica absurdamente a militância no movimento social. (Obed Guimarães, militante do setor de educação do MST-BA, janeiro de 2016)⁸⁶

No entanto, se percebe ainda uma série de dificuldades na inserção estes sujeitos (entre elxs, assentadxs, quilombolas, indígenas, filhxs de pequenos agricultores etc.) e suas epistemologias dentro das estruturas acadêmicas. A mediação dos movimentos sociais no processo é fundamental⁸⁷.

Por outro lado, nota-se também a presença histórica da universidade no assentamento Eldorado – principalmente da UFBA, através do grupo de pesquisa GeografAR, especialmente nos primeiros anos do PA (SANTOS, 2004) e da professora Celi Taffarel, até hoje uma forte referencia no PA, que durante vários anos até 2009, realizou diversas atividades na área (TAFFAREL, 2009). Como já mencionei, foi a partir da relação com esta professora que surge o NEPPA, enquanto coletivo autônomo, que também começa a acompanhar a área, desde 2006. A parceria com a UFRB aconteceu de forma pontual, em 2014⁸⁸, especialmente, através da coordenação da brigada Carlos Marighella da época e um

⁸⁵ Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)

⁸⁶ Entrevista realizada com Obed Guimarães no dia 12.01.2016, durante o 28º Encontro estadual do MST-Bahia, Salvador, 10-13.01.2016

⁸⁷ Sobre a relação específica do MST com a UFRB, neste sentido, se percebe que é uma articulação ainda em construção: “Com a UFRB, o MST especificamente tem uma responsabilidade nisso: tem um curso de licenciatura em educação do campo na UFRB, tem o curso agroecologia para começar aqui e nós não tivemos perna para acompanhar essas ações. Os professores nos chamam constantemente, reclamam constantemente com a gente que a gente não chega, e eles estão certos, a gente não tem chegado como deveria e como precisa, mas é a nossa falta de pernas: pouco recurso, pouca gente, muita coisa para fazer e ai não conseguimos chegar ainda. Então a UFRB parte da responsabilidade é nossa.” (Obed Guimarães, *ibidem*)

⁸⁸ A UFRB apoiou a organização do 1º Seminário de Agroecologia do Recôncavo Baiano, em novembro de 2014. Nota-se também a colaboração de uma das professoras na realização de uma série de oficinas de “gambiarra” na brigada. Mais sobre o seminário: “Voz do Movimento”, site e jornal, produzido pelo setor de comunicação do MST-BA [on-line] <http://vozdomovimento.blogspot.com.br/2014/11/seminario-constroi-linhas-de-atuacao.html>

dos militantes que era estudante da UFRB. No entanto, depois do deslocamento desta militância para outras áreas do MST, não se deu continuidade a estes trabalhos, ainda em construção. Essas experiências são relevantes para perceber que os campos de militância e pesquisa tem se entrelaçado na área ao longo dos anos (para além das atividades de pesquisa do próprio MST).

1.4.1. Alguns pressupostos: crítica decolonial e feminista à ciência

A seguir, vou apresentar alguns pressupostos metodológico-epistemológicos que, portanto, são também escolhas políticas no campo científico. Eles assumem um compromisso com a mudança social e com a transformação da própria ciência.

É fundamental levar em consideração o processo de construção histórica da ciência ocidental moderna/colonial cujos fundamentos têm origem na tradição europeia. A ciência se baseia numa série de pressupostos epistêmicos ou separações que se estabelecem ao longo da história do pensamento do mundo ocidental (CASTRO-GÓMEZ, 2007). Primeira, de origem judeu-cristã, separa Deus, homem e natureza. Segunda, a partir de René Descartes e o Iluminismo, coloca um sujeito/razão em oposição ao corpo. Terceira, que surge através da teorização de Max Weber em torno da racionalidade moderna, divide a razão em três esferas autônomas: ciência, moralidade e arte, que com o avanço da modernidade se profissionalizam cada vez mais gerando ambitos, institucionalizados do discurso científico, do direito e da produção e crítica de arte (LANDER, 2005). As categorias, concepções e procedimentos metodológicos que derivam desta história (local) se naturalizam e impõem como universais, através da colonização⁸⁹. As suas ideias de neutralidade, objetividade e universalidade, consideradas como condições de um conhecimento legítimo, exercendo uma violência epistêmica sobre todos os outros tipos de saber.

O pensamento decolonial constrói o conceito de colonialidade do saber para compreender a hierarquização do conhecimento (dos saberes, das linguagens, da memória, do imaginário...) oriunda do colonialismo e as suas continuidades, que perduraram após a descolonização jurídico-administrativa, através do processo de naturalização e persistência do mito de uma modernidade universal. Este mito estabelece uma linha evolutiva entre a tradição – associada ao passado, atraso e o estado de natureza – e a modernidade, símbolo da

⁸⁹ Mais sobre modernidade/colonialidade, veja-se: Espaço2.

civilização e o futuro universal de todos os povos. Colocar no “passado” a forma de reprodução social dos povos colonizados nega a sua simultaneidade epistêmica (LANDER, 2005) e a própria capacidade de produzir conhecimento (tachado como supersticioso, primitivo, selvagem etc.).

Se a razão universal e a verdade pode partir somente de um sujeito branco-europeo-masculino-heterossexual e se a única tradição de pensamento com tal capacidade de universalidade e de acesso à verdade é a ocidental, então não há universalismo abstrato sem racismo epistêmico. (GROSFUGUEL, 2008b, p. 208, tradução minha)

A hierarquização dos povos se articula em torno da categoria da raça, classe, gênero, sexuais, espirituais, linguísticas, pedagógicas, epistemológicas e outras, que juntas se configuram numa matriz de poder colonial, constitutiva da modernidade.

O pensamento feminista é fruto de reflexões teóricas acerca das relações de gênero que foram precedidas pela luta política das mulheres organizadas. Na sua crítica à ciência compartilha alguns elementos com a perspectiva decolonial, como a ideia de uma episteme europeia, produtora de binômios hierarquizantes e geradores de dominação (como cultura/natureza, mente/corpo, civilizado/primitivo, verdade/ilusão, racional/irracional, pensamento/sentimento, objetivo/subjetivo, abstrato/concreto etc.) (HARAWAY, 1995). Ressaltam o caráter absolutamente político de fazer ciência (FARGANIS, 1997; BONETTI, 2011) e a necessidade de produção de contra-discursos fora e dentro da academia⁹⁰. O feminismo destaca a importância da afirmação de que “o pessoal é político”⁹¹ que encontra ressonância no conceito do conhecimento situado, mencionado antes. Isso ganha uma força especial quando o gênero e raça se interseccionam, como no caso de intelectuais negras (HOOKS, 1995, COLLINS, 2012).

Tanto as críticas feministas quanto decoloniais apontam a necessidade de superar o conhecimento especializado e fragmentado da academia que se organiza por disciplinas, e não por problemas ou questões (SEGATO, 1998, LANDER 2000) o que dificulta o processo da compreensão da complexidade da sociedade e a sua transformação.

⁹⁰ Seja uma ciência social feminista (FARGANIS, 1997), movimento *womanism* (COLLINS, 2012) ou manifesto *cyborg* (HARAWAY, 1995)

⁹¹ Slogan, criado por Carol Hanisch, que tornou-se lema da segunda onda feminista.

1.4.2. Algumas experiências

Vou trazer algumas experiências e sistematizações de pesquisadorxs, ativistas, movimentos sociais e coletivos que na sua prática se movem num vasto campo que abrange pesquisa e militância/ativismo/ação/participação. Não vou mergulhar muito fundo em cada vertente, mas tentarei contextualizar cada uma brevemente, destacando os elementos que mais contribuíram para o meu processo de reflexão e ação.

Naveguei, principalmente, pelos mares da pesquisa-ação participativa (PAP/IAP⁹²) latino-americana dos anos 60-80 e pelas águas mais contemporâneas: pesquisa-ação (existencial/integral) de tradição francesa, experiências de coletivos de luta urbana em Buenos Aires, Madrid e Barcelona, a sociopraxis de Tomás Villasante (Universidade Complutense de Madrid - UCM) e algumas experiências do campo antropológico – a pesquisa ativista estadunidense da Universidade de Texas (Austin) e a Nova Cartografia Social, no Brasil.

Desde América Latina, entre os anos 60 e 80, diversos autores (BRANDÃO, 1999; FALS BORDA, 1999; FREIRE, 1999 e 2005) formulam e colocam em prática, a pesquisa-ação participativa junto com os movimentos sociais e organizações sindicais, de tradição marxista. Entre os seis princípios da pesquisa participativa, Orlando Fals Borda enumera: 1. Autenticidade e compromisso, 2. Antidogmatismo, 3. Restituição sistemática, 4. *Feedback* para os intelectuais orgânicos, 5. Ritmo e equilíbrio de ação-reflexão, 6. Ciência modesta e técnicas dialógicas (FALS BORDA, 1999). Uma das suas principais contribuições, no seu momento histórico, era desestabilizar a dicotomia entre o sujeito e o objeto, estabelecendo uma relação dialógica entre os dois sujeitos, implicados na luta social, cada um da sua forma. Como diz Paulo Freire:

[...] a minha opção é libertadora, se a realidade se dá para mim não como algo parado, imobilizado, posto aí, mas na relação dinâmica entre objetividade e subjetividade, não posso reduzir os grupos populares a meros objetos da minha pesquisa (FREIRE, 1999, p. 35)

Destaca-se a importância da autenticidade: se nas lutas populares há lugar para cientistas, técnicos e intelectuais, eles nem devem nem precisam disfarçar-se de camponeses ou operários (enfim, como o “outro”), mas sim tem que assumir um honesto compromisso com a causa, a partir da sua disciplina. Neste sentido também, se reforça a necessidade de uma ciência modesta que abandone da arrogância de um lugar superior nas hierarquias do conhecimento e combata as assimetrias. Especialmente inspiradoras são as ideias da

⁹² Em espanhol: *investigación-acción participativa* (IAP).

restituição ou “devolução” sistemática da pesquisa para as “bases” (FALS BORDA, 1986, 1999) – se aponta a necessidade de uma comunicação diferencial em comunidades camponesas ou operárias, que não dominam o código acadêmico especializado, de forma que os resultados sejam apresentados de maneira mais compreensível e participativa.

Nas diferentes experiências do MST, nos cursos e escolas vinculados ao Movimento, se percebe que a pesquisa-ação, que se propõe a estudar e problematizar a realidade e, ao mesmo tempo, a intervir nela, é uma prática. O II Seminário Nacional “O MST e a Pesquisa”⁹³ aposta pela potencialização e qualificação deste método de pesquisa (VENDRAMINI, 2007). Como afirma um dos militantes do setor de educação do MST-BA :

A gente vem conseguindo transitar na pesquisa mais no campo da pesquisa ação, embora mesmo a pesquisa ação seja marginalizada. [...] Você puxa ela para diferentes lados, mas ela tem um negocio fundamental que é a ideia fundamental que o seu objeto de pesquisa ser algo em que você vive e age para transformar e a sua ação transformadora naquela realidade, ela por si só ser um método de pesquisa. Acho que isso é um negocio incrível, mas poucas área de conhecimento vem dialogando. (Obed Guimarães, militante do setor de educação do MST-BA, janeiro 2016)

Já René Barbier traz uma ideia de pesquisa-ação⁹⁴ complementada por elementos psicossociais, que adquire uma dimensão “existencial/integral”, abordando o processo de investigação de forma transversal e reconhecendo a importância do imaginário tridimensional (pulsional, social e sacral) (BARBIER, 2007). Desta forma, o processo torna-se integral (uma pesquisa-experiência de vida) – uma abertura concreta sobre a vida social, política, afetiva, imaginária e espiritual. As técnicas que ele desenvolve, na sua prática, são, entre outros, a escuta sensível (na sua dimensão científica, filosófica e mitopoética), a observação participante existencial e o diário de itinerância (uma forma mais ampla do diário de “campo”). Barbier faz apontamentos interessantes sobre o papel do pesquisador, que não se limita ao do especialista:

O pesquisador em pesquisa-ação não é nem um agente de uma instituição, nem um ator de uma organização, nem um indivíduo sem atribuição social; ao contrário, ele aceita eventualmente esses diferentes papéis em certos momentos da sua ação e de sua reflexão. Ele é antes de tudo um sujeito autônomo e, mais ainda, um autor de sua prática e de seu discurso (BARBIER, 2007, p.19).

⁹³ A experiência do seminário foi sistematizada no Caderno nº 14 do ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária)

⁹⁴ Os elementos principais que Barbier destaca na sua concepção de uma pesquisa-ação radical: “a posição dos sujeitos (pesquisadores e atores) na implicação; uma relação com o saber muito mais ligada na metodologia do que ao resultado; uma concepção dos processos de mudança como elo entre processo de elaboração teórica e elaboração de novas práticas coletivas” (BARBIER, 2007, p.44)

Observa também que a pesquisa-ação supõe uma mudança epistemológica radical que resulta numa transformação da postura filosófica do pesquisador envolvido, com respeito a sua própria relação com o mundo (o que pode implicar alguns riscos pessoais, para além das institucionais, de tal engajamento).

Tomás Villasante (UCM) reconhece a aposta da pesquisa-ação participativa pela mudança social e a transformação da relação sujeito-objeto nas investigações. No entanto, desde a sociopráxis, que se destaca por sua reflexão auto-crítica nos processos participativos, adverte de algumas limitações da PAP: falta de mecanismos de auto-crítica no processo e, principalmente, os usos e abusos de metodologias participativas pela ideologia neoliberal (como no caso de projetos de desenvolvimento local, entre outros, do Banco Mundial⁹⁵). Villasante contribui com a sistematização de paradigmas e práticas da pesquisa participativa (VILLASANTE, 2007). A sociopráxis faz uso, entre outros, de “analísadores históricos” que são acontecimentos importantes na vida de uma coletividade (maio de 1968, uma ocupação, uma greve, etc.) que servem para analisar como eles afetaram aos sujeitos e grupos que os vivenciaram, principalmente, no seu posicionamento na estrutura de poder, na representação dos conflitos sociais e na revelação de contradições de processos de luta (VILLASANTE e MONTAÑÉS, 2000).

Outras influências vem do Estado Espanhol⁹⁶ (e também da Argentina), através da coletânea *Nociones Comunes* (NOCIONES COMUNES, 2004) que reúne experiências e ensaios de vários coletivos, entre pesquisa e militância e através das reflexões das jornadas internacionais de pesquisa social ativista *Investigació* (Barcelona, janeiro de 2004)⁹⁷ (BIGLIA, BONET e MARTÍ, 2006). Estes escritos não pretendem definir nenhum conceito

⁹⁵ “*El propio Banco Mundial, en algunas ocasiones, está por la aplicación de la investigación acción, tal como se manifestó en el Congreso mundial de Cartagena de Indias (1997) sobre estos temas. Considera que es una de las formas más efectivas de no desperdiciar su dinero, sobre todo en situaciones conflictivas donde un Estado burocrático no le resuelve los problemas, y una ONG que esté implicada tiene muchas más garantías de poder resolverle la cuestión social planteada.*” (VILLASANTE, 2000, p. 13)

⁹⁶ Uma conexão pessoal com o mundo acadêmico e com movimentos sociais urbanos (okupas, anarquistas, *queer*...) por ter morado na Espanha durante 5 anos e ter concluído aí a graduação em ciências sociais. A expressão o “Estado Espanhol” tem um caráter político e é usada nas regiões (provincias autónomas) que reivindicam a independência da Espanha (principalmente, País Basco, Catalunha e Galícia) pelos movimentos separatistas e aliados para explicitar o poder coercitivo do Estado-nação e o não pertencimento a suposta unidade cultural da “Espanha”.

⁹⁷ Um fragmento da apresentação das jornadas: “*Criticamos la investigación académica que estudia los movimientos sociales como simples objetos de conocimiento. Invitamos a participar a todas las personas y colectivos que estén interesadas/dos en (re)crear, (re)pensar, (re)inventar y (re)apropiarse los saberes y la formación desde el enfoque de la 'investigación activista'. (...) Finalmente, esperamos que las jornadas se autoconstituyan como (a)disciplinares para la superación de las ficticias distinciones academicistas*”. Depois das jornadas foi organizado um livro, que sintetiza o encontro: COLLECTIU INVESTIGACIÓ. *Recerca Activista i Moviments Socials*. El Viejo Topo: Barcelona, 2005.

fechado da pesquisa (chamada de formas diferentes pelos coletivos: pesquisa militante, ativista, co-pesquisa, pesquisa-ação, militância de pesquisa...), mas explorar as suas características, através de diversas experiências do limiar acadêmico-ativista. Desenhar os caminhos possíveis, mais do que enquadrar dentro de uma sistematização.

Por exemplo, na apresentação das jornadas dizíamos: ‘Acreditamos que a Pesquisa Ativista possa ser um dos instrumentos de transformação crítica da realidade atual. Queremos que as nossas pesquisas gerem mudanças, visibilizem os conflitos e se somem, como mais um elemento, à mobilização social.’ Assim que decidimos nos apropriar desta expressão sem defini-la univocamente na medida que acreditávamos, e seguimos acreditando, que trata-se de um conceito a ser preenchido com o conteúdo através de processos coletivos de resignificação e transcodificação. (BIGLIA, BONET e MARTÍ, 2006, sem pagina, tradução minha)

A potencia da coletânea de *Nociones Comunes* (particularmente, do Prólogo de Marta Malo, do ensaio do Colectivo Situaciones e da entrevista com Pantera Rosa), se encontra em expor os processos e em torno dele fazer perguntas, e não tanto dar respostas. Caminhar perguntando, como os zapatistas⁹⁸. As suas inquietudes, dúvidas e contradições encontraram uma ressonância nas minhas sensações e dificuldades, alimentou o meu desejo de seguir buscando e fez perceber a necessidade de procurar/produzir mais espaços de partilha coletiva, nas margens da academia. Além disso, a partir da sua grande diversidade, o livro reforça também a reflexão em torno do posicionamento, lugar epistêmico de enunciação e o conhecimento necessariamente situado. Outro elemento interessante: estas narrativas geralmente partem da experiência dos coletivos ativistas (formados também por pesquisadorxs academicxs), e não dos espaços acadêmicos.

Vale a pena destacar também a contribuição no campo de antropologia. Primeiro, na Universidade de Austin, no Texas (Estados Unidos), onde se discute em torno pesquisa ativista/militante, a partir da institucionalização do conceito através do Departamento em Antropologia ativista/militante no Programa de Pós-graduação em Antropologia desta universidade (HALE, 2001, 2006; PIERRE, 2008; VARGAS, 2008). Charles Hale, um dos professores do programa, baseia o seu curto texto sobre a pesquisa ativista em três proposições:

1. Não existe contradição *per se* entre engajamento político ativo para resolver um problema e pesquisa acadêmica rigorosa sobre o mesmo problema. 2. Pesquisa ativista tem um grande potencial de levar a pesquisa à melhores resultados – tanto a

⁹⁸ “[...] Desde entonces los dioses caminan con preguntas y no paran nunca, nunca se llegan y se van nunca. Y entonces así aprendieron los hombres y mujeres verdaderos que las preguntas sirven para caminar, no para quedarse parados así nomás. Y, desde entonces, los hombres y mujeres verdaderos para caminar preguntan, para llegar se despiden y para irse saludan. Nunca se están quietos [...]” (EZNL, 1994). Texto na íntegra: http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_12_13.htm

aproximação empírica ao problema quanto o seu entendimento teórico torna-se mais profundo e completo, o que em caso de pesquisa tradicional seria difícil de conseguir. 3. Inevitavelmente, os projetos de pesquisa ativista vêm compartilhando as suas tensões, contradições e dilemas éticos. No entanto, quando estas tensões são identificadas e abordadas corretamente, os resultados são ainda melhores. (HALE, 2001, p.13, tradução minha)

Assumir este desafio institucionalmente é de uma grande importância para complexificar cada vez mais a discussão em torno do engajamento no âmbito acadêmico e para legitimar de tais experiências, quando realizadas em comunidades científicas ainda resistentes a esta mudança epistemológico-política. Outra autora vinculada à mesma universidade, Jemima Pierre, destaca a relação entre o pessoal e o político e mostra como estes aspectos são também acadêmicos. Ela avança no debate ao perceber a possibilidade de engajamento na pesquisa para além dos grupos em luta organizados, mas a partir da própria experiência e vivência pessoal, enquanto pesquisadora negra. Neste sentido, a pesquisa ativista privilegia a experiência e faz uso consciente da própria posicionalidade para políticas libertadoras. Afirma:

Para mim, o que parece importante para explorar a relação entre ativismo e pesquisa é que nós reconhecemos o ativismo como um processo integrado, como uma combinação de posicionalidade/experiência e política. (PIERRE, 2008, p. 132)

No Brasil, a antropologia, especialmente o indigenismo, historicamente se deparou com o dilema de agir e conhecer na sua prática e desenvolveu diferentes formas de engajamento (OLIVEIRA, 2004; TURNER, 2008). O projeto Nova Cartografia Social da Amazônia propõe uma “nova descrição” social, que se avizinha à etnografia, e aposta por uma “descrição aberta, conectável em todas as suas dimensões, e voltada para múltiplas ‘experimentações’ fundadas, sobretudo, num conhecimento mais detido de realidades localizadas” aonde “mapear é mobilizar-se política e criticamente, seja no plano discursivo, seja no plano das práticas coletivas, consistindo numa descrição em movimento” (ALMEIDA, 2013: 157 e 160). Trata-se, portanto, de uma experiência que surge a partir de uma demanda de uma coletividade em luta e que proporciona ferramentas, através do seu processo e produto (entre outros, os fascículos⁹⁹), de autodefinição e mobilização, além de tornar-se instrumentos de luta concretos nos conflitos territoriais.

⁹⁹ “Os fascículos são resultados de oficinas de mapeamento realizadas nas próprias comunidades pelos seus próprios membros, nas quais as fronteiras entre os sujeitos e os objetos de pesquisa se dissolvem. Professores e alunos de graduação e de pós-graduação apóiam o processo no qual membros de uma determinada unidade social registram quem são, onde e como vivem. Já que as identidades são produtos de classificações, é preciso estar sempre atento a quem classifica. Não por acaso, os fascículos do projeto privilegiam a auto-definição e são construídos quase que exclusivamente com os depoimentos das pessoas que participam da oficina em questão. Esses livretos têm sido utilizados pelos grupos sociais como instrumento de luta e encaminhamento de

Para finalizar, gostaria de trazer os desafios apontados pelo Primeiro seminário “Diálogos Universidades e Movimentos Sociais na América Latina: pesquisa militante, construção de conhecimentos e bens comuns”, que teve lugar no Rio de Janeiro, em 2014¹⁰⁰:

Recuperação e valorização das contribuições femininas, negras e originárias [...]; Construção de espaços perenes de encontros e convergências entre as experiências, intelectuais, pesquisadores e setores populares [...]; Difusão e apropriação dos avanços teórico-metodológicos da Pesquisa Militante e das profícuas experiências latino-americanas nesse campo [...]; Atuação por uma universidade a serviço da transformação social [...]; Fortalecer espaços autônomos e não-formais de produção e circulação de conhecimentos gerenciados por movimentos sociais e organizações políticas [...]; Construir experiências ancoradas no protagonismo popular [...]; Desvendar a complexidade do momento atual e seus desdobramentos sobre a produção de conhecimentos [...]. (JAUMONT e VARELLA, 2016, pp. 454-456)

Todas estas reflexões, perguntas (algumas sem resposta), propostas, caminhos (alguns mais outros menos institucionais) fizeram parte da minha pesquisa e ajudaram a guiar os seus passos, no seu contexto particular.

1.5. COMO? PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta diversidade de experiências demonstra que não tem uma “receita” pronta de metodologia e que trata-se de um processo muito dinâmico, construído numa bricolagem¹⁰¹ de um conjunto de ferramentas teórico-metodológicas, a partir das demandas do grupo social que nele participa, dos interesses e desejos dx pesquisadorx e da conjuntura que xs acompanha. Durante o período desta pesquisa a conjuntura mudou várias vezes, abrindo e fechando caminhos.

Antes de começar este trabalho, a minha única referencia de militância na pesquisa era a pesquisa-ação participativa latino-americana (referencia teórica, diga-se de passagem) que enxerguei como uma possibilidade a ser desenvolvida no PA Eldorado, junto ao MST e os coletivos presentes na área¹⁰², com os quais estava dialogando neste sentido. Por questões de

reivindicações, principalmente na defesa de seus direitos territoriais coletivos.” (Fonte: site oficial do Projeto de Nova Cartografia Social, <http://novacartografiasocial.com/fasciculos>)

¹⁰⁰ Mais sobre o Seminário, veja-se: [on-line] <https://universidademovimentosociais.wordpress.com/>

¹⁰¹ O *bricoleur* (quem faz a bricolagem) executa um trabalho usando meios e expedientes que denunciam a ausência de um plano preconcebido e se afastam dos processos e normas adotados pela técnica. Opera com materiais fragmentários já elaborados, ao contrário do engenheiro que, para realizar o seu trabalho, necessita da matéria-prima. “O conjunto de meios do *bricoleur* não é, portanto, definível por um projeto [...], ele se define apenas por sua instrumentalidade e, para empregar a própria linguagem do *bricoleur*, porque os elementos são recolhidos ou conservados em função do princípio de que ‘isso sempre pode servir’.” (LÉVI-STRAUSS, 1989: 33).

¹⁰² Além do NEPPA, também o Grupo de Ação Interdisciplinar em Agroecologia (GAIA) que estava começando a desenvolver um projeto de extensão da UFRB sobre cooperativas rurais.

conjuntura estas parcerias não poderiam se concretizar no período (rígido) da pesquisa, o que praticamente inviabilizava a construção de espaços coletivos com xs assentadxs e de relações mais estreitas na construção coletiva do conhecimento. Procurando um novo caminho, acabei conhecendo melhor outras experiências de pesquisa engajada e as potencialidades e limitações de cada trilha do trivial que formou o “campo”. Este aprendizado se resume em alguns pontos chave que ajudaram e construíram o processo de pesquisa:

1. A importância do fato que esta pesquisa implica o meu corpo como mediador do processo:
 - que necessariamente se posiciona ética e politicamente e produz um conhecimento situado a partir da sua posição epistêmica,
 - que possui privilégios, dos quais precisa estar consciente, para controlar os seus possíveis efeitos e violências (epistêmicas),
 - que vai se implicar no vivencia e na experimentação da pesquisa na sua integridade.
2. A partir da participação no meio social (seja assentamento, espaços do MST ou universidade) como parte da sua militância/engajamento/ativismo, estes espaços abrem-se de forma mais ampla, desvendando seus nuances e complexidades. Especialmente, no caso do Movimento e áreas por ele organizadas, é o compromisso com a luta que faz possível estabelecer as relações, participar dos espaços e trocar as experiências. Neste caso, fazer parte do NEPPA e ter tido a vivencia prévia na área enquanto militante do coletivo foi fundamental para as relações e acessos estabelecidos.
3. Numa perspectiva de relação de sujeito a sujeito (superando a dicotomia sujeito/objeto) e de ser isso potencialmente transformador, percebo a importância tanto do processo quanto do produto da pesquisa. A partir das trocas, diálogos e experiências compartilhadas acontece, em algum grau, uma “devolução” continua do trabalho. Ao mesmo tempo o retorno do resultado final da pesquisa também é fundamental. Existem diferenças nas demandas deste retorno (entre os três espaços do trivial), para além do texto da dissertação. No caso desta pesquisa, onde não foi possível uma construção plenamente coletiva dos objetivos e de todo o processo com xs assentadxs do PA Eldorado, é necessário o reconhecimento de quem participou nela

e elaboração de um produto diferenciado¹⁰³. O não retorno das pesquisas nas áreas do MST é uma realidade recorrente, segundo as palavras do militante do setor da educação do Movimento:

Mesmo dentro da esquerda, a grande maioria pesquisa a realidade da classe trabalhadora, vem, coleta, vai embora e nunca mais volta. E ai, já tem comunidades que rejeitam: ah, mais um ai ó, pesquisa, pesquisa, depois vai ganhar os títulos dele, vai arranjar o emprego dele e nós continuamos aqui, na labuta, na pobreza... (Obed Guimarães, militante do setor de educação do MST-BA, janeiro 2016)

4. A implicação ético-política e integral (sensorial-afetiva) do corpo na pesquisa produz uma especial responsabilidade em relação ao processo e aos sujeitos que participam nele, diminuindo algumas violências epistêmicas possíveis e falta de retorno.
5. As trocas com o MST, com o NEPPA e participação dos espaços de diálogo entre universidade e movimentos sociais foram muito ricos para pensar a pesquisa, demonstrando a importância de construir redes e parcerias neste processo. Ao mesmo tempo, este é o ponto que, na minha avaliação, deveria ter sido mais reforçado.

As técnicas que fizeram parte do desenho metodológico desta pesquisa foram resultado tanto dos aprendizados mencionados acima quanto das demandas e a conjuntura do “trivial” – estes elementos conduziram, em grande medida, as escolhas. Ao longo do processo, algumas ferramentas foram abandonadas e incorporadas outras, conforme os constantes redesenhos e mudanças do contexto.

Em suma, a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a rigidez, que é contrário da inteligência e da invenção, com o rigor, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina – e das disciplinas vizinhas: etnologia, economia, história. Apetecia-me dizer: ‘É proibido proibir’ ou ‘Livrai-vos dos cães de guarda metodológicos’. Evidentemente, a liberdade extrema que eu prego, e que me parece ser de bom senso, tem como contrapartida uma extrema vigilância das condições de utilização das técnicas, da sua adequação ao problema posto e as condições do seu emprego (BOURDIEU, 2007, p. 26)

O que chama a atenção analisando o processo desta pesquisa em relação à sua ideia inicial é a dificuldade na construção de procedimentos metodológicos que potencializassem a construção coletiva do conhecimento em curso, seja pela conjuntura no assentamento seja por não conseguir parcerias suficientes para contribuir neste processo.

¹⁰³ A minha pretensão é produzir, de forma artesanal, cadernos com o resumo da pesquisa e resultado do questionário para as famílias que participaram na sua aplicação. No caso das pessoas que, além disso, se dispuseram a ceder as suas falas para a construção do presente texto, os cadernos incluirão também estas falas, no seu devido contexto e referencia na dissertação. A dissertação vai ser depositada na escola. Os materiais históricos referentes ao engenho Conde e Pitinga seriam também entregues à escola, visando uma possibilidade de construir alguma atividade relacionada com a história local.

Durante o período da pesquisa no PA Eldorado, entre 2015 e 2016¹⁰⁴, 38 das 50 casas do assentamento estavam ocupadas de forma estável¹⁰⁵. Quase todas as unidades domésticas participaram da aplicação do questionário e com algumas foram realizadas entrevistas abertas e semi-estruturadas. Além disso, a vivência e as trocas cotidianas aconteceram durante os meus períodos de estadia na área que variava de um a sete dias, realizadas de uma a duas vezes por mês.

Os guias desta pesquisa, como já tenho dito, foram, sobre tudo, os assentados do PA Eldorado e o principal método de me aproximar da realidade deles foi junto com eles – participar da vida do assentamento. A participação, por sua vez, gerava a observação e diálogo. Mais do que observação participante, se trataria de uma participação observante (TURNER, 1991 apud ALBERT, 2002; VARGAS, 2008) que dá prioridade a participação (engajamento) a partir da qual acontece a observação. A curiosidade e vontade de relação mútua foi muito importante para esta convivência que me motivou para seguir com a pesquisa nos momentos mais difíceis e que foi muito desafiadora ao mesmo tempo.

Sair na roça. Catar quiabo até o sol deixar, pegar a maniva de mandioca do vizinho para plantar no quintal, chupar cana, amarrar a cana com palha de bananeira e levar na cabeça até casa, levar água para o gado por dentro do cacau, afundar na lama na descida para o rio para tomar banho junto com as crianças. No meio, contam-se histórias, segredos, trocam-se sensibilidades. De noite assistir televisão juntos, uma novela da Record (nos tempos piores) ou um programa sobre animais em algum canal da Sky (nos tempos melhores). Já fui convidada também a participar em alguns espaços (vitais para as pessoas que acompanhei) fora do assentamento, seja um samba no interior de Cachoeira seja um culto evangélico em Santo Amaro.

Neste processo, surgiram muitas conversas e algumas entrevistas. No primeiro momento, as entrevistas eram abertas para não impor as categorias nem problemas preestabelecidos e, com o tempo, foram ficando mais focadas, adotando um caráter semi-

¹⁰⁴ O período total da pesquisa se organizou segundo o seguinte cronograma: março 2014 - março 2015: atividades pontuais, principalmente na universidade, devido à falta de garantia da permanência no programa de pós-graduação e a impossibilidade de me comprometer com outros sujeitos; abril - julho 2015: reaproximação com o PA Eldorado e retomada do projeto; agosto 2015 – junho 2016: pesquisa nos espaços do assentamento, do MST e da universidade.

¹⁰⁵ Doze casas foram desocupadas pelas pessoas responsáveis por diversos motivos: afastamento de militantes (2), afastamento de assentados por questões de saúde (2), morte (3), deterioro da estrutura (2) e abandono (3). Entre elas, em torno de 4-5 casas ficavam temporariamente ocupadas durante o período de pesquisa por filhos de assentados ou pessoas da região, com consentimento dos responsáveis, mas não foram incluídas no questionário pela temporariedade da sua permanência na área.

estruturado. O momento da entrevista é uma troca que demanda muita sensibilidade e é situada num contexto imediato que pode mudar o seu rumo. O estado de animo (seja meu ou dxs mxs interlocutorxs), sem dúvida, tem influenciado não só a forma, mas também o conteúdo da entrevista. A estratégia mais eficaz e prazerosa era realizar entrevistas de forma relativamente espontânea, aproveitando situações e relações em andamento que permitiam sentir melhor a nossa disposição de conversa. Algumas aconteceram a partir do questionário, como aponto mais adiante.

Registrar e sistematizar estas experiências foi outro desafio que se desdobrou em uso de algumas técnicas que antes do começo da pesquisa nunca pratiquei no Eldorado, como o diário de anotações ou uso de gravador ou câmera. O gravador foi um elemento novo e muitas vezes se considerou constrangedor pelxs interlocutorxs (talvez também pela minha falta de intimidade com este mediador tecnológico de relações). Algumas vezes as pessoas se recusavam de ser gravadas e, em algumas ocasiões, desliguei o gravador no meio da conversa, que tomava rumos que não permitia ficar mais a vontade com o gravador ligado (“*Tá gravando ainda? Desliga isso, pelamor de Deus, eu só estou conversando aqui*”¹⁰⁶). No total, gravei 13 conversas e/ou entrevistas, envolvendo 16 moradorxs do PA Eldorado e um militante do setor de educação do MST-BA. A câmera, que usei sobre tudo para tirar algumas fotos, era mais facilmente aceita, no entanto, também produzia o meu constrangimento, ao sentir que a câmera é uma espécie de arma¹⁰⁷. Por sua vez, o diário de anotações não ficava tão exposto – geralmente ia apontando as impressões no final do dia, na casa de dona Joelia, onde fiquei hospedada durante a pesquisa.

Noite. Sereno. Pererecas enormes pulando – dá pra ver só aquelas que entram nos difusos focos das luzes dos poucos postes que tem no caminho. Todo mundo já está dentro das casas, tomando café, assistindo novela, quem levantou cedo para ir pra roça se prepara pra dormir já. No horizonte luzes fortes da fábrica de papel, funcionando no turno noturno, soltando fumaça branca. No fundo, zuada do picador de bambu e dos poucos carros que passam pela estrada neste horário (diário de anotações, abril de 2016)

Esta é uma das poucas descrições mais detalhadas do diário de anotações – a maioria dos apontamentos é lacônica, cheia de códigos próprios e referências que não seriam compreensíveis para qualquer leitor. Mesmo que, por isso, seja difícil de usar os seus fragmentos para enriquecer a narrativa do texto da dissertação, ele foi fundamental para trazer

¹⁰⁶ Fragmento de entrevista no PA Eldorado, no dia 3.10.2015.

¹⁰⁷ A câmera/arma não mata, portanto a metáfora agourenta parece não passar de um blefe [...] Ainda assim, existe algo predatório no ato de tirar uma foto. Fotografar pessoas é violá-las, ao vê-las como elas nunca se vêem, ao ter delas um conhecimento que elas nunca podem ter; transforma as pessoas em objetos que podem ser simbolicamente possuídos. (SONTAG, 2004, p. 25)

memórias bastante detalhadas dos acontecimentos, assim como para o registro de grande parte de conversas que não foram gravadas.

Os meus diários de anotações ou cadernos de “campo”, como são chamados pelxs etnógrafxs, registravam as minhas itinerâncias ao longo do período da pesquisa não só no PA Eldorado, mas também nos espaços formais e informais do MST¹⁰⁸, nos espaços de diálogo de movimentos sociais e academia, nas universidades baianas (UFRB e UFBA)¹⁰⁹, e outros encontros e espaços de vida¹¹⁰.

O trabalho de registro e sistematização destas múltiplas experiências me fez perceber o quanto ele pode ser enriquecedor para a militância e para o coletivo que faço parte. A sistematização do conhecimento construído através da práxis no contexto de militância é uma tarefa complicada que muitas vezes não se prioriza e, em consequência, é fácil ela ficar prejudicada¹¹¹. É emblemático que tenha pouquíssimos registros ou sistematizações das minhas experiências no PA Eldorado que antecederam a pesquisa acadêmica. Ao mesmo tempo, o registro é um momento nevrálgico da relação com as pessoas e requer uma extrema sensibilidade. Em diversas situações desisti de fazer as gravações, sabendo que essa mediação provavelmente ia afetar a relação sensível, quebrando o fluxo de pensamento e da narrativa. No final da pesquisa percebi quantas conversas e entrevistas ficaram apenas registradas no diário de anotações e na minha memória e como isso repercutiu na escrita do texto da dissertação.

A ideia do questionário surgiu no decorrer da pesquisa. Abrangeu entre 35 a 38 casas¹¹² e 42 pessoas¹¹³, que responderam perguntas direcionadas tanto ao núcleo doméstico como todo (questões nº 1-5) quanto individualmente às pessoas responsáveis (questões nº 6-7), presentes no momento (veja-se: Apêndice A). Em princípio, o percebi como um

¹⁰⁸ Em nível de assentamento (algumas assembleias e reuniões do PA Eldorado), brigada (encontro sem-terrinha, no PA Bela Vista, e reunião de produção da brigada Carlos Marighella, no PA Paulo Cunha), regional (encontro da Regional Recôncavo, em Santo Amaro, 2015) e estado (encontro estadual do MST – Bahia, em Salvador, 2016).

¹⁰⁹ Para mais detalhes sobre os espaços mais importantes para esta pesquisa, veja-se: Apêndice C.

¹¹⁰ Outros espaços que, de alguma forma, fizeram parte da minha reflexão sobre os processos de territorialização e a luta na/pela terra, como algumas conversas e andanças em Cachoeira e São Félix, visitas nas comunidades quilombolas (Vila Guaxini, Enseada, São Francisco do Paraguaçu, Tabuleiro da Vitória) ou o encontro da Teia dos Povos (Jornada de Agroecologia) no PA Terra Vista (Arataca, sul da Bahia).

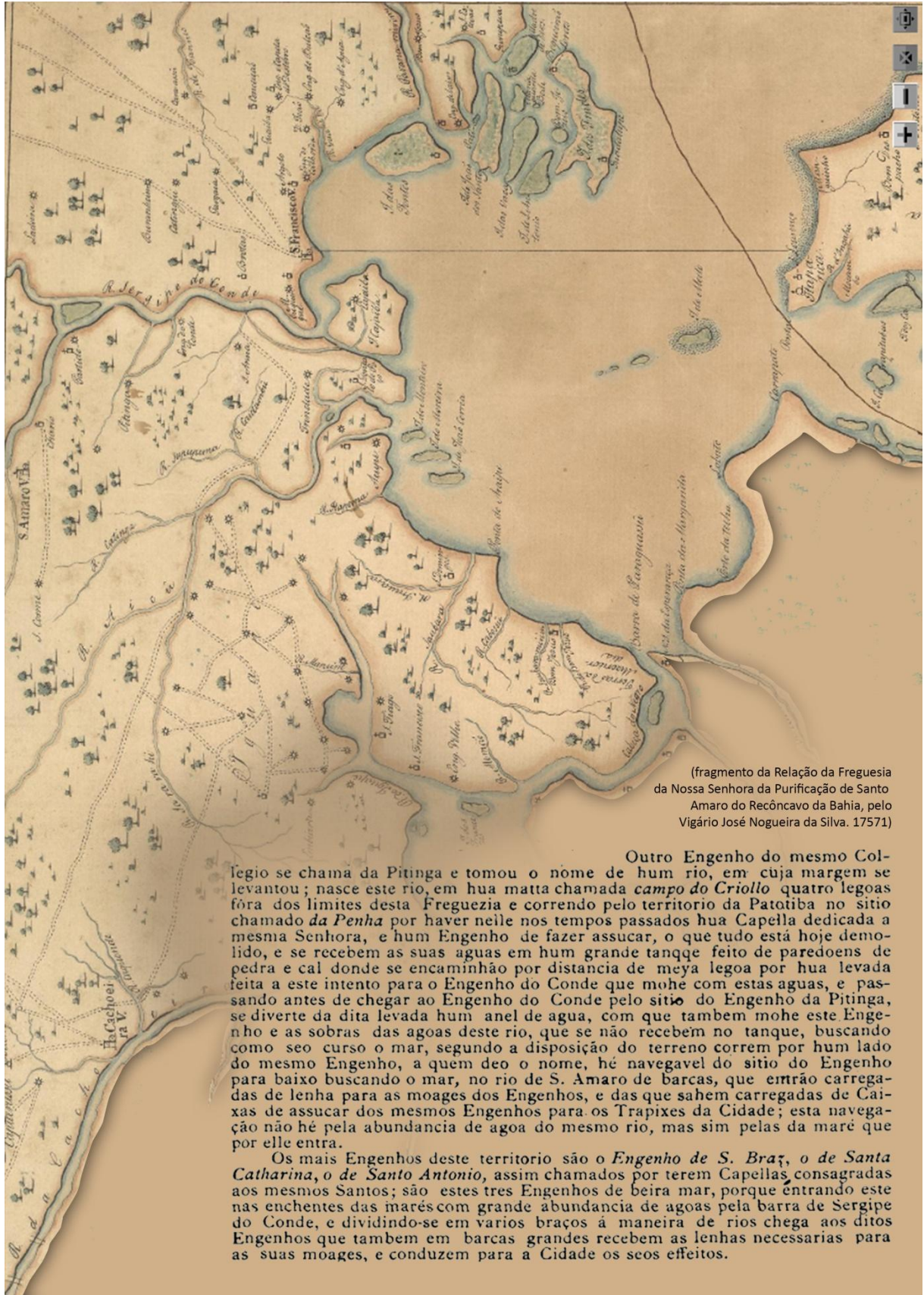
¹¹¹ Para saber mais da sistematização de experiências neste contexto, veja-se: JARA, 2006

¹¹² No caso de três casas cujas responsáveis não estavam presentes nos dias de aplicação do questionário, obtive só as informações básicas como o ano de chegada e origem, através das próprias (em outros momentos de pesquisa) ou através de outxs assentadxs.

¹¹³ O questionário foi aplicado em 35 unidades domésticas, em caso de 7 (de 17) casas com chefia compartilhada, ambos os co-responsáveis responderam as perguntas individuais, baseadas em autodeclaração (em total, 42 pessoas)

instrumento para sistematizar algumas questões, que observava no assentamento. Ao abranger o universo total das casas (núcleos domésticos), ele também proporcionaria dados que poderiam ser de importante retorno para os próprios assentados e o Movimento. No entanto, além de dar conta destas expectativas, ele resultou numa ferramenta muito mais ampla. Primeiro, ajudou a acessar as famílias que eu tinha menos familiaridade. Em alguns casos foi o contato fundamental para abrir uma relação de mais proximidade. Segundo, a forma de um questionário rígido não resistiu, felizmente, à complexidade das trajetórias, relações e representações dos que o “respondiam”. As perguntas despertavam dúvidas, memórias e curiosidades e essas “derivas” viraram uma experiência muito rica em termos de pesquisa assim como de relação pessoal. Cada questionário abria um universo vasto de histórias, contadas ora com palavras generosas ora com silêncios significativos. A sua aplicação evidenciou a limitação desta técnica de investigação na captação de mudanças e complexidades, corrigida, neste caso, pelos próprios assentados e incluída por mim nos resultados já que não se tratava de um questionário estritamente quantitativo. Especialmente ficou evidente o caráter dinâmico das trajetórias de vida dos assentados, em grande parte, provocado pelo deslocamento em busca de moradia, terra ou trabalho. Foi uma ferramenta rica interessante, no entanto, demandou muito tempo e energia o que pode ter reduzido as minhas possibilidades de realizar mais entrevistas em profundidade.

Este Espaço, além de proporcionar uma maior ideia sobre o processo desta pesquisa, tinha como objetivo fazer uma reflexão mais ampla sobre o engajamento no processo de produção de conhecimento e a relação da academia com as lutas sociais. Espero que esta espécie de meta-pesquisa trouxe não só inquietações que me acompanharam durante todo o processo, mas também uma contribuição às reflexões em torno dos mecanismos de violência epistêmica do mundo moderno/colonial e das tentativas da sua superação.



(fragmento da Relação da Freguesia da Nossa Senhora da Purificação de Santo Amaro do Recôncavo da Bahia, pelo Vigário José Nogueira da Silva. 1757)

Outro Engenho do mesmo Colégio se chama da Pitinga e tomou o nome de hum rio, em cuja margem se levantou; nasce este rio, em hua matta chamada *campo do Criollo* quatro legoas fóra dos limites desta Freguesia e correndo pelo territorio da Patotiba no sitio chamado *da Penha* por haver neile nos tempos passados hua Capella dedicada a mesma Senhora, e hum Engenho de fazer assucar, o que tudo está hoje demolido, e se recebem as suas aguas em hum grande tanque feito de paredoens de pedra e cal donde se encaminhão por distancia de meya legoa por hua levada feita a este intento para o Engenho do Conde que mohe com estas aguas, e passando antes de chegar ao Engenho do Conde pelo sitio do Engenho da Pitinga, se diverte da dita levada hum anel de agua, com que tambem mohe este Engenho e as sobras das agoas deste rio, que se não recebem no tanque, buscando como seo curso o mar, segundo a disposição do terreno correm por hum lado do mesmo Engenho, a quem deo o nome, hé navegavel do sitio do Engenho para baixo buscando o mar, no rio de S. Amaro de barcas, que entrão carregadas de lenha para as moages dos Engenhos, e das que sahem carregadas de Caixas de assucar dos mesmos Engenhos para os Trapixes da Cidade; esta navegação não hé pela abundancia de agoa do mesmo rio, mas sim pelas da maré que por elle entra.

Os mais Engenhos deste territorio são o *Engenho de S. Braz*, o *de Santa Catharina*, o *de Santo Antonio*, assim chamados por terem Capellas consagradas aos mesmos Santos; são estes tres Engenhos de beira mar, porque entrando este nas enchentes das marés com grande abundancia de agoas pela barra de Sergipe do Conde, e dividindo-se em varios braços á maneira de rios chega aos ditos Engenhos que tambem em barcas grandes recebem as lenhas necessarias para as suas moages, e conduzem para a Cidade os seus effectos.

ESPAÇO2. RECÔNCAVO: O MUNDO MODERNO/COLONIAL

A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente (BLOCH, 2001, p. 65)

2.1. RECÔNCAVO: HISTÓRIA(S)

Por que a(s) história(s)? O Recôncavo cumpriu um papel fundamental na história moderna/colonial na Bahia e no Brasil. Foi um dos primeiros territórios a serem invadidos e explorados pelos europeus, que extinguiram quase toda a população nativa, e tornou-se um grande foco da indústria açucareira. O sistema de plantio de cana-de-açúcar baseava-se no latifúndio e no trabalho escravo, principalmente, dos povos africanos. Hoje, as desigualdades sociais, marcadas pelas relações raciais, extremas e duráveis, são ainda significativas e a concentração de terras permanece muito forte (alcançando entre os mais altos valores na Bahia).

Se, em 1920, o indicador de concentração de terra¹¹⁴ no município de Santo Amaro, se aproximavam ao valor absoluto (0,979), nas últimas décadas é só levemente menor (oscilando os valores entre 0,872 e 0,915, nos anos 1980-2006) (GEOGRAFAR, 2011; IBGE, 2006), indicando que a distribuição desigual da terra persiste (Figura6). Se observa que, depois de um declínio na primeira metade do século XX, a partir dos anos 70 os valores dos índices, voltam a subir – devido à valorização das terras com a instalação da Petrobrás na região e de indústrias de papel e celulose que adquiriram terras para o cultivo do bambu (SANTOS, 2004). Estes sujeitos, que representam o capital, estão presentes e legitimados na região através do discurso da modernização e, com frequência, entram em conflito direto com as comunidades tradicionais, posseiros e áreas de reforma agrária.

¹¹⁴ Calculado em base ao índice de Gini (que oscila entre 0 e 1), cujo valor 0 indica a falta da desigualdade na distribuição dos imóveis rurais e o valor 1 representa a máxima concentração de terra.

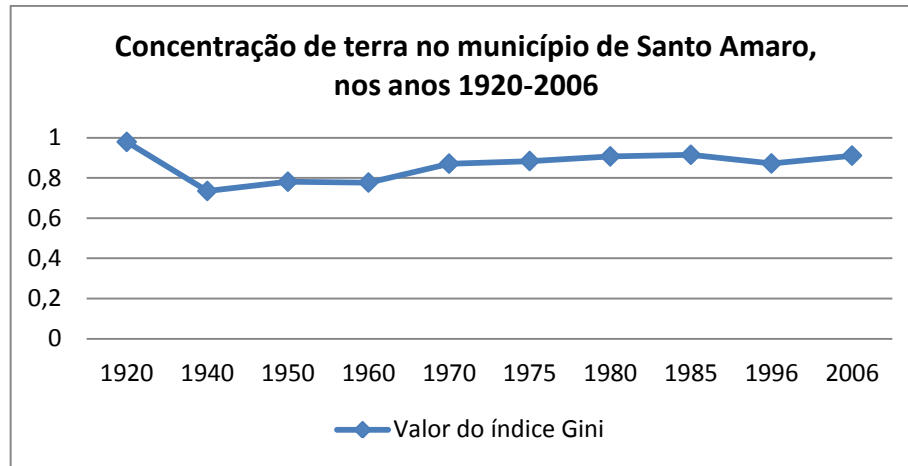


FIGURA6. Gráfico. Evolução da concentração de terra no município de Santo Amaro. (Fonte: GEOGRAFAR, 2011. Elaboração própria.)

Como afirma Marc Bloch, a história não é uma ciência, especificamente, do passado. A tentativa de se deslocar para o Recôncavo do século XVI é trazer o passado para o presente, e levar presente para o passado, e neste movimento dialético se aproximar à uma compreensão maior “dos homens, no tempo” que são o principal objeto da história (BLOCH, 2001). Tal ideia vem complementada pela seguinte reflexão de Walter Benjamin:

O historicismo se contenta em estabelecer um nexu causal entre vários momentos da história. Mas nenhum fato, meramente por ser causa, é só por isso um fato histórico. Ele se transforma em fato histórico postumamente, graças a acontecimentos que podem estar dele separados por milênios. O historiador consciente disso renuncia a desfiar entre os dedos os acontecimentos, como as contas de um rosário. Ele capta a configuração, em que sua própria época entrou em contato com uma época anterior, perfeitamente determinada. (BENJAMIN, 1987, p. 231)

Neste processo, preciso prestar atenção nas continuidades e nas rupturas com o sistema colonial e nos processos de resistência nelas implicados que, nem sempre, são foco da História, ensinada na escola. História, em maiúscula, no sentido de uma história que se diz universal, é contada a partir do centro dominante e, em consequência, silencia todas as outras narrativas, deslegitimadas enquanto “histórias”. Como avançar para além da História dos vencedores, com os quais os investigadores historicistas tem tido mais empatia? (BENJAMIN, 1987).

Por um lado, fazer o esforço de multiplicar os olhares através das contribuições da nova historiografia da escravidão. Esta destaca a agência dxs escravizadx, quebrando com o mito da passividade vs. rebeldia aberta e demonstrando um leque amplo de caminhos que as pessoas em condição escrava percorriam para sobreviver e viver. O Recôncavo conta com uma série de pesquisas neste sentido (SCHWARTZ, 1988; BARICKMAN, 2003; FRAGA,

2006). Por outro lado, partir da história local da área hoje ocupada pelo PA Eldorado e captar o imaginário que parte dxs próprixs sem-terra: suas narrativas, memórias e silêncios em respeito deste passado remoto, seus resquícios e desdobramentos hoje.

2.1.1. As ruínas, entre mangue e massapé

Os rumores sobre um projeto de revitalização de um antigo cais de Santo Amaro, aparentemente localizado dentro da área do PA Eldorado, do lado de um antigo alambique (Figura7) me surpreenderam. Nunca tinha ouvido da existência de um porto nas redondezas. Também me alarmaram – por causa dos possíveis impactos socioambientais que este tipo de empreendimento, com diversos interesses econômicos das indústrias e do setor turístico implicados, poderiam ter na área do mangue e pesca, usufruídas pelas comunidades vizinhas.

A pesca artesanal e a mariscagem fazem parte do modo de vida dxs moradorxs da comunidade da Pitinga e de São Braz, sendo sustento principal de várias famílias. Na área de reforma agrária do PA Eldorado também é uma prática, sobretudo, para consumo próprio. O mangue é chamado de “*pão do povo*”¹¹⁵ que já garantiu a segurança alimentar nos momentos mais difíceis.

G: Eu só sei pegar sururu. R: Eu também. G: Se eu for pegar aquele caranguejo, siri, aratu, vou ficar sem dedo da mão [risada], porque vão morder tudo, arrancar... R: Eu pa poder pegar, tenho que matar primeiro, pa poder pegar [risada]. É o único jeito de eu ficar com os dedos na mão. T: Mas morto não pode comer, que amarga. [Eu: Como faz então?] R: Tem gente que bota luva na mão pa poder pegar o caranguejo. T: Mas Luisinho [pai de criação] pega, pega tudo o que tiver na maré. Ele vai, e neste instante ele volta. G: No outro dia ele... T: Ele só pega de noite. G: Ele foi de noite, oxe, não levou uma hora, voltou com um balde cheio de aratu. Um bocado de aratu mesmo. R: É porque ele cega com lanterna. Coloca no olho do siri. (Grasiele, 19 anos; Robert, 16 anos; Thais, 20 anos; filhxs de uma assentada no PA Eldorado, abril 2016)

O porto seria reconstruído na beira da maré, ocupando parte da reserva da área da reforma agrária, mas até a conclusão desta pesquisa ninguém soube de mais dos detalhes do projeto, que não foi oficialmente apresentado à assembleia do PA. A minha curiosidade, no entanto, foi despertada mais ainda quando algunxs assentadxs me falaram que tal cais era “antigo mesmo, do tempo dos escravos”. Varias pessoas sabiam da sua existência, mas poucas pessoas tinham ido até lá (eu também não consegui).

¹¹⁵ Conversa na casa de Dona Lucia, agosto de 2015.

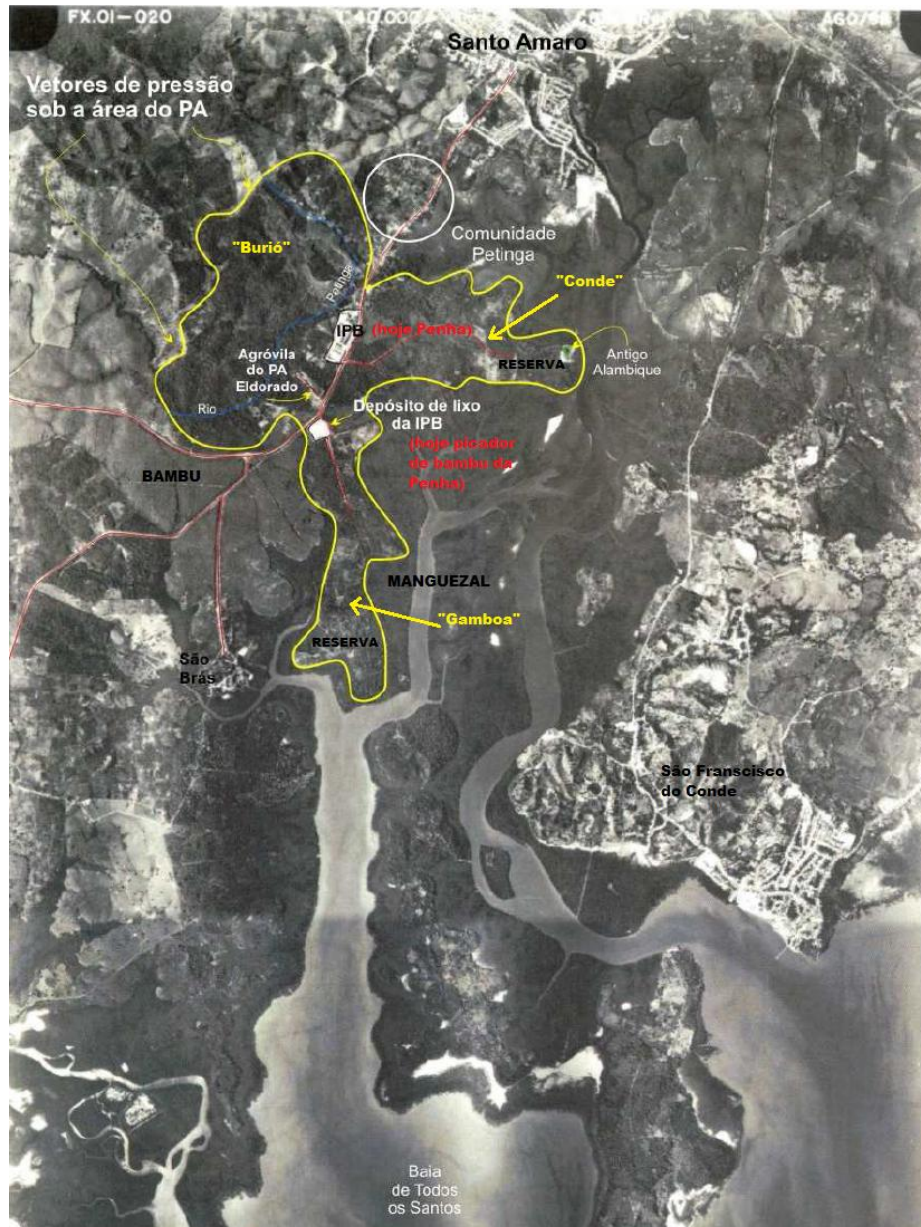


FIGURA7. Mapa. Produção do espaço no PA Eldorado. Elaborado por Cirlene Santos em 2004 (SANTOS, 2004: 178), com algumas modificações minhas¹¹⁶. Fonte: CONDER (Salvador, BA). Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador (SCAR – RMS): foto aérea. Santo Amaro, 1998. Fx 0, nº 018, 019, 020. Escala 1:40.000.

Eu pegava jenipapo por lá, ai tudo por dentro, ai já vinha com facão, por dentro das matas. E tem o caminho certinho ainda, tá entendendo, é cascalho. Esse cascalho vermelho, esse ai mesmo que tem ai. Agora, quando chega bem lá na frente, do lado esquerdo tem um poço, um tanque que os animal bebia água. Agora do tanque pra lá já é massapé, ta entendendo, já é massapé. Agora quando chega de lá perto da usina, que era usina, ali é cheio de cascalho, casca de ostra, bocado de coisa, ta entendendo (Paco, 48 anos, assentado no PA Eldorado, abril de 2016)

¹¹⁶ Atualizações (dono da fábrica de papel e instalação do picador) e indicações do manguezal, as reservas, das três áreas internas do PA, a área de bambu e localização de São Francisco do Conde.

Antigamente a água era muito mais funda naquele local, onde até hoje dá para perceber os restos da construção do antigo cais:

Lá mesmo ainda vê o tipo de era, os alicerces de pedra, onde que era cais, onde as embarcações encostava, né, ainda dá pra ver, os alicerces de pedra beirando a maré (Seu Fausto, abril de 2016)

O caminho de cascalho vai por entre das terras de massapé, uma das características do assentamento. É um solo argiloso – quando úmido se expande e quando seco se contrai, endurecendo como pedra¹¹⁷. Nas épocas de chuva vira lama dificultando o deslocamento dentro da área. É uma terra fértil, mas “manhosa” – tem que saber plantar nela. Grande parte dxs assentadxs lembra que ao chegar no PA não tinha experiência neste tipo de solo. Foi, entre outros, o massapé, excelente para o cultivo de cana-de-açúcar, que atraiu os engenhos especialmente para esta parte do Recôncavo.

Aqui teve engenho. Já estive lá fora no Conde. Ainda tem uma parte das parede que fizeram, tem o bueiro ainda, o bueiro... só que ninguém consegue subir não, porque é cheio de abelha, hoje é cheio de abelha por dentro, as abelha fez casa. Mas ainda tem as estruturas lá no Conde. Que na época que eu tinha umas cabecinhas de gado aqui, ficava lá no Conde, ai eu, finado L., G., P. quando ia espisar os bicho, a gente passava sempre de junto, as vezes eles estava tudo assim, de junto da estrutura da parede (Seu Fausto, abril de 2016)

Entre os matos na beira do mangue, uma área do Eldorado chamada de Conde, escondia as ruínas de um dos primeiros engenhos de cana-de-açúcar, instalados em volta a Kirimurê (em tupi, “o mar grande interior”, batizado pelos colonizadores¹¹⁸ como a Bahia de Todos os Santos), no processo da invasão portuguesa (Figura8).

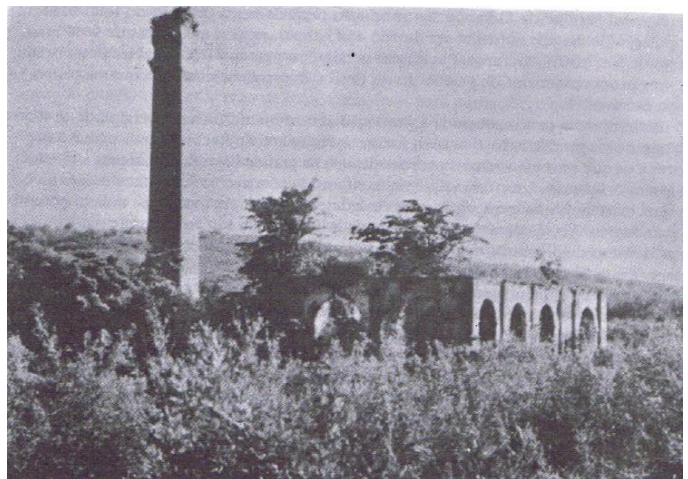


FIGURA8. Foto. Ruínas do Engenho (Sergipe) do Conde, nos 80 do século XX¹¹⁹(Autor: Stuart Schwartz, Fonte: SCHWARTZ, 1988, p. 91).

¹¹⁷ Por isso, considera-se problemático para construção civil.

¹¹⁸ Sem marcar o gênero não-binário neste caso, por ser o colonizador a representação do poder colonial de homem branco (heterossexual) e cristão.

¹¹⁹ As fotos mais atuais da estrutura (2006) encontram-se no Centro de Referencia de Documentação de Santo Amaro (SOUZA, FREITAS e FREITAS, 2009) e não puderam ser reproduzidas aqui. As paredes estão ainda conservadas assim como a chaminé que foi instalada no século XIX, junto com as moendas a vapor.

Longe da estrada e dos olhos de quem não transita pela roça, as ruínas do engenho e do porto do Conde são conhecidas por algunxs moradorxs dos povoados vizinhos que coletam frutas na região e por assentadxs, cujos lotes encontram-se nas proximidades do Conde (veja-se: Figura8). A minha ideia de ir até lá não encontra muita ressonância: “*é muito longe*”, “*eu que não vou*”, “*tá cheio de mato*”, “*lá só tem cobra*”, “*Deus é mais*”. Afinal eu também desisto¹²⁰, mas vou recolhendo, aos poucos, cada vez mais vestígios¹²¹ através das imagens, memórias e re-invenções que são produzidas no assentamento em torno desta história. “*É um lugar que quase ninguém vai lá.*”, diz Luciana, de 39 anos, filha de um dos assentados mais antigos. O companheiro dela confirma e lembra:

Já tem muito tempo já, que eu passei assim, jenipapo por dentro, eu não sabia andar ali, nesse local, ai eu vou catando jenipapo, catando jenipapo, daqui a pouco me bato com aquela casa, uma grande lá... Ai fiquei assim cismado, ficou um negocio assim... [Luciana: Que fala que ali morria gente e tudo...] Fiquei logo cismado, sai de junto, voltei. Eu voltei... [...] Não é tal de medo não, é que fiquei muito cismado... [silencio] Já catei goiaba assim ó, no lugar que é alto e ele fica em baixo assim, perto da maré, dava pra ver tudo. Hoje tá cheio de mato lá por dentro. (Paco, abril de 2016)

Estas narrativas trazem um clima peculiar. Parece que ninguém quer muito tocar no assunto, as lembranças vêm com a minha insistência e fôlego (em alguma medida, contagiante) de conhecer melhor a(s) história(s) do engenho. Eu estou no meio das leituras do livro de Walter Fraga (2006) e, durante as conversas, também vou compartilhando as minhas descobertas. Tem algo de desejo de distância nas experiências diretas ou indiretas das pessoas com as ruínas. Ao mesmo tempo, as narrativas ganham força quando alguém acaba entrando no assunto. Também a força de certo silêncio.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (POLLAK, 1992, p. 201)

Desta forma, as narrativas sobre o engenho que ouço no Eldorado, mesmo que individuais, estão profundamente relacionadas à forma com que se construiu hegemonicamente a memória coletiva em torno da escravidão. A construção nacional do

¹²⁰ Em parte, por causa do aumento da violência na região e um caso de homicídio dentro da área do PA, durante o período da pesquisa. Este acontecimento trágico repercutiu no clima dentro do assentamento, sensação de insegurança e propagação do medo de andar na roça, especialmente sem companhia.

¹²¹ “[...] o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser um conhecimento através de vestígios. Quer se trate das ossadas emparedadas nas muralhas da Síria, de uma palavra cuja forma ou emprego revele um costume, de um relato escrito pela testemunha de uma cena antiga, o que entendemos efetivamente por documentos senão um ‘vestígio’, quer dizer, a marca, perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar?” (BLOCH, 2001, p.73)

Brasil implicou um silenciamento da experiência do cativo – o que, por alguns autores, é interpretado como resultado de uma necessidade de encontrar um *modus vivendi* com a lembrança traumatizante num novo contexto (POLLAK, 1989). Neste caso, em princípio, o desejo do distanciamento existe tanto do ponto de vista do Estado-nação quanto dxs descendentes dxs escravizadxs.

Silêncio, medo e desconfiança – as narrativas dxs moradorxs as ruínas suscitam sensação de um lugar “pesado”, “forte”, relacionada com o passado e com o mistério. Me contaram¹²² que um assentado uma vez foi lá cuidar do boi, acompanhado por suas sobrinhas. Enquanto elas mariscavam, ele, com curiosidade, foi olhar dentro do bueiro. Do nada, apareceu *um nego* com os dentes cheios de sangue, olhando e sorrindo. O jovem, assustado, chamou as meninas para ir embora e, na volta, viu mais dois “caras” seguindo ele.

O pessoal antigo fica com medo. Eles acham que aqueles escravos, aqueles pessoal que morreu antigamente... ai gosta de meter medo, fazer esse tipo de coisa. Acho assim, que esse pessoal mais velho tem ainda aquele rancor ainda... (Aristides, 44 anos, assentado no PA Eldorado, junho 2016)



Lembrei de uma imagem do Nego fugido de Acupe (Figura9).

FIGURA9. Foto. Nego fugido – manifestação cultural que encena a fuga dxs escravizadxs e conta a história da sua perseguição, captura e libertação, nas ruas de Acupe. (Autor da foto: André Felipe R Argôlo¹²³)

O mistério gera também de curiosidade, fascinação e alimenta a imaginação. Uns dizem que debaixo do engenho tem muita coisa guardada, tem ouro. Já encontraram uma bandeja de prata soterrada, lá no Conde. “*Dizem que o casarão tem 300 janelas, dizem*”¹²⁴.

Lá você vai olhar tudo, aonde os cara guardava os morto, trancava, botava os cara vivo e ai fechava com parafuso, o parafuso é assim grossão ó, forte mesmo, ai tem aquelas cama assim, tem aqueles lugares aonde eles batia nos caras, tem umas coisas estranhas, rapaz. Se você chegar lá, não sei se ainda tem a casa encima que tinha, não sei se já caiu, mas você vê embaixo assim ó, os lugares embaixo assim ó, o chão, lá onde eles faziam os trabalhos deles... Incrível mesmo, você fica parado com

¹²² Daquela vez cheguei no meio de uma conversa que contava esta história. A pessoa com a que tinha feito entrevista no dia antes, agora estava comentando o assunto com outra, intercambiando e multiplicando as narrativas.

¹²³ Fonte: www.obomdoacupe.com/

¹²⁴ Conversa com Dona Dinha, outubro de 2015.

aquilo ali. (...) Lá era engenho deles, sabe, aonde eles ficava. Ai tinha aonde ele ficava, tinha o lugar onde ele colocava os cara, os trabalhador dele, matava, quando ele pegava prendia debaixo do cimento, da cama dele assim, de cimento, e tinha, tem uns parafuso assim, enormes, que apertava e não conseguia sair dali. Parafuso mesmo. (Aristides, junho de 2016)

“*Os parafusos*” enormes – através da imagem dos parafusos, nesta e outras conversas (não gravadas), Aristides conta a sua experiência direta no local e constrói uma representação do cativoiro.

O engenho Sergipe (do Conde) foi fundado ainda no s. XVI (em 1563) por Mem de Sá, o terceiro governador-geral, nas terras que faziam parte de uma grande sesmaria¹²⁵. O seu “engenho de asuques” era grande, localizado em área privilegiada (no fértil massapé) e movido à água – estas características lhe concederam o status de um engenho “real” e, no século XVII, o título de “Rainha do Recôncavo” (SANTANA, 2015). Na época, era descrito da seguinte forma: “está mui fabricado de casa forte e de purgar, com grande máquina de escravos e outras benfeitorias [...], canaviais, roças de mantimentos” (SOARES DE SOUZA, 1587, p. 153) e pastagens.

Após a fundação, Mem de Sá doa o engenho para um amigo, que depois renuncia em favor do filho deste, Francisco de Sá. O processo das sucessivas doações foi cheio de ilegalidades¹²⁶, além do uso irregular das terras que, de fato, permaneceram nesta época nas mãos de Mem de Sá que dispunha delas como se fossem a propriedade dele¹²⁷. Depois da morte do pai e do filho (no mesmo ano), o engenho passa para Felipa de Sá e dom Fernando de Noronha, o conde de Linhares, seu esposo. É a partir deste momento que o engenho vai ser chamado de Sergipe do Conde ou, simplesmente, engenho do Conde¹²⁸. Entre 1576 e 1618 ficou nas mãos do casal que eram proprietários absenteístas: não moravam no local que era governado através de administradores mandados de Portugal. Segundo o Tratado descritivo do Brasil, de 1587, dentro da extensa propriedade tinha partes de terra “na qual se podem

¹²⁵ Através do sistema de sesmarias, a Coroa portuguesa (proprietária exclusiva da terra), concedia o uso da terra (com direito à herança) aos colonos que tinham que dispor de capital para investir nos cultivos que seriam destinados para o mercado europeu. Este sistema garantia a instalação da *plantation* na colônia. A sesmaria de Mem de Sá correspondia aos atuais municípios de Saubara, Santo Amaro da Purificação, São Francisco do Conde, São Francisco do Paraguassú e São Sebastião do Passé.

¹²⁶ Tanto a doação original como a transferência subsequente era ilegal do ponto de vista do código que regulava a distribuição das sesmarias que não podiam ser auto-concedidas aos governadores nem aos seus filhos. Os donatários precisavam morar na colônia e não se permitia transferência em menos de três anos da doação original (SCHWARTZ, 1988, p. 394)

¹²⁷ “Pode-se dizer que o engenho do Conde na foz do rio Pitinga era a segunda residência do Governador Mem de Sá, dada a frequência das suas visitas” (PAIM, 2005, p. 16).

¹²⁸ Ambos os nomes são usados em documentos diferentes e análises historiográficas, dependendo da época. Nas suas pesquisas, Stuart Schwartz prefere a denominação Sergipe do Conde enquanto Walter Fraga fala do engenho do Conde. Ao longo deste texto, vou optar pelo segundo nome.

fazer dois engenhos, os quais não são feitos por ser esta terra do engenho do conde de Linhares e não a querer vender nem aforar” (SOARES DE SOUZA, 1587, p. 153). Desta forma, se reproduzia a concentração de terra da sesmaria.

A filha de Mem de Sá, no seu testamento, deixava todos os bens, localizados no Brasil e Portugal, ao Colégio Jesuíta de Santo Antão, em Lisboa, o que entrava em contradição com o testamento do pai que destinava os seus bens no Brasil para o Colégio Jesuíta na Bahia. Isso causou um conflito longo entre os dois colégios jesuítas¹²⁹ a partir de 1618 que seguiu até 1676, quando o Colégio de Santo Antão entrou em plena posse da propriedade, que passou a ser administrada por padres mandados periodicamente de Portugal. Em 1624, o engenho é atacado por holandeses e parcialmente destruído. Os jesuítas eram os maiores senhores de engenho entre as ordens religiosas e, por mais que isso pudesse entrar em contradição com a sua doutrina, produziam açúcar dentro do mesmo sistema que os outros: usando a força de trabalho escrava e dependendo dos mercados internacionais. Em 1745, os padres compram o vizinho engenho Pitinga que, junto com engenho do Conde, após a expulsão da ordem do Brasil (em 1759), é submetido a pregão e cai nas mãos de particulares. Ambos os engenhos passam juntos por várias mãos e em meados do século XIX viram propriedade do barão de Pirajá (SCHWARTZ, 1988).

O engenho do Conde possuía o maior porto da região, que ao longo dos próximos séculos, junto com o porto de Salvador, foi uma das principais entradas de africanxs escravizadxs na Bahia. Na segunda metade do século XIX, foi inaugurada a linha regular de navegação a vapor entre Santo Amaro e a capital (Figura10).



FIGURA10. Foto. Antigo porto e saída do bonde para a cidade de Santo Amaro (autor e data desconhecidos), Fonte: Acervo do Centro de Referência e Documentação de Santo Amaro

¹²⁹ O conflito entre jesuítas gerou uma quantidade grande de material por causa do seu processo jurídico complexo e prolongado o que acabou documentando bem a história do engenho naquela época. Para detalhes do conflito, veja-se: SCHWARTZ, 1988, pp. 393-399

No final de século XVIII, 90% dos 221 engenhos da Bahia encontravam-se nesta região (BARICKMAN, 2003, p. 40) - o Recôncavo açucareiro¹³⁰, que correspondia às futuras vilas de Santo Amaro, São Francisco do Conde e à área de Santiago de Iguape¹³¹, além das proximidades de Salvador (paróquias de Cotegipe e Matoim). Ao longo do século XIX, a quantidade dos engenhos no Recôncavo cresceu de 292 (em 1818) a 635 (em 1873) e as áreas de canaviais pararam de se concentrar na margem norte da baía para espalhar-se pelas freguesias de toda a região (BARICKMAN, 2003, p. 80). A economia da colônia se fundamentava no sistema escravista e tal expansão dos engenhos foi possível, principalmente, devido ao aumento do volume do tráfico humano, da África para Bahia, entre o século XVIII e XIX¹³².

No início da colonização (em 1591) no engenho Sergipe (do Conde) xs indígenas constituíam ainda a maior parte dxs 146 escravizadx (SCHWARTZ, 1988, p. 287). Nas suas proximidades, nas “terras do Sergipe” de Mem de Sá, existia um aldeamento de indígenas¹³³, do qual não se sabe muito, por ter sido um empreendimento particular (jesuítico), exceto o fato de xs índixs trabalharem no engenho de açúcar dos padres (ou seja, já no século XVII) e numa outra propriedade vizinha (PARAÍSO, 2011). Muitxs eram tupinambás¹³⁴, o povo que habitava a região de Kirimurê na época da invasão e que foram dizimadx durante a expansão portuguesa¹³⁵. No entanto, havia também indígenas de outras etnias, de outras partes da

¹³⁰ Além da região da cana-de-açúcar, distingue mais duas zonas agrícolas: a do fumo, em Cachoeira, e de mandioca, nas vilas do sul - Maragogipe e Jaguaripe. Ambas as culturas preferem solos arenosos e leves, a diferença da cana. Se o fumo era destinado principalmente para exportação para Europa e África Ocidental (onde frequentemente trocado por escravizadx), já o cultivo de mandioca respondia às demandas de subsistência e de mercado interno, tanto rural quanto urbano (BARICKMAN, 2003)

¹³¹ Hoje um dos distritos do município de Cachoeira, na época paróquia independente. O seu nome vem do tupi e significa local “no seio da água”.

¹³² Entre na última década do século XVIII e a primeira do século XIX às costas da Bahia são trazidxs entre 108 e 146 mil africanxs escravizadx (dependendo das estimativas) (SCHWARTZ, 1988, p. 283).

¹³³ Entendendo por aldeamento, neste contexto, espaços ocupados por indígenas que eram administrados por particulares (missionários) ou administradores régios. Neste sentido, diferenciavam-se de aldeias que eram unidades de povoamento indígena que mantinham sua autonomia, não sendo administradas por atores externos. “Os aldeamentos eram vistos como solução para as constantes fugas das aldeias e para as dificuldades de disciplinar os catecúmenos, além de localizá-los em pontos de interesse estratégico em termos militares e econômicos. Era nesses espaços que também se efetivava o deslocamento do eixo do poder político, passando das mãos de caciques e pajés para a dos jesuítas e administradores coloniais. (...) Assim, os aldeamentos eram o grande projeto pedagógico-institucional de educação completa, núcleos de defesa dos povoados coloniais, além de garantirem o fácil acesso aos trabalhadores indígenas pelo Estado e por particulares.” (PARAÍSO, 2011, p. 85-86).

¹³⁴ No inventário do engenho de Sergipe, entre 1572 e 1574, figuravam vários nomes de procedência tupi. Veja-se: SCHWARTZ, 1988, p. 60

¹³⁵ As incursões militares contra as aldeias dos povos originários se intensificam com os governos de Mem de Sá, resultando na Guerra do Paraguaçu em 1570.

capitania, muitas vezes trazidos em expedição de “resgate”¹³⁶, como no caso de mais de 50 índios, segundo o inventário do engenho do Conde em 1574 (SHWARTZ, 1988).

Naquela época, os indígenas escravizados eram chamados de “negros da terra” que os distinguia dos africanos em condição escrava, “os negros de guiné”. A partir destas denominações, a categoria racial relacionava-se diretamente à condição de submissão (OLIVEIRA, 1997) dando origem a uma série de hierarquizações estruturadas em torno da raça, como veremos mais adiante. Guiné foi a primeira região de procedência dos africanos em condição escrava no Brasil, que abriu o primeiro ciclo de tráfico transatlântico, seguido por Angola (século XVII), costa da Mina (os três primeiros quartos do século XVIII) e baía de Benin (1770-1850) (VERGER, 1987). Estes portos de embarque de uma diversidade de etnias diferentes originaram algumas denominações de africanos no Brasil, mesmo sem corresponder à territórios fixos nem grupos homogêneos. As novas categorizações reforçavam a racialização da condição escrava, negavam o reconhecimento de origem dos grupos, dividiam e hierarquizavam povos diferentes, numa prática de dominação e aniquilação cultural.

No entanto, os africanos, que no século XVIII eram a maior população escravizada¹³⁷ (do lado dos crioulos, nascidos já no Brasil, em condição escrava), no novo contexto, resignificavam as suas identidades e geravam diversas estratégias de resistência. Alguns nomes das “nações” africanas até hoje marcam presença no universo do candomblé¹³⁸, religião de matriz africana, demonstrando os processos sincréticos entre elas (jeje-nagô, nagô-ketu, jeje-mahi, angola etc.) e a influência de uma diversidade etnias diferentes, nos rituais (COSTA LIMA, 1976; PARÉS, 2006). O culto aos orixás, voduns ou inquice era na época da escravidão uma das formas de preservação de alguns elementos da(s) cultura(s) africana(s) e recriação de outros, além de ser um importante espaço de laços de solidariedade e resistência

¹³⁶ Em termos legais, a escravização dos povos originários durou pouco (aproximadamente de 1500 a 1570), mas os portugueses acabaram desenvolvendo outras formas de coerção para obter a mão de obra indígena na grande lavoura. Capturavam-se os índios de etnias diferentes através da “guerra justa” contra os que se recusavam de reconhecer a soberania portuguesa ou os missionários católicos e através de expedições de “resgate” das mãos dos inimigos tradicionais. Desta forma, se conseguiam cativos sem denominá-los como “escravos” e, no entanto, forçando-os a trabalhar. (SCHWARTZ, 1988)

¹³⁷ Em São Brás, engenho vizinho ao Sergipe do Conde e Pitinga, em 1739 tinha 69,4% africanos, entre Minas (minas, jejes, calabares, ardas) que já predominavam e Angolas (angolas, são-tomé, benguelas, congos, gagos) (SCHWARTZ, 1988)

¹³⁸ Os sudaneses (o grupo iorubá ou nagô) corresponderiam com as nações Ketu, Efan, Ijexá ou Nagô Egba; os daometanos são representados pelas nações jejes: Fon, Éwé, Mina, Fanti ou Ashanti; os grupos islamizados – os Fulas, Mandingas e Haussas; os bantus do grupo angola-congolês: Angola, Congo e Cabinda (BASTIDE, 1971)

política. Muitos dos reis e rainhas africanos podem ter se transformado em sacerdotes africanos (REIS, 1995/96, p. 33) e acabaram liderando várias revoltas escravas.

Se, no início da colonização o engenho do Conde se destacava, com quase 300 pessoas em condição escrava¹³⁹, nos últimos anos do sistema escravista foi o engenho do Pitinga que ganhou o protagonismo na região – onde se realizava a moagem da cana, cultivada em outros engenhos vizinhos. Esta mudança se expressa nos número de escravizados neste período que no Conde diminuiu de 106 (em 1871) para 41 (em 1887), enquanto no Pitinga houve uma queda menos brusca: baixou de 127 (em 1871) para 93 (em 1887).

No entanto, também este último sofre um forte declínio nos últimos anos antes da abolição: a casa-grande era descrita nos inventários como “muito velha”, com “soalho estragado”, “muito baixa” e sem condições suficientes de moradia. As senzalas, feitas de taipa sobre esteios de madeira, cobertas de telhas, estavam “arruinadas” e havia apenas 20 senzalas para quase cem pessoas. Segundo Fraga, os inventários nem sequer incluíam as moradias dos escravizados naquela época pela sua extrema precariedade e falta de valor. Além disto, provavelmente nos últimos anos da escravidão os ex-escravos livres construía casas distantes da residência do senhor e levavam para lá os parentes ainda em condição escrava (FRAGA, 2006).

As ruínas do engenho Pitinga nos primeiros anos do século XXI encontravam-se ainda à margem do rio Pitinga, a uns 200 metros rio abaixo, depois da ponte da fábrica de papel (SOUZA, FREITAS, FREITAS; 2009)¹⁴⁰. Outras, provavelmente do engenho Penha¹⁴¹, escondem-se entre os bambus, segundo o relato de Aristides.

Aqui do lado da [área da] Penha, que a gente tem roça desse lado, dentro desse bambu tem um engenho velho também. Aonde eles morava também, as tapera assim, tem essas tapera velha que eles morava, sabe, dentro do bambu. Que ali não tinha bambu, sabe, coisa deles era cana, plantava cana, não tinha esse negocio de bambu não. (Aristides, junho de 2016)

No final do século XIX (1878) existia em Santo Amaro 129 engenhos (SOUZA, FREITAS, FREITAS; 2009). Através desta região do Recôncavo é possível contar boa parte da história do Brasil – a sua inserção do mercado internacional, as origens da sua construção nacional e as transformações (e continuidades) sociais ao longo dos séculos. Nas

¹³⁹ No seu testamento, em 1618, Filipa de Sá afirmava possuir o engenho 282 cativos e as estimativas para o início do século XVIII são de 200 a 250 escravos (SANTOS DE SOUZA, 2009).

¹⁴⁰ No livro, disponível no Centro de Referência de Documentação de Santo Amaro, há fotos das ruínas do engenho Pitinga.

¹⁴¹ O nome igual que o da fábrica parece ser mera coincidência, já que Penha Papeis foi fundada em São Paulo.

proximidades no PA Eldorado e outras áreas de reforma agrária do município existem restos de vários engenhos e capelas antigas que, com a sua materialidade, podem virar lugares de memória. Os historiadores do Centro de Referência de Documentação de Santo Amaro¹⁴² mapearam todos os engenhos em Santo Amaro e localizaram as ruínas existentes (SOUZA, FREITAS, FREITAS; 2009). No entanto, não conseguiram apoio suficiente para transformar a pesquisa num projeto educativo (inclusive com visitas aos engenhos), como tinham idealizado.

A sensação é de uma história que, em alguma medida, não quer ser lembrada. Os silêncios que perpassam as narrativas em torno do antigo engenho do Conde são significativos e remetem a um dos tabus da sociedade brasileira – a escravidão. A história da população negra do Recôncavo traz, sobretudo, imagens de sofrimento e violência a partir das quais se constrói mais uma relação de distanciamento do que uma identificação afirmativa com o passado. Isso constitui uma marca importante no processo de construção da memória coletiva (HALBWACHS, 1990), que vai trazer uma série de reflexões para pensar a identidade e territorialidade sem-terra.

Até hoje lembro a surpresa de algunxs adolescentes no assentamento quando contei que, antes dxs sem-terra, foram xs índixs e africanxs que moravam e plantavam aqui. Esta história local é uma fonte muito rica de conhecimento, mas que não é trazida de forma viva e próxima pela escola. Ao longo desta pesquisa conversamos bastante sobre isso com xs assentadxs e algunxs compartilharam a necessidade de aproximar-se desta história, através do próprio território do assentamento, pensando especialmente na educação das crianças.

Podia chegar na prefeitura, pedir um trator, fazer aquela estrada do Conde, dar uma raspada, com que um carro pudesse ir até lá, a professora pegar os alunos, levar e, mesmo que não encostasse de junto, mas, vamos dizer, daqui pro outro lado, dá pra eles ver o bueiro, dá pra ver a estrutura do engenho, para ela conversar com os menino o que ocorria aqui. Cadê? Cadê que não acontece nada disso? [...] Quer dizer, os alunos já ia estudar como foi isso aqui, aqui já foi engenho, já teve escravo, aqui já teve cana, que apanhava pra ir trabalhar, quer dizer, ele já ia passar saber de muitas coisas. (Seu Fausto, abril de 2016)

Neste sentido, elaborei durante esta pesquisa também um material adicional, que se encontra no Apêndice B, que diz respeito à diferentes formas de resistência, registradas pelas fontes históricas especificamente no engenho do Conde e Pitinga. Ele pode servir de base para construir conteúdos em diferentes linguagens para discutir a questão da raça, gênero e a luta

¹⁴² O acervo, criado pelo professor Raimundo Arthur, encontra-se na frente da praça do Rosário, no centro de Santo Amaro e abre de manhã.

histórica pela/na terra¹⁴³. É importante perceber que as ruínas, abandonadas por humanos e habitadas por abelhas, guardam também memórias de luta e resistência.

2.1.2. Resistência negra na escravidão

Eis a guerra dos escravos começada e seus resultados incalculáveis (as palavras de um oficial da marinha francesa em missão na Bahia, depois da revolta na ilha de Itaparica, em 1822)¹⁴⁴

As rebeliões e outros tipos de resistência negra no Recôncavo registradas pelos estudiosos (REIS, 1992; SCHWARTZ, 1988; FRAGA, 2006) se concentravam na região açucareira e a sua intensidade estava relacionada com as extensas redes que a população escravizada desenvolvia na região (graças à proximidade geográfica entre os engenhos e a pouca distância da capital, Salvador). Isso permitiu um intercâmbio permanente entre as pessoas em condição escrava de diferentes propriedades que, apesar das restrições, circulavam nas feiras e festas das vilas e também entre os engenhos (muitas vezes do mesmo proprietário), fortalecendo estes laços através de relações rituais e de parentesco, como compadrio e batizado¹⁴⁵, casamento e sepultamento. As notícias em torno dos levantes, fugas e outras movimentações circulavam, portanto, com bastante facilidade (FRAGA, 2006).

As fugas frequentemente resultavam na criação de mocambos ou quilombos que eram comunidades que se organizavam e sobreviviam de forma autônoma, principalmente de agricultura e extrativismo. Eles juntavam principalmente africanxs de etnias diferentes e crioulox que formavam novos laços de solidariedade e recriavam as suas culturas no seu interior. Outros sujeitos constituíam uma minoria: fugitivos de justiça secular e eclesiástica, soldados desertores, aventureiros, vendedores, índios....

Embora em lugares protegidos, os quilombolas na sua maioria viviam próximos a engenhos, fazendas, lavras, vilas e cidades, na fronteira da escravidão, mantendo uma rede de apoio e interesses que envolvia escravos, negros livres e mesmo brancos, de quem recebiam informações sobre movimentos de tropas e outros assuntos estratégicos (REIS, 1995/96, p. 18).

¹⁴³ A construção de um teatro de bonecos e contação de histórias, junto à escola do PA e o MST, estão entre os projetos possíveis que, ao mesmo tempo, seriam uma forma de dar um retorno da pesquisa.

¹⁴⁴ Fonte: Anais do APEBA, 41 (1975), p. 128; Cartas baianas, 1821-1824, organizadas e anotadas por Antonio de Oliveira Pinto da França, São Paulo, Nacional/UERJ, 1980, p.60, In: REIS, 1992, p. 110

¹⁴⁵ As relações de compadrio no Recôncavo demonstram amplas redes das populações escravizadas com outros grupos sociais e constituem um mecanismo de proteção e solidariedade (especialmente no caso da relação afilhado escravizado-padrinho livre), mas mantém a hierarquia racial e de status social. In: SCHWARTZ, Stuart e GUDEMAN, Sephen. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. *Escravidão e invenção da liberdade*. João J. Reis (org.). São Paulo, Brasiliense, 1988, pp. 33-59

As revoltas se intensificaram na primeira metade do século XIX. Um dos levantes mais sérios no Recôncavo aconteceu em Santo Amaro e São Francisco do Conde, no dia 12 de fevereiro de 1816, durante uma festa religiosa. Era comum aproveitar as datas de festejos, dias livres de trabalho, para as rebeliões escravas¹⁴⁶. Os escravizados de engenhos diferentes, retornando da celebração, de forma espontânea incendiaram alguns engenhos, atacaram a vila de Santo Amaro e mataram os que não quiseram se juntar à sublevação. O movimento durou quatro dias e causou pânico generalizado entre os grandes e pequenos proprietários dos engenhos, mesmo depois da repressão da revolta. Neste clima nervoso, se formaram alguns grupos ilegais que foram matando negros, cativos e forros, mesmo estes sendo pacíficos. O coronel que comandou a ação das milícias contra os rebeldes recebeu o título de “Salvador do Recôncavo” enquanto os proprietários se reuniram em São Francisco do Conde em busca de soluções políticas mais duradouras¹⁴⁷ (SCHWARTZ, 1988; REIS, 1992).

Várias revoltas, que resultavam na morte de feitores ou senhores, eram respostas totais à violência praticada diariamente nos engenhos. A própria Coroa portuguesa apoiava o exercício de penas e açoites, sempre que realizado com “moderação” e sem excessiva crueldade, visando manter a disciplina e o máximo do trabalho, sem risco de rebeldia, assassinato e incêndios¹⁴⁸ (SANTOS DE SOUZA, 2009). Mas não era só através dos castigos que os senhores mantinham sua autoridade e ordem. A ideologia senhorial paternalista era uma arma poderosa de sujeição – abria espaço de negociação com os senhores e possibilitava aproveitar o sistema para benefício próprio, como mais autonomia e lazer ou melhores condições de moradia e alimentação¹⁴⁹. No entanto, estas negociações estavam longe de ser harmoniosas.

¹⁴⁶ Oito das 25 revoltas e conspirações baianas do século XIX aconteceram (ou estavam planejadas), no período do ciclo de festas do verão, entre dezembro e fevereiro. Várias outras ocorreram em dias santos. Para alguns exemplos na Bahia e em outras regiões do Brasil, veja-se: REIS, 1995/96, p. 31

¹⁴⁷ Principalmente, contra as políticas, segundo eles, não suficientemente severas, do conde dos Arcos que estava no governo, chamado por eles como “amante dos negros”.

¹⁴⁸ Por isso, a metrópole desde o decreto de 1688 previa punição para senhores que exagerassem nos castigos e ordenava ao Governador Geral do Brasil que tivesse “especial cuidado de que os senhores não castiguem os seus escravos rigorosamente”, evitando “usarem com eles de castigos tiranos, e ser justo se evitem estes excessos por não dar ocasião às queixas dos mesmos escravos” (Carta do Rei de Portugal para o governador Geral do Brasil, 17/01/1714) (SANTOS DE SOUZA, 2009, p. 58)

¹⁴⁹ “[...] mais do que castigos cotidianos, a política de prêmio, dentro dos engenhos e fazendas, poderia ser muito mais proveitosa; em vez de açoites, vestimentas para aqueles empenhados no eito, em vez do tronco para a menor falta, a oferta de roças para os escravos mais ‘obedientes’ cultivarem.” (SANTOS DE SOUZA, 2009, p. 59)

A subversão da ordem escravista era sempre uma possibilidade (seja através de fugas, assassinatos ou rebeliões) e tratava-se de uma ameaça constante¹⁵⁰ que tirava o sono de muitos senhores e autoridades coloniais (SANTOS DE SOUZA, 2009). Apesar das repressões, a indisciplina, “ousadia”, “cenas de desobediência e insubordinação”, nas palavras dos próprios senhores, persistiram formas sutis de resistência contra a escravidão (FRAGA, 2006, p. 113). As visões que as pessoas em condição escrava construíam em relação à dominação nem sempre estavam visíveis para o poder e nem se explicitam nos documentos da época acessíveis hoje (como inventários, documentos de cartórios, registros policiais e anúncios em jornais) que, em sua maioria, eram produzidas pelo mundo senhorial. Por isso é muito mais complicado demonstrar esse “transcrito oculto” (SCOTT, 2000) da realidade que revelaria a opinião e o entendimento político dxs escravizadxs sobre as relações de dominação que lhes eram impostas, para além de uma aparência de dominação plena (“transcrito público”), performada pelos dois lados.

James Scott, na sua pesquisa numa vila produtora de arroz da Malásia (entre 1978 e 1980), destaca que nem sempre as condições e estrutura da dominação permitem organização coletiva e aberta, com claros objetivos de acabar com as bases de opressão. A escravidão é um sistema que por excelência limita tal possibilidade. Os sujeitos acabam encontrando outras formas de questionamento do sistema e de sobrevivência dentro dele, através de mentira, dissimulação, submissão falsa, saques, incêndios premeditados, ignorância fingida, fofoca, difamação de pessoas, sabotagem, assassinato, suicídio e outros, que se inscreveriam numa definição mais ampla de resistência:

Micro-resistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores. (SCOTT, 2002, p. 24).

Este tipo de atitude, que pode ser interpretado como uma espécie de comodismo e falta de confrontação contra as normas¹⁵¹, se adéqua às circunstâncias em que as pessoas em condição escrava estavam inseridas e o objetivo, no limite, era sobreviver dentro dele (porque

¹⁵⁰ “Ora, no mais fundo recesso de seu ser, o colonizado não reconhece nenhuma jurisdição. Está dominado, mas não domesticado. Está inferiorizado, mas não convencido da sua inferioridade. Espera pacientemente que o colono relaxe a vigilância para lhe saltar em cima. Em seus músculos, o colonizado está sempre à espera. Não se pode dizer que esteja inquieto, que esteja aterrorizado. Na realidade está sempre pronto a abandonar seu papel de caça para tomar o de caçador. O colonizado é um perseguido que sonha permanentemente em se tornar perseguidor.” (FANON, 1968, pp. 39-40)

¹⁵¹ Sobre o debate neste sentido vejam-se as posturas de James Scott, Gerald Mullin e Eugene Genovese (SCOTT, 2002, pp. 24-31)

não havia espaços fora deste¹⁵²). No caso de estratégias de sobrevivência desta índole dentro do sistema escravocrata, trata-se de uma verdadeira resistência política do cotidiano, geralmente não reconhecida como tal pelos senhores, que falavam, pelo contrário, de “vagabundagem” e “ociosidade”. No Recôncavo, era comum encontrar-se com várias expressões desta tática de sobrevivência:

Volta e meia formava-se um novo mocambo nas matas, escravos furtavam cavalos, bois e ferramentas das fazendas, roças de mandioca eram assaltadas, cativos atazanavam a vida de seus proprietários com feitiços ou envenenamentos e algum feitor, senhor ou capitão era morto. Durante o período colonial, a agência dos escravizados foi de suma importância para o desgaste e abertura de brechas no sistema escravista. Era a partir destas que os cativos negociavam e pressionavam para obter melhores condições de vida, direito de terem uma roça ou de desfrutarem momentos de lazer, entoando suas músicas e dançando livremente. E, em meio a tudo isso, estava a luta e a esperança sempre viva de liberdade. (SANTOS DE SOUZA, 2009, p. 73)

As comunidades, através da vida cotidiana, geraram laços fortes e práticas próprias, fundamentais tanto no contexto da escravidão quanto no momento da sua abolição. Os encontros festivos com dança, música e canto, de herança africana, eram uma prova de resistência à coisificação¹⁵³ e garantia de continuidade cultural:

Corpos luzentes – a exuberância narcísica como negação da tentativa de redução do corpo a instrumento produtivo. A espontaneidade, o improviso, a sensualidade, a graça não gestual não são atributos da máquina. E aquele corpo humano se afirmava, no seu esplendor, em ambiente sonoro-percussivo de criação africana, avivando nexos de cultura¹⁵⁴ (RISÉRIO, 2007, p. 335)

As diferentes formas de resistência ao sistema escravocrata e o papel ativo dos escravizados nas constantes negociações com ele estavam também vinculadas com a questão da terra.

¹⁵² Nem as revoltas nos engenhos nem sempre visavam a libertação ou destruição do sistema escravocrata: “Muitas visavam apenas corrigir excessos de tirania, diminuir até um limite tolerável a opressão, reivindicando benefícios específicos — às vezes a reconquista de ganhos perdidos — ou punindo feitores particularmente cruéis. Eram levantes que almejaram reformar a escravidão, não destruí-la.” (REIS, 1995/96, p. 22)

¹⁵³ “Entre colonizador e colonizado, só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, as culturas obrigatórias, o desprezo, a desconfiança, a arrogância, a suficiência, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas. Nenhum contato humano, mas relações de dominação e de submissão que transformam o homem colonizador em criado, ajudante, comitê, chicote e o homem indígena em instrumento de produção. É a minha vez de enunciar uma equação: colonização = coisificação” (CESAIRE, 1978, p. 25)

¹⁵⁴ Texto de Antonio Risério inspirado no livro de Muniz Sodré “Samba, o Dono do Corpo” que analisa a batucada do ângulo da resistência ao escravismo.

2.1.3. Terra e “liberdade”

[...] estava com os meninos fincando uns pauzinhos no chão prá brincar, quando viu aquela zoadá no mundo, aquela gritaria, muitos tambores tocando e homens sambando. Aí quando o pai dele chegou, ele perguntou: e aí meu pai, que zoadá é essa? E o pai respondeu: não meu filho, é a liberdade, é a liberdade. Aí meu avô perguntou: o que é a liberdade? E o pai respondeu: “Agora nós vai trabalhar prá gente, não vai trabalhar mais prá os homens, não. Agora cada um da gente pode plantar sua rocinha (Faustina, neta de ex-escravxs, moradora em terras do antigo engenho nas proximidades de São Sebastião do Passé)¹⁵⁵

Em alguns engenhos xs escravizadxs podiam plantar em pequenas parcelas de terra, cedidas pelos senhores. O acesso às roças era fundamental para a vivência das pessoas em condição escrava dentro dos engenhos: conferia-lhes um dos poucos espaços de independência pessoal e maior autonomia na subsistência. Ao desenvolver um sentimento de “direito” sobre as “suas roças”, como chamavam estas parcelas de terra concedidas, qualquer interferência dos senhores neste direito (através da redução de tempo livre, por exemplo) causava conflitos (FRAGA, 2006). Nos próprios inventários dos engenhos raramente figuram as roças cultivadas pelxs escravizadxs, o que sugere a ideia de serem espaços relativamente autônomos (BARICKMAN, 2003). Mesmo que nem sempre conseguissem produzir excedentes¹⁵⁶, xs que comercializavam as colheitas ampliavam mais ainda os espaços de liberdade, frequentando as feiras onde construía laços com outras pessoas (em condição escrava ou não) de engenhos vizinhos, moradorxs da cidade ou marinheiros, contatos que podiam ser acionados na hora da fuga ou revolta (FRAGA, 2006). Conceder pequenas parcelas de terra se considerava uma prática vantajosa do ponto de vista dos proprietários, sobretudo, devido a redução dos gastos e construção de uma ligação com a área¹⁵⁷. Após a abolição, isso foi um fator fundamental na hora da decisão de ficar ou abandonar um determinado engenho.

Com a abolição da escravidão, as negociações com os ex-senhores se intensificam em todos os engenhos do Recôncavo e, muitas vezes, vão além das reivindicações relacionadas com o simples regime de trabalho. Xs ex-escravxs começam a estabelecer novos limites e

¹⁵⁵ Entrevista com dona Faustina dos Santos, em 2000 (FRAGA, 2006, p. 145)

¹⁵⁶ Segundo Barickman (2003), nos engenhos do Recôncavo xs escravizadxs geralmente produziam para suplementar as rações, com um excedente pouco significativo.

¹⁵⁷ Era uma prática “recomendável” aos senhores, principalmente no contexto das revoltas escravas: “É mui conveniente que o Senhor dê, ou habilite o escravo a ter alguma propriedade; e excite a sua indústria. É um poderoso meio para distraí-lo de idéias insuperáveis da sua triste condição, e inspirar-lhe o desejo de trabalho, e até convidá-lo a viver em família. A prática de movê-lo a plantar uma roça (...) é sem dúvida conducente para a sua possível felicidade, enquanto pode modificar as propensões desregradadas, que a escravidão gera, e alimenta, e melhorar seus costumes” (Miguel Calmon, na década de 1830, In: BARICKMAN, 2003, p. 109)

tentam demarcar a diferença nas relações sociais, visando o máximo distanciamento do passado possível. Além de exigir “bons tratos” (sem castigos e repressões físicos), remuneração, mais liberdade na determinação de horários e sem excesso destes, xs libertxs reivindicam direito às próprias roças. “A possibilidade de possuir roça aparece como condição básica para viver sem sujeição, ou seja, sem precisar trabalhar para os ‘homens’” (FRAGA, 2006, p. 145), uma alternativa à lavoura de cana, símbolo do cativo. A ideia de liberdade se associava diretamente à terra pelo qual o desejo de “viver sobre si” supunha uma ameaça perigosa para os ex-senhores porque podia comprometer o futuro da grande lavoura. Tanto que:

[...] a reconstrução do sistema de grande lavoura após a abolição não foi um processo unilateral e funcional de simples “transição” para um sistema “capitalista” mais racional. Na verdade, foi um processo violento em que os antigos senhores buscaram recapturar a força do trabalho, os recursos materiais e sociais conquistados dentro da escravidão (FRAGA, 2006, p. 207)

No processo tenso e conflituoso de mudança para um novo regime produtivo e de trabalho, estas experiências de espaços de liberdade e resistência eram fundamentais no processo de construção das novas relações¹⁵⁸.

O fato de a maior parte dos braços da lavoura açucareira ter vivido a experiência da escravidão foi decisivo para definir os contornos das relações cotidianas que se formaram depois da abolição. As vivências no cativo serviram de parâmetros para os libertos definirem o que era “justo” e aceitável na relação com os antigos senhores, incluindo estabelecer condições de trabalho que julgavam compatíveis com a nova condição (FRAGA, 2006, p. 214).

Mesmo que a lei abalasse as bases das relações cotidianas nos engenhos, não conseguiu modificar a ordem hierárquica vigente. O processo de negociação de novas identidades e condições de convivência era tenso e complexo. Xs libertxs se deparavam com os limites materiais e simbólicos oriundos do velho sistema¹⁵⁹ (FRAGA, 2006). Por um lado, para quem decidiu ficar nos engenhos era difícil se distanciar do passado e da continuidade das velhas relações. Por outro lado, distante da localidade de origem, xs ex-escravxs corriam risco de sofrer repressão policial e popular, pelo preconceito que vinculava a condição de

¹⁵⁸ Parece emblemático que todos os envolvidos no conflito no engenho de Maracangalha, em junho de 1888, vivessem “de suas roças”. Eles saíram da escravidão com noção de posse dos lotes que plantavam na terra dos senhores. Os ex-escravos, liderados pelo feitor Ladino, se rebelaram em defesa do direito costumeiro de cultivar as suas parcelas de terra (que foram invadidas pelo gado por causa de falta de reparo de cercas por parte do ex-senhor), em defesa do acesso livre às feiras e de fixação livre do preço da farinha produzida (mais sobre o conflito, veja-se: FRAGA, 2006, pp. 165-212)

¹⁵⁹ No ano que seguiu a abolição se intensificaram prisões por “insubordinação” (ou seja, de quem não se submetia ao poder senhorial) e expulsões das propriedades no caso da recusa de trabalho na lavoura. As pessoas de maior status social, com frequência, seguiam tratando xs ex-escravxs como indivíduos subordinados, perpetuando as hierarquias e estruturas próprias de sociedade escravocrata, tanto nas relações de trabalho quanto no imaginário coletivo e as subjetividades.

libertos com “vagabundagem” e suspeita de crime¹⁶⁰. Nota-se que nos documentos o fundo racial deste imaginário era recorrente se referir à cor da pessoa para determinar a sua condição de egresso da escravidão (“preto liberto”, “preto Roque”), o que resultou numa associação estrutural entre as duas marcas sociais.

Segundo Florestan Fernandes, a desintegração do sistema escravocrata e senhorial e a integração da ordem social competitiva, desencadeou um processo no qual “a vítima da escravidão foi também vitimada pela crise do sistema escravista de produção” (FERNANDES, 2007, p. 85). A elite branca não foi ameaçada pelo abolicionismo e a “livre” competição estabelecida teve como consequência a exclusão, parcial ou total dos ex-escravos e dos libertos do crescimento econômico e desenvolvimento social. Desta forma, os negros e mulatos, ficaram expulsos para a periferia da nova ordem social ou para as estruturas semicoloniais ou coloniais herdadas do passado.

Por trás da estrutura social da ordem social escravocrata e senhorial, o “escravo” e “negro” eram dois elementos paralelos. Eliminado o “escravo” pela mudança social, o “negro” se converteu num resíduo social. Perdeu a condição social que adquirira no regime da escravidão e foi relegado, como “negro”, à categoria mais baixa da “população pobre”, no momento exato em que alguns dos seus setores partilhavam das oportunidades franqueadas pelo trabalho livre e pela constituição de uma classe operária assalariada. Dessa maneira, o negro foi vítima da sua posição e da sua condição social. (FERNANDES, 2007, p. 87)

Uma das formas de distanciamento das categorias racializantes que marcavam os corpos dos ex-escravos era a identificação perante as autoridades segundo as ocupações profissionais. Em Santo Amaro no final do século XIX¹⁶¹, aparecem as seguintes categorias: “roceiros”, que se sustentavam de suas roças (para além da lavoura) e “lavradores” da cana de açúcar – termos que, além dos ex-escravos que ficaram nas propriedades, podiam incluir também “trabalhadores rurais”, “trabalhadores de enxada” ou “alugados”¹⁶², que circulavam na região na época da safra e moagem, procedentes de outras freguesias e engenhos¹⁶³.

O líder abolicionista, Joaquim Nabuco, já em 1884, entendia que a abolição não ia acabar com a questão da exclusão dos mais pobres da sociedade e que as mudanças

¹⁶⁰ A dimensão do preconceito se demonstra neste fragmento de denuncia de roubo de cavalos em Cachoeira, em 1889: “Quando some-se qualquer animal dizem: são os ciganos e os libertos”. (FRAGA, 2006, p. 249)

¹⁶¹ Walter Fraga (2006) analisa os registros da Santa Casa de Santo Amaro (nos anos 1889 e 1899) e alguns processos-crimes.

¹⁶² “Provavelmente essa fosse a condição da maioria dos ex-escravos mais jovens, especialmente os que não tiveram acesso à terra e eram obrigados a migrar sazonalmente para áreas que fosse possível obter alguma remuneração do trabalho “alugado”” (FRAGA, 2006, pp. 299-300)

¹⁶³ Vale ressaltar que 19,5% dos doentes que deram entrada na Santa Casa em Santo Amaro se declararam como “roceiros” e o restante “vivia da lavoura”. (FRAGA, 2006)

necessárias eram estruturais e muito mais profundas, entre outros, relacionadas com a distribuição da terra:

Senhores, *a propriedade não tem somente direitos, tem também deveres*, e o estado da pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham para a condição do povo, não faz honra á propriedade, como não faz honra aos poderes do Estado. Eu, pois, se for eleito, não separarei mais as duas questões — a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. (*Longos aplausos*) Uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão, não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão (NABUCO, 1988)

A terra se percebe como um elemento chave para pensar a luta contra a escravidão e o seu legado. A redistribuição e democratização do acesso à terra assim como reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA, 2008) torna-se hoje uma questão central na luta com uma série de continuidades estruturais do colonialismo. Neste sentido, as territorialidades específicas tem um papel importante nos processo coletivos que, através de numa mobilização e resistência, se reapropriam dos recursos no contexto da modernidade/colonialidade no Recôncavo.

2.2. MODERNIDADE/COLONIALIDADE NO RECÔNCAVO

Postulamos que o mundo do açúcar criou estruturas sociais extremamente desiguais, mas também modernas, que se mostraram bastante capazes de continuar funcionando mesmo quando o açúcar deixou de ser central na economia local. (SANSONE, 2006, p. 237)

Estabelecer a relação entre a invasão da América, a modernidade e o sistema capitalista (QUIJANO e WALLERSTEIN, 1992) é fundamental para contar a história do Recôncavo e as suas transformações de forma complexa. A invasão das Américas pelos europeus reconfigurou a ordem mundial que passou de um “sistema inter-regional” (asiático-afro-mediterrâneo) a um “sistema-mundo”¹⁶⁴. No sistema inter-regional Europa mantinha uma posição claramente periférica, tanto do ponto de vista econômico quanto cultural, em relação ao território asiático (DUSSEL, 2000 e 2004). A conquista das Américas não resultou automaticamente numa hegemonia europeia, mas ela permitiu a conexão dos dois extremos do

¹⁶⁴ O sistema-mundo atual se articula enquanto uma economia-mundo (*world-economy*) que integra as classes políticas dentro de uma economia só e, portanto, consiste num sistema único de divisão de trabalho, mas que se caracteriza por vários centros de poder coexistentes. Esta “economia-de-mercado-mundo” que vivemos hoje se consolidou no século XVI como sistema capitalista e alcançou uma dimensão global no s. XVIII. Trata-se de um sistema necessariamente desigual: as relações de dependência e exploração estruturam o mundo em áreas geopolíticas e econômicas de poder, produzindo uma rede de intercâmbios desiguais entre o centro, a semi-periferia e a periferia (WALLERSTEIN, 2005).

sistema inter-regional: Europa, devido aos recursos das colônias, ganha a poder aquisitivo para comprar no mercado chinês. Desta forma, se constitui o primeiro sistema-mundo ao qual Europa se integra junto com as suas colônias, no extremo ocidental do sistema (Figura11). Estes territórios novos vão cumprir um papel secundário dentro do sistema até o século XVIII, quando com o iluminismo, a revolução industrial e o colonialismo francês e britânico, a distribuição de forças muda a favor da Europa.

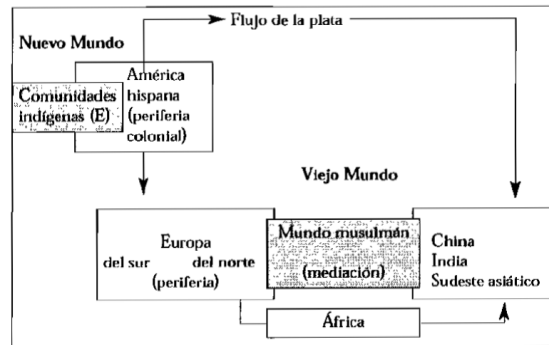


FIGURA11. Gráfico. O sistema-mundo no final do século XVI¹⁶⁵
(Fonte: DUSSEL, 2004)

O Recôncavo, como um dos centros mais importantes da economia da colônia portuguesa, através da indústria açucareira, cumpriu, portanto, um papel chave dentro do processo de enriquecimento da Europa e a sua inserção dentro do circuito global. Sem desconsiderar totalmente alguns fatores internos da região, foi o colonialismo e a configuração geopolítica mundial da época, que, além de permitir a integração de Europa no sistema-mundo, constituíram a base material que levou a Revolução Industrial, o aumento de produção e a expansão do mercado europeu. Estes fatores externos conduziram Europa a uma hegemonia mundial, fundamentada discursivamente numa sequência ideológica linear da história que a coloca como o centro e o fim dela (DUSSEL, 2000). A história local europeia se impõe como um “desenho global” universal enquanto outras (só elas chamadas de “locais”) ficam subalternizadas.

A ideia de modernidade (e modernização), propagada pelo mundo ocidental (capitalista), como projeto universal para humanidade também parte da experiência local europeia, como tantos outros na história colonial (evangelização, civilização, desenvolvimento, globalização, democratização), que sustentam a concepção de que há um

¹⁶⁵ Mesmo Enrique Dussel fale da parte hispânica da América, o lugar da América portuguesa na configuração interregional no século XVI era muito parecido e, portanto, neste trabalho vou estender o marco de análise à América luso-hispânica para abordar a história do Recôncavo da Bahia.

padrão civilizatório que é superior aos outros (LANDER, 2005). É preciso, portanto, reconceitualizar o termo da modernidade, levando a sério as suas relações com a geopolítica, ou seja, que se entenda realmente como um fenômeno global (e não intra-europeu), com diferentes localidades e temporalidades que não correspondem à linearidade do mapa neohistórico europeu. O conceito de modernidade/colonialidade, na sua complexidade, se expressa através de quatro dimensões básicas:

1) a visão universal da história associada à ideia de progresso (a partir da qual se constrói a classificação e hierarquização de todos os povos, continentes e experiências históricas); 2) a naturalização tanto das relações sociais como da natureza humana da sociedade liberal-capitalista; 3) a naturalização ou ontologização das múltiplas separações próprias dessa sociedade; e 4) a necessária superioridade dos conhecimentos que essa sociedade produz (ciência) em relação a todos os outros conhecimentos. (LANDER, 2005, p. 13)

Tal conceitualização supera uma visão local europeia universalizadora, visibiliza a experiência moderna/colonial dos países da periferia mundial ou Sul global (SOUSA e MENESES, 2009), onde o colonialismo fez parte e constituiu o projeto moderno.

Muitos discursos em torno do “declínio do mundo do açúcar” no Recôncavo se fundamentam no binômio tradição/modernidade, onde a produção e sociedade açucareira é vistas como o tradicional, em contraposto a uma modernidade em curso. Esta transição associa-se com imagens de decadência, abandono e pobreza (BRANDÃO, 1998; COSTA PINTO, 1998; PEDRÃO, 2007). Fala-se da modernização (tardia) destas estruturas já partir da instalação das usinas na região, mas principalmente a partir da chegada da Petrobrás na região nos anos 1950.

Na verdade, a modernidade no Recôncavo e também em Salvador só ocorreu a partir do momento da descoberta e exploração do petróleo, marco de ruptura dos antigos padrões de comportamento, prestígio, poder e relações na sociedade baiana. (Projeto da criação da UFRB, 2003¹⁶⁶)

[...] há uma necessidade imperativa de trabalhar com a hipótese de um corte profundo nos processos de estruturação econômica e social, com efeitos decisivos no quadro cultural e ambiental. O corte aqui, aparentemente, é o da modernização local e coloca-se na década de 1950, com a entrada da Petrobras e a produção petroleira. (PEDRÃO, 2007, p. 11)

No entanto, como observa Lívio Sansone (2006), tanto açúcar quanto petróleo são mercadorias globais que integraram a região ao circuito mundial (capitalista) de intercâmbios e geraram estruturas extremamente desiguais no Recôncavo, mas, ao mesmo tempo, modernas. Tratar-se-ia, portanto, de “modernidades” diferentes mais do que uma

¹⁶⁶ Disponível: <https://www.ufrb.edu.br/portal/a-ufrb/historia>

contraposição entre tradição e modernidade, baseada numa ideia desenvolvimentista, de progresso e racionalidade ocidental (RIST, 2002) e que reproduz uma série de separações modernas-ocidentais naturalizadas (como natureza/cultura, primitivo/civilizado, irracional/racional etc.).

O conceito da colonialidade ajuda a compreender o nexo entre essas modernidades diferentes: entre as lógicas de opressões próprias do colonialismo moderno, *sensu stricto*, e as formas de dominação colonial contemporâneas. Ambas as situações coloniais (antes e depois da Colônia) se configuram como opressão/exploração cultural, política, sexual e econômica dos grupos subordinados racializados/étnicos por parte de grupos raciais/étnicos dominantes (GROSFOGUEL, 2008b). Isso demonstra que o processo da descolonização teve um caráter meramente jurídico-administrativo e não abarcou um conjunto de estruturas materiais e imateriais desenvolvidos durante séculos de uma relação colonial, pelo qual Ramón Grosfoguel considera-o um mito (GROSFOGUEL, 2008a, p. 127). Trata-se de uma matriz colonial complexa:

A expansão colonial europeia institucionalizou e normatizou simultaneamente a nível global a supremacia de uma classe, de um grupo étnico-racial, de um gênero, de uma sexualidade, de um tipo particular de organização estatal, de uma espiritualidade, de uma epistemologia, de um tipo particular de institucionalização de produção de conhecimentos, de umas línguas, de uma pedagogia e de uma economia orientada a acumulação de capital a escala global. Estes processos não podem entender-se separadamente uns dos outros (GROSFOGUEL, 2009, p. 13).

As estruturas de desigualdade social, marcada fortemente pela questão racial, e os processos de modernização no Recôncavo precisam ser compreendidos dentro desta matriz moderno/colonial. O “ambiente pós-escravista” na primeira metade do século XX e a “pobreza crônica” nas décadas posteriores (PEDRÃO, 2007) são resultado da persistência das estruturas moderno/coloniais dentro da quais acontece hoje a modernização. Entendendo a dimensão não só técnica, mas também ideológica da modernização, “é necessário se preocupar com a modernização enquanto *processo* de expansão territorial da modernidade e/ou do modo de produção capitalista.” (CASTILHO, 2010, p. 135).

A tensão deste processo no Recôncavo nas últimas décadas se revela, entre outros, nos impactos socioambientais das indústrias, projetos turísticos ou grandes empreendimentos, instalados na região (tais como refinarias, estaleiros, barragens, fábricas de chumbo, celulose

ou eco-resorts)¹⁶⁷. A poluição hídrica¹⁶⁸ e atmosférica decorrente da nova industrialização se juntou com as antigas contaminações de esgotos sanitários, resíduos das usinas e efeitos de desmatamento e mineração na região (BRANDÃO, 2007). Com o fim dos engenhos e decadência das usinas, a população negra que trabalhava neles (antes e depois da abolição) fez da pesca e mariscagem a sua principal atividade, junto com a agricultura e extrativismo, desenvolvendo um sistema sócio adaptativo de uso das terras, dos estuários, dos mangues e do mar (BANDEIRA e BRITO, 2011)¹⁶⁹. O acesso a estes recursos hoje não só não consegue ser garantido pela lei, mas muitas vezes entra em conflito direto com os interesses do grande capital, representado por empresas nacionais e internacionais, com apoio de autoridades e proprietários locais, armados com o discurso desenvolvimentista.

Apenas no município de Santo Amaro, nas proximidades do PA Eldorado, se registram diversos tensões e riscos:

- ❖ A presença da Petrobrás na região desde 1950, com as suas instalações principais no município vizinho, São Francisco do Conde, apresenta uma ameaça à pesca artesanal tanto cotidiana quanto no caso de acidentes maiores (VASCONCELLOS, 2012). O vazamento de óleo que em 2009 afetou pescadores de cinco municípios (Madre de Deus, São Sebastião do Passé, Saubara, Santo Amaro e Candeias)¹⁷⁰
- ❖ Contaminação por metais pesados, provocado pelos rejeitos da indústria de beneficiamento de minério de chumbo (COBRAC/Plumbum¹⁷¹) entre 1960 e 1993, cujos vestígios persistem até hoje em alguns locais (no solo e água). Alguns assentados do PA Eldorado lembram o caso quando a contaminação do solo impediu desapropriação de uma área ocupada pelo MST, na fazenda Brejo, próxima das antigas instalações da COBRAC/Plumbum:

No Brejo não [não deu certo o acampamento], deu muito pobrema na terra , que lá era a usina, a fábrica de chumbo, era lá, era não – é, a COBRAC, ai deu muito

¹⁶⁷ Segundo Maria Brandão, os principais riscos do processo de modernização no Recôncavo estão relacionados com três fenômenos: a descoberta da região como destino turístico, o advento da era do biodiesel e a presença da Petrobrás (BRANDÃO, 2007, p. 56)

¹⁶⁸ Entre outros de cádmio e chumbo, manganês, mercúrio e óleo (BRANDÃO, 2007)

¹⁶⁹ Neste sentido, uma pesquisa realizada na comunidade quilombola de São Braz aponta que a “decadência do mundo do açúcar” ou o “abandono” da região “representou, de fato, a possibilidade dos descendentes de africanos escravizados no Brasil continuarem a ocupar o espaço em que historicamente têm vivido” (MAIA et al., 2013, p. 28)

¹⁷⁰ Fonte: “Justiça determina que Petrobras indenize 5.046 pescadores”, *Jornal A Tarde*, 28.07.2015 [on-line] <http://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1700505-justica-determina-que-petrobras-indenize-5046-pescadores>

¹⁷¹ COBRAC (Companhia Brasileira de Chumbo), subsidiária da multinacional Peñarroya. A partir de 1989 incorporada a Plumbum Mineração e Metalurgia Ltda., pertencente ao Grupo Trevo.

pobrema na terra examinaram a terra e diz que tem muito chumbo na terra, ai o INCRA não desapropriou. Com aquele sistema... e até hoje tem um bocado lá... [Eu: Sério?] Sério, tem um bocado de gente lá no Brejo, fazendo roça [Dilma da cozinha: Morrendo do chumbo...] (Seu Esmeraldo, 62 anos, assentado no PA Eldorado, março de 2016)

O tema foi vastamente estudado e segue monitorado (BRASIL, 2003; Semana Kirimurê, 2014) apresentando ainda alguns riscos, sem que estes, no entanto, sejam devidamente comunicados à população (ANDRADE, 2012). Um dos riscos potenciais é o consumo de moluscos (sururu), procedentes do rio Subaé (e manguezais próximos), do qual o rio Pitinga é afluente. Como demonstram algumas falas de assentados (mencionadas, entre outros, no início deste espaço), o sururu é o marisco catado com mais frequência na área.

- ❖ A fábrica de papel reciclado Penha Papeis¹⁷² (a maior do Nordeste), enclave dentro da área do PA Eldorado, contamina o rio Pitinga, os mangues e emite no ar um pó de bambu que afeta a saúde dos assentados.

E: Aqui antes era um depósito de lixo, a fábrica tirava o lixo dela e tirava ali. Depois que saiu da INPASA pra Penha foi que a Penha caçou de fazer esse negócio de picador de bambu ai, que tá lascando com a gente agora. E tanto que agora a gente vai nessa reunião que tiver vai discutir isso, já tá na nossa pauta, se discutir isso ai. Que esse pó de bambu tá matando a gente: é os olhos, é tosse, é coceira na garganta, tá todo mundo se lenhando já aqui dentro. [...] O bambú tá afetando muita gente aqui dentro, tá acabando. Cê varre a casa, tudo que tira aqui de dentro de casa é pó amarelo do bambu. Olha como que tá aqui [mostrando a superfície da mesinha da sala, empoeirada], isso aqui é o pó. **D:** *E olha que já limpei hoje de manhã [gritando da cozinha].* (Seu Esmeraldo, 62 anos, e Dona Dilma, 57 anos, assentados no PA Eldorado, março de 2016)

Uma mobilização nos primeiros anos do PA tinha conseguido a retirada do lixão, cuja fumaça estava afetando o local, mas este foi substituído pelo picador de bambu e até hoje o conflito, mediado pelo INCRA, não foi resolvido. Os problemas respiratórios e com a vista são gerais e tem se agravado nos últimos anos. A fábrica foi interditada em 1992 por lançar “grandes volumes de efluentes altamente alcalinos no rio Pitinga dizimando então quase que totalmente os manguezais desde a cidade de Santo Amaro até a localidade de São Braz Posteriormente, com a intervenção do órgão ambiental baiano, CRA, estas emissões cessaram” (BRASIL, 2003, p. 65), dizem os dados oficiais. No entanto, apesar de que a vegetação do mangue está se recompondo, a

¹⁷² A fábrica foi inaugurada como Indústria de Papéis Santo Amaro (INPASA) no início de 1970 e operou até 1998. Em 2002, a empresa reabriu com o nome de Indústria de Papéis da Bahia (IPB) e em 2005 foi comprada por Penha Papeis, de capital estrangeiro, que instalou ali a sua unidade de papel reciclado.

poluição continua, segundo xs assentadxs e também uma pesquisa, realizada recentemente na área:

Esse mangue tá tudo poluído, ninguém tira mais esse... sururu ainda acha, sururu e a ostra, só não acha esse... miroró; ele dá na lama. Acabou miroró, ninguém acha mais miroró. É um peixe deste tamanhinho, compridinho [mostrando] [...] Tem gente que come esse caranguejo, dá disenteria. Por causa da poluição, de lá. Eles trabalha com produto, eles não joga água direto, mas joga, entendeu. Não joga que nem jogava antigamente que chegava a descer aquela goma branca, mas disfarçadamente eles joga. De qualquer jeito joga e despeja dentro do rio. Pode subir por aqui ou pelo lado de lá, beirando a Pitinga, subindo, subindo, quando chega lá encima, depois da fábrica tá o tubo caindo dentro do rio. Quer dizer, da onde tá o tubo pra baixo, pra cima, a água vem mais limpa – é poluída, cheia de micróbio, mas do tubo pra baixo... nem os peixes vem mais, que antigamente o peixe vinha, subia pra cima: as tainha, robalo, carapeba... [Eu: *Até aqui?*] Não, bem encima, depois da fábrica – a maré enchia, ai eles ia acompanhando e subia rio acima, entendeu, quando a maré voltava, eles iam embora. O povo diz que pegou muito peixe ai. Mas com essa poluição não sobe mais nada. Nada, nada, nada. Ó a água quente – o bicho vai entrar na água quente? (Seu Esmeraldo, 62 anos, assentado no PA Eldorado, março de 2016)

Somente ao percorrer o leito do Rio Pitinga, um dos afluentes do Rio Subaé é que se pode perceber a poluição. A água enegrecida exala odor fétido em toda a extensão de mais de dois quilômetros até o local de lançamento dos efluentes de uma fábrica de papel, em atividade em Santo Amaro. (ANDRADE, 2012: 57)

Além disso, o monocultivo de bambu da mesma fábrica ocupa áreas, usadas antes da sua instalação pela comunidade quilombola de São Braz para cultivo e extrativismo (MAIA et al., 2013). No período desta pesquisa houve também um caso de conflito territorial entre a Penha e um grupo de posseiros (procedentes de São Braz e alguns moradores não assentados¹⁷³ do PA Eldorado) que, no final, com o apoio do STR conseguiram a posse da área que cultivam faz mais de 15 anos.

- ❖ O projeto de privatização da Ilha da Cajaíba, através do empreendimento turístico do *Ecoresort*, que atingiria pescadores artesanais, marisqueiras e população quilombola de diversos municípios, foi abandonado em 2011 depois das mobilizações dos movimentos sociais locais. (MAIA et al., 2013; ICICT/Fiocruz¹⁷⁴)

Territorialidades diferentes (quilombolas, sem-terra, pesqueiras) são afetadas pelos projetos, legitimados pelo discurso da modernização – a sua mobilização para garantir o acesso aos recursos implica um confronto com estes agentes. Neste contexto, o recente avanço

¹⁷³ As pessoas não registradas no INCRA não tem lote oficialmente demarcado.

¹⁷⁴ “Comunidades pesqueiras e quilombolas lutam contra instalação de resort na ilha de Cajaíba”, In: Mapa de Conflitos e Injustiça Ambiental em Saúde no Brasil, por ICICT/Fiocruz [on-line] <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=323>

do monocultivo de eucalipto na região¹⁷⁵ e projetos vinculados ao setor de turismo e interesses das indústrias (como potencialmente, a ideia de revitalização do porto) precisam ser levados a sério e monitorados pelos movimentos sociais e comunidades, para possíveis prevenções, mobilizações e articulações, pelos direitos socioterritoriais e justiça ambiental¹⁷⁶.

Uma imagem poderosa, que beira o realismo mágico, ajuda refletir sobre o processo da modernização no Recôncavo e sentir o seu outro lado (da colonialidade intrínseca). Quem me contou a história foi um assentado que vem da vizinha comunidade da Pitinga, que surgiu a partir da antiga “rua da Balança”, onde pesavam-se as canas das plantações da região¹⁷⁷. Ele disse que no Conde, após o declínio do engenho, também foi instalada uma usina.

A primeira moagem de cana que teve foi sexta-feira santa. É como os mais velhos falava, tá entendendo, porque eu mesmo não... Ai a primeira moagem que teve, sexta-feira santa, de sair caldo de cana, saiu sangue. Primeira moagem. [...] Não funcionou mais. Não funcionou mais. Sabe quem me contou? Quem me contou foi minha avó. A minha avó morreu com 103 anos. (Paco, 48 anos, assentado no PA Eldorado, abril de 2016)

O caldo de cana que virou sangue. Tem para quem esse sangue é de Cristo – a crença popular não permite trabalhar na sexta-feira santa. Ao mesmo tempo, difícil não pensar no sangue dos antigos moradores, tupinambás, africanos e tantos outros, derramado no local de um dos primeiros engenhos da colonização. Derramado entre os canaviais, no processo de resistência e sobrevivência na condição escrava. O que vem à minha cabeça é uma vingança dos ancestrais e mais um grito contra as estruturas modernas/coloniais (agora numa nova roupagem) e a sede de produtivismo (vestido de progresso) que não respeita um dia sagrado (talvez de Cristo, talvez de Oxalá). A usina não funcionou mais.

2.2.1. Colonialidade do poder e raça

L: Agora, ainda não caiu a casa, né? **P:** Não caiu não! Pra você ver o que é. **L:** É uma casa assim abandonada, o que ela tem, é pra cair. E ainda não caiu, imagine... **P:** Pra você ver... [...] **L:** É pesado o lugar, bem pesado, porque... Se até hoje não caiu, ficou tudo no mesmo lugar. (Luciana, 39 anos, e Paco, 48 anos, assentados no PA Eldorado, abril de 2016)

¹⁷⁵ Abordado no seminário sobre os impactos sócio-ambientais do monocultivo do eucalipto no Recôncavo, realizado na UFRB em 2015, já mencionado no Espaço1.

¹⁷⁶ Segundo a definição de “justiça ambiental” trata-se de um conjunto de princípios e práticas, entre outros, que “asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas” (ACSERALD, 2010, p. 112)

¹⁷⁷ A Pitinga é citada entre os 30 povoados de Santo Amaro em 1950, em “Vida e passado de Santo Amaro” por Heraldino da Costa Leal (SOUZA, FREITAS e FREITAS, 2009)

A persistência de algumas velhas estruturas daqueles âmbitos de poder que estão atravessados pela ideia da raça remete ao termo da colonialidade do poder, sugerido por Aníbal Quijano. O racismo se estabeleceu na América de forma estrutural com a divisão do trabalho constituindo assim uma nova tecnologia de dominação e exploração que tornou-se um padrão global de poder no sistema-mundo moderno/colonial. Estas relações de dominação se traduziram numa projeção de inferioridade/superioridade no âmbito subjetivo e intersubjetivo (colonialidade do ser) e na produção de conhecimento configurando a colonialidade na sua dimensão epistêmica (colonialidade do saber).

Por um lado, a invasão e a diferença colonial resultaram na criação de novas identidades e categorias sociais antes inexistentes. Todos os habitantes autóctones que pertenciam a etnias diferentes se homogeneizaram sob a categoria do *índio*, do mesmo jeito os africanos escravizados de diversas origens se tornaram *negros* e os colonos – *brancos* (e mais tarde também *mestiços*). Desta forma, todos aqueles povos foram despojados de suas próprias e singulares identidades históricas e, ao mesmo tempo, foi-lhes negado o lugar na história hegemônica da humanidade, sendo reduzidos ao seu “passado”. Dado que as relações sociais entre eles se davam no contexto de dominação, as identidades raciais se associaram com as hierarquias e papéis sociais, sendo o principal critério de estruturação social nas colônias (QUIJANO, 2005). Isso foi a base do surgimento das raças sociais que transcendeu a deslegitimada hoje pela ciência a ideia biológica da raça, mas ainda hoje é fundamento vivo de discriminação (MEDEIROS, 2004).

Por outro lado, as hierarquias raciais estabelecidas se vincularam à articulação de todas as diferentes formas de controle de trabalho (como reciprocidade, escravidão, servidão, pequena produção mercantil e o salário), em torno ao eixo do capital e o mercado mundial. A relação entre raça e trabalho se naturalizou resultando numa divisão racializada do trabalho que associou a branquitude ao trabalho assalariado e a administração colonial, e o resto da população (as raças dominadas) ao trabalho não pago. O capitalismo global, que sempre foi um sistema polarizado e polarizador por natureza (e, portanto, imperialista) (AMIN, 2004) mantém a estrutura da colonialidade do poder a nível global¹⁷⁸.

A descolonização não aconteceu de forma completa dentro das antigas colônias, onde se deu uma reformulação da diferença colonial no interior da formação do Estado-nação

¹⁷⁸ Estas estruturas estão vivas dentro do processo de globalização capitalista neoliberal, entre outros, através da divisão internacional do trabalho dentro do sistema-mundo, do mercado de trabalho racista nas antigas colônias ou da situação dos imigrantes da periferia mundial (Sul Global) nos centros capitalistas do Norte.

moderno (MIGNOLO, 2003) de modo que as elites étno-raciais dominantes se mantiveram no poder. A construção nacional na América Latina não implicou uma democratização de relações sociais, resultado em Estados independentes, fundamentados numa sociedade colonial.

Neste sentido, processo de independência dos Estados na América Latina sem a descolonização da sociedade não pôde ser, não foi, um processo em direção ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais. (QUIJANO, 2005, pp. 123-124)

No caso do Brasil, é sintomático que o processo de Independência no Brasil não mudou a situação das pessoas em condição escrava, pelo contrário, em alguns casos as medidas de repressão se acentuaram, expressando o medo das autoridades de uma revolta popular, ao estilo haitiano¹⁷⁹. Os fatores fundamentais para a manutenção da colonialidade interna¹⁸⁰ foi a concentração da terra em poucas mãos, preservando as velhas oligarquias latifundiárias e o extermínio e/ou exclusão da participação social e política de grupos sociais racializados.

Desde o final do século XIX, a exclusão dos negros no Brasil dentro da nova estrutura social foi legitimada pelo racismo científico (fundamentado em pressupostos biológicos) propagado pelos estudiosos da época, como Nina Rodrigues. Já no início do século XX, dentro do processo da construção nacional “moderna”, ganha força a ideia de que a miscigenação (biológica e cultural) de três raças (índios, negros e brancos) tem contribuições positivas na sociedade “brasileira” e diminui a distância entre a casa grande e a senzala (FREYRE, 1983).

Mais tarde esta ideia de Gilberto Freyre resultaria no termo de “democracia racial” que hoje tem uma penetração profunda na sociedade brasileira, sendo cada vez mais desacreditada como mito ou ideologia. A democracia racial exalta uma ideia harmoniosa de convivência entre indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, diminuindo a importância e impacto das relações assimétricas, de caráter social e econômico, herdadas do passado e que tem a raça (social) como um dos fatores mais relevantes. A mestiçagem, como símbolo nacional brasileiro, seria:

¹⁷⁹ A revolução escrava popular na colônia francesa de São Domingos (1871-1904) resultou na abolição da escravidão e independência, fundando o Haiti.

¹⁸⁰ Veja-se também o conceito de colonialismo interno (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007)

uma ferramenta ideológica essencial na construção de uma identidade nacional capaz de incorporar os descendentes de africanos, e também indígenas, sem no entanto ameaçar a hegemonia da elite branca (MEDEIROS, 2004, p. 54).

A mestiçagem, portanto, pode ser percebida como mecanismo de aniquilação da identidade negra e afro-brasileira ou, nas palavras de Abdias Nascimento, de “genocídio do negro no Brasil” (NASCIMENTO, 1978). De fato, a elite acreditava que os sucessivos cruzamentos conjugados com o status socioeconômico levariam ao progressivo braqueamento da sociedade, processo que

encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. (MUNANGA, 2004, p. 89).

O racismo “sem racistas” (FIGUEIREDO e GROSFOGUEL, 2009), fruto do mito da democracia racial, é naturalizado e encoberto no Brasil através dos mecanismos da colonialidade contemporânea. O Estado sustenta e reproduz esta estrutura sendo o principal articulador do racismo institucional, especialmente, contra o povo negro e indígena, mas também outros grupos sociais racializados. O genocídio da juventude negra é denunciado por movimentos sociais negros¹⁸¹, diversos trabalhos recentes (OLIVEIRA JÚNIOR e LIMA, 2013; FLORES, 2016) e, entre outros, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Violência contra Jovens Negros e Pobres, em 2015¹⁸². A violência contra os povos indígenas também tem caráter estrutural (BRIGHENTI, 2015) e tem se manifestado através da falta de assistência, paralisação das demarcações, discursos racistas e decisões judiciais fundamentalistas, nos quais o Governo federal cumpre um papel de fomento às violências aos direitos indígenas (inclusive invasões nos territórios e homicídios) (CIMI, 2014).

Também xs trabalhadorxs rurais sem-terra, enquanto população pobre, rural e predominantemente negra, sofrem com a reprodução de relações sociais e de poder sustentadas na violência, especialmente, com os resultados dos processos contemporâneos de desenvolvimento agrícola e de modernização sócio-econômica do campo (PORTO-GONÇALVES, 2006).

O MST, como outros movimentos sociais que lutam pela/na terra, explicita este conflito social e as desigualdades intrínsecas do sistema moderno/colonial ao reivindicar os

¹⁸¹ Como, entre outros, a Campanha Reaja ou Seja Morta, Reaja ou Seja Morto. Site oficial: <http://reajanasruas.blogspot.com.br/>

¹⁸² Fonte: Site oficial da Câmara dos Deputados [on-line] <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/492785-CPI-CONCLUI-QUE-HA-%E2%80%9CGENOCIDIO-SIMBOLICO%E2%80%9D-CONTRA-JOVENS-NEGROS-NO-PAIS.html>

direitos de vida e trabalho através da ocupação de terra. Isso se reflete nos confrontos (como despejos, ameaças de despejo e expulsão, assassinatos) com o Estado e a oligarquia latifundiária no processo de conquista da terra, (CPT, 2014).

Qual o papel, a relevância e desafios do MST e da reforma agrária no processo de desconstrução da matriz colonial no Recôncavo da Bahia?

2.2.2. Reforma agrária e o MST

Era no tempo do meu pai, meus avos, e porque a gente já chegou num tempo que a gente não alcanço isso ai, esse tempo deles, mas o tempo deles eles tinha que pagar a renda, entendeu, pra morar assim numa fazendazinha, eles tinha que pagar a renda. Isso no tempo do meu pai. [...] Olha eu me lembro que no tempo que eu era criança era assim: meu pai, ele queria fazer uma roça, e ai o terreno não era dele. Ai se ele quisesse roçar essa terra pra plantar o pessoal embargava: “não, aqui não pode plantar” e os homem aqui vai arrancar essa terra. Os homens da usina. Ai exemplo: todo mundo tinha que fazer o que eles queria. Mas hoje não. (Aristides, 44 anos, assentado no PA Eldorado, junho de 2016)

Aristides mora no PA Eldorado desde 2010 e para conquistar a terra para trabalhar percorreu um caminho longo. Vem de uma comunidade rural de Cachoeira – o Calolé, hoje reconhecido como Comunidade Remanescente de Quilombo, pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Entrou no MST através do acampamento na vizinha fazenda Imbiara, em que participaram muitas famílias dos arredores e que, após alguns meses na “lona preta”, foi despejado. No entanto, ele “*tocou o barco pra frente*”, como diz, e fez parte de outras ocupações na região (Subaé e Bangala), antes de chegar ao PA Eldorado.

As suas lembranças, assim como a memória da sua família, remetem às violentas relações entre a fazenda e as pessoas que há gerações moravam e plantavam na propriedade. Como tenho demonstrado neste Espaço, a resistência e luta pela liberdade antes e depois da abolição da escravidão muitas vezes se relacionava com as reivindicações do acesso à terra. A privação de terra faz parte de um processo histórico que envolve uma série de estruturas moderno/coloniais que, em formas diferentes, persistem até hoje.

A reforma agrária, neste contexto, estimula a apropriação da terra e democratização do seu acesso através da sua distribuição, o que é fundamental para a luta contra as estruturas moderno/coloniais. No entanto, é uma política ainda limitada e conservadora, como vou expor com mais atenção no próximo Espaço¹⁸³. Vale a pena perguntar também em que medida o Estado, responsável pela reforma agrária, consegue (e tem interesse) gerar mecanismos de

¹⁸³ Veja-se: Espaço3, Reforma agrária do Estado (3.2.)

descolonizar o campo de poder e do saber. Como contribui no empoderamento dos sujeitos e luta contra diferentes dimensões da precariedade e opressão, produzidas pela matriz moderno/colonial do qual ele mesmo (o Estado) faz parte e a perpetua?

O MST, neste sentido, cumpre um papel importante de mobilização (numa perspectiva de classe), contestação social (em diferentes dimensões, em relação ao gênero, raça, natureza, etc.) e organização no processo da realização da reforma agrária.

Dona Adélia: Sabe uma das coisas mais certas que tem no mundo é a reforma agrária. Se a gente fosse pensar... A reforma agrária é bem-vinda, sabe por quê? Porque os ricos estão na ousadia de tomar o mundo todinho de Deus sem ser deles, e cheio de grade, e cheio de arames, e “é meu”, e “a gente que manda”, é muita maldade... **X:** O rico? Perai Adélia... O rico se fosse assim cheio de ganância como ce tá dizendo, vocês, sem-terra, eu e outros não ganhava um metro, que a terra não é dele, mas ele não deixava ninguém entrar, sim ou não? Que ele abandona... **A:** Vem acá... abandona sim, tudo bem. Mas quantos sem-terra já morreu, que os ricos já mataram na terra invadida. **X:** É, por que porque ele ainda não viu o dinheiro que dessem pra ele. Que essa terra que deram, o cara é milionário. **A:** Roubado, né. **X:** [...] Agora vou dizer a você assim: se o rico fosse ganancioso como você tá dizendo ai...**A:** [interrompendo] Ah, não é não, né!? Ele pega terra e não dá pra a gente sobreviver! **X:** Vamo lá, eu conheço uma terra ai... seis fazendas, o cara era rico, abandonou porque não precisava mais de dinheiro, o INCRA foi, tomou, não teve ninguém... Olha, lá encima, perto de... **A:** [interrompendo] Não, não é por ai, é diferente. As terras tem que ser de todo mundo SEM PAGAR! Pra VIVER! Que a gente não trouxe e não vai levar. Para que tanta ganância de terra e não divide pro povo? Pra poder ter uma isca de terra, pessoas brigar assim, reforma agrária tem que tomar a frente e tem até tiroteio... Porque eles não divide? **X:** E não tá dividindo? **A:** Aonde...! (Dona Adélia, 65 anos, assentada no PA Eldorado, conversa com um morador X da região, outubro de 2015)

Ao falar da reforma agrária, Dona Adélia faz uma referencia implícita ao Movimento que é um dos principais mediadores com o Estado e cujas práticas (especialmente, ocupações e acampamentos) tornaram-se uma estratégia de pressão fundamental e também um símbolo do processo. Ao mesmo tempo, o MST é defensor de outro projeto de reforma agrária, chamada de “*popular*”¹⁸⁴, que implica uma forma de organização, de produção e de vida diferenciada, visando à construção estratégica de uma sociedade “socialmente justa, igualitária, democrática e fraterna” (MST, 2014, p. 7). O Movimento negocia a sua visão através das suas estruturas organizativas, o trabalho de base e formações políticas assim como

¹⁸⁴ “CONSTRUIR a Reforma Agrária Popular no combate ao latifúndio, à monocultura agroexportadora, ao modelo do agronegócio, ao estado burguês, burocrata e corrupto. Mas também, construir com experiências de produção agroecológica, e na prioridade da produção de alimentos saudáveis. Construir reflorestando, plantando árvores frutíferas, recuperando o meio ambiente para toda sociedade. Construir, garantindo escolas em todos os níveis para nossas crianças, jovens e adultos. Construir formando cada vez mais quadros e militantes. CONSTRUIR É ACUMULAR FORÇAS para o nosso projeto estratégico! [...] O MST afirma que nunca houve uma Reforma Agrária no Brasil, mesmo limitada, que pelo menos alterasse a concentração da propriedade da terra e democratizasse seu acesso. Por isso, o que projetamos e estamos construindo na concepção de Reforma Agrária Popular está para além do velho projeto de Reforma Agrária clássica, distributivista, dos limites do poder burguês”. (MST, 2014, p. 51)

a própria prática cotidiana, ao longo do processo de conquista da terra e construção de uma rede de novos territórios.

O Movimento é apontado com frequência como exemplo de outra forma de construção de luta política e do conhecimento, fazendo parte de certa genealogia do pensamento decolonial (MIGNOLO, 2008; SANTOS, 2010). Sem diminuir a importância deste destaque, precisa, no entanto, lembrar-se de duas questões. Por um lado, existe uma grande complexidade das múltiplas realidades do MST e das especificidades da sua reprodução em cada local. As relações desiguais de gênero, raça ou as hierarquias de poder entre a “base” e a “direção” atravessam a sua estrutura interna e as formas de abordar estas contradições variam. Por outro lado, a própria estrutura organizacional-ideológica e sociocultural do MST, oriunda da tradição marxista, apresenta uma série de elementos eurocêntricos (FERREIRA, 2015)¹⁸⁵. Algumas experiências de articulações com movimentos sociais de matrizes diferentes (como os indígenas ou o movimento quilombola), como a já mencionada Teia Agroecológica dos Povos da Cabruca e da Mata Atlântica¹⁸⁶, parecem ser bastante enriquecedores, neste sentido¹⁸⁷. O debate decolonial (e pós-colonial) no contexto dos movimentos sociais e ações coletivas, especificamente o MST, precisa ser abordado com mais profundidade e cuidado (BRINGEL, 2014).

A organicidade¹⁸⁸ é a que garante uma circulação dos princípios e valores do Movimento e permite uma participação efetiva e ativa da “base”, rotatividade nas funções, sua descentralização e, em consequência, maior horizontalidade. Sendo um movimento de massas, com cerca de 350 mil famílias assentadas¹⁸⁹ e tantas outras acampadas por todo o Brasil¹⁹⁰, a organicidade varia em cada área e região, dependendo da historicidade e territorialização diferenciada do Movimento. A região do Recôncavo foi marcada desde o início por dificuldades neste processo. No PA Eldorado os conflitos se aprofundaram durante a aplicação dos primeiros créditos em relação à gestão dos recursos e à postura de algumas lideranças, definida como “autoritária e coercitiva” pela pesquisadora que acompanhou o

¹⁸⁵ Sobre a questão racial, neste sentido, veja-se: Espaço3, Entre classe e raça (3.4.1.)

¹⁸⁶ Veja-se: Introdução, nota de rodapé nº 27.

¹⁸⁷ Reflexão após uma série de vivências que fazem parte da articulação da Teia dos Povos, entre outras, a II e IV Jornada de Agroecologia (2013 e 2015, respectivamente) ou a Marcha em defesa das terras sagradas dos Tupinambás (2014).

¹⁸⁸ “Organicidade [...] é a relação que deve ter uma parte com a outra da mesma organização. Embora as tarefas sejam diferentes, as partes têm a mesma importância, pois sem elas a responsabilidade das tarefas recai sobre algumas delas” (MST, 2009, p. 93).

¹⁸⁹ Fonte: Site oficial do MST [on-line] <http://www.mst.org.br/quem-somos/>

¹⁹⁰ Na Bahia, o MST está presente em 147 municípios, com 146 assentamentos (311.119 ha) e 218 acampamentos, com mais de 10 mil famílias assentadas e mais de 25 mil acampadas. Fonte: MST, dados divulgados no 28º Encontro Estadual do MST-Bahia, Salvador, 10-13.01.2016.

processo na época (SANTOS, 2004, p. 212). Esta e outras experiências no assentamento explicitaram uma série de contradições nos princípios do Movimento e na realização da reforma agrária, afetando a relação do grupo com as suas estruturas organizativas quanto com os projetos do Estado.

Ao mesmo tempo, xs assentadxs que moram hoje na área se reconhecem enquanto sem-terra e expressam um pertencimento à terra/território. Ao longo de quase 20 anos de luta – uma luta cotidiana na “roça” e luta pela reforma agrária junto ao MST – vem se formando uma territorialidade específica sem-terra que tem se tornado um espaço de vida, trabalho e formação de muitas famílias. Os depoimentos demonstram a importância que teve e tem a participação da reforma agrária nas trajetórias pessoais e na formação de uma coletividade. Alguns elementos da complexidade deste processo no PA Eldorado vão ser a questão principal do próximo Espaço.

Considerarei importante recuperar alguns elementos da história do Recôncavo e dos engenhos do Conde e Pitinga, com cujos resquícios o assentamento convive através das ruínas e das narrativas. Desta forma, se permite tocar o passado, através do presente, e *vice versa*. Os vestígios contam não só a violência de um sistema, que, em alguns aspectos ainda persiste, mas também a história de resistência e reinvenção cotidiana dos povos negros sob a escravidão. A compreensão da história do Recôncavo na perspectiva de um projeto moderno, inseparável do projeto colonial, ajuda a desenvolver um olhar crítico ao respeito de alguns elementos do processo de modernização na região. Ao mesmo, tempo coloca os processos de territorialização específica como uma ferramenta de empoderamento de grupos historicamente subalternizados pelo sistema moderno/colonial que visam o acesso a recursos básicos, como terra. Desta forma, a sua luta questiona o sistema estabelecido e os seus poderes.

Ítalo Calvino, "As cidades invisíveis"

Os lábios comprimidos contra o tubo de âmbar do cachimbo, a barba esmagada pela gargantilha de ametista, os dedos de pé nervosamente dobrados dentro do chinelo de sede, Kublai Khan ouvia os relatórios de Marco Polo sem se mover. Era uma daquelas noites em que um vapor hipocondríaco premia o seu coração.

- As suas cidades não existem. Talvez nunca tenham existido. Certamente não existirão nunca mais. Por que enganar-se com essas fábulas consolatórias? Sei perfeitamente que o meu império apodrece como um cadáver no pântano, que contagia tanto os corvos que o bicam quanto os bambus que crescem adubados por seu corpo em decomposição. Por que você não me fala disso? Por que mentir para o imperador dos tártaros, estrangeiros?

Polo reiterava o mau humor do soberano.

- Sim, o império está doente e, o que é pior, procura habituar-se às suas doenças. O propósito das minhas explorações é o seguinte: perscrutando os vestígios de felicidade que ainda se entrevêem, posso medir o grau de penúria. Para descobrir quanta escuridão existe em torno, é preciso concentrar o olhar nas luzes fracas e distantes.

Outras vezes, o Khan era acometido por sobressaltos de euforia. Ficava de pé sobre as almofadas, media com longas passadas os tapetes estendidos sobre os canteiros, debruçava-se nos balaústres dos terraços para abranger com os olhos deslumbrados a extensão dos jardins do palácio real iluminados por lanternas penduradas nos cedros.

- Todavia – dizia –, sei que o meu império é feito com a matéria dos cristais, e agrega as suas moléculas seguindo um desenho perfeito. Em meio à ebulição dos elementos, toma corpo um diamante esplêndido e duríssimo, uma imensa montanha lapidada e transparente. Por que as suas impressões de viagem se detêm em aparências ilusórias e não colhem esse processo irreduzível? Por que perder tempo com melancolias não-essenciais? Por que esconder do imperador a grandeza de seu destino?

E Marco:

- Ao passo que mediante o seu gesto as cidades erguem muralhas perfeitas, eu recolho as cinzas das outras cidades possíveis que desaparecem para ceder-lhe o lugar e que agora não poderão ser nem reconstituídas nem recordadas. Somente conhecendo o resíduo da infelicidade que nenhuma pedra preciosa conseguirá ressarcir é que se pode computar o número exato de quilates que o diamante final deve conter, para não exceder o cálculo do projeto inicial.



ESPAÇO3. IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE SEM-TERRA NO PA ELDORADO

Não adianta a gente estar no sem-terra e não saber o que é sem-terra. Pois eu sei o que é sem-terra. Não é sem saber ler, é que não sabe do sem-terra, a gente sabe. E sabe mesmo. Talvez quem não sabe ler, sabe melhor os sem-terra todinho do que quem sabe. (Dona Adélia, 65 anos, assentada no PA Eldorado, outubro de 2015)

A experiência cotidiana da luta na terra, o processo da sua conquista e construção coletiva da territorialidade faz com que xs assentadxs sintam profundamente o sentido de “*ser sem-terra*” e “*morar nos sem-terra*”. Sabem também o valor e força desta experiência. A territorialidade específica sem-terra se destaca na região não só por estar vinculada a uma área de reforma agrária, mas por ser resultado da mobilização de uma coletividade que, neste processo, constrói politicamente a sua identidade (ALMEIDA, 2008). Neste processo, a identidade e a territorialidade mantêm uma relação estreita, perpassando-se mutuamente:

Toda identidade é uma identidade social definida fundamentalmente através do território [...] uma identidade em que um dos aspectos básicos para sua estruturação está na alusão ou referencia a um território, tanto no sentido simbólico quanto mais concreto. Assim, a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central da construção desta identidade parte de ou transpassa o território (HAESBAERT, 1999, p. 178 apud HAESBAERT, 2011, p. 54)

A identidade sem-terra se desenvolve no processo de luta, na própria vivência da ocupação, acampamento, assentamento, marchas e mobilizações, mesmo que a trajetória de cada um seja diferente e nem sempre passe por todos estes momentos, como já mencionei antes. É uma construção sociopolítica que resulta numa territorialidade específica e, ao mesmo tempo, é produto dela.

As identidades culturais são os pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história. Não uma essência, mas um *posicionamento*. Onde haver uma política de identidade, uma política de posição, que não conta com nenhuma garantia absoluta numa “lei de origem” sem problemas, transcendental (HALL, 1996, p. 70)

O ponto de partida aqui foi, além da participação observante, o questionário, no qual, dentre várias categorias de auto-definição propostas¹⁹¹, quase todxs xs assentadxs (96%) se reconheceram como sem-terra. E não só - em muitos casos a força deste pertencimento se expressa nos comentários que acompanharam a sua resposta: “*com orgulho*”, “*com certeza*”, “*sem vergonha*”, “*sempre*”, “*até a unha*”, “*ai sim*”, “*ai eu sou*”¹⁹². Outrxs se enxergam como tais por morar no assentamento, “*nos sem-terra*”, identificado como um território

¹⁹¹ Pergunta nº 6 do questionário, com escolha múltipla (veja-se: Apêndice)

¹⁹² Comentários que acompanharam a resposta da pergunta, que foram anotados. O questionário, por ser anônimo, não foi gravado.

diferenciado, de qual faz-se parte. Apenas duas pessoas¹⁹³ declararam não se identificar como sem-terra – elas não participaram da ocupação, mas moram na área há vários anos.

Os seus significados são, no entanto, muito variados, transformando-se e sendo negociados ao longo do processo de luta. A complexidade da questão do pertencimento sem-terra envolve as subjetividades no processo de luta e trajetórias pessoais de contestação e, ao mesmo tempo, constitui um processo de construção coletiva de um novo território, perpassado por relações de poder. A territorialidade do Eldorado resulta de uma mobilização política de uma diversidade de sujeitos que, num dado momento, compartilham a luta pela/na terra para acessar este recurso e, assim, sair de uma condição de exclusão. Neste processo re-fazem e re-significam as suas origens e trajetórias.

As pessoas que decidem dar este passo se consideram “desgarrados da terra” (CALDART, 2004, p. 36) e mais do que isso: à luz das reflexões anteriores se percebe que a sua condição social se inscreve num conjunto de privações e negações, do acesso aos recursos, como terra, mas também do reconhecimento da sua história, do seu conhecimento etc., próprios do sistema moderno/colonial. Tal mecanismo de exclusão, de alguma forma, é quebrado através da mobilização pela conquista da terra que forma novos sujeitos sociais e uma nova coletividade, com identidade própria. Esta identidade, no entanto, não é fixa nem homogênea. Aproxima-se, neste sentido, às identidades da diáspora, se tratar a conceitualização de Stuart Hall de forma ampla (enquanto processos identitários pós-coloniais), que vivem “com e através, não a despeito, da diferença; por hibridação” e que “estão constantemente produzindo-se e reproduzindo-se novas, através da transformação e da diferença” (HALL, 1996, p. 75).

Existe uma pluralidade discursiva na construção da ideia da “sem-terridade” (“*landlessness*”) (MCNEE, 2007), assim como um reconhecimento das lutas específicas dos diferentes sujeitos sem-terra, que exercem esta identidade através da sua multiplicidade interna, capaz de abarcar sempre novos sentidos. Como afirma com força a juventude sem-terra, durante o Encontro Estadual do MST em 2016: “*Nós percebemos que o jovem Sem*

¹⁹³ O questionário foi aplicado em 35 unidades domésticas, em caso de 7 (de 17) casas com chefia compartilhada, ambos os co-responsáveis responderam a pergunta relativa a autodeclaração identitária e étnico-racial, ou seja, em total 42 pessoas (veja-se: Apêndice)

*Terra é negro, nós percebemos que o jovem Sem Terra é LGBT, nós percebemos que o jovem Sem Terra é urbano, nós percebemos que o jovem Sem Terra é operário [...]*¹⁹⁴.

O Espaço3 trata de fazer uma reflexão em torno destas multiplicidades e intersecções no processo da construção da territorialidade sem-terra no PA Eldorado assim como do seu contexto. Após uma aproximação à composição do grupo dxs assentadx (3.1.), vou trazer alguns elementos da realização da reforma agrária do Estado na área (3.2.). À continuação, vou abordar uma série de aspectos do processo de luta (3.3.), principalmente, a organização do assentamento, o papel das memórias na construção do presente e a relação com a terra. Desta forma, tento tocar em alguns elementos do conceito de territorialização (OLIVEIRA, 1998) que envolve a construção de uma identidade, mecanismos de tomada de decisão e formas culturais instituídas pelo grupo. A última parte do Espaço3 (3.4.) tenta apontar uma série de intersecções identitárias, importantes para pensar a territorialidade sem-terra nas suas complexidades.

3.1. XS ASSENTADXS

Para começar, vou falar um pouco sobre o grupo dxs assentadx para apontar a alguns aspectos da sua diversidade interna e discursos que se construíram em torno dela assim como perceber as mudanças na sua composição, ao longo da história do PA Eldorado.

3.1.1. “Os velhos”, “os novos” e a segunda geração

Nem todxs xs que moram no Eldorado hoje, 19 anos da criação do PA, participaram da ocupação e acampamento na fazenda Pitinga. Das 38 famílias estabelecidas no assentamento, quase metade (47%, ou seja, 18 famílias) chegaram mais tarde, em épocas diferentes. O 32% (12 famílias) mora na área desde o processo inicial da ocupação da área em 1997. As outras 8 famílias (21%) são constituídas pelxs filhxs dxs assentadx, dos quais a grande maioria se criou na área ou chegou ainda na adolescência. Tal composição do grupo social demonstra duas dinâmicas importantes. Por um lado, uma intensa mobilidade (de entrada e saída) dxs moradorxs ao longo dos anos e uma mudança significativa no universo inicial do grupo que ocupou terra. Por outro lado, uma proporção significativa da “segunda geração”, ou seja, dxs filhxs dxs assentadx que se independizaram e ficaram na área.

¹⁹⁴ Wesley Lima, coordenador estadual do setor de comunicação e juventude do MST-Bahia, Assembleia de juventude da Bahia, no 28º Encontro estadual do MST-Bahia, 10.01.2016

Isso é especialmente relevante do ponto de vista do processo de luta, que constitui o fundamento da formação e politização dxs sxs participantes. A ocupação e o acampamento são apontados como espaços cruciais para a formação do sujeito sem-terra (CALDART, 2004) e vividos pelxs próprixs assentadxs como momento de união e solidariedade da comunidade em construção. Neste sentido, entre as falas dxs moradorxs mais antigos se percebe uma distinção discursiva entre *os mais velhos*, ou seja, *a turma* que fez a ocupação inicial e passou pelo acampamento, e *os que chegaram depois*, já na época do assentamento. Esta diferenciação marca, por um lado, o lugar de fala de quem participou da conquista da terra, marcada pelo esforço, sofrimento, mas também firmes pactos coletivos e, por outro lado, dois momentos diferentes do Eldorado – da *lona* (acampamento) e do *bloco* (assentamento)¹⁹⁵.

No lugar das pessoas que foram saindo da área (geralmente, por desistência ou falecimento) foram chegando outras famílias, às vezes vindas de outras áreas ocupadas pelo MST (ou outros movimentos), mas também das cidades e zonas rurais sem nunca ter passado por acampamento (cerca de 30% do total das famílias assentadxs hoje não passou pela “*lona preta*”), principalmente, através de parentes e amigxs já assentadxs. Mesmo que a entrada coletiva na fazenda assim como construção e organização do acampamento sejam momentos cruciais no processo de formação individual e coletiva sem-terra, não são os únicos e o processo de luta, com caráter diferente, continua na época do assentamento¹⁹⁶.

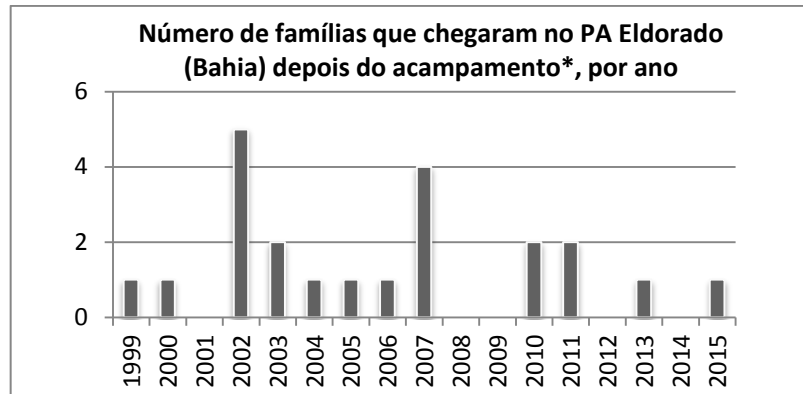
A maioria das famílias “novas” chegou nos primeiros dez anos do assentamento (Figura12), ou seja, permanecem na área há muitos anos. Esse fluxo provavelmente foi resultado da intensificação das desistências e abandonos da área na época (principalmente, entre 2002-2007) após as dificuldades na aplicação dos créditos¹⁹⁷ e na gestão dos recursos da associação do PA¹⁹⁸ nos primeiros anos do assentamento que provocaram diversos conflitos internos, endividamentos (tanto individuais e coletivos), problemas na produção e certa descrença do processo da reforma agrária (SANTOS, 2004). Uma menor proporção de novxs moradorxs (27%) chega a partir de 2010.

¹⁹⁵ Mais sobre as memórias do acampamento e a passagem de lona para o bloco, mais adiante (3.3.2. Passado, presente e as memórias)

¹⁹⁶ Sobre a organização do assentamento, veja-se: 3.3.1. Organização

¹⁹⁷ Crédito inicial de implantação (nas suas modalidades de alimentação, fomento e habitação) o crédito produtivo, através do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária – Procera (SANTOS, 2004)

¹⁹⁸ Associação dos pequenos agricultores do PA Eldorado



*incluindo xs filhxs dxs assentadxs

FIGURA12. Gráfico. Ano de chegada das famílias novas, após o acampamento. (Fonte: Questionário de pesquisa, 2015-2016. Elaboração própria.)

Mesmo que ambos os grupos (“*os velhos*” e “*os novos*”) não sejam internamente homogêneos nem a sua delimitação tão clara – o uso discursivo desta distinção serve (especialmente, aos moradorxs mais antigxs) para apontar uma série de conflitos de caráter organizativo e geracional assim como as mudanças sociais, na região e na área.

Refletir em torno da questão geracional é importante num contexto desta área de reforma agrária que vai cumprir no ano que vem 20 anos de existência. Como já mencionei, diversas famílias são constituídas por filhxs de assentadxs que, em sua maioria, já tem próprixs filhxs. No entanto, as segundas e terceiras gerações, que nasceram ou se criaram dentro do acampamento/assentamento nem sempre ficam dentro da área. Por um lado, muitxs jovens acabam migrando para a cidade (principalmente, Salvador), atrás de estudo e trabalho. A cidade é uma grande atração neste sentido e as extensas redes familiares em grandes centros urbanos facilitam este deslocamento. Por outro lado, a organização do MST limita a quantidade de vagas que possam ser ocupadas pela mesma família, até duas casas¹⁹⁹. Esta regra interna, que ajuda no processo de tomada de decisões mais democrática dentro das áreas, entra, no entanto, em tensão com a forma mais comum de reprodução social da agricultura familiar. Xs jovens que quiserem estabelecer as suas famílias na terra, mas que já tiverem mais de um parente assentado no PA Eldorado, podem assumir casa com lote em outras áreas de reforma agrária ou acampamentos, organizados pelo MST. No entanto, como afirmam alguns, a proximidade da família e o conhecimento das especificidades da terra no Eldorado lhes desestimulam da mudança do local. Talvez também a pouca organicidade do

¹⁹⁹ No Eldorado nove famílias contam com parentes dentro do assentamento (geralmente, em relação pais-filhxs, mas também primxs e irmãxs).

Movimento entre xs jovens do PA também seja um fator a ser levado em consideração no caso deste tipo de deslocamento.

A composição etária no PA é peculiar e aponta, de alguma forma, uma mudança geracional em processo que envolve as dinâmicas mencionadas anteriormente (Figura13 e Quadro2). A faixa entre 15 e 29 anos está sub-representada, em relação a outros grupos de idade e em relação ao ano de 2003. Comparando com os dados nacionais a regionais (BRASIL, 2011), a faixa entre 25 e 39 anos²⁰⁰ se vê mais afetada neste sentido, apresentando o valor de 12% no PA Eldorado, em relação ao 20,9% no meio rural do Brasil e 20,3% do Nordeste. A sub-representação destas categorias, ao serem relativas à população em idade produtiva, pode afetar na organização e produção do assentamento.

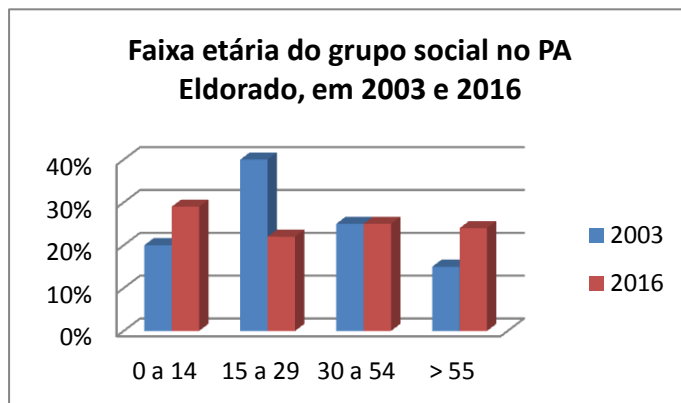


FIGURA13. Gráfico. Composição etária no PA Eldorado, em 2003 e 2016 (Fonte: Mutirão MST e Pesquisa de Campo, 2003, apud SANTOS, 2004. Questionário desta pesquisa, 2015-2016. Elaboração própria.)

| Faixa etária | Nº | % |
|--------------|-----|------|
| 0 a 14 | 30 | 29% |
| 15 a 29 | 22 | 22% |
| 30 a 54 | 26 | 25% |
| > 55 | 24 | 24% |
| Total | 102 | 100% |

QUADRO2. Distribuição por faixa etária no PA Eldorado, 2016

Outra questão a ser destacada aqui é a regularização da situação das pessoas que chegaram na área depois do acampamento. O assentamento, com capacidade de 50 famílias, tem 44 vagas registradas no INCRA (como já demonstrei na Introdução, no Quadro1). No entanto, hoje conta com 38 casas ocupadas de forma estável, entre as quais 16 famílias (42%) não estão oficialmente assentadas, embora a maioria delas more e plante no Eldorado há muitos anos. Apenas três pessoas dizem não ter interesse no registro. Aparentemente, no caso da maioria²⁰¹, não tem nenhum empecilho para o cadastro que, no entanto, envolve um processo burocrático de responsabilidade do INCRA, mediado pelo MST. Segundo algumas

²⁰⁰ A pesquisa adota como base de análise divisão diferente de faixas etárias (0-9, 10-17, 18-24, 25-39, 40-59, mais de 60). Optei por outra divisão em faixas etárias, presente no Gráfico, para poder fazer uma comparação com os dados já agrupados, por SANTOS (2004) do PA Eldorado, procedentes do mutirão do MST, entre 2002-2003.

²⁰¹ Apenas três pessoas poderiam ter problemas com o seu registro oficial, ao possuírem mais de um parente já assentado.

peças entrevistadas, a falta de registro é motivo de uma sensação de instabilidade, além de constituir uma dificuldade para participar nas políticas públicas destinadas às famílias assentadas da reforma agrária.

3.1.2. Origens e relações: Recôncavo e sua rede urbana

Da onde vieram as famílias assentadas que moram hoje na área? A origem das pessoas (Figura 14) é heterogênea, abrangendo diferentes regiões da Bahia e áreas tanto rurais quanto urbanas, mas a maioria vem de municípios próximos - do Recôncavo ou de locais que fazem parte da sua rede urbana, como Salvador e Feira de Santana (SANTOS, 1998). Várias histórias estão marcadas pela migração atrás de trabalho e terra, por diferentes municípios da região.

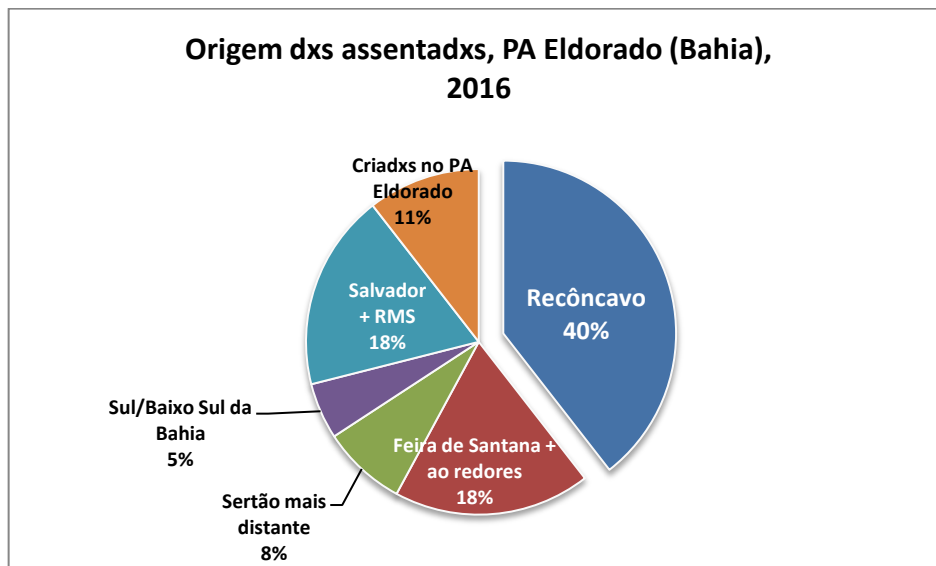


FIGURA 14. Gráfico. Origem das famílias assentadas, PA Eldorado (Bahia), 2016
(Fonte: Questionário de pesquisa, 2015-2016. Elaboração própria.)

Todas as pessoas que vêm de Feira de Santana e arredores (Serra Preta e Anguera) moram no Eldorado desde a ocupação e chegaram principalmente através do trabalho de base, feito na época pelo Movimento no município. A mesma proporção de moradores veio da periferia de Salvador, maior centro urbano e mercado de trabalho de referência, e região metropolitana (RMS) (Candeias e Dias d'Ávila), historicamente vinculada ao Recôncavo.

A maior parte de famílias assentadas (40%) tem origem no Recôncavo e, se somar a segunda geração de famílias sem-terra que hoje constituíram as suas próprias famílias na área, esse valor

supera a metade do total (51%). São naturais, sobretudo, de Santo Amaro e Cachoeira (em total, 12 famílias – 32% do total das famílias), especificamente, de comunidades rurais de Santo Amaro, como sítio Camaçari, Pitinga, São Braz e distrito de Acupe, e da zona rural de Cachoeira: Brejo da Guaíba, Desterro e Calolé (chamadas também pelo genérico Tabuleiro da Vitória). Vale ressaltar que a maioria destes povoados são reconhecidos hoje como comunidades remanescentes de quilombos²⁰² pela FCP, mas nenhuma teve ainda o seu território demarcado pelo INCRA²⁰³. A sua participação da luta pela reforma agrária permite o acesso à terra que, segundo a lei, teria que ser garantido nas suas comunidades de origem²⁰⁴. O mutirão de pesquisa do MST, realizado entre 2001-2002, apresenta quase a mesma proporção de famílias procedentes do Recôncavo, entre as que também predominavam pessoas destes dois municípios (42% do total dxs assentadx), mas não especifica as áreas dentro dos municípios (SANTOS, 2004). Trata-se, no entanto, de um universo diferente, já que 75% das famílias de Santo Amaro e Cachoeira residentes hoje chegaram no PA ou estabelecem as suas famílias (no caso dxs filhxs de assentadx) depois de 2002. Outras três famílias vêm de outros municípios do Recôncavo – Maragogipe, Castro Alves e Santo Antonio de Jesus. Estas também chegam ao Eldorado a partir de 2002.

Três famílias, ou 8% do total, procedem de locais mais distantes do sertão baiano (Morro de Chapéu, Piritiba e Juazeiro) e duas vêm do sul e baixo sul da Bahia – ambas de trabalhadores da fazenda Pitinga, ocupada pelo MST.

As famílias mantêm um vínculo com os seus lugares de origem, sejam mais próximos ou mais distantes. No entanto, a sua vivência dentro do PA parece ser mais consolidada do que no início dos anos 2000, pois, naquela época, para muitas pessoas o lote do Eldorado constituía um complemento de renda e recorrentemente não implicava a moradia e vivência de toda a família na área (SANTOS, 2004). Hoje tais situações são pontuais e/ou periódicas. Aliás, o sentimento de pertença ao local de origem gera redes de mobilidade e apoio entre familiares e amgxs não só fora do PA, mas também dentro do assentamento entre as pessoas que vêm dos mesmos locais ou locais próximos. As relações familiares são também o principal laço com os centros urbanos, onde a maioria tem parentes (principalmente, em Salvador e RMS - Candeias, Simões Filho, Dias d'Avila).

²⁰² No entanto, as pessoas procedentes destas comunidades que moram hoje no PA Eldorado não se definem como quilombolas (Fonte: Questionário de pesquisa e conversas com xs assentadx, 2015-2016)

²⁰³ Nenhuma das 41 comunidades remanescentes de quilombos, reconhecidas pela FCP no Recôncavo, tem o seu território demarcado.

²⁰⁴ Mais sobre a relação das áreas da reforma agrária e comunidades quilombolas, veja-se: Espaço3 (3.4.1. Entre classe e raça)

Além de relações familiares, outros tipos de redes do PA (como relações afetivas e acesso a serviços) se estabelecem na região vizinha, principalmente com os dois povoados mais próximos, e com a cidade de Santo Amaro. Na Pitinga, além de relações de amizade, algumas pessoas frequentam uma igreja pentecostal e a escola. Em São Braz, quem mantém mais relações são xs assentadxs procedentes do interior de Cachoeira²⁰⁵, mas alguns outrxs frequentam também o posto de saúde da comunidade (atualmente, com uma médica cubana). Lembra-se também que antigamente o pessoal de São Braz vinha fazer samba no Eldorado ou também xs assentadxs iam lá. Santo Amaro é a cidade mais próxima e, portanto, é ali que se acessam diversos serviços básicos, tais como órgãos públicos, escolas, postos de saúde e hospital, bancos, sindicato, serviços de lazer ou igrejas, além de ser o mercado principal de aquisição de alimentos e outros bens. O torneio de futebol que acontece na região é emblemático do ponto de vista de relações entre as localidades vizinhas. Participam nele, além do PA Eldorado, todos os locais mencionados, além de Acupe. As trocas com os outros PAs do município acontecem quase exclusivamente através das atividades específicas do MST, como encontros, reuniões, marchas ou eventos.

Esta diversidade interna do grupo é um dos elementos constitutivos da territorialialidade e identidade sem-terra no PA Eldorado, sendo característico do MST. O caráter popular do Movimento - “todo mundo pode entrar” (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p. 32) – reforça esta multiplicidade. Ao mesmo tempo, frente à sociedade, aos antagonistas ou ao Estado xs sem-terra demonstram uma força da unidade que lhes permite, entre outros, se contrapor ao latifúndio e negociar no processo da reforma agrária do Estado.

3.2. REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO

Existem diferentes modalidades de áreas de reforma agrária, entre elas a do “Projeto de assentamento federal em área de reforma agrária” (PA) que é o caso do Eldorado²⁰⁶. Neste sentido, o Estado (representado pelo INCRA) se compromete a desenvolver:

conjunto de ações, em área destinada à reforma agrária, planejadas de natureza interdisciplinar e multisetorial integradas ao desenvolvimento territorial e regional,

²⁰⁵ Nota-se que várixs já moraram no local, antes de chegar no PA e que, em ambos casos, trata-se comunidades reconhecidas como quilombolas.

²⁰⁶ Outras modalidades de assentamentos reformadores, ou seja, criados a partir da desapropriação de terra, são as seguintes: Projeto de Assentamento Municipal (PAM), Projeto de Assentamento Casulo (PCA) e Projeto de Assentamento Estadual (PE). Os assentamentos não reformadores (que não alteram a estrutura fundiária) são criados a partir de reconhecimento de posse ou como projetos de conservação ambiental (GIRARDI e FERNANDES, 2013)

definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares²⁰⁷. (Instrução Normativa nº 15 de 30/03/2004 /INCRA, D.O.U. 05/04/2004)

O Estado começa a realizar estas ações, geralmente a partir da pressão dos movimentos sociais e tendo-os como mediadores do processo. No Brasil, a reforma agrária, cujo objetivo seria a distribuição das terras entre as diferentes classes sociais, se materializou através de uma política de assentamentos rurais o que é motivo do seu caráter conservador (FERNANDES, 1999). Tal política é uma conquista importante, mas tem um alcance reduzido e, no limite, não consegue desconcentrar a terra, diminuir as desigualdades sociais nem impedir o êxodo rural. Além disso, se observa uma série de estratégias políticas que tem como objetivo dar visibilidade aos números positivos de reforma agrária sem ameaçar o latifúndio e sem responder às necessidades reais (GIRARDI e FERNANDES, 2013). Tem-se privilegiado a locação de recursos para a aquisição de áreas para fundar assentamentos, uma forma mais fácil de demonstrar para a sociedade o suposto andamento do processo, em detrimento de investimentos em ações que contribuiriam de fato para melhorar as condições de vida ou o desenvolvimento econômico dos projetos, mais difíceis de usar politicamente (SAUER, 2005).

O resultado é uma situação precária nas áreas regularizadas, como demonstra a pesquisa “A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira”²⁰⁸ que, na sua metodologia, vai além da dimensão econômica e produtiva dos assentamentos, levando em consideração aspectos como níveis de qualidade de vida, de organização social, de eficácia da reorganização fundiária e de preservação ambiental (GALVÃO e SPAROVEK, 2005). Se apontam diversas carências de infraestruturas, assistência técnica e créditos para produção. Os fatores que mais contribuíram para os menores índices de qualidade nos assentamentos, principalmente o Norte e Nordeste, foi o acesso ao atendimento de saúde em caso de emergências, acesso à água de boa qualidade, acesso ao ensino médio e tratamento do esgoto doméstico. Além disso, a pesquisa demonstra que se privilegia nos investimentos públicos o

²⁰⁷ Nesta modalidade, a obtenção da terra, criação do Projeto, seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A), Infra-estrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica), parcelamento do projeto e a Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) são de responsabilidade do INCRA (Instrução Normativa nº 15 de 30/03/2004 /INCRA, D.O.U. 05/04/2004)

²⁰⁸ SPAROVEK, Gerd. A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira. Editora Páginas e Letras: 2003. O debate sobre a pesquisa: GALVÃO e SPAROVEK, 2005

trabalho e produção individualizada²⁰⁹, o que dificulta mais ainda desenvolvimento de processos coletivos, voltados para produção e geração de renda, que sofreram uma queda nas áreas de reforma agrária. Em alguma medida, este quadro não se distancia muito da situação no PA Eldorado.

3.2.1. Infraestrutura e qualidade de vida

As 50 casas do PA foram construídas com Crédito de Implantação (alimentação, fomento e habitação), concedido no final de 1997. A obra demorou e foi bastante conflituosa, resultando na falta de acabamento e qualidade precária das construções (SANTOS, 2004). Até hoje várias casas não têm reboco e a estrutura da maioria se vê afetada pelo solo de massapé. As paredes e fundamentos rachados já foram motivo da desativação da escola (e o seu deslocamento para o galpão), desocupação total de duas casas e necessidade de reformas urgentes, assumidas individualmente pelos assentados.

O assentamento não possui rede de esgoto e a água encanada foi instalada depois de várias mobilizações, apenas em 2014. Antes, durante 17 anos, os assentados acessavam água principalmente no rio Pitinga, que corta o PA, onde se lavava roupas, pratos e se tomava banho, além de usá-la para beber, no caso de algumas famílias. Dada a contaminação do rio pela fábrica de papel Penha, algumas pessoas se organizavam para trazer água potável de uma fonte natural, chamada Timbó, fora da área do PA. Além disso, o caminhão pipa da prefeitura enchia o tanque coletivo e os baldes, garrafas e outras vasilhas particulares dos assentados, alguns dias na semana, geralmente em horários imprevisíveis (Figura15).



FIGURA15. Foto. Chegada do caminhão-pipa no tanque, 2012.

²⁰⁹ Reforçado pelo aspecto político-cultural (sociedade individualizada) e econômico (requer menor investimento).

A falta de acesso regular a água durante tantos anos repercutiu no cotidiano das famílias (principalmente, das mulheres), na sua saúde, mas também na produção e, no limite, na qualidade de vida em geral.

Dona Eulina: A gente bebia [água] do rio. Depois que já fez as casa foi que ai o prefeito pegou mandando né, sempre mandava um carrinho de água né pra li e vem mandando sempre passando quatro, cinco dias, três dias assim, um tempo vinha dois dias, três vinha um carrinho de água ai, todo mundo pegava um pouquinho ne. **Eu:** - Aquela agonia de pegar os baldes, subir pra cima no tanque... [lembrando o período do EIVI, em 2012] **Dona Eulina:** Isso ai [risada], correndo, esse ai não tinha paciência, ai ia pro rio. **Seu Edmundo:** Eu não, essa água ai do rio, a gente não morreu até agora, eu vou pegar água do rio, eu não vou pra aquele conflito lá não. Porque a agonia é tanta e eu não tou pa me ver agoniado não, ai ia logo pro rio. Ai não morreu ate agora, não vai morrer. Pegando água do rio... Mas foi uma confusão pra vim essa água aqui pa dentro, foi uma confusão, que só... parecia que tinha um negocio!.... Ave Maria... [...] **Dona Eulina:** Muitas vezes muita pessoa adoeceu aqui e todos exames que fazia, só constava da água. Bebemos porque não tinha outro jeito, mas a água cheia de “micobre”. (Dona Eulina, 66 anos, e Seu Edmundo, 71 anos, assentadxs do PA Eldorado, agosto de 2015)

A encanação, que foi feita em 2009, após doze anos da criação do assentamento da reforma agrária, não resultou na chegada da água, como era esperado. O descaso das autoridades (tanto locais quanto do INCRA, na mediação com eles) ficou visível ao longo de uma longa luta institucional para garantir este direito básico sem sucesso. A arbitrariedade do processo e a posição desprivilegiada do PA chegou a ser visível, na percepção dxs assentadxs, principalmente, em relação a situação da fábrica de papel Penha: situada apenas a 200 metros da agrovila sempre teve acesso a água canalizada, além de usar (e contaminar) a água do rio no eu processo produtivo.

Em abril de 2014, como parte das mobilizações do “Abril Vermelho”²¹⁰, xs assentadxs, junto com o MST, fecharam a pista na frente do PA reivindicando a resolução imediata do problema da água. De manhã cedo prenderam fogo numa barricada de pneus do jeito que os carros não pudessem passar. Não demorou em chegarem três viaturas. Enquanto a coordenadora da Regional Recôncavo do Movimento estava dialogando com um dos policiais, outro apontou a arma para ela. Um militante da Brigada Carlos Marighella, assentado no PA Nova Suiça, avançou na direção dele com o celular na mão, filmando tudo. Foi naquele momento que o policial o empurrou fora da pista, no meio do mato, para impedir a filmagem, o que provocou a intervenção de várixs jovens. A confusão resultou na detenção do militante da Brigada. Xs assentadxs, principalmente mulheres e jovens, seguiram a pé até a delegacia de Santo Amaro, onde permaneceram até a sua liberação. “*Eles levaram ele por*

²¹⁰ O mês de abril se estabeleceu como jornada de lutas mais intensas do ano, denominada como “Abril Vermelho”, desde o massacre no Eldorado de Carajás.

nossa causa, por nós, nós vamos deixar?!”, disse Maria José ainda afirmando que, depois de tudo, foram os próprios policiais que tiveram que apagar o fogo com areia: “*Nós apagar o fogo? Nós não vai apagar nada!*”²¹¹. Quando a água “*desceu*” das torneiras poucas semanas depois, no primeiro momento, ninguém acreditou na menina que, gritando emocionada, anunciou a novidade, achando que era só mais uma piada. Esta conquista ressaltou a importância da mobilização coletiva ação e animou o grupo. Hoje xs assentadxs percebem uma mudança significativa de vida a partir daquele momento, tanto na dinâmica dos afazeres de casa, estrutura sanitária e irrigação dos quintais. Por outro lado, aparecem novos desafios e dificuldades, como arcar com os custos das instalações individuais nas casas, vazamentos (por conta da encanação antiga e precário estado da estrada) e dívidas com a empresa fornecedora.

Um dos temas mais presentes nas conversas e práticas cotidianas é a questão de saúde. Os corpos, desgastados com o duro trabalho na roça, com lesões mal curadas e períodos pós-cirúrgicos mal repousados tem uma grande dificuldade de acesso ao sistema de saúde básica, como marcar consulta ou exames. O posto de saúde do PA Eldorado está desativado²¹² – xs assentadxs recorrem à assistência básica em povoados vizinhos ou em Santo Amaro. Para marcar consultas ou intervenções médicas mais especializadas xs assentadxs precisam se deslocar até Salvador ou Cachoeira/São Félix. Alguns dos problemas de saúde são provocados pela atividade da fábrica que, além de contaminar o rio, emite um pó de bambu (gerado pelo picador de bambu, situado na frente da entrada do PA), que afeta as vias respiratórias e a visão dxs assentadxs. A negociação com a fábrica acerca do deslocamento do picador foi mediada pelo INCRA; no entanto, não se chegou a uma solução satisfatória e hoje o processo está paralisado.

Quanto à escolarização, a grande maioria das pessoas (68%) não começou ou não terminou o ensino fundamental (Figura16). Outrxs 13% tiveram que interromper os estudos de nível médio e superior. Um assentado concluiu ensino superior no curso de pedagogia, antes de ser morador do assentamento²¹³. Ao mesmo tempo, 75% (33 de 44 pessoas que se posicionaram nesta questão) declarou vontade de seguir os estudos. No entanto, existe uma série de dificuldades no processo de retorno à escola se relacionam com o deslocamento a Santo Amaro, falta do tempo por questões do trabalho e criação dxs filhxs (principalmente, no caso das mulheres) ou problemas com documentação, segundo os depoimentos. Trata-se do

²¹¹ Conversa com Maria José, agosto de 2015

²¹² Xs assentadxs apontam que no passado havia médicxs alguns dias da semana.

²¹³ Esta pessoa apresenta uma trajetória diferente à maioria ao ter entrado primeiro na militância para depois ser assentado.

universo dxs responsáveis (adultxs) das unidades domésticas, entre xs quais alguns assistem aulas na escola do PA, mas ninguém está matriculado em Santo Amaro.

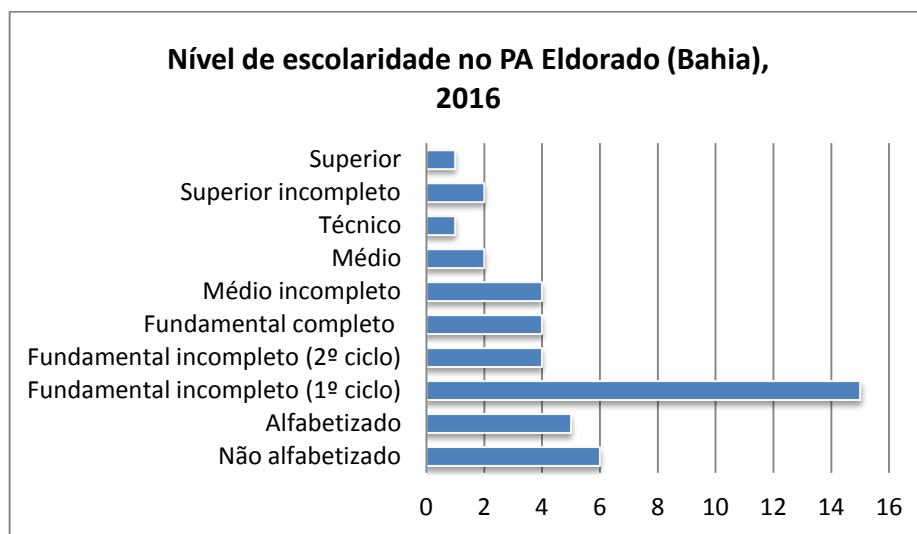


FIGURA16. Gráfico. Nível de escolaridade no PA Eldorado (Bahia), 2016
(Fonte: Questionário de pesquisa, 2015-2016. Elaboração própria.)

A escola do assentamento (Escola Antonio Conselheiro) conta com uma turma de pré-escola e duas turmas multisseriadas do 1º ciclo de ensino fundamental (até 4ª série), uma regular e outra pelo programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A professora, contratada pela prefeitura, não mora dentro do PA nem faz parte do MST (como seria indicado), mas mantém um diálogo com o Movimento. Xs filhxs dxs assentadxs que estudam a partir do 2º ciclo do ensino fundamental precisam deslocar-se até a comunidade Pitinga ou Santo Amaro. A escola tem uma estrutura precária – é localizada no antigo galpão da fazenda e dispõe de pouco material escolar, o que prejudica as suas atividades. Em 2016 foi reformada pela prefeitura a sede da antiga escola (que teve a sua estrutura afetada pelo deslocamento do solo massapé) e que está aguardando a sua inauguração.

A baixa escolarização formal se deve, entre outros, à origem rural de grande parte dxs assentadxs e as obrigações de crianças e jovens na roça, principalmente, nas décadas passadas. No caso das mulheres, é comum interromper os estudos para cuidar da casa e dxs filhxs. Seu Fausto conta a experiência dele:

Eu tive aula. Agora, eu não aprendi porque fui muito relaxado, não vou mentir [risada]. Ai meu pai quando viu que eu não queria nada, me tirou e botou pra trabalhar. A gente tinha 14 burros, disse: “Não, agora cê vai trabalhar com meus animal”. Mas eu tive aula. E minha professora me ensinava de tudo: tinha biografia, aritmética, ciências, conta... Tem muita gente, até meus irmão mesmo, que diz: “Venha cá... eu não me conformo... você diz que não sabe ler, como é que você

trabalha de empreiteiro com trinta homem e não erra... não dá um tostão do seu e nem tira?”. Eu digo: “É cabeça” [risada]. Ai ele diz: “Não, você é manhoso, você sabe ler”. Eu digo: “Não, não sei”. Só que na conta ninguém me bate não, viu. Ninguém. Se me deixar quieto dois minuto, já foi. (Seu Fausto, 71 anos, assentado do PA Eldorado, abril de 2016)

Xs que não dominam a leitura são, em sua maioria, idosos, que, nas nossas conversas, respondiam ao preconceito existente na sociedade a respeito das pessoas analfabetas. Afirmavam a existência de tantas outras formas de conhecer o mundo e a sua desenvoltura em outras leituras da realidade, como Dona Adélia: “*Eu não sei ler, mas eu entendo de tudo o que falo. Tem gente que sabe ler e não faz nada. A leitura se faz pela cabeça.*”²¹⁴. Para ela a alfabetização nunca foi um requisito em relação à plena participação nas estruturas organizativas do assentamento: “*Eu mesmo sem saber ler, coordenava o grupo uma beleza, que não faltava nada*”²¹⁵). Mas saber ler pode dar também uma maior segurança: “*Eu vou voltar a estudar só para coordenar este assentamento e consertar as coisas*”²¹⁶, diz um dos assentados. Por outro lado, existe um cuidado com estas pessoas nas reuniões, durante as quais é assinada lista de presença. Sempre percebi que elas não tinham que pedir de alguém assinar por talvez se constrangerem por isso, mas espontaneamente a pessoa do lado assinava por elas. Os que não pensam se escolarizar descartam esta possibilidade geralmente por questões de saúde (problemas com a visão) e por acreditarem que, com a idade avançada, teriam mais dificuldades de aprender. Seis pessoas estão fazendo parte do programa EJA, com aulas de noite (de alfabetização e primeiro ciclo do ensino fundamental) e várias declaram a sua vontade de participar nas aulas depois da inauguração da nova sede da escola.

Um dos aspectos centrais da vida de um assentamento de reforma agrária e um dos seus principais objetivos é a questão da produção. O Estado dispõe de uma série de políticas que, além da infraestrutura, incentivam a produção nas áreas visando a sua inserção gradativa no mercado local e, em alguns casos, a sua emancipação do INCRA²¹⁷. Já o MST, que alega a insuficiência das políticas do Estado e se mostra contrário às políticas de emancipação²¹⁸,

²¹⁴ Conversa com Dona Adélia, outubro de 2015

²¹⁵ Conversa com Dona Adélia, dezembro de 2015

²¹⁶ Conversa no PA Eldorado, 2016.

²¹⁷ “O que é um assentamento emancipado? É um assentamento que, após ter participado de diversas políticas públicas de apoio, conseguiu encontrar seu caminho de desenvolvimento econômico estando consolidado e apto a integrar-se a vida do município em que está implantado. A emancipação se dá por ato do INCRA, observadas as determinações legais e regulamentares. A esta nova condição do assentamento dá-se o nome de Emancipado ou em processo de desenvolvimento econômico.” (Fonte: Site oficial do INCRA, cartilha “INCRA e o assentamento” [on-line] http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/O%20INCRA%20e%20o%20Assentamento.pdf)

²¹⁸ O MST se posicionou contra a política de emancipação dos assentamentos, começada na época de Fernando Henrique Cardoso (CONCRAB, 1998) e que hoje está de novo na pauta nacional.

percebe a produção como uma atividade central de uma organização que pretende, além de gerar um maior benefício e desenvolvimento da área, estimular o sentimento de pertença ao território, práticas coletivas e novos valores, que visem uma transformação social, dentro do PA.

3.2.2. Produção e os saberes

Aqui não é sem-teto, aqui é uma comunidade dos sem-terra, é da reforma agrária, então não é pra poder deixar as terras sem plantar, nós não assinou o papel pra isso. Se nós fosse ficar sem plantar, só a casa, então é sem-teto. (Dona Adélia, 65 anos, assentada no PA Eldorado, outubro de 2015)

Transformar os assentamentos criados em áreas produtivas é um dos principais focos da reforma agrária do Estado. O PA Eldorado foi beneficiado em 1998 por um projeto produtivo pelo Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera²¹⁹)²²⁰, que apresentou uma série de dificuldades na sua aplicação. Foi voltado à produção de coco, mandioca, banana e cana, assim como a criação de gado, mas não deu resultados esperados devido à assistência técnica insuficiente e problemas na organização da cooperativa, resultando em endividamentos e conflito interno entre xs assentadxs e o MST (SANTOS, 2004, p. 206-212). Aquela experiência até hoje reverbera no assentamento ao ter gerado receio de participar em projetos coletivos que envolvam crédito. é lembrado em alguns depoimentos:

Ela [a engenheira agrônoma] me fez perder duas tarefas e meia de banana. Ela me mandou plantar banana lá na beira do mangue. O salitre nunca vai deixar a banana sair, a banana nunca botou um cacho. E voltou ainda dizendo que dentro da banana não podia plantar nada, quando o rapaz veio de lá pra cá disse: “Oxente, ta errado, daqui que esta banana cacheie você já tirou outra plantação de dentro das banana, um milho, um quiabo...” [...] Mas muita pessoa daqui disse a ela: não tem nada a ver as bananas ter outra plantação por dentro, ao menos aproveita a terra, né. (Seu Fausto, 71 anos, assentado do PA Eldorado, abril de 2016)

Uma história parecida é contada pelo seu Furinga do vizinho assentamento Bela Vista, ao respeito de um plantio de abacaxi que foi recomendado pelxs agrônomxs e que, segundo a previsão dxs assentadxs, não deu certo.

²¹⁹ Programa extinto, atualmente substituído pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar inexistente (PRONAF).

²²⁰ Projeto produtivo para o PA Eldorado foi de responsabilidade da Cooperativa Regional de Assentamentos do Recôncavo da Bahia (Cooprecon), associada à Cooperativa Central dos Assentamentos da Bahia (CCA-BA), intitulado: “Projeto de Viabilidade – Assentamentos: Bela Vista e Eldorado” (SANTOS, 2004)

Em ambos os casos, a experiência e as sugestões dos agricultores não foram levados em consideração pelos técnicos que detinham o poder de representar o conhecimento “válido”. O conhecimento localizado e aplicado no dia a dia pelos assentados, para a sua própria sobrevivência, foi deslegitimado através de uma pretensão da universalidade da ciência que, em consequência, inferioriza outras formas de saber (não necessariamente formais e certificadas). Isso traz a ideia da hierarquização do conhecimento através dos mecanismos da colonialidade do saber, conceito já mencionado no Espaço1. Neste aspecto, a reforma agrária do Estado e as suas políticas públicas de apoio ainda reproduzem as desigualdades epistêmicas do mundo moderno/colonial. O MST, especialmente, a partir de 2000 quando assume um giro agroecológico, tem uma pretensão de reverter este quadro e valorizar os conhecimentos existentes nas áreas. Neste sentido, no PA Eldorado foi realizada entre 2008 e 2010 uma pesquisa de Francisco Dal Chiavon (Chicão), militante do MST e, na época, estudante da Escola Latino Americana de Agroecologia, no Paraná. A experiência resultou num dossiê, intitulado “Diálogo de saberes”, entregue para cada um dos assentados participantes no PA Eldorado, que inclui as entrevistas realizadas no processo assim como orientações técnicas, segundo a demanda de cada família. “Chicão” é lembrado pelo seu jeito próximo de se relacionar e pela sua atenção, dada a cada um durante as suas estadias no PA, entrando em contraste com a postura dos agrônomos que acompanharam a aplicação do Procerca.

No início dos anos 2000, a produção foi descrita como “pequena, desorganizada e sem assistência técnica” (SANTOS, 2004, p.199). Segundo a pesquisa feita na época, apenas para 18% dos assentados a agricultura constituía a principal fonte da renda. Atualmente, esta porcentagem aumentou chegando a alcançar quase um terço dos moradores (29%). No entanto, somando com a renda secundária, o questionário demonstrou que o 71% de famílias no PA Eldorado tira parte considerável do sustento da terra (Figura17). Apresentar os dados conjuntos da renda primária e secundária desenha um quadro mais completo ao levar em consideração que agricultura é uma atividade econômica sujeita à ciclos da natureza. No período da aplicação do questionário o clima se manteve seco e a falta de chuva se prolongou mais do que esperado. Em consequência, muitas pessoas tinham perdido a produção, deslocando a agricultura para um lugar secundário em relação a outras fontes de renda. Outros não conseguiam definir com clareza qual delas ficaria no primeiro e qual no segundo lugar. Tal situação revela a importância de políticas sociais complementárias, como Programa Bolsa Família, que pode amenizar a vulnerabilidade dos grupos sociais mais pobres.

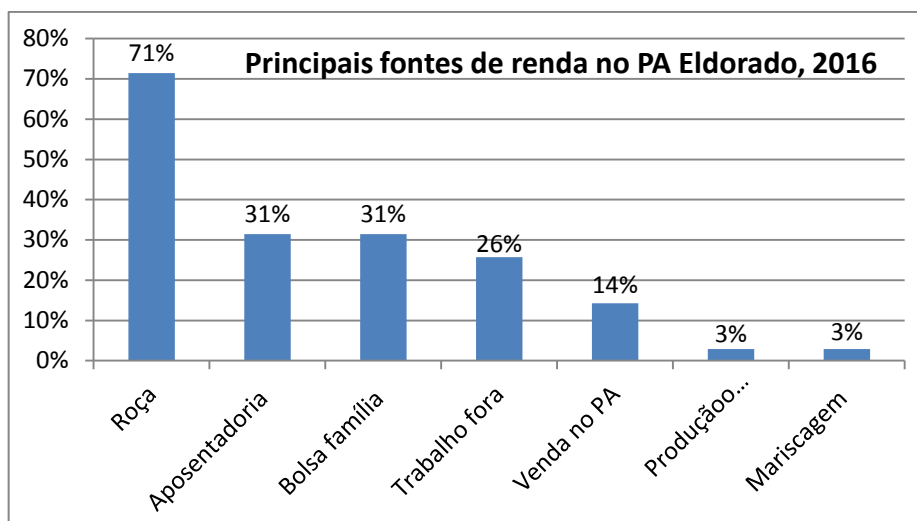


FIGURA17. Gráfico. Fontes de renda principais (primária e secundária) no PA Eldorado, Santo Amaro (BA), 2016 (Fonte: Questionário de pesquisa, 2015-2016. Elaboração própria.)

Entre o restante 29% alguns plantavam para o consumo próprio. Vale ressaltar que nesta categoria abrange vários aposentados que, por questão da idade avançada e problemas com saúde, não conseguem mais cuidar dos lotes. Existe uma série de outros fatores que desestimulam a plantar ou aumentar a produção. Além da seca do momento, os assentados apontam a dificuldade do manejo do solo de massapé (duro e pesado) “*na enxada*” sem acesso ao trator (o não funcionamento do trator do MST²²¹ e o alto preço do serviço externo), recorrentes roubos das plantações assim como a destruição dos cultivos pelos animais (frequente causa de conflitos internos).

O escoamento dos produtos é outra questão apontada como fator que diminui o rendimento do trabalho na roça. A maioria das pessoas vende a mercadoria por preços muito baixos nas mãos de atravessadores, principalmente, o quiabo. Alguns conseguem levar os produtos nas feiras livres da região (especialmente, Saubara e Santo Amaro) ou na beira da estrada (quando a quantidade é menor). Entre os poucos assentados que possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)²²², só alguns participam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e/ou Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Finalmente, um dos jovens aponta o estado precário da casa da farinha e da cozinha coletiva, o que dificulta gerar o valor agregado do beneficiamento da mandioca.

²²¹ Problema que estava sendo em vias de resolução durante o período da pesquisa.

²²² Que requer o registro oficial no INCRA dos assentados, no caso de áreas de reforma agrária.

O “*projeto da casa da farinha*”, já mencionado antes²²³, pretendeu, de alguma forma, responder às demandas, como beneficiamento de mandioca e escoamento dos produtos. Após uma mobilização dxs assentadxs interessadxs através da associação e da coordenação política interna do assentamento em 2013, o projeto foi apresentado em parceria com o NEPPA e o MST e foi aprovado em 2014. No entanto, devido à demora na iniciação do projeto e um período de estagnação em 2015, no momento de conclusão desta pesquisa (2016) a sua implementação ainda não estava garantida, mas o esforço coletivo para a sua realização foi retomado.

A agricultura consegue gerar renda, no entanto de forma instável e insuficiente, quase sempre sendo complementada por outras atividades e recursos (como trabalho assalariado²²⁴, programa Bolsa Família, aposentadoria, venda dentro do PA ou na beira da estrada e produção de palito de bambu²²⁵). Apenas três famílias declaram tirar o sustento exclusivamente da roça, o que compreende a metade do universo de famílias que não recebem nenhum tipo de benefício de políticas públicas (17% do total). Quase a maioria dxs assentadxs (46%) conta com o apoio de Bolsa Família, que atende pessoas em estado de pobreza²²⁶ enquanto a aposentadoria é recebida por 37% do total das famílias²²⁷.

A reforma agrária é o marco dentro do qual acontece todo um processo de luta, coletivo e individual, de conquista, organização e uso da terra/território.

3.3. PROCESSO(S) DE LUTA

O processo de luta do Eldorado e as lutas particulares dxs suxs moradorxs se relacionam na sua complexidade com a territorialidade do assentamento, construindo-a ao

²²³ “Produção, beneficiamento e comercialização da mandioca no Recôncavo baiano: agricultura familiar para a soberania alimentar”, apresentado para a CAR. Veja-se: Introdução, nota de rodapé n° 60

²²⁴ Principalmente, em Santo Amaro (como carregador de água, pintor residencial, vendedora de roupa, doméstica e babá), mas também em Salvador (como músico, babá e ajudante de mecânico), Santo Antonio de Jesus (como pedreiro), Dias d’Avila (como pedreiro), Feira de Santana (vendedora) e na área da fábrica de papel Penha (como vigia).

²²⁵ Atividade popular nos primeiros anos do PA, hoje exercida esporadicamente por algumas famílias. Consiste em produção artesanal de palitos de bambu para espetos de carne ou queijo assado. O bambu é cortado mecanicamente em pedaços finos e o acabamento é feito a mão, com estilete.

²²⁶ Em estado de extrema pobreza (renda per capita menor que R\$ 85) ou em estado de pobreza (renda per capita entre 85 e 170 R\$, no caso das famílias que possuem em sua composição familiar crianças e/ou adolescentes com idade limite de até 17 anos que frequentem a escola regularmente e/ou gestantes). Fonte: <http://calendariobolsafamilia2016.org/>

²²⁷ Os números relativos aos benefícios sociais como Bolsa Família e aposentadoria diferem dos dados do gráfico referentes à renda principal da unidade doméstica, ao não constituírem, em alguns casos, nem renda primária nem secundária da casa.

longo dos anos. Vou me deter com mais detalhe em seus três aspectos: a organização do grupo dxs assentadxs, as suas memórias que ligam (de forma múltipla) o presente ao passado e, finalmente, as especificidades do uso e a relação com a terra. Desta forma, pretendo entender melhor as particularidades da identidade e territorialidade sem-terra no PA.

3.3.1. Organização

A ocupação e o acampamento é o primeiro momento (e talvez o mais emblemático) da mobilização coletiva, proposta pelo MST, mas no assentamento, área de reforma agrária já reconhecida, este desafio continua. A organização se desdobra para dentro do assentamento quanto para fora – através da extensa rede de outras áreas.

Quando tem ocupação, assim, vem de outros assentamentos dar reforço. Tanto que nós fez uma ocupação aqui na fazenda Brejo e aí nós saiu daqui pra dar os reforços de lá. Teve uma vez que nós passou logo nove dias, no Brejo, que diz que ia dar despejo e nos foi pra reforçar também. Quando a gente ocupou o Brejo depois teve outra ocupação, lá na Lagoa, saindo pra Salvador... [...] E nós ocupou outra que chama Palmeira, antes de São Francisco do Conde, aqui por dentro, que vai pra Candeias, aliás, aí foi duas ocupações – primeiro foi a Palmeira. Palmeira não deu certo, fez acampamento, foi despejado e retornou a ocupar novamente.... Aí nesse dia eu sofri, viu...: tava chovendo, inverno, duas horas da manhã desmanchar o barraco, debaixo de chuva, pra passar pro outro lado de novo. Menina, nesse dia eu fiquei enraivado [risada], dentro do barraquinho quente, acordar pa desmanchar o barraco debaixo de chuva ... Pa ocupar a fazenda de novo, pa ocupar a gente teve que desmanchar mesmo pa passar pro outro lado pa quando dia amanhecer os barraco já estar feito. Foi.... Todo mundo carregando os barraco, tomava um pau, tomava outro, passou a lona, aí pronto, quando amanheceu o dia, nós já estava do outro lado. (Seu Esmeraldo, 62 anos, assentado no PA Eldorado, março de 2016)

O território é um elemento fundamental para a prática do MST que, por isso, pode se considerar um movimento socioterritorial²²⁸ que, neste caso, atua a escala nacional e se organiza em rede: desta forma, amplia suas ações e dimensiona seus espaços (FERNANDES, 2005). No nível de estado, o MST se organiza por regionais, divididas em brigadas, compostas pelos acampamentos/assentamentos mais próximos. Assim, os três assentamentos de reforma agrária do município de Santo Amaro (Eldorado, Bela Vista, Nova Suíça e Paulo Cunha), organizados pelo Movimento, formaram a brigada Carlos Marighella que faz parte da Regional Recôncavo do MST-Bahia²²⁹ (Figura18).

²²⁸ Os movimentos socioterritoriais são os que tem o território como trunfo e razão de existência. Todos os movimentos são socioespaciais (produzem algum tipo de espaço), mas nem todos tem o território como elemento essencial (FERNANDES, 2005). Esta distinção parte da ideia de que o território é construído a partir do espaço (LEFEBVRE, 2006).

²²⁹ O MST-Bahia se organiza territorialmente através de 10 regionais: Extremo Sul, Sul, Baixo Sul, Recôncavo, Norte, Nordeste, Oeste, São Francisco, Chapada Diamantina e Sudoeste.

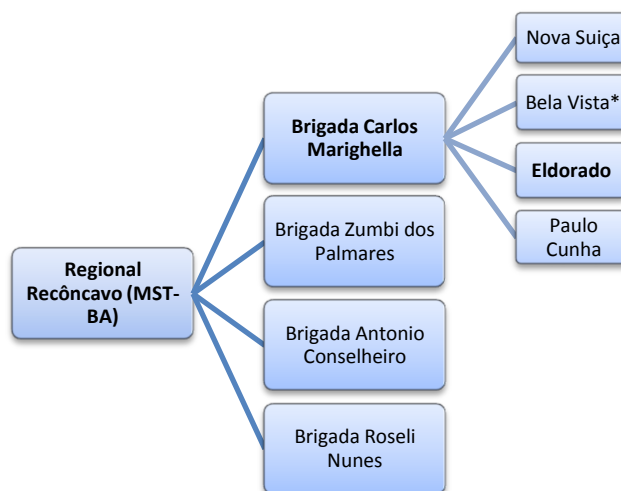


FIGURA18. Gráfico. Organização territorial da Regional Recôncavo²³⁰, MST-BA.

Esta estrutura é fundamental para a organização das áreas e do MST, que se torna especialmente relevante na hora das mobilizações coletivas.

Chegou no INCRA e fomos mal recebidos pelas polícia, não queria deixar a gente entrar dentro do INCRA, foi aquela confusão. Mas depois acabou tudo. Acalmou, a gente conseguiu entrar pa dentro do INCRA, depois chegou o Extremo Sul, o Baixo Sul [outras Regionais do MST-Bahia], esses canto ai, ai reforçou mais. (Seu Fausto, 71 anos, assentado do PA Eldorado, abril de 2016)

Esta rede se evidencia e materializa para xs assentadxs principalmente nos espaços do MST (encontros, reuniões, marchas, ocupações e outras mobilizações) e na organização interna da área. Observei que nestes espaços em nível de Brigada, Regional ou Estadual²³¹, algunxs assentadxs do Eldorado conseguiam se reconhecer mais facilmente dentro da organização do MST e participar nela mais ativamente do que em sua própria área. Tal fenômeno é confirmado por algumas pesquisas argumentando que nestes espaços gera-se um laço maior de compromisso (FIGUEIREDO, 2011). O Movimento e a sua organização ganham corpo e os seus elementos abstratos da estrutura se materializam, por exemplo, enquanto Brigada (Carlos Marighella) ou Regional (Recôncavo), compartilhando o local de dormida e alimentação, respondendo ao chamado de presença e gritando a palavra de ordem da Brigada/Regional na plenária do encontro ou ocupando um lugar específico nas fileiras da

²³⁰ Palavra de ordem da Regional Recôncavo, inspirada nos *lutadores do povo* que deram nome às brigadas da regional: “Marighella, Roseli, / Conselheiro e Zumbi, / formando militantes / para a luta prosseguir!”

²³¹ Não menciono aqui a dimensão nacional, por ter participado nos espaços do MST só até o nível de estado, na Bahia.

marcha. Ao mesmo tempo, como revela o questionário aplicado no PA Eldorado, as relações cotidianas (afetivas e pragmáticas) das pessoas do assentamento se estabelecem mais com as comunidades vizinhas do que com as outras áreas de reforma agrária da região²³².

O assentamento conta com a sua coordenação interna (geral, dos núcleos de família e dos setores)²³³ e xs representantes da associação²³⁴ que cumprem um papel relevante na abordagem dos assuntos coletivos assim como na articulação com “o Movimento”. Discursivamente, existe uma distinção entre a militância do MST, que se associa às pessoas que assumem tarefas e/ou coordenações a partir do nível de Brigada, (“o Movimento”, “a direção”²³⁵), e xs assentadxs, que assumem ou não coordenações na área. Reconhecer a luta e organização do MST e a sua própria trajetória de vida dentro dela não significa que a pessoa necessariamente se enxergue enquanto militante (LOERA, 2004). Atualmente, poucas pessoas que assumem o papel de militantes (de mobilização, organização e articulação) dentro do PA, embora alguns poucos, no questionário, se autodefinam como tais.

Neste sentido, o assentamento tem demandado maior presença “do Movimento” na área, em parte, por ter sido durante anos sede da coordenação da Brigada o que, segundo alguns depoimentos, fez com que se acostumassem à presença continuada desta militância na área: “É que a gente acostumou de precisar os de cima, parece que nós sozinhos não podemos convocar uma reunião. Podemos sim. Parece que sempre tem que ter a direção. Acostumou assim”²³⁶, desabafa uma das assentadas. A assembleia tem sido o principal espaço coletivo para discutir as questões no PA (tendo menos relevância os grupos de família e os setores²³⁷) (Figura19). Elas podem ser convocadas pela coordenação interna do PA ou a associação, no entanto, o assentamento tem tido dificuldades de mobilização autônoma de reuniões. Desta forma, as instâncias superiores do MST são demandadas com frequência em casos que, segundo os seus princípios organizativos, poderiam ser resolvidos pela coordenação área (geral, dos setores e grupos de família). Ao mesmo tempo, a convocação

²³² Veja-se: Anteriormente neste Espaço (3.1.2. Origens e relações: Recôncavo e sua rede urbana)

²³³ Os assentamentos, além de se inserirem na estrutura territorial do MST, se organizam internamente através de núcleos de famílias (célula base que reúne em torno a dez famílias), de setores (responsáveis por áreas específicas - produção, saúde, educação, formação, gênero, comunicação, frente de massa e financeiro) e de uma coordenação política geral, representada por um homem e uma mulher (responsável pelos assuntos gerais do PA e articulação com outras áreas, através da brigada) (MST, 2005; NEPPA, 2012).

²³⁴ O presidente e vice-presidente da associação, além do tesoureiro e secretário.

²³⁵ No caso dxs coordenadorxs gerais em nível de Brigada ou Regional.

²³⁶ Conversa com uma das assentadas, agosto de 2015.

²³⁷ Entre os setores que tem se mobilizado se destacou o da produção que, com o apoio da coordenação da Regional, organizou uma série de encontros em nível de Brigada e tem planejado reuniões em todos os assentamentos (entre outros, para resolver o problema do trator).

autônoma de reuniões aconteceu algumas vezes durante o período desta pesquisa, principalmente, em casos urgentes (como foi o projeto da casa da farinha), quando a coordenação do assentamento ou a associação tomaram a iniciativa.



FIGURA19. Foto. Esperando a assembleia começar. PA Eldorado, 2015.

Por outro lado, se percebe que a articulação com a coordenação da Brigada e da Regional é fundamental para reforçar os processos coletivos em curso e ajudar a resolver questões que não encontram solução sem uma mediação externa. Neste sentido, o Movimento torna-se uma instância intermédia entre o grupo de assentados e o Estado, conseguindo muitas vezes dar conta de assuntos internos, sem precisar recorrer às autoridades jurídicas ou policiais do município e até proteger xs sem-terra das ações arbitrárias destes agentes do Estado. O diálogo entre o assentamento e as estruturas do Movimento tem sido frutífero também no caso das mobilizações reivindicativas locais, como durante o processo da luta pela água em 2014, mencionado antes²³⁸.

A trajetória de conflitos passados com lideranças do MST (SANTOS, 2004) deixou uma marca na história do assentamento, hoje receoso de receber projetos e participar em construções coletivas assim como sensível no ponto das relações de poder entre a “militância” e a “base”. Xs assentados apontam a necessidade de atenuar estas hierarquias, também tendo em vista estas memórias: *“Eu respeito Movimento, tenho 20 anos no sem-terra. Eu respeito eles, mas eles têm que me respeitar também – é o que eu aprendi aqui no início”*²³⁹. É fundamental entender que o Movimento se personaliza nas áreas através de diferentes coordenações²⁴⁰ e a forma através da qual estas pessoas concretas exercem a sua presença no território do Eldorado influencia de forma considerável a participação dxs assentados nos espaços coletivos, a confiança na militância e, em consequência, na sua organicidade. Este aspecto conjuntural é uma das coisas que observei durante a minha aproximação com o PA,

²³⁸ Veja-se: Anteriormente neste Espaço (3.2.1. Infraestrutura e qualidade de vida)

²³⁹ Conversa com um assentado, agosto de 2015.

²⁴⁰ Principalmente, aquelas consideradas como “militância”, a partir do nível da Brigada, como já expliquei.

desde 2012. Neste sentido, é frequentemente citada “a companheira Lucinha”²⁴¹, que foi uma das coordenadoras da ocupação e acampamento na fazenda Pitinga e ainda se coloca como uma forte referencia dos princípios, valores e do “pacto” estabelecido com o Movimento no início:

Dona Lucinha disse assim: “Ó Adélia, é assim - já que você veio conquistar a terra e veio ficar, cê vai ficar, a gente tá aqui, mas a gente já vai, você fica, que a terra é de vocês e a gente só veio participar e ajudar vocês, então eu já fui, a ordem é essa assim assim assim assim assim e tudo aqui é assim assim assim assim assim” e foi embora e me deixou. E encima disso que eu estou aqui até hoje. O que ela me disse. É ou não é? Se eu tiver de errar, um dia há 18 anos, se eu tiver de errar, eu vou chamar ela: Aragão, Lucinha ta onde? Diz Lucinha ta em tal lugar, o dia que eu tiver tempo, eu vou encontrar ela pra dizer pra ela por que eu vou deixar o assentamento. Eu vou dizer tudo a ela, para ela não dizer: Adélia que me enganou, disse que ia ficar e não ficou. Então a satisfação eu tenho que dar pra ela. Foi quando eu cheguei, foi o que eu achei. (Dona Adélia, 65 anos, assentada no PA Eldorado, agosto de 2015)

Os conflitos acompanhados por Santos (2004), segundo a pesquisadora, acabaram deslegitimando não só as pessoas responsáveis, mas também comprometendo a imagem do próprio Movimento e da sua luta, incluindo um dos seus símbolos mais importantes – a bandeira²⁴². No entanto, hoje parece que existe uma série de elementos que se consolidaram e não ficam tão fortemente sujeitos às oscilações na relação com as lideranças, como o reconhecimento do território como uma área sem-terra, dos símbolos de luta (inclusive, a bandeira) e do MST enquanto agente político na luta pela reforma agrária. Estes aspectos são diretamente relacionados com a construção da identidade e territorialidade sem-terra através de um processo de luta que tem uma dimensão coletiva, mas também se destaca nas subjetividades, memórias e trajetórias pessoais.

A experiência da coletividade é uma das mais fortes neste processo. Ela vai adotando formas diferentes ao longo dos anos e se destacou, principalmente, durante o período do acampamento quando os lotes individuais ainda não estavam nem garantidos nem demarcados.

²⁴¹ Lúcia Barbosa, da coordenação nacional do MST, que desde 2011 faz parte do Governo do Estado da Bahia, quando assumiu a frente da Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres (SPM). Desde 2015 está assumindo a titularidade da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi).

²⁴² “As lideranças do Movimento encontraram dificuldades para organizar os assentamentos territorializados no Recôncavo baiano, e Eldorado é um exemplo desse fato. As famílias que constituíram o PA não conseguiram desenvolver/assimilar a identidade camponesa sem terra. Os trabalhos de base e de formação foram frágeis o suficiente para não propiciarem a interiorização dos princípios fundamentais do Movimento. Em contra partida, as lideranças responsáveis por organizar e conduzir o processo não perceberam as mutações ocorridas no grupo social e em suas próprias posturas na condução da utopia. Hoje, pode-se considerar que no PA Eldorado, a bandeira do Movimento fincada no centro da agrovila quase nada representa para aqueles assentados que ali estão.” (SANTOS, 2004, p. 217-218).

Ai a gente ia limpar a terra no coletivo, plantava, aquele bocado de mulher no coletivo, a turma toda, a gente ia limpar terra, plantar mandioca, tudo no coletivo. Levava comida pra debaixo dos bambus, sentava lá e começava a cantar, dar risada, falar de namorado e lá se vai. Tudo de foice trabalhando, oxé, ai foi que começou, ai a gente está aqui. É brincadeira? Enfrentando essa. (Dona Adélia, 65 anos, assentada no PA Eldorado, junho de 2016)

O “*coletivo*”, o trabalho realizado pelo conjunto dxs assentadx (através dos grupos de família) nas áreas coletivas, é uma forma de organização da produção pautada pelo MST. Chamado também de mutirão, acontece num dia específico na semana, no caso de PA Eldorado – quinta feira, e têm o objetivo de responder às demandas da totalidade do grupo. Durante o período desta pesquisa, foi realizado esporadicamente, segundo xs assentadx, por falta de estímulo de convocar os mutirões, nos quais participam poucas pessoas, o que já havia sido um desincentivo para o trabalho coletivo no passado (SANTOS, 2004). Perguntadx pela participação em atividades coletivas (do MST e da associação) dentro e fora do assentamento xs assentadx respondiam com frequência: “*eu já participei muito*” e “*quando posso eu vou*”. Estas respostas apontam em três direções: primeiro, um desgaste com os processos coletivos e uma percepção de falta de união; segundo, quando apontado pelxs mais antigxs, uma necessidade da nova geração também assumir as tarefas militantes; terceiro, a priorização de obrigações do trabalho na roça e afazeres domésticos individuais, principalmente, quando trata-se de atividades que implicam deslocamento. Vale a pena destacar que muitas pessoas já desenvolveram funções nas estruturas organizativas do assentamento ao longo dos quase 20 anos da sua existência. Este desafio, muitas vezes lembrado como árduo e cansativo, ao mesmo tempo, trouxe para muitxs uma experiência única de participação de uma estrutura que prioriza o diálogo para tomar as decisões coletivas, criando novos mecanismos de participação política e estimulando o empoderamento dos sujeitos.

Ao mesmo tempo, o trabalho coletivo acontece em outros regimes. A produção se dá com frequência em redes familiares ou de afinidade nos lotes individuais, segundo um sistema rotativo, que é uma prática comum nas zonas rurais do Recôncavo. O assentamento funciona como comunidade ao manter uma lógica de trocas, ajudas e pequenas solidariedades. Nos casos de urgência as redes se ativam muito rápido e conseguem gerar união para dar conta das demandas do momento.

Os discursos em torno das questões de coletividade e organização com frequência se constroem em relação às memórias do passado que é trazida para contar o presente.

3.3.2. Passado, presente e as memórias

O passado continua a nos falar. Mas já não é como um simples passado factual que se dirige a nós, pois nossa relação com ele, como a relação de uma criança com a mãe, é sempre já “depois da separação”. É construído sempre por intermédio da memória, fantasia, narrativa e mito. (HALL, 1996, p. 70)

“*Nós sofreu pra conquistar este pedaço de chão, viu...*”²⁴³ diz Dona Lourdes (68 anos, assentada do PA Eldorado), relembando o despejo do acampamento Bela Vista. A polícia entrou na área e, depois de algum pouco tempo para as pessoas levarem os seus pertences, derrubou todos os barracos. Um por um. Depois de dois dias na beira da pista, xs ocupantes voltaram para a área e montaram todo o acampamento de novo. Após uns meses uma parte do grupo do Bela Vista foi ocupar a fazenda Pitinga. Neste processo as mobilizações incluíram diversas marchas para Salvador exigindo a emissão de posse das áreas.

Seu Edmundo: Sair daqui DE PÉ pra Salvador, nós saímos dali [mostrando] direto pra Salvador, de pé, dormindo, tomando chuva, sereno e sol, comer passado de horário, e dormindo a toa... [...] E as bocas quentes que a gente aguentou aqui na pista. Oxé, uma vez, dessa primeira vez que a gente foi, me lembro como se fosse hoje, de Santo Amaro pra lá – quando chegou bem adiante plantou um carretão e duas fila, uma por esse lado e a outra por esse lado, e entre meio só pra pa quem vinha de lá pra cá, de carro. Não foi nada não, plantou um cara no carretão de repente. É que tem muita gente que não gosta do sem-terra e esse mesmo tinha ódio de sem-terra - o carretão vinha de lá pra cá, um cara moderno, forte... Do modo que o cara apontou a carreta, do jeito - ele queria passar por cima da gente [...]. Aqueles companheiro, com foice, machado, enxada, facão... tinha um companheiro que tentou fazer o carretão frear quase encima da gente, ou freava ou passava por riba, [ele] chegou, atravessou assim a pista e sapecou no facão na pista, que só via lasca de fogo avoando na pista. E o cara vem na carreta parecendo que ia passar por riba, ai foi que [o coordenador da marcha] correu, tomou a frente, oxé, mandou ele parar, ele parou, quando ele parou, não sei aonde acharam tanto porrete na hora, mas, moça, chegaram assim um do lado da mulher, outro do outro lado, e espancaram o carro no pau, batendo mesmo, porrete fazendo assim PAM, PAM, aquele fecho da vidraça, espatifou todo na cara dele e o cara ficou... deu pra tremer. Aquele fecho de gente... Aquele cara chorou, com certeza. **Dona Eulina:** Mas porque ele devia ter respeitado, que do jeito que é a marcha, é uma coisa perigosa e uma coisa de... de pena, assim, tipo quase uma saída de caixão. Porque quando eu vi aquilo ali, eu chorava, eu chorava quando via aquele sofrimento, como naquelas marchas, eu fui duas vezes de Feira a Salvador, cantando... rapaz, quando puxava aquelas cantigas antiga, tu é doido rapaz, eu chorei, chorei bastante vez, é uma luta mesmo. (Seu Edmundo, 71 anos e Dona Eulina, 66 anos, assentadxs do PA Eldorado, agosto de 2015)

O sofrimento e sacrifício na conquista da terra são elementos que se repetem nas narrativas dxs assentadxs mais antigxs, fazendo parte de uma legitimação da luta e uma reafirmação do seu significado e das suas origens, principalmente, para gerações posteriores que não passaram pela “*lona preta*”. Estes relatos trazem em si uma espécie de ancestralidade

²⁴³ Conversa com Dona Lourdes em maio de 2016.

de uma nova história que começou com a ocupação e cuja memória hoje está com xs mais velhxs. A cobrança deste reconhecimento se evidencia em outros comentários:

Quem chegou derradeiro quer engolir quem está aqui há tempo. Aqui é uma polemica. Quem entrou pela porta ta parecendo que entrou pela janela. (um assentado, 2016)

Compartilhar as memórias do processo de luta traz vários sentidos e sentimentos para a “*turma antiga*” (cerca de um terço dxs assentadxs hoje). Há vezes que estas lembranças são dolorosas, mas outras vezes se tornam uma fonte de força e reafirmam o desejo de continuar na luta, a pesar do desgaste e cansaço. Depois de muito sacrifício para conquistar a terra e permanecer nela, a sua vida e a sua história ficam fortemente vinculadas ao território do assentamento que se configurou como espaço de resistência. Depois de enfrentar essa toda não vou sair daqui não, afirmam vários. As narrativas evocam experiências, valores e sonhos das mobilizações iniciais.

Ave Maria, eu gostava muito... [cantando]: “Esse o nosso país, essa é a nossa bandeira, é por amor a esta pátria Brasil, que nos andamos em fileira, é por amor a esta pátria Brasil, que nos andamos em fileira, aonde ninguém passa fome, projeto é o povo feliz, a reforma agrária é a volta do agricultor a raiz, a reforma agrária é a volta do agricultor a raiz!” Todo mundo no caminho, “Boooooora sem-terra”, isso é vida! “Vai ou não vai! Vai!”, “Ta com fome? Não! Ta com sede? Não! Vamo andar? Vamo!” [risadas] [Eu: Reforma agrária quando?!] Jááá! [risadas]. Isso é vida boa, eu tenho uma saudade brava... E quando a gente cantava o hino, o hino dos sem-terra é bonito... (Dona Adélia, 65 anos, assentada no PA Eldorado, outubro de 2015)

Dona Adélia relembra a determinação e animação que acompanhava as marchas. O seu corpo reatualiza estes sentimentos através das palavras de ordem e as músicas – estas gravações das nossas conversas são muito potentes e a sua transcrição nem sempre consegue transmitir a sua intensidade. No final ela diz: “*É de louco... É difícil. Pra quem não entende é difícil, pra quem entende não é não, andar é bom [...] Sem-terra é bicho doido*”²⁴⁴.

A memória tem um papel importante para fortalecer um sentido de pertença e construir uma maior confiança na força da própria trajetória, especialmente, quando se trata de grupos oprimidos, silenciados e discriminados. O reconhecimento da luta e valorização da sua própria experiência emana destas narrativas que articulam o individual e coletivo. (JELIN, 2005).

Naquele correio ali tudo foi barraco, liberamo a cerca, cá pra cima também, onde tinha espaço pra fazer barraco, fazia. Levemo muito tempo na lona preta ali também [Eu: Fazia como os barracos?] Lona preta. Quem tinha animal tirava madeira, saía infincando, depois forrava de plástico. Quem não tinha, muitos carregava no ombro. Muitos tomava o animal da gente também emprestado pra dar uma ajuda. Ai, fazia o barraco. O meu barraco mesmo era um barraco bem feito, porque eu tinha uma jega

²⁴⁴ Conversa com Dona Adélia, outubro 2015.

grande, ai eu tirava madeira. Fiz um barraco com pé direito, encimentado e tal. Depois Deus me ajudou comprei umas telhas, não dessas, daquelas velhas... Eu acho que eu ainda tenho foto desse barraco aqui... (Seu Fausto, 71 anos, assentado do PA Eldorado, abril de 2016)



Seu Fausto encontra duas fotos (Figura20 e Figura21), guardadas numa antiga agenda do MST e segue as histórias, agora reatualizadas pelas imagens que trazem as dificuldades da vida “na lona”, mas também o orgulho do barraco construído.

FIGURA20. Foto. Acampamento Eldorado, 1997²⁴⁵.
(Fonte: Acervo pessoal do seu Fausto)



FIGURA21. Foto. “Barraco” de lona do seu Fausto no acampamento Eldorado, 1997.
(Fonte: Acervo pessoal do seu Fausto)

A vida no barraco da lona preta era um pouco puxada, viu... Quando dava essas horas assim... dentro da lona preta...e arruado também de lona preta... Teve uma vez mesmo que... Eu tinha uma galinha, né. Ai a galinha chocou do lado de fora. Só que andavam uns cachorros por ai que eu nem sabia de quem era. A primeira vez comeu uma dúzia... uma dúzia e... na faixa de uns quinze ovos. A galinha já perto de tirar. Ai quando ela tornou de chocar eu peguei e botei dentro de casa. Só que me deu foi prejuízo. Aquele xenxén de galinha, sabe o que é, não sabe? Os bichinhos que anda no corpo da gente. Ai empestou o barraco... Empestou o barraco, ai eu queimei papel dentro e tal, do barraco... Eu sei que o fogo agarrou no plástico. Uma confusão para apagar esse fogo. Ai eu tive que comprar um novo plástico pra botar... [...] Ta vendo ai o gesto do barraco? [mostrando a foto] Depois desse problema que eu to lhe falando do xenxén de galinha que pegou fogo [o barraco], eu achei essas telhas baratas e eu botei. Eu digo, vou botar porque eu não fico só trocando de

²⁴⁵ “E esse meu filho que tá montado no cavalo aqui, ele mora na Pitinga. Ele tava pequeno, ele montou no cavalo pa ir lá pa Gamboa mais eu, tirar lenha pra queimar. A gente aqui ia tirar lenha...” (Seu Fausto, 71 anos, assentado do PA Eldorado, abril de 2016)

plástico. Que o plástico bate sol, bate chuva, ele apodrece... apodrece não, ele rompe... [Eu: Ele esquenta muito também, né?] Esquenta muito! Essa mulher, a mãe dos meus filhos mesmo, ficou numa situação que eu nem sei: todo dia ela sentia dor de cabeça. (Seu Fausto, 71 anos, assentado do PA Eldorado, abril de 2016)

A criação do assentamento e construção das casas trouxe a realização de um sonho, mas também mudanças que não se esperavam. A união, solidariedade e mística da época do acampamento, onde o processo de resistência e produção dependia do coletivo, foi enfraquecendo. A passagem “*de lona para o bloco*” se identifica como um dos momentos-chaves do processo de individualização.

Diziam: esse assentamento só tá bonito porque tá na casa de lona, quando passar ele pro bloco ninguém quer falar com outro. Parece que eles ganharam na jogada. E aconteceu, porque quando botou o bloco nunca mais ninguém... ninguém mais foi na casa de fulano... (uma assentada do PA Eldorado, 2015)

Aqui, Zuza, antigamente era assim - você sentava na porta do barraco e não demorava muito e o vizinho perguntava: “Já tomou o menorzinho [café]?” “Já, já...”. “Não, venha tomar um menorzinho aqui.” Hoje não. (um assentado do PA Eldorado, 2015)

A memória é uma reflexão ativa sobre o passado, mas também uma operação que dá sentido para o presente/futuro (JELIN, 2002). Assim, grande parte dos depoimentos sobre o passado se formulavam espontaneamente quando conversávamos em torno dos processos coletivos e organização do assentamento hoje. Em relação a isso, apareceu outro elemento, já mencionado antes²⁴⁶ – a chegada de novas famílias, já na época do assentamento, cujo processo de luta era diferenciado, por não ter passado pela ocupação da área.

Porque é assim, fia, os assentado velho têm aquela disciplina velha, né. Mas depois que foram saindo uns ai e outros morrendo, vieram outros... sem disciplina. Eai fica aquela fuxicadinha, né. E eles quer reunir todo mundo, pra reunir aquele fuxico. Só que a gente de idade já não tá mais pra isso. (uma assentada do PA Eldorado, 2015)

A “*disciplina*”, neste caso, se refere principalmente aos pactos coletivos, construção de uma militância e convivência responsável²⁴⁷. As diferenças entre “os assentado velho” e os que vieram mais tarde são mencionadas especialmente no contexto dos espaços deliberativos do assentamento, como a assembleia ou reuniões assim como no trabalho coletivo. Tais generalizações, feitas pelxs mais antigxs, apontam um conflito que envolve diferenças no processo de luta e na postura militante, mas também mudanças de caráter geracional e social ao longo dos quase 20 anos da existência do PA. No entanto, precisa ressaltar que várias

²⁴⁶ Veja-se: Anteriormente neste Espaço (3.1.1. “*Os velhos*”, “*os novos*” e a segunda geração)

²⁴⁷ “É chato chegar na hora e esperar por alguém que, sem motivo, vai chegar atrasado. Mas, disciplina não é obediência a uma ordem ou horário: é o cumprimento dos acertos coletivos. É convicção que nasce no interior da pessoa, como profundo respeito por si e às pessoas. É um zelo que se treina, todo dia, pensando na própria sobrevivência e no avanço do movimento.” (MST, 2009, p. 40)

famílias “novas” passaram pela lona preta em áreas de acampamentos do MST e tem participado ativamente na construção dos processos coletivos do assentamento.

Em outras falas, a *disciplina* pode adquirir outra conotação – a de segurança, principalmente, no sentido do controle de quem faz parte da comunidade sem-terra. Isso é especialmente relevante no contexto atual, de interiorização de tráfico de drogas e aumento de violência na região.

Aqui era assim: tinha portaria ali, era assim... Pra senhora ver como era a disciplina daqui! [...] Era assim, porque só aguentava assim mesmo: todos os dia tinha dois homem pelo dia. Amanha já tinha duas mulé pelo dia ou então uma mulher e um homem. De noite dois homem. As mulé não. Quando era amanhã já tinha outros dois homem, pela noite. Era trocado pra descansar, descansar o povo. Ai era assim direto. (um assentado do PA Eldorado, 2015)

Estas narrativas transmitem a complexidade da história da área, especialmente, da passagem de *lona* à *bloco*, que aponta duas formas de estar no mundo diferentes, e da composição do grupo, que sofreu mudanças significativas ao longo dos anos. A relação dxs assentadxs com as memórias é forte e revela a sua importância na construção da identidade sem-terra. Neste sentido, xs mais antigxs tem vontade de fazer estas memórias chegarem com força até xs mais novos (tanto no sentido da idade quanto da chegada no PA) para que estes conheçam melhor a história de luta e a respeitem.

A mobilização coletiva inicial, trazida pelas memórias, e o processo de organização do assentamento são alguns dos elementos que foram construindo uma identidade e territorialidade específica sem-terra. Como xs assentadxs produzem esta territorialidade no dia a dia e nela se reconhecem? Como se relacionam com a terra que “é mais do que terra”²⁴⁸ por carregar em si história de uma luta e ser, ao mesmo tempo, o resultado direto dela?

3.3.3. Luta e terra

Eu gosto de lutar com tudo: tem batata, quiabo, milho, aipim, laranja, abacate, jaca, palma...²⁴⁹

O trabalho na roça – o uso dos recursos naturais para tirar o próprio sustento através do extrativismo e agricultura – também é considerado como luta. As pessoas plantam nos

²⁴⁸ “A terra é mais do que terra. Não é apenas o pedaço de chão da sobrevivência, mas é a mudança. É um novo modo de ser” (Dom Tomás Balduino, frei dominicano e integrante da CPT, em entrevista com Moisés Sbardelotto. Fonte: <http://terrtrabalho.blogspot.com.br/2009/07/mst-referencia-para-todos-os-movimentos.html>)

²⁴⁹ Comentário durante a aplicação do questionário.

lotes individuais, nos quintais e áreas coletivas. Existe uma grande variedade de culturas: banana, mandioca, aipim, milho, cana, feijão, andu, abóbora, maxixe, batata, pimenta e temperos, como coentro, cebolinha, tomate... No entanto, a marca do assentamento é o quiabo. Apesar de que “*o roceiro não planta só quiabo, ele veve de tudo*”²⁵⁰, como afirma um jovem de 23 anos, filho de uma das assentadas, a produção de muitas famílias é voltada ao quiabo, por ser mais facilmente comercializado, por ter um retorno rápido²⁵¹, e por se adaptar muito bem ao massapé, segundo os depoimentos.

Na época da fazenda o plantio era constituído por cacau e banana. Nos primeiros anos do assentamento o cacau se considerava um grande potencial para geração de renda e desenvolvimento da área²⁵². Para além do beneficiamento da fruta e venda de amêndoas, a fazenda trabalhava com o turismo, mostrando aos visitantes o cultivo e processamento do cacau para produzir doces, geleias, chocolate etc²⁵³. “*Fazia de tudo*”²⁵⁴ lembra Dona Maria, antiga empregada da fazenda e hoje assentada no PA Eldorado. A filha dela me mostra as fotos antigas da mãe com os turistas japoneses, entre os pés de cacau. Depois da ocupação, o assentamento seguiu com o turismo rural, principalmente, através de uma das assentadas que assumiu esta função, no entanto, após o seu falecimento ninguém continuou este trabalho. Em 2012 houve uma tentativa de construir uma pousada e restaurante na estrada do PA para poder retornar ao circuito do turismo rural do Recôncavo, no entanto, o projeto não foi concluído e a obra parou no processo (veja-se: Figura3, o mapa do assentamento).

Hoje do cacau resta pouco – a área encontra-se praticamente improdutiva por falta de assistência e queimas.

Seu Edmundo: Aqui tinha muito cacau. Esse mundão aqui do berço do rio, a senhora só via cacau. Aqui embaixo tinha, no Burió tinha, aqui na Gamboa tinha. E hoje acabou tudo. Depois que ardeu o fogo ai... só tem mesmo um restinho de cacau aqui embaixo. E aqui [mostrando]. Somente. Somente estes dois lugares. **Dona Eulina:** Aqui embaixo tem um pedacinho também. [...] Foi um verão ai, esses anos ai... Tá com uns dois anos... O ano retrasado... Aqui teve uma seca grande, acho que essa seca foi geral, viu, que passava na televisão. Tava seco demais, que qualquer coisinha de fogo... Aqui acho que foram tocar fogo no negócio de papel ai, esse fogo ganhou ai. Eai, de dia o fogo fez que apagou, quando foi de noite, o vento açoitando, o fogo se virou e desceu que não teve quem parasse. Agora, cacau é uma fruta teimosa – tem uns que renovou ai, e ainda dá fruto ai. (Seu Edmundo, 71 anos e Dona Eulina, 66 anos, assentadxs do PA Eldorado, agosto de 2015)

²⁵⁰ Comentário durante a aplicação do questionário.

²⁵¹ A colheita de quiabo demora em torno a 2-3 meses após a plantação e acontece de 3 em 3 dias.

²⁵² Já na época do PA foram desenvolvidos projeto de clonagem na área, junto a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac).

²⁵³ O trabalho com o cacau, o turismo e com a produção de doces continuou no PA, durante os primeiros anos.

²⁵⁴ Conversa com Dona Maria, 75 anos, assentada do PA Eldorado, março de 2015.

Quem segue trabalhando com cacau (em pouca escala) são, sobre tudo, aqueles assentadxs que vêm do sul da Bahia e ainda aproveitam as amêndoas para beneficiamento (como geladinho de chocolate) e venda. Além disso, é quase obrigatório encontrar um cacau para chupar quando descemos com as crianças até o rio. Elxs conseguem enxergar o fruto desde longe e subir rapidamente no pé para tirar antes que xs outrxs.

O nível da água no rio é baixo, especialmente, no verão, mas suficiente para tomar banho. Antes da chegada da água encanada, ele concentrava grande parte de vida social das mulheres que lavavam louça e roupa, muitas vezes juntas, e com a ajuda dxs filhxs. Atualmente, algumas das trilhas para descer até lá estão cheio de mato, pelo seu pouco uso.

Nos lotes e quintais individuais assim como nas áreas coletivas há uma variedade de árvores frutíferas, principalmente, manga, jenipapo, goiaba, cajá e acerola, mas também jaca, graviola, umbu, laranja, limão, jambo, pitanga... A maioria das frutas é usada para consumo próprio, mas na temporada alta também podem ser vendidas na beira da pista ou beneficiadas (por exemplo, produzindo base para o licor de jenipapo ou geladinho de frutas variadas).

O PA possui também uma área com plantio de bambu que tem sido usado como um dos recursos da associação, mas também como matéria prima de produção de palito de espetinho (Figura22). Hoje somente duas famílias exercem esta atividade que no passado envolvia a maioria do grupo.



FIGURA22. Foto. Produção de palito de bambu, 2016.

A possibilidade de trabalhar na terra é o que mais mobilizou as pessoas, que moram hoje no Eldorado, a entrarem no Movimento, tanto no início quanto depois da ocupação: *“ficou difícil lá no sertão”, “fui atrás de uma terra maior”, “sempre quis ter um pedaço de chão para plantar”, “quem vive na roça quer trabalhar na terra”, “entrei pela terra mesmo”, “gostei desta terra aqui”, “antes tínhamos roça, mas na terra da fazenda”, “sempre foi um*

*sonho um pedacinho de terra, poder trabalhar para a gente, não pros outros*²⁵⁵. De alguma forma, a seguinte fala sobre a vizinha fábrica de papel Penha resume uma nova época na vida de várias pessoas:

O que eles querem é nos acabar nisso ai [o bambu], que a gente trabalhe para eles, e vire escravos deles. Então a gente não está mais neste tempo de antigamente. Antigamente, a gente não tinha direito. Mas hoje a gente é trabalhador rural, a gente tem, né. (Aristides, 44 anos, assentado do PA Eldorado, junho de 2016)

O MST e a reforma agrária chegam a ser uma alternativa e às vezes a única oportunidade de se sustentar e melhorar a qualidade de vida no momento. Inclusive a qualidade do trabalho que, apesar de duro, oferece autonomia de decidir os seus ritmos e horários – elemento destacado por vários assentados. Constituía um lugar de vida menos sujeita às violências de um trabalho assalariado e que, no momento, respondia a uma série de vulnerabilidades de uma sociedade moderno/colonial machista e racista. A terra é mais do que terra.

*“Eu vim conhecer a liberdade aos trinta... quando cheguei aqui”*²⁵⁶ diz Joelia, lembrando o dia do seu aniversário de 2003. Esta liberdade traz vários significados. Chegou no Eldorado com seus quatro filhos, recém separada do marido alcoólatra, através do seu irmão que, na época, morava na área. Lembra que no início passou muita dificuldade e quase foi embora, já que estava sem salário e tinha que aguardar a roça render. A roça deu certo. Deu coragem pra seguir adiante. No sertão, onde se criou, trabalhou desde cedo nas plantações de tabaco e fazendas de floricultura. Depois de estar sempre empregada *“pelos outros”*, em condições precárias, a possibilidade de ter uma roça era como um sonho. *“Tudo o que eu tenho hoje eu que consegui, com meu suor. Esse é o meu endereço”*²⁵⁷, afirma. Nas mídias sociais ela posta, orgulhosa, as fotos da sua roça de quiabo (Figura23).



FIGURA23. Foto. Joelia na roça de quiabo, 2016. (Fonte: Facebook)

²⁵⁵ Algumas motivações que levaram xs assentados do PA Eldorado a entrar no MST (Fonte: Questionário de pesquisa, 2015-2016)

²⁵⁶ Fragmento anotado de conversa com Joelia, novembro de 2015.

²⁵⁷ Fragmento anotado de conversa com Joelia, março de 2016.

Seu Pedro, com seus 84 anos, é o morador mais velho do assentamento. Durante o dia é difícil encontrá-lo em casa – sai na roça 5 horas da manhã e volta só no finalzinho da tarde (Figura24). O seu lote, situado no Conde, é bem distante e na época das chuvas difícil de acessar pelo caminho de massapé. Apesar de sérios problemas com o joelho ele insiste em seguir com a roça. Sempre acompanhado pelo cajado, feito de uma maniva de aipim. Antigamente passava até 15 dias no barraco de madeira que construiu no lote, hoje vai e volta todo dia por questão de saúde e segurança. Planta mandioca, cana, feijão, andu, batata, banana... “*Mas este ano não deu quase nada - está tudo seco*”, diz.



FIGURA24. Foto. Seu Pedro na frente de casa, 2016.

Uma especificidade do trabalho na terra numa área de reforma agrária é a titulação da terra que não é de propriedade, mas de posse. Desta forma, xs assentadxs não podem vender ou alugar o seu lote, mas usufruir dele com a própria força do trabalho. Esta questão é especialmente delicada e difícil de assimilar no contexto de um sistema moderno/colonial capitalista, quem tem como um dos seus fundamentos mais firmes o direito a propriedade. Este valor, considerado inalterável, se relativiza no processo de luta pela reforma agrária.

É igual a beija-flor: beijou e deixou. Nós desfrutou, morou nela, sobreviveu dela, desfrutou o que pôde, então quando a gente der o adeus e foi embora, deixa ai, não é levar. Eles tem que deixar a terra na mão de nós. A terra é nossa. [...] Vem cá, olha, se você mora nesta casa, né, direto, ai você mora nesta casa, ai você sai deixa ela abandonada, vem uma pessoa, cheia de filho, vai morar, casa fechada, abandonada, você não é dono. O dono é quem tá precisando. Quem tá nela, ocupando. É a mesma coisa da terra... Se eu morrer, morro na esperança, porque eu sou assim, não me importo muito com dinheiro, porque é assim – sem dinheiro, a gente também veve, não tem de tudo, tudo, mas nós veve. A gente só planta pra ver a mesa cheia. Se a gente plantar, ce anda, é uma banana, é um... nem fome sente, quando a gente tira as coisas da roça não sente fome. É uma banana, é um aipim, é um jiló, uma galinha, uma coisa ou outra, a casa aqui tá sempre cheia... Agora ve as coisas que a gente compra, com dinheiro fechado na mão, 10, 12 reais, ce compra o que? Não é por ali não, tem que ter tudo, que nada, a gente não pode também ficar só comer o que a gente compra não, tudo sai da roça... (Dona Adélia, 65 anos, assentada no PA Eldorado, outubro de 2015)

Ao mesmo tempo, existe também outro discurso em relação à titulação da terra que constituem um desafio para o Eldorado, aos 19 anos do seu surgimento, e para o MST que tem se reiterado nas conversas e entrevistas no Eldorado. Xs assentadxs hoje possuem um

documento *posse coletiva* da área²⁵⁸ e vários apontam o desejo de acessar ao *título da terra*²⁵⁹. Mesmo percebendo os perigos de desmobilização e de perda de controle da área, ao mesmo tempo, acreditam que o título poderia dar às famílias mais segurança, vínculo e compromisso com o desenvolvimento da produção. O MST considera que tal política de titulação acaba colocando a terra e os trabalhadoras rurais de novo dentro do circuito mercadológico, sendo um retrocesso na luta pela distribuição e desconcentração de terra²⁶⁰. Esta questão mereceria uma maior atenção, mas o espaço desta dissertação não permitiu a sua análise mais detalhada.

A relação com a terra, que vai além do seu valor meramente produtivo, está fortemente relacionada com uma série de interseções abordadas a continuação que perpassam os processos individuais e/ou coletivos no PA Eldorado.

3.4. INTERSECÇÕES

Tinha marcado de passar na casa dela de noite, que é mais tranquilo. A casa de Adélia é muito movimentada; é difícil encontrar um momento tranquilo para conversar, geralmente acabamos trocando as ideias no meio da entrada e saída de pessoas, atendimento de clientes do bar e diversas demandas que sempre vão surgindo. O caminho é escuro, na beira da pista, de noite já deserta. Quem abre a porta é uma das meninas, que está ficando lá estes dias. A estas horas a frente da casa está bem trancada por conta da segurança, mas não tenho coragem entrar pelo quintal – Lobo, o cachorro de Adélia, mesmo velho e quase cego, ainda é bastante



FIGURA25. Foto. O altar na casa de Dona Adélia.

²⁵⁸ O Contrato de Concessão de Uso (CCU) que lhes garante acesso provisório à terra, aos créditos do INCRA e outras políticas públicas do governo federal. Fonte: Site oficial do INCRA [on-line] <http://www.incra.gov.br/titulacao>

²⁵⁹ O Título de Domínio transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo, sendo sujeito a algumas condições, como cumprimento das cláusulas do contrato de concessão de uso assim como condições de cultivar a terra e de pagar o título de domínio em 20 (vinte) parcelas anuais. Fonte: Site oficial do INCRA [on-line] <http://www.incra.gov.br/titulacao>

²⁶⁰ O MST aponta uma série de críticas em relação à titulação de domínio (MST, 2010) e a política de emancipação dos assentamentos do INCRA.

bravo. Adélia está tomando banho. Aguardo na salinha, onde fica um pequeno altar, cheio de imagens de santos, santas e Nossas Senhoras (Figura25).

A casa é um labirinto, construída aos poucos, quartinho por quartinho, com muito carinho. Encima do botijão de gás – tecido florido de guarda-chuva, no chão – mosaico de azulejos quebrados, encima da porta – placa de consciência negra (Figura26). Dona Adélia construiu este “barraco” no fundo do quintal da casa dela depois da morte trágica do marido,



que foi morto dentro da área do assentamento há oito anos. Fica na beira da estrada e a área da frente funciona como bar, frequentado tanto por assentadxs quanto trabalhadorxs e moradorxs da região.

FIGURA26. Foto. Placa, talhada em madeira, na casa de Dona Adélia.

É uma espécie de fronteira entre dentro e fora do assentamento, tanto fisicamente quanto discursivamente, ao ser um local de trânsito intenso de sujeitos externos ao universo sem-terra. Em algumas situações, isso provoca um encontro de diferenças que reforça as identidades em jogo²⁶¹.

Saindo do banho, Adélia acende duas velas para a Nossa Senhora. Sentamos na cozinha, como sempre. Na mesa - a espada de Santa Bárbara. Esta noite, como muitos outros dias, entre risadas, a casa se enche de histórias dos antigos engenhos, do interior de Cachoeira, conversas sobre a reforma agrária, rixas de samba...

Eu saí do Tabuleiro e fui pra Capim de boi. Chegando lá eu comecei plantar uma rocinha na beira do mangue, mariscava e plantava roça, o dono da fazenda me deu um pedacinho de chão e eu fiquei ali, plantando e sempre na maré trabalhando. Ai eu pensei assim: ah não, eu vou embora daqui. Ai eu fui pra Salvador – chegando lá eu fui pra... fazer acarajé, fui trabalhar... Trabalhava onde? Na Barra, em casa de família. Trabalhava no meio da semana, no dia de domingo fazia acarajé em casa e levava vender cá no Brasil Gás [um ponto na BR-324, periferia de Salvador]. Ai a ladeira tava muito, ai meu Deus, vou deixar, não aguento, tudo com acarajé pra fazer, não dá não. Larguei o acarajé. Comecei... comprei uma banca em Periperi [Subúrbio Ferroviário, Salvador], comecei trabalhar na barraca. Daí mamãe caiu doente, as meninas mandou me chamar pá eu ir pro interior – já tava morando no Cabrito [Alto do Cabrito, Salvador], tinha comprado um terreno e tava morando no Cabrito. Ai eu vim... Larguei tudo lá, deixei lá, vim pro interior, chegando cá fui

²⁶¹ Como se demonstra na conversa, citada no Espaço anterior (2.2.2. Reforma agrária e o MST), veja-se: p. 85.

morar ali no Brejo, comprei aquele pedacinho de chão que eu tou ali embaixo e fiquei por ali. Botei uma vendinha, fiquei vendendo, negociando. Depois não dava pra nada, olha, vou embora de novo. Ai vim pra São Braz. Quando vim pra São Braz, fiquei fiquei fiquei, fiz uma casinha de junto do mangue, uma casinha de vara. Fiquei mariscando e ficando ai. Quando a maré enchia, a turma dizia: “Dona Adélia, sai daí, a maré vai lhe levar”. “Vai levar não. Não vai não, que para o ano quando ela vim de novo eu vou estar na minha, na boa. Ela vai e vem no mesmo lugar. Ela vai trazer todo de bom pra me dar, não saio daqui não.” Ai as panelas ficava dançando encima da água, ai água entrava dentro de casa batendo em todo qualquer lugar, PAH PAH PAH PAH, quando maré vazava eu limpava aquela lama toda, botava um tapete velho botava minhas blusa velha e ficava encima. E a turma: “Dona Adelia, sai daí”, eu digo: “Não”. Ai inventei comprar um saco de cimento, quando a maré vazava eu entrava no mangue, fazia vendaria, PAM PAM PAM PAM, quando a maré enchia já tava duro o cimento e eu ficava de toca. Ficava duro, maré enchia vazava, não bulia na minha vendaria que tinha feito. Apanhava pedra, feita uma condenada, naquela estrada só de lixo, que ali é mangue, é massapé... E ai, tinha um rapaz que tinha uma venda cá fora e varria aquelas areia ai: “Oh, quando o senhor varrer ai, deixe pra mim que eu vou apanhar”. Tinha um carrinho de mão, com umas panela velha, me mandava pegar aquelas areia pra me botar dentro de casa. E quando a maré vinha, levava tudo de novo, oh Jesus! O povo ali: “Dona Adélia, essa maré de março vai lhe levar” Eu digo: “Confie em Deus, oxe”, e pegava o banco pra subir. Ficava e a maré BAM BAM BAM por tudo qualquer canto, levando de tudo dentro de casa. Quando vazava eu de novo. [risada] Mais de seis meses nessa ai. E de noite? De noite, quando a maré enchia, eu fiz uma cama bem alta, cortei duas madeiras e fiz bem alta, ficava lá encima e a maré, a água batia PLA PLA PLA... Fiz uma escadinha de madeira pra eu descer e eu subir. Ai eu abria a janelinha que eu fiz olhava assim pra ver se a maré já tava vazando - “Ah, já tá vazando, daqui a pouco eu desço” [risada]. Quando pensou que não, é do mato, que nem uma índia. [...] Lá era maré e aqui era lama. Meio dia que andava tudo com a bota, com as pernas cansadas me doendo dentro da bota, dentro da lama, meu Deus, misericórdia. Só imaginar descer da cama e ver tanta lama que tinha que arrastar [...] Se eu descasse da cama era lama, se eu lavar um prato era lama, eu digo Ave Maria, Deus é mais. Foi pra roça piorou, Deus que me liberta. E enfrentei essa toda. (Dona Adélia, 65 anos, assentada do PA Eldorado, junho de 2016)

Dona Adélia dialoga com as historias coletivas, tanto das comunidades rurais negras do Recôncavo quanto da *comunidade dos sem-terra*, como ela própria coloca. As suas vivências, memórias e curiosidades foram uma inspiração para pensar o Recôncavo com as suas territorialidades diferentes, mas que compartilham a mobilização coletiva pelo acesso a recursos básicos. A minha visita ao seu lugar de criação e as conversas que surgiram me fizeram perceber que a questão central, tanto para a luta *carambola* no Brejo da Guaíba e a reforma agrária no PA Eldorado, é o acesso à terra. Nestes casos, não se trata de identidades pré-estabelecidas, mas de um sentimento de pertença em potencial que se desenvolve através de uma forma de mobilização particular.

A sua história de vida carrega uma série de interseções, presentes também no PA Eldorado. As principais encruzilhadas remetem ao encontro de territorialidades diferentes e construções discursivas em torno de raça/classe, vivências entre zona rural e urbana assim como o complexo universo místico dxs assentadxs. Mesmo que a voz de dona Adélia não seja

a única nesta parte do Espaço3, mas talvez seja a personagem, com as suas relações, elaborações de sentido e imagens do mundo, que mais guiou sua construção.

Além disso, ao ser uma mulher, traz a experiência e visibilidade das mulheres, muito ativas nos espaços coletivos do PA. É notável também a sua presença na chefia das unidades domésticas²⁶² e a força de muitas das suas histórias de vida. Várias chegaram no Eldorado sozinhas ou só com filhxs, depois de separar do marido - o acampamento/assentamento oferecia naquele momento de extrema fragilidade uma, e muitas vezes a única, oportunidade de vida independente e garantia de um trabalho (na terra), mas também de um teto (mesmo que seja de lona preta), acesso à saúde e educação. Adélia, ao ser uma mulher, negra e sem-terra ela marca um lugar específico de fala que é interseccional (CRENSHAW, 2002) (Figura27).



FIGURA27. Foto. Dona Adélia na sua casa, 2016

A construção histórica do MST, vinculada à luta no campo e discurso de classe, se expressa no seu nome - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. No entanto, sempre foi um movimento camponês singular, abrangendo nas suas fileiras uma diversidade de sujeitos, nem sempre de origem camponesa. No PA Eldorado se observa esta interseção enquanto uma particularidade da própria região, na qual a área está inserida. Por outro lado, a história e estrutura moderno/colonial do Recôncavo faz com que a questão da raça esteja fortemente atravessando o discurso de classe.

²⁶² Segundo o questionário de pesquisa, 1/3 das casas hoje é de chefia feminina.

3.4.1. Entre classe e raça

Sou Sem Terra, sou pobre, sou negrão
 Sou revolução
 Sou socialista, Sem Terra
 Sou agricultor
 Vítima do racismo, sou negro
 Sou trabalhador [...]
 (“Sou Revolução”, Raumi Souza)²⁶³

Entre as histórias dxs sem-terra se entrelaçam as narrativas dos quilombos de Cachoeira. Naquele dia chego um pouco antes do meio dia, a casa está cheia, como sempre. Adélia lavando os pratos e atendendo os fregueses do bar, a irmã dela, que veio do Tabuleiro, tratando o peixe no fundo, com ajuda de algumas outras pessoas. Muitos afazeres, o tempo todo alguém chama Adélia para resolver algo. Quando finalmente senta na mesa da cozinha, ela diz que as vezes é bom eu chegar, porque assim consegue parar um pouco. Ligo o gravador no meio da conversa – Adélia é uma das poucas que não se incomoda com o aparelho.

É que Tabuleiro, olha, é assim: porque a fazenda era enorme, mas é o nome só, a Guaíba, a Guaíba Grande. Então porque comprou dois irmão comprou ela, ai dividiu em palavras. Botou assim uma área Tabuleiro, uma da Guaibinha e o Brejo da Guaíba Grande, é a mesma Guaíba, entende, então ai o engenho ele ficou na Guaíba Grande e a Guaibinha não ficou, ficou Tabuleiro da Vitoria já pegando a parte da Vitória. [...] São dois engenhos, ou três... E tem ainda aquele gesto de engenho, daquelas coisa estranha, aquelas coisa velha, aquelas murada velha, aquelas coisas triste. Muito chocante olhar essas coisas sabendo o que aconteceu ali, as pessoas que trabalhou ai, se cansou, lutou ai, as vezes de baixo de chicotada, né, as mulhé paria assim, nas estradas, debaixo de porrada para trabalhar... Tudo isso tem lá. Tem coisa ainda. Lá tem muita coisa. Que a gente sente aquela coisa pesada. Ainda tem. A gente sente na alma como era vida... [Eu: Fica na alma... a conexão com a ancestralidade, com o passado, muito forte, né... Se você pensar na origem do samba...] O samba? Era para distrair, o samba. Elas apanhavam de dia... [silencio]. Escute bem, eu acho que era assim: elas apanhava de dia, fazia aquilo tudo debaixo chicotada, quando era de noite, plantava aquela rodinha, fazer aquele sambinha para distrair as ideias. Velhas, cansadas... Não é fácil não, viu... (Dona Adélia, 65 anos, assentada do PA Eldorado, outubro de 2015)

Umás semanas depois ia ter um samba no Brejo da Guaíba. Adélia me chamou para poder gravar a brincadeira. Marcamos na feira de Cachoeira para pegar o transporte que sai para o Tabuleiro, sábado, no final da tarde. O ônibus cheio de gente, a maioria passou o dia todo na feira vendendo marisco, frutas e legumes. Alguns, que só agora estão fazendo as últimas compras para casa, atrasam e o motorista ameaça sair sem eles. Sempre é assim, diz Adélia. Todo mundo no ônibus a conhece.

²⁶³ O autor da música é integrante do Setor de Cultura e Comunicação do MST-BA, citado por: FERREIRA, 2015.

Nunca tinha pegado este caminho: vai até Lagoa Encantada pela pista e depois entra numa estrada de terra e, antes de chegar no Tabuleiro, passa pelo Calolé, Imbiara e Terra Vermelha. Eu já tinha ido até lá, na Terra Vermelha, mas pelo caminho de terra que começa no Caquende, o bairro onde moro. “*O meu interior*”, diz ela, é tudo família. São quatro irmãs, além de um mar sobrinhos e sobrinhas, e seus filhos, primos, primas... A irmã mais velha, Lourdes, tem hoje mais de 80 anos. A vizinha dela, dona Bia, uma senhora com olhos brilhantes e sorridentes, tem 104 anos e mora lá “*desde sempre*”. História viva. Descemos até uma casa, pequena e simples, mas aconchegante, construída do lado do terreno de uma das sobrinhas de Adélia, Mada. Na frente tem um antigo pé de carambola, onde sentamos, entre vários familiares, aos poucos, ela foi me apresentando. Tomando cerveja e conversando, se percebe a alegria e animação que a visita trouxe para todxs.

Antes do samba, vamos para a casa da outra irmã, das Dores, que eu já tinha conhecido no Eldorado, com algumas pessoas que juntaram a nós no caminho, uns sobrinhos e uma amiga de Adélia que mora na Formiga. No caminho encontramos também uma das lideranças da associação quilombola de lá. Fala alto, rápido e com muita segurança, apresentando as conquistas do movimento, pelo que percebo, não só para mim, mas para todo mundo. As mulheres que estão comigo na hora não falaram nada e só mais tarde me explicam que não participam das reuniões da associação, por ser a sede muito longe²⁶⁴. Quando menciono os sem-terra, que também lutam pela terra, ela corta imediatamente dizendo que os acampamentos eram uma ameaça porque reivindicavam a terra que era quilombola, “*não pode*” afirma²⁶⁵.

Quando finalmente chegamos até a casa de Das Dores, ela e dona Adélia começam a conversar sobre o que elas achavam melhor: os “*carambolas*” ou os “*sem terra*”. É que os carambolas demora muito, a reforma agrária é mais rápido, diz uma. É, mas com os sem-terra vem gente de fora, se encher aqui de gente de fora, como vai ficar..., dizia outra. A questão central parece ser a terra para plantar, que não falta nos arredores, mas não é acessível para xs próprixs moradorxs. É terra do fazendeiro. Qualquer estratégia de mobilização para ocupá-la, vale.

Uma vez Adélia me explicou que “*os carambolas*” são os que ficam perto a maré, que são mais “*de raiz*” e o “*sindicato*” fica mais longe da beira do mar, para dentro. Quer saber

²⁶⁴ Associação que junta várias comunidades distantes.

²⁶⁵ Como, muito provavelmente, era o caso da Imbiara.

sobre as diferenças da associação dos sem-terra e dos carambolas, qual será que é melhor? Uma vez na TV ela viu uma manifestação unificada e veio me perguntar: “Zuza, então agora o Movimento e os carambolas, anda junto?”. A experiência do Tabuleiro não indicaria isso. Vamos conversando sobre as similitudes e diferenças na luta pela/na terra e as possibilidades de aliança, questão que também me interessa muito.

“Aqui todo mundo tem terra para construir casa, todo mundo tem casa, mas o que não tem é terra para plantar” diz o marido de Mada, quando já estamos indo embora. O povo começou a ocupar, por conta própria, uma parte da fazenda e estavam separando as parcelas de cada um. Adélia me chama para morar no Tabuleiro, naquela terra que estão ocupando, e sei que não está brincando. Também porque sabe que eu “*ando com o Movimento*” e para ela a terra deve ser ocupada “*com organização*”. Voltamos com sacolas cheias de caju, cheiroso e pingando suco pelo caminho todo. Nesta época, final de novembro, os cajueiros daqui estão carregados.

A interseção entre classe e raça é um ponto nevrálgico na construção da identidade e territorialidade sem-terra. Se é o elemento marxista e de classe que predomina na construção discursiva da luta do MST, ao mesmo tempo, o combate ao racismo é cada vez mais destacado na sua prática e a negritude se faz presente nas áreas por ele organizadas.

A zona rural brasileira apresenta uma proporção de população negra que gira em torno de 60%, alcançando no Nordeste 75% (BRASIL, 2011). Como demonstra a primeira pesquisa a nível nacional que analisa a questão étnico-racial nas áreas da reforma agrária²⁶⁶, na maioria dos assentamentos do MST mais da metade da população é negra (FERNANDES; FONSECA; SILVA; GIRALDI, 2007). A participação dxs negrxs do MST é especialmente visível no Nordeste, com destaque na Bahia²⁶⁷. Estes dados se confirmam tanto no PA Nova

²⁶⁶ Realizada em 1452 assentamentos do MST, nas regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul, nos anos 2002-2004, pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), em parceria com o Núcleo Negro da UNESP (NUPE).

²⁶⁷ Todos de 65 assentamentos analisados possuíam mais da metade de população negra (Dataluta 2003, In: FERREIRA, 2015)

Suiça, constituído por cerca 60% de negros/as²⁶⁸ (FERREIRA, 2015), quanto no próximo PA Eldorado, onde esta proporção gira em torno de 55%²⁶⁹.

A autodeclaração de cor/raça dxs assentadx que participaram na aplicação do questionário revelou 13 categorias diferentes (Quadro3), o que demonstra uma diversidade e amplitude das possibilidades de autodefinição e autopercepção, neste aspecto. Para fins analíticos, agrupei algumas categorias, reduzindo-as a 7 (Quadro4). A inclusão dos/as “pardo/as”²⁷⁰ na categoria “negros/as”, junto com a categoria “preto/a”, resultado de luta social do movimento negro dentro do espaço acadêmico contra as políticas de branqueamento social (FERREIRA, 2015), hoje é amplamente usada pelos órgãos oficiais do Estado, inclusive o IBGE. Os outros agrupamentos foram realizadas de acordo com a forma em que xs assentadx colocaram as categorias específicas nos contextos particulares de conversa.

Além de conseguir traçar esta composição étnico-racial do PA, o questionário foi uma ferramenta valiosa para captar alguns matizes dos dados incluídos nas tabelas.

Chama a atenção do uso da categoria “moreno/a”. Segundo alguns autores, a propagação de termos como a morenidade faz parte do processo de um racismo mascarado que através da “ideologia da miscigenação” e da imposição de uma cultura hegemônica eurocêntrica, nega aos negrxs a possibilidade de autodefinição, subtraindo-lhe os meios de identificação racial (NASCIMENTO, 1978). O incentivo do uso do termo “pardo/a” nos documentos oficiais do Estado fazia parte desta estratégia, tanto que a maioria dxs poucos assentadx que se identificaram como tais justificaram sua autodefinição com a existência desta categoria no seu RG. A percepção da cor e outros traços negróides no Brasil, em grande parte, depende da tomada de consciência dos mesmos pelo observador, já que eles estão atravessadas por uma série de outros elementos não-raciais ligados a posição de classe, poder econômico e a socialização daí decorrente (MUNANGA, 2004).

²⁶⁸ Usando na sua metodologia a autodeclaração do entrevistado, a forma que o mesmo classifica a cor/raça dos familiares que compõem seu grupo doméstico, levando em conta a opinião do pesquisador e a observação participante dos grupos domésticos e uma posterior agrupação de categorias negro/preto/pardo, conforme a prática dos órgãos oficiais do Estado (FERREIRA, 2015).

²⁶⁹ Usando como metodologia a autodeclaração dxs entrevistadx. Algumas questões que matizam e complexificam estes dados, a base da observação e conversa durante a aplicação do questionário, serão apontadas mais adiante no texto.

²⁷⁰ Uso o marcador de gênero binário por tratar-se de uma autodeclaração, expressada nestes termos.

| Categorias autodeclaradas de cor/raça | Número de pessoas | % |
|--|--------------------------|-------------|
| Negro/a | 15 | 36% |
| Preto/a | 3 | 7% |
| Azul | 1 | 2% |
| Escuro | 1 | 2% |
| Pardo/a | 3 | 7% |
| Moreno/a | 8 | 19% |
| Moreno/a claro/a | 1 | 2% |
| Misturado/a | 2 | 5% |
| Mestiço/a | 1 | 2% |
| Sará | 1 | 2% |
| Claro/a | 2 | 5% |
| Branco/a | 2 | 5% |
| Não sabe/não importa | 2 | 5% |
| TOTAL | 42 | 100% |

Fonte: Questionário no PA Eldorado, 2015-16

QUADRO3. Distribuição de categorias de cor/raça (autodeclaradas) no PA Eldorado

Vale a pena destacar que a autodefinição como “negro/negra” é, no PA Eldorado, com frequência sucedida por uma afirmação de tomada desta consciência (“*negra, com orgulho*”, “*eu gosto de cor negra*”, “*com honra*”, “*negra, mesmo com pele mais clara*”²⁷¹). Além disso, tem quem não se define como negro/a, mas marca a sua posição subalterna de resistência: “*misturado, mas eu sou do gueto*”, “*mestiça, queimada do sol, mas nós não somos brancos*”²⁷².

| Categorias agrupadas de cor/raça | Número de pessoas | % |
|---|--------------------------|-------------|
| Negro/a* | 23 | 55% |
| Moreno/a | 8 | 19% |
| Moreno/a claro/a | 1 | 2% |
| Mestiço/a** | 3 | 7% |
| Sará | 1 | 2% |
| Branco/a*** | 4 | 10% |
| Não sabe/não importa | 2 | 5% |
| TOTAL | 42 | 100% |

Fonte: Questionário no PA Eldorado, 2015-16

* Negro/a, inclui preto/a, azul, escuro, pardo/a

** Mestiço/a, inclui misturado/a

*** Branco/a, inclui claro/a

QUADRO4. Distribuição de categorias de cor/raça (agrupadas) no PA Eldorado

²⁷¹ Alguns comentários que acompanharam as respostas da pergunta sobre a autoidentificação de cor/raça.

²⁷² O termo “queimado/a do sol” aparece em outro caso, se referindo à pele clara, afirmando, que sem tomar o sol, a pessoa se percebe branca.

O MST, sem dúvida, contribui neste processo, ao incorporar o discurso antirracista e valorizar a história, práticas e símbolos da cultura e luta do povo negro²⁷³. Isso foi muito presente no 28º Encontro Estadual do MST-Bahia em 2016, em Salvador, principalmente nos discursos do setor de Comunicação e Juventude. Vários nomes de ocupações/acampamentos e brigadas homenageiam personagens históricos e a produção cultural do Movimento (músicas, poemas, místicas) debate questões de raça e racismo (FERREIRA, 2015). Além disso, sempre se destacou a importância da herança da resistência negra e indígena na luta pela/na terra no Brasil (FERNANDES, 1999), apontado inclusive no programa agrário mais recente do Movimento²⁷⁴.

No entanto, como afirma a pesquisa de Fred Aganju Santiago Ferreira, sobre raça, racismo e política racial no MST (um dos poucos trabalhos acadêmicos que abordam o tema):

mesmo nos últimos anos o Movimento incorporando timidamente o discurso antirracista, até mesmo, pronunciando publicamente a solidariedade as lutas por direitos humanos, das minorias raciais e construindo uma rede de alianças com o movimento negro, tal inclusão organizacional, tem sido tímida, quiçá, quase retórica, tendo em foco o lugar estrutural das desigualdades raciais no ordenamento da sociedade brasileira, seja no campo, ou na cidade. (FERREIRA, 2015, p. 94)

O autor aponta, principalmente, o limite institucional-organizacional do MST que, enquanto movimento social fundamentado na ideologia marxista-leninista, incorpora na sua estrutura uma série de elementos eurocêntricos, presentes na esquerda latinoamericana²⁷⁵, e não demonstra necessidade de aprofundamento político-programático na questão racial²⁷⁶.

Esta matriz sociocultural do MST, de cunho marxista, está presente no processo formativo dxs sem-terra, na luta pela/na terra e não se percebe, principalmente, na discursividade dxs participantes mais organicamente vinculadxs ao Movimento. A ocupação coletiva de terra e vivência no acampamento se vê como um processo que estimula a contestação social e tomada da consciência de classe (CALDART, 2004). Através a decisão de ficar debaixo da lona preta xs sem-terra expõem a desigualdade social e a sua própria

²⁷³ “Somos herdeiros e herdeiras da luta travada pelo povo negro. Fomos até o símbolo de resistência para beber dessa fonte mística da luta de Zumbi dos Palmares, reforçando o compromisso da juventude em dar continuidade a essa luta. Conhecemos mais do nosso passado para fortalecer os passos que daremos na luta pela Terra, pela Reforma Agrária Popular e pela transformação da sociedade” (José Neto, do coletivo de juventude do MST, no dia 20 de novembro de 2015). Fonte: site do MST [on-line] www.mst.org.br/2015/11/24/juventude-sem-terra-sobe-o-quilombo-dos-palmares-em-homenagem-a-luta-da-povo-negro.html

²⁷⁴ “Os camponeses, trabalhadores/as do campo e povos tradicionais (indígenas, extrativistas, quilombolas) têm sido protagonistas de práticas de um modo de fazer agricultura que representa um contraponto à agricultura capitalista e se constituem na resistência e nas lutas de enfrentamento direto ao capital”. (MST, 2014, p. 33)

²⁷⁵ Mais sobre o complexo tema da adaptação e resignificação (ou não) do marxismo no contexto da América Latina, veja-se: MARIÁTEGUI, 2007 [1928]; ARICÓ, 1983; GROSFUGUEL, 2009.

²⁷⁶ A falta de um setor específico, que aborde a questão da opressão racial, na estrutura organizacional do MST é um dos sintomas (FERREIRA, 2015).

exclusão e, de alguma forma, se comprometem com a luta pela mudança. O conflito de classes, neste contexto, se explicita – xs trabalhadores rurais vs. a burguesia e o latifúndio.

Como afirma a pesquisa realizada no assentamento Nova Suiça, no discurso dxs assentadxs predomina uma ideia de democracia racial e ela se vê reforçada pelo discurso de classe (FERREIRA, 2015). Mesmo sem ter realizado um análise minuciosa de discurso, através da vivência na área posso afirmar que existe uma dinâmica parecida no PA Eldorado. O seguinte fragmento de entrevista, realizada em 2008, o ilustra de alguma forma:

Para a senhora, que é o MST? Acho uma coisa muito importante, ele traz todo mundo preto, branco, pobre. Hoje eu me sinto muito bem, me sinto orgulhosa. (Dona Joelia, assentada do PA Eldorado, 2008)²⁷⁷

Por outro lado, o assentamento, como outras comunidades rurais da região, predominantemente negras, é alvo de políticas baseadas na colonialidade do poder que se expressam, dentre outras formas, no descaso das autoridades à assistência básica de saúde, educação ou saneamento, além das injustiças ambientais, mencionadas ao longo deste trabalho. É recorrente ouvir situações e vivências cotidianas, atravessadas pelo racismo, ao qual as pessoas no PA geralmente se referem com a palavra “preconceito”²⁷⁸. E não só: existe a sensação imanente de vulnerabilidade e risco de violência física (letal). Várias famílias já perderam parentes e amigxs nas periferias de Salvador. Uma vez estava assistindo o jornal na casa de uma filha de assentada – a polícia tinha matado um jovem, que era o filho de uma vizinha dela em Salvador. “*Pagamos para que nos matem*”, falou com dor e raiva - o irmão dela foi executado em Salvador com 22 anos de idade. Em Santo Amaro, a juventude sofre com abordagens enviesadas da policia e, inclusive, já teve caso de incursão arbitrária de uma viatura (sem identificação externa) na área do PA, impedida pelxs militantes do Movimento. Naquela vez, xs assentadxs foram advertidxs pela coordenação da regional do risco que pode implicar uma abordagem policial no contexto atual, indicando especial cautela (“*pelamor de Deus, não corram*”). A sensação de vulnerabilidade, medo e insegurança, inclusive de circular pela roça sem companhia, se agravou depois do brutal assassinato de um dxs assentadxs dentro do PA, em 2016.

²⁷⁷ Entrevista concedida ao Francisco Dal Chiavon, em setembro 2008. Fonte: Dossiê “Diálogo de saberes”, organizado em devolução da pesquisa para xs assentadxs participantes no PA Eldorado. Realizado pelo educando Francisco Dal Chiavon (Chicão), dentro do Curso de Tecnologia em Agroecologia, na Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA) do Instituto Federal do Paraná (IFPR), em fevereiro de 2010. Acervo da assentada.

²⁷⁸ Assistindo TV, passa uma matéria sobre uma menina sem-teto que passou na faculdade, mas não conseguia cursar – por problemas burocráticos com o endereço e falta de recursos para comprar o material de estudo. “Só porque é preta, pobre, cabelo duro e não tem endereço... e fala que não tem preconceito...”, comentaram xs jovens da casa.

O “I Caderno de formação sobre questão racial e reforma agrária”, resultado da parceria entre o MST e o movimento negro (Núcleo Akofena)²⁷⁹, estabelece o vínculo histórico-estrutural entre raça, Estado (racismo institucional), latifúndio (capital) e o surgimento da categoria sem terra no Brasil, constituindo um material rico e necessário para aprofundar este debate. Ao tratar, entre outros, da luta pela/na terra dos quilombos, cujas comunidades remanescentes marcam a sua presença no Recôncavo e em Santo Amaro, não só contribui às possíveis alianças, mas faz uma provocação em torno da própria composição étnico-racial das áreas de reforma agrária, como o PA Eldorado, e a sua potencialidade no processo de luta.

3.4.2. Entre campo e cidade

Aquele dia de janeiro era chuvoso, quando cheguei ao assentamento todos estavam na roça, plantando, depois de algumas semanas de seca. De tarde fui com Gislene, uma jovem filha de assentada e mãe de três filhxs, no lote de um dos vizinhos pegar manivas de aipim e canas para plantar no quintal dela. Em pouco tempo já estávamos com várias manivas e algumas canas, procurando alguma coisa para amarrá-las. “*Na roça você acha tudo*”, ela me diz, “*até a corda*”, falou pegando folhas da bananeira seca e, com as tiras, juntando o que a gente ia levar. Gislene conta que não sabia plantar e aprendeu indo na roça com os outros, mas antes disso não sabia nada. De Salvador (onde morou até os 10 anos de idade e onde moram as suas três irmãs, em Águas Claras²⁸⁰), não quer nem saber, não vai nunca.

O vizinho que deixou as sementes para a gente, de boné vermelho do MST, está roçando uma área para plantar inhame, como fazia em Maragogipe, de onde vem. “*Ninguém me ensinou isso aqui, fui fazendo: deu certo – colheu, deu errado – perdeu trabalho*”²⁸¹. Com dez anos de idade ele tinha fugido de casa – pegou o vapor para Salvador e durante oito anos morou na rua, “*de vagabundo, com os maluco*”, debaixo do elevador Lacerda: “*eu era o capitão, o pivete o Pelô, eu não deixo bulinar comigo não.*” Depois morou no bairro da Paz²⁸². Antes de chegar no Eldorado, passou por várias outras áreas do Movimento, cerca de 3 anos debaixo da lona preta: Nova Suíça, usina Itapetingui, Paulo Cunha e Menino Jesus.

²⁷⁹ Veja-se: FERREIRA, 2015

²⁸⁰ Bairro periférico de Salvador

²⁸¹ O inhame que tinha plantado não aguentou a seca dos meses seguintes.

²⁸² Bairro periférico de Salvador

Voltamos com Gislene pra casa, ela com a cana na cabeça, eu com as manivas – deixamos algumas na casa da mãe e da sogra dela. Todo mundo plantou logo.

As histórias de vida dxs assentadxs são atravessadas por diversas experiências urbanas. O assentamento, situado na beira da estrada, próximo da sede do município, mantém um forte vínculo com Santo Amaro assim como com Salvador e RMS, onde a maioria dxs assentadxs tem parentes. O próprio Recôncavo, por estar localizado próximo da capital e por formar uma rede de outros centros urbanos, inclusive Feira de Santana (SANTOS, 1998), traz em si uma forte intersecção entre o campo e a cidade, fenômeno que é chamado por alguns autores de “*rurban*” (SANSONE, 2006). Tal característica foi historicamente construída: as migrações em direção aos centros urbanos que tomaram proporções significativas após a abolição da escravidão tornaram-se uma dinâmica demográfica predominante no Recôncavo desde a década de 1950²⁸³. Por sua vez, as redes de comércio internacional, nas quais Recôncavo estava inserido, se deslocaram ao eixo regional metropolitano Salvador-Camaçari-Simões Filho (PEDRÃO, 2007).

Como afirma a pesquisa de Cirlene Santos, a urbanidade do grupo social na época era o motivo pelo qual “as lideranças do Movimento encontraram dificuldades para organizar os assentamentos territorializados no Recôncavo baiano” e “as famílias que constituíram o PA não conseguiram desenvolver/assimilar a identidade camponesa sem terra” (SANTOS, 2004, p. 217). Segundo o depoimento de um dos militantes do MST na época:

[...] nós ainda estávamos muito longe de Salvador, é por isso que viemos para o Recôncavo. Nós precisávamos ter uma base ali, pressionando constantemente. Então, quando chegamos no Recôncavo foi com essa ideia também, só que não surtiu muito efeito. Nos fizemos diversos acampamentos e assentamentos, mas não surtiu efeito por que é um pouco diferenciado... É mais difícil de trabalhar o pessoal da Reforma Agrária do Recôncavo – é muito mais difícil! Isso por que eles não têm o perfil de camponês tradicional. E isso é um problema. Como está muito próximo da capital sofrem muita influência da cidade, e é uma influência negativa. (Valmir Assunção, militante do MST, entrevista em 2001, apud SANTOS, 2004, p. 109)

Levando em consideração este destaque, vou fazer uma aproximação ao universo dxs assentadxs hoje, e fazer alguns apontamentos em relação à intersecção do rural/urbano no processo de construção da identidade sem-terra.

A maioria dxs assentadxs já morou na cidade em algum momento da vida. Quase um terço (27%) declarou ter sido criado na cidade, seja no interior ou na capital, dos quais 20%

²⁸³ A desestruturação da produção açucareira e fumageira e o gradativo fechamento das unidades produtivas provocaram dificuldades no mercado de trabalho local e as migrações em direção de Salvador e centros urbanos fora do estado. A reorganização de sistema de transportes de base aquática e ferroviária para a rede rodoviária na região aprofundou este quadro.

permaneceu na zona urbana. Para estes, o assentamento tornou-se a primeira experiência com o trabalho na terra. Para 22%, entrar no MST significou uma volta ao campo, abandonado quase sempre em busca de trabalho nas cidades. As pessoas se juntaram com o Movimento em busca de terra e trabalho, mas também das antigas origens e sossego: “queria voltar para roça da cidade”, “meu pai já teve terra, já tá no sangue”, “Salvador ficou perigoso”, “era uma oportunidade no momento”, “sempre fui criada na roça, é mais sossegado”²⁸⁴. Como pode ser observado nestes fragmentos de fala, o campo é visto como o lugar desejado, com referência a um passado talvez às vezes idealizado, em oposição à cidade. Estes discursos são articulados pelo MST como um *retorno à terra*: recuperação da relação com a zona rural, uma espécie de volta aos origens dos trabalhadores rurais que foram obrigados a abandonar o campo no processo de modernização, ou que não possuem terra suficiente para conseguir se manter *da roça*²⁸⁵.

Dona Eulina: Um filho meu comprou uma pequena casinha, ai em Feira, e nisso as meninas já estavam trabalhando, uma já tinha casado, outras duas eram moças e eu tinha mais duas, né, lá na roça [Serra Preta]. E ai, o menino acabou em São Paulo e comprou essa pequena casa ai, reunimos também, um deu um pedaço um deu outro, e compramos uma pequena casa, o menino comprou. E ai, a gente veio para Feira de Santana. Mas quem disse que esse homem acostumou? [risadas] **Seu Edmundo:** Eu só me dou bem é pelo mato, que nem índio. Eu vou em cidade assim: eu vou lá, o que tiver que comprar, eu compro e vou me embora para casa. Chegar em casa, ir pa roça ou então ir no mato... (Seu Edmundo, 71 anos e Dona Eulina, 66 anos, assentados do PA Eldorado, agosto de 2015)

A grande maioria (58%) veio para o Eldorado de outras zonas rurais e, no total, 80% dos assentados de hoje teve uma experiência de vida prévia *na roça*. Isso indicaria que a “urbanidade” não diz respeito tanto à origem, mas à procedência e/ou vivência na região do Recôncavo, caracterizada antes como *rurban*.

Eu fui na idade de uns 16 anos pra lá [em Salvador] e já voltei pra cá mãe de família, já com meus 50 e poucos anos. A minha juventude foi toda lá... [...] Não gosto de lá não, eu gosto ficar na roça, no meio dos mato, não gosto de cidade não. Cidade lá é pra quem não tem jeito nenhum na vida de viver na roça. Que eu não acerto mais comprar pimenta, comprar tempero, ir na feira e comprar uma coisa é muito difícil. Eu quero é plantar pra eu ter, eu plantando não tem remédio clínico nenhum, como sem medo de errar, me fortalece. Eu comprando fico assim: “Hmm, não sei se isso presta ou não...”. Não, não, não dá certo não, o certo é eu plantar, eu gosto de plantar, eu vou levar... na hora que eu quisesse ficar com Deus... meu Deus, eu não quero ficar velha sem poder plantar, eu quero plantar as minhas coisas até a hora da minha morte. Botar panelinha no fogo e ir no quintal apanhar uma alfavaca, apanhar um quióio, apanhar um hortelã, apanhar um coentro, uma cebolinha... catar um andu, catar um mangalô e, cantando assim ó, botar na cabeça, sair avoando igual que um passarinho. Sem ter conta quem dar, só a Jesus Cristo. Que Bahia nada, todo lado tá saindo uma bronca. Nããão, to aqui pra isso não. Quero não, nem sonhar. Eu

²⁸⁴ Algumas motivações que levaram os assentados do PA Eldorado a entrar no MST (Fonte: Questionário de pesquisa, 2015-2016)

²⁸⁵ Durante o Encontro da Regional Recôncavo do MST-BA, 4-6 de dezembro de 2015, Santo Amaro

não saio daqui não, pá canto nenhum não. Eu posso sair assim, pra passear, ir pro médico, tudo... mas minha casa é essa aqui, aqui no sem-terra, eu escolhi e aqui eu vou ficar. Eu já pensei muito em sair. Eu digo: “O que?! Depois de velha não.” Vou sair mais não. (Dona Adélia, 65 anos, assentada do PA Eldorado, junho de 2016)

Se a territorialização dxs sem-terra faz parte do processo de formação do campesinato brasileiro (FERNANDES, 1999), trata-se de uma re-criação e re-invenção do trabalhador rural. O discurso da “volta à terra” se configura como uma essencialização estratégica (HAESBAERT, 2011) que reforça as reivindicações de redistribuição da terra e, assim, garante determinados direitos sociais. Tal tradicionalidade, presente nas práticas discursivas do Movimento (MCNEE, 2007), mais do que uma oposição ao “moderno”, se aproxima talvez ao conceito usado por Alfredo Almeida num outro contexto. No caso das terras tradicionalmente ocupadas “o tradicional não se reduz ao histórico e incorpora principalmente reivindicações do presente com identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada” (ALMEIDA, 2008, p. 121-122).

Também a relação com os saberes “tradicionais” muda, mas isso não necessariamente deixa as pessoas desamparadas – existem outras formas, novas e velhas redes, que fazem o conhecimento circular e se reinventar.

Eu esqueci assim as data que eu planto milho, a data que eu planto feijão, a data que eu planto amendoim, então eu vou saber de minha irmã, que é a mais velha, que tá acostumada a plantar em massapé, plantou muito em massapé. Eu nessas idas e vindas pra Salvador, o tempo foi passando, eu esqueci, quando eu quero plantar alguma coisa na data certa, no massapé, pra eu arrancar no meio de setembro, ai eu vou lá perguntar a minha irmã: “Que data eu posso plantar? Tal data”. Lourdes, minha irmã, grava tudo, ai pronto, vou lá saber dela. (Dona Adélia, 65 anos, assentada do PA Eldorado, junho de 2016)

Muitxs dxs próprixs assentadxs, durante a aplicação do questionário, dizem não gostar da palavra camponês, não saber o seu significado ou associá-la a uma “*coisa do passado*”²⁸⁶. “*É que hoje é mais urbanizado*”, explica um jovem, preferindo a expressão “trabalhador rural” ou “agricultor familiar”, mas se auto-definindo também como “*roceiro*”. Outra assentada, de 74 anos de idade, propôs uma categoria de auto-definição não incluída por mim no questionário: “*cidadã do futuro*”, falou com satisfação. As mudanças em comunicações deixaram o seu rastro também no PA – no último ano tem sido muito mais fácil manter contato com xs assentadxs. Hoje vários usam celulares conectados à internet, cuja sinal ainda está fraca no assentamento, mas permite usar aplicativos básicos. A interseção rural/urbano pode ser, portanto, incorporada na territorialidade sem-terra como um elemento constitutivo e reconfigurador da luta e contribuir aos processos de resistência.

²⁸⁶ Fonte: Questionário de pesquisa, 2015-2016. Veja-se: Apêndice

3.4.3. Entre místicas (e ciências)

A mística, força que une o que é com o que ainda será (BOGO, 2010, p. 218)

Diversos universos místicos e religiosos participaram na formação do Brasil e até hoje coexistem na vida dos brasileiros que, segundo Leonardo Boff, é um povo caracterizado por uma espiritualidade forte (BOFF, 2014). As lutas de resistência no campo, que deram lugar ao surgimento do MST, estavam vinculadas à teologia da libertação e as Comunidades Eclesiais de Base. A relação com o mundo religioso até hoje é muito forte nas fileiras do Movimento. Uma das práticas do MST é a “mística” que pode se considerar uma reformulação e resignificação deste legado – situa-se num vasto campo de fé, vinculando a imaginação, a paixão e a esperança, com a ideologia e a utopia (BOGO, 2010). “Não é simples explicá-la exatamente porque sua lógica de significação não se expressa tanto em palavras mas muito mais em gestos, em símbolos, em emoções. Na própria palavra está contido o limite de sua compreensão: mística quer dizer mistério” (CALDART, 2004, p. 211-212). Momentos de mística precedem os espaços coletivos organizados pelo Movimento e a sua forma e conteúdo variam dependendo do objetivo e caráter do espaço que abrem. No entanto, ela não pode se limitar apenas aos momentos formais, correndo perigo de tornar-se um momento vazio e meramente ritualístico.

Bernardo: A mística é uma prática que o movimento desenvolve. De certa forma, é seu alimento ideológico, de esperança, de solidariedade. A mística, para o MST, é um ritual. Ela tem um caráter histórico, de esperança, de celebração permanente. Está certa essa interpretação? **João Pedro:** Está, mas ela é mais do que isso. Até por influência da Igreja, tínhamos a mística como um fator de unidade, de vivenciar os ideais, mas, por ser uma liturgia, vinha muito carregada. Com o passar do tempo – tudo é um processo de construção – fomos nos dando conta de que se tu deixas a mística se tornar formal ela morre. A mística só tem sentido se faz parte da tua vida. Não podemos ter momentos exclusivos para ela, como os Congressos ou Encontros Nacionais ou Estaduais. Temos de praticá-la em todos os eventos que aglutinem pessoas, já que é uma forma de manifestação coletiva de um sentimento. Queremos que esse sentimento aflore em direção a um ideal, que não seja apenas uma obrigação. Ninguém se emociona porque recebe ordem para se emocionar; se emociona porque foi motivado em função de alguma coisa. [...] A partir dessa compreensão, em cada momento, em cada atividade do movimento, ressaltamos uma faceta do projeto como forma de motivar as pessoas. (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p. 130-131)

O hino do MST²⁸⁷, a bandeira, as palavras de ordem, músicas, poesias ou representações de teatro fazem parte do universo simbólico que vem alimentando a luta e a

²⁸⁷ Letra do hino do MST: “Vem teçamos a nossa liberdade / braços fortes que rasgam o chão / sob a sombra de nossa valentia / desfraldemos a nossa rebeldia / e plantemos nesta terra como irmãos! // (Refrão) Vem, lutemos punho erguido / Nossa Força nos leva a edificar / Nossa Pátria livre e forte / Construída pelo poder popular //

determinação de seguir junto ao Movimento. A presença da mística tanto nas reuniões e assembleias no Eldorado quanto nos espaços de trabalho é lembrada especialmente nos primeiros anos da sua história:

Antes quando a gente ia pra assembleia ou pra uma reunião, a gente cantava o hino, cantava, eu gostava de cantar, a gente cantava de curió, aiiii, até tem uma musica [risada], que disse assim ó, ai eu gritaaaava: [cantando] “eu vi um passarinho cantar no cativeiro, naquele instante não continha emoção, pra saber se a beleza do seu canto, combinou a viver nesta prisão, não tem preço, não tem... [tentando lembrar] não... não tem raiva não tem preço e não tem dono, somos feliz somos feitos pra cantar, o passarinho canta mais quando ta preso, é um desejo de um espaço pra voar”. Eu GRITAAAAAAVA [risada], que eu gostava disso, eu gostaaaava, o! A gente gritava numa assembleia, depois o hino, a gente cantava tudo de cabeça baixo, tudo bonitinho, ai tudo assim, a gente saía alegre alegre, tinha guaraná, cada um dava uma coisa... [...] Engraçado que era a vida toda cantando, não era pra sair, mas saiu da memória... tanto tempo... Mas não canta também mais... (Dona Adélia, 65 anos, assentada do PA Eldorado, agosto de 2015)

Com o passar dos anos manter o espírito da união foi se tornando cada vez mais difícil e a celebração dos momentos coletivos no assentamento cada vez mais raro. Xs assentadxs lembram as brincadeiras, sambas ou festas de São João com saudosismo. Pude observar a mística, que se expressa também na preparação dos espaços de encontros com plantas, frutas, instrumentos de trabalho na terra, música..., mais presente nas reuniões da Brigada, Regional ou Estadual. Por isso também, a participação nestes encontros dxs moradorxs do PA é importante, do ponto de vista do seu potencial multiplicador na área.

A importância da fé na vida, especialmente, quando se enfrentam dificuldades e durezas, é inegável. O Movimento consegue demonstrar que a mística pode ser entendida e praticada num sentido amplo, não necessariamente implicando uma crença religiosa. O desafio é manter vivo o ritual, alimentá-lo e deixar ser alimentadx por ele, cultivando a alegria de estar juntxs. A mística do MST se insere e dialoga como os universos religiosos dxs suxs acapadxs/assentadxs.

A religiosidade dxs moradorxs do PA Eldorado é forte e múltipla. No questionário, a maioria declara uma fé “*em Deus*”, alguns especificam a igreja com a que se identificam. O universo religioso pentecostal é o que tem crescido mais nos últimos anos, com a sua capacidade de dar atenção e esperança axs socialmente mais vulneráveis, o que não consegue ser gerados com força pelo coletivo dentro do PA. A minha ida para um dos cultos, na igreja

em Santo Amaro²⁸⁸ (que foi composto, em sua grande maioria, pelxs assentadxs do Eldorado) foi interessante para perceber, para além de posicionamentos e crenças pessoais, a participação ativa dxs fieis na construção do ritual, as músicas que evocavam luta e coletividade²⁸⁹ e o ânimo que o encontro engendrou. A referência católica é, porém, também muito forte.

Nossa Senhora... Tem umas quatro Nossas Senhora ai [Figura27]. Nossa Senhora cuida de tudo da gente, das vista, de exame, falou que é parto, é com ela, tudo sobre mulher ela tá por perto. Tem Santo Antonio – é o santo casadeiro, é o santo de casamento. Tem São Pedro que a porta de Céu, abre porta do Céu. Tem Santo Expedito que desembaraça os nós da nossa vida. Esse aqui. Tem Santa Apolônia que é quando a gente reza o dente. Pra reza um dente, um olhado. Ela é a dona do coração também. É o dente e o coração. Santa Apolônia. Olha o coração na mão dela. Essa aqui. Eu nem desforrei ela, que eu fui ver em Candeias, corri o mundo inteiro, cheguei aqui agora. [silêncio] Nossa Senhora da Piedade. Com o filhinho na mão. E essa aqui todo dia aperta esse filhinho aqui pra mim, esse que tá escondido aqui atrás: vem, nenê [colocando a imagem à vista]. Ô filhinho gordinho, aperta ela esse filhinho todo dia. [risada] O filhinho dela: “Mamãe!”. Toda vez que passo: “Mamãe!”. Cabecinha! Ah, que eu adoro ele, vixe. (Dona Adélia, 65 anos, assentada do PA Eldorado, junho de 2016)

“Eu estou escondida atrás de Deus”, falou uma vez para mim. Antes de uma consulta com o oculista foi conversar com Santa Luzia: “Eu não rezo a sua reza de brincadeira”, falou. No médico os exames estavam perfeitos, não deu em nada. “Agora, o caso de Dilma é coisa de Santo Expedito... Mas a Dilma não cai porque ela está com Deus.”²⁹⁰



FIGURA27. Foto. O altar na casa de dona Adélia.

São João que veio de das Dores, eu tinha ele, meu Deus, a reza de São João... Lá ela rezava... ele. Meio mundo de gente, meio mundo de alegria. Oh, meu Deus... Acabou aquela das Dores... Mas a gente se vê todo mundo novamente. Tem que seguir... Tem que seguir, é... Esse ano não pode rezar, mas para o ano pode. Nem

²⁸⁸ Existe também um anexo de uma das casas que às vezes cumpre a função de templo.

²⁸⁹ Como o Hino 212, da Harpa Cristã, titulado “Os guerreiros se preparam”, com a seguinte letra: “Os guerreiros se preparam para a grande luta / E Jesus, o Capitão, que avante os levará. / A milícia dos remidos marcha impoluta; / Certa que vitória alcançará! // Eu quero estar com Cristo, onde a luta se travar, / No lance imprevisto, na frente me encontrar. / Até que O possa ver na glória, / Se alegrando da vitória, / Onde Deus vai me coroar! // [...] A peleja é tremenda, torna-se renhida, / Mas são poucos os soldados para batalhar; / Ó vem libertar as pobres almas oprimidas / De quem furioso, as quer tragar!”

²⁹⁰ Conversa em abril de 2016, no período do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

fogueiras as irmãs quer acender... Foi grande perda, essa das Dores, viu. Era quem aceitava todo mundo. Todo mundo só ia pra lá. Todo mundo sabia. [...] [Eu: Ela rezava as pessoas também?] Não. Quem reza sou eu. Eu rezo demais. Todo mundo. Todo mundo, Zuza. E ela só fazia rezar o São João assim, Nossa Senhora das Candeias. Nossa Senhora das Candeias é de mamãe. A que rezava era ela, mas agora vai ficar pra eu rezar, porque ela não tá lá. Vou agora acertar pra eu rezar, ou Lourdes. Lui, minha irmã é crente... Eu nem sei se ela é crente, vou ver se ela reza no lugar de das Dores... [Eu: E o santo da senhora?] O meu? Ogum. (Dona Adélia, 65 anos, assentada do PA Eldorado, junho de 2016)

O universo simbólico mistura os elementos católicos com matriz africana, o mundo do samba, histórias de domínio popular o que revela a história da colonização e resistência no Recôncavo. Eu, nascida e crescida numa família atea do leste europeu, talvez entendi um pouco mais sobre isso na primeira vez que sambei para Santo Antonio na casa de samba de dona Dalva em Cachoeira. Ou conversando com o caboclo incorporado na beira do Paraguaçu. Muito potente e difícil de explicar.

Seu Edmundo me conta como uma vez, ainda no início da história do Eldorado, foi com outra assentada no mato, buscar banana. A história é interpretada por ele de várias formas.

Deu-se ver quando ela entrou no mato, mais eu, ela, no costume, porque ela nunca teve este costume, morava lá em Feira, na cidade direto ... deu-se ver que quando ela entrou no mato, mais eu, ela não olhou, ela não marcou. Nós entremo por aqui. Mas eu marquei, que toda vida foi no campo, no mato, no interior, fui criado no interior. Ai não foi nada não, dona Zuza, a gente entrou e subimos. Chegou assim adiante, ela espalhou pra lá e eu espalhei pra cá. Cada um achava um cacho de banana, cortava, daqui a pouco fizemo um saco. Ai eu disse: “A senhora já fez seu saco?” Ei disse porque daqui pra lá é longe... tem que cortar quantidade e levar porque cortar pra destruir não pode, o que ia fazer falta pra gente. Tinha banana, era banana naquela época! Tanto aqui na Gamboa, como aqui no Conde e aqui mesmo, pa todo canto aqui era banana, tinha banana, aqui no Burió também tinha banana também. Ai não foi nada não, hoje foi que acabou tudo. Ai não foi nada não. Ai eu chamei ela, arrumei o meu e vim pra beira dela. Eu disse: “Bora”. Que quando eu botei o saco na cabeça, que eu desci, pelo mesmo lugar que a gente foi, pelo mesmo lugar que a gente foi, ai sabe o que ela fez? “Seu Edmundo, oxé, o senhor vai pra onde?”. Eu disse: “Pra casa”. Ela: “Não, senhor, nós vai subir aqui”. (Seu Edmundo, 71 anos, assentado do PA Eldorado, agosto de 2015)

Ela achava que o caminho de volta era em direção contrária ao indicado por ele, já que não tinha feito as marcações. Mas tinha também outra coisa.

Seu Edmundo: O povo mais velho tinha um dizer que tinha um negócio do cipó de caipora que, se a pessoa saltar ele dentro do mato, ai ele fica desarrumado, pode vir até a beira da casa dele e só viaja pra lá, e fica só rodando mato todo. A pessoa fica destorçado o juízo, se perde. **Dona Eulina:** Ce não sabe disso não? Vai andar nessas mata... [risada] **Seu Edmundo:** Pa quando a senhora for andar nestas mata, não ande sozinha não, com outra pessoa daqui de dentro que já conhece.. Pois tem o cipó da caipora. [...] Muita gente, o povo véi, antigo, tinha uma ciência com eles: quando eles vão pro mato, eles leva uma cata de fumo, aquele fumo de corda, pega uma cata de fumo daquela, um pedaço de fumo mesmo, chega lá no pé de toco, dentro do mato, bota lá encima do pé de toco e diz assim: “Aqui Caipora, isso aqui é para você”. Ai a pessoa vai e volta, não tem atrapalhação nenhuma, sem problema

nenhum. [Eu: É, tem que saber conversar com o mato...] [risadas] **Dona Eulina:** Ai é. Como saber conversar com mato e saber conversar com as água. A primeira vez que você for no mar, se você nunca foi naquele mar, me ensinaram assim, ai diz assim: “Licença Mãe das Água, Licença Mãe das Água, vim lhe visitar” e pega duas mãos de água e lava o rosto. Mas pede licença: “Licença Mãe das Água, Licença Mãe das Água, vim lhe visitar”. [Eu: Conversar com as águas, conversar com a terra...] E: Quando a gente vai fazer um plantio, a gente conversa com aquela planta que a gente tá plantando. Sabe como é que conversa? Eu quero que tu dê deste tamanho [mostrando a altura da planta] pá chegar ligeiro. Se é milho: “Eu quero que você dê deste tamanho” [mostrando mais alto]. Se é quiabo: “Quero que você dê logo” [risadas]. Porque aquele prazer que você ta pedindo, quer dizer, ali Deus ta vendo e Deus ajuda que aquilo ali chega na fartura cedo mesmo. (Seu Edmundo, 71 anos e Dona Eulina, 66 anos, assentadxs do PA Eldorado, agosto de 2015)

A ciência de lidar com as forças da natureza é uma forma de conhecimento legítima, mesmo sendo fortemente vinculada ao universo místico. Torna-se uma forma de relação com o mundo, que não estabelece fronteiras claras entre sujeito, natureza e Deus, separação própria da tradição ocidental moderno/colonial.

O samba também é uma poderosa fonte de energia e sabedoria de viver. Dona Adélia lembra, quando era menina, ia buscar água na fonte, lá no Tabuleiro. Buscar água para botar o feijão no fogo. Ela ia. E na fonte tinha aquela areia fina, gostosa. Tantas vezes antes de encher a lata ficou batucando na vasilha, entoando os sambas. Lembra isso com uma alegria fina e leve, que nem aquela areia. Faz algum tempo o sonho dela era organizar um grupo de samba mirim do assentamento. Na época acabou não acontecendo. Hoje as meninas já cresceram... Em geral, o samba no PA tem se celebrado com menos frequência. No entanto, Adélia conseguiu gravar algumas das suas composições, com a ajuda de Wilson Aragão, músico e morador do assentamento. Eles foram também juntos nas comemorações da guerra de Canudos.

Ainda subi laaaa na igreja de Canudos, sambei mais as mulé, ia lá de chapéu, ia no meio, eita! E quase que arranjei um paquera [risada]! [Eu: A senhora tem um charme irresistível...] Quase, quase viu, Aragão foi que deu risada, o cara não aguentou ver eu sambar - o coroa: “Fique aqui, não vá não”. Oh, ta doooido! Tem que ir. Aragão: mandaram lembranças pra você [risada]. (Dona Adélia, 65 anos, assentada do PA Eldorado, agosto de 2015)

Falar sobre o samba na escrita é difícil para quem não é poeta. Mesmo que não der trazer para estas páginas as sonoridades dos versos cantados durante as nossas conversas, a narrativa de Adélia já é uma espécie de canto, com as suas falas encharcadas de musicalidade de quem cresceu no samba... De repente, som do vidro quebrado. Foi o copo.

Quebrou. Mas é bom que quebra. [Eu: Libera energia, né?] É claro! Tem que quebrar. Alguma coisa tem que funcionar. Passar vida inteira sem quebrar nada não dá não. Tem que quebrar alguma coisa na vida. (Dona Adélia, 65 anos, assentada do PA Eldorado, agosto de 2015)

Com o copo quebrado encerro esta viagem pelas diferentes místicas que são as ciências populares que também nos ensinam sobre o mundo.

A territorialidade sem-terra é fruto de um complexo processo de construção coletiva na qual participam diferentes atores, principalmente, o Estado, o Movimento e o grupo de assentadxs. Em constante diálogo e negociação, não isenta de tensões e contradições, procuram garantir o acesso das pessoas à recursos e direitos básicos, através do território do PA Eldorado. A identidade sem-terra que se forja no processo destas negociações, através da mobilização do grupo, tem como os seus pilares a conquista inicial da terra, mas também todo um complexo caminho de organização do assentamento já consolidado. A interseção entre o mundo rural e urbano, entre a classe e raça e entre universos místicos diferentes marcam a territorialidade sem-terra no Eldorado, constituindo um desafio para a sua abordagem pelo MST.

CONCLUSÕES

O momento de “concluir” um processo é sempre delicado. Quais resultados? Quais impactos? Qual experiência? Dizer: “hoje faria diferente” – de alguma forma, é sinal de aprendizado, por mais frustrante que possa se tornar ao mesmo tempo. O desafio de construir metodologias cada vez mais participativas, que cumpram com o rigor científico, mas respondam também às demandas do grupo, junto com o qual se propõe construir o processo, fica em aberto. Como integrar de forma mais orgânica e completa a pesquisa (acadêmica) com os processos de luta que estão em andamento? Como potencializar a autonomia dos grupos através das ferramentas da academia? Preciso compreender que as mudanças na forma de fazer pesquisa e “escrevê-la”, num sentido amplo, acontecem ao passo de formiguinha²⁹¹. Na hora da avaliação desta pesquisa vale a pena lembrar que o processo de aprendizado é contínuo e, por natureza, inconcluído. Ao mesmo tempo, reconheço que os avanços neste sentido podem ser muito mais acelerados e animados quando feitas em rede. A contribuição de múltiplos sujeitos no debate sobre o engajamento na pesquisa e na militância e/ou a relação entre ambos foram fundamentais ao longo desta pesquisa e as trocas neste sentido precisam ser continuadas e aprofundadas, para poder colocar na prática, em medida cada vez maior, estes aprendizados.

A pesquisa em torno dos resquícios dos antigos engenhos na área do PA Eldorado trouxe uma reflexão em torno do silenciamento da época da escravidão e das relações dxs assentadxs com a história local que se desdobrou em dois sentidos. Por um lado, situou a região do Recôncavo dentro da matriz moderno/colonial, principalmente, nos seus aspectos relacionados mais estreitamente com a questão da raça e da terra. Por outro lado, recolheu diversas histórias de luta na terra e resistência às opressões no engenho do Conde e da Pitinga que podem constituir uma base para construir outros tipos de material, de valor político-pedagógico.

A área de reforma agrária do PA Eldorado foi conquistada através de luta organizada de sujeitos subalternizados pelo sistema moderno/colonial. A territorialidade sem-terra se

²⁹¹ “Muitas vezes temos a sensação de avançar ao passo de formiguinha no âmbito da metodologia, de elaborá-la de forma artesanal: pegando um pouquinho aqui e outro pouquinho lá, inovando a cada momento. Acho que muitos problemas com os quais nos encontramos são comuns da maioria das pesquisas ativistas e o fato de não dispor de um espaço comum para nos reconhecer, compartilhar as nossas dúvidas e nossas falhas, nos gera uma sensação de estar partindo sempre do zero, de fazer um trabalho solitário.” (PANTERA ROSA, 2004, p. 202, tradução própria)

constrói como uma ferramenta para acessar direitos e recursos básicos, através da mobilização de uma coletividade, tendo o MST um papel fundamental neste processo. A identidade sem-terra, que se desenvolve em profunda relação com o projeto do MST, vai além dele ao começar a fazer parte de trajetórias de vida e lutas pessoais. Isso se percebe ao constatar um pertencimento forte declarado como sem-terra (enquanto identidade/territorialidade) que nem sempre corresponde ao funcionamento efetivo das estruturas organizativas e adesão aos processos coletivos.

Ao mesmo tempo, a territorialidade sem-terra no PA Eldorado está em contínuo movimento, constantemente se refazendo e abrindo aos novos significados. As intersecções existentes na área, as mudanças ao longo dos anos e as contradições no processo da organização demonstram uma heterogeneidade através da qual acontece a convivência e a construção coletiva. O discurso de classe, que constitui a matriz sociocultural do Movimento, está atravessado pela questão da raça - a maior parte dxs assentadxs se autodeclara negra. Já o caráter de assentamento rural da área dialoga constantemente com o mundo urbano, através do trânsito dxs assentadxs e a própria localização do PA. O universo mítico que cumpre um papel importante nas lutas cotidianas dxs assentadxs também apresenta um cenário complexo - internamente heterogêneo, se relaciona tanto com o mundo da militância quanto com o campo do saber.

O conceito de territorialidade específica (ALMEIDA, 2008), aplicado à análise do universo sem-terra, permite questionar a dicotomia entre terra (como recurso natural) e território (como espaço de identidade) para enfatizar a construção sociopolítica dos territórios de pertencimento para acessar recursos básicos. A discussão sobre a identidade desta perspectiva oferece uma visão mais ampla dos processos sociais implicados. Desta forma, trata-se a questão agrária de forma mais complexa, estabelecendo relações necessárias entre lutas diferentes, mas que compartilham uma série de elementos.

Emblemática, neste sentido, é a profunda relação entre as comunidades rurais negras e as áreas de reforma agrária do Recôncavo. Ela traz, por um lado, a ideia de insuficiência das políticas públicas destinadas às Comunidades Remanescentes de Quilombos que cujas terras não estão sendo demarcadas e cujxs moradorxs muitas vezes não conseguem se sustentar de agricultura. A presença destes sujeitos no assentamento Eldorado evidencia este processo e apresenta novos desafios na discussão de classe e raça assim como na construção coletiva dentro da área. Por outro lado, tal fenômeno enfatiza o caráter político do processo de

construção das identidades e territorialidades que visam garantir os direitos básicos. Uma multiplicidade de sujeitos que faz parte da questão agrária no Recôncavo, organizados de formas diferenciadas, lutam pela garantia da terra/território na qual a construção identitária dos grupos tem desenvolvido um papel muito importante.

Este trabalho, ao indicar alguns pontos de intersecção, teve, entre outros, a intenção de provocar uma reflexão em torno das possíveis articulações entre espaços e movimentos de resistência diferentes. A própria presença no PA Eldorado de sujeitos que dialogam com tais espaços de forma direta (sejam periferias de grandes cidades ou comunidades rurais do Recôncavo) trouxe esta inquietação que permanece viva e segue me provocando, no meu caminho acadêmico e militante. Ao mesmo tempo, o assentamento Eldorado, com os seus quase 20 anos de existência e resistência, levantou a questão das mudanças sociais e geracionais nas comunidades sem-terra mais antigas – a voz da mais nova geração assentada precisa ser ouvida com mais atenção para poder entender melhor a complexidade das mudanças e rumos possíveis.

REFERÊNCIAS

- ACSERALD, Henri. “Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental.” *Estudos Avançados*, vol. 24, n. 68, 2010. [on-line] http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142010000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- ACSELRAD, Henri; GUEDES, André Dumans; MAIA, Laís Jabace (orgs.). *Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território: uma guia de leitura*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015
- ALBERT, Bruce. "O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza (yanomami)". In: Albert, B. & Ramos, A. (org.), *Pacificando o branco: cosmologias do contato norte-amazônico*. Pp. 239-270. São Paulo: Unesp, 2002.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras.”. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida (org.). *Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social*. Manaus: PNCS, 2013
- ALMEIDA, Weder Bruno de. “Práticas acadêmicas dissidentes: um diálogo entre o pensamento descolonial e o curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia”. *IX Seminário de Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação*, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas- BA, 2015.
- ANDRADE, Maiza Ferreira de. *A contaminação por chumbo em Santo Amaro-BA: a ciência e o mundo da vida no estuário do Rio Subaé*. Dissertação de mestrado, UFBA. Salvador: 2012.
- ANZALDÚA, Gloria. “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”. *Estudos feministas*, ano 8, 1º semestre 2000
- AMIN, S. “Geopolítica del imperialismo contemporáneo.” En: Atilio A. Boron (comp.): *Nueva Hegemonía Mundial. Alternativas de cambio y movimientos sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2004 [on-line] <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/hegemo/amin.rtf>
- ARICÓ, José. “Marx y América Latina.” *Nueva Sociedad* 66, pp. 47-58, maio-junho 1983
- ARROYO, Miguel G. “Os Movimentos Sociais e o Conhecimento: uma relação tensa.” *Cadernos do ITERRA*, Ano VII, nº 14 (II Seminário Nacional “O MST e a Pesquisa”), Veranópolis, dezembro 2007
- BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11, pp. 89-117. Brasília, maio – agosto, 2013.
- BANDEIRA, Fabio P. e BRITO, Ronan R. “Comunidades Pesqueiras na Baía de Todos os Santos: aspectos históricos e etnoecológicos.” In: CAROSO, C., TAVARES, F. e PEREIRA, Claudio. *Baía de Todos os Santos: Aspectos Humanos*. Salvador, EDUFBA, 2011.
- BARBIER, René. *A pesquisa-ação*. Brasília: Liber Livro Editora, 2007

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003

BARREIRA, César. Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás. *São Paulo em Perspectiva*, 1999 [on-line] <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a14.pdf>

BARTHES, Roland. *Aula*. (Aula inaugural da cadeira de Semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977). São Paulo: Editora Cultrix, 2004

BARROS, Ronaldo Crispim Sena. “Políticas afirmativas no ensino superior: a experiência da UFRB”. In: LÁZARO, André e TAVARES, Laura (org.). *Coleção estudos afirmativos, vol. 4*. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1971

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história” [1940]. In: *Obras escolhidas*. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Pp. 222-232. São Paulo: Brasiliense, 1987 [on-line] http://www.antivalor.kit.net/textos/frankfurt/benjamin_01.htm

BIBLIOTECA NACIONAL, *Anais*, vol. 64, 1942 [on-line] http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_064_1942.pdf

BIBLIOTECA NACIONAL, *Anais*, vol. 31, 1909 [on-line] http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_031_1909.pdf

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BIGLIA, Barbara; BONET, Jordi; MARTÍ, Marc (Coletivo Investigació). “Experiencias y reflexiones de investigación”. In: ALIÓ e TORRES, M. Àngels (Ed.). *Experiències de col·laboració entre ciutadania i recerca universitària*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006. [on-line] <http://www.ub.edu/cres/7-experiencias-y-reflexiones-de-investigaci%C3%B3n>

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997

BOFF, Leonardo. “O povo brasileiro: um povo místico e religioso”, *Blog do autor*, 16.03. 2014 [on-line] <https://leonardoboff.wordpress.com/2014/03/16/o-povo-brasileiro-um-povo-mistico-e-religioso/>

BOGO, Ademar. *MST e a cultura*. São Paulo: MST, 2009

BOGO, Ademar. *Identidade e luta de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2010

BONETTI, Alinne de Lima. “Antropologia Feminista: o que é esta antropologia adjetivada?” In: BONNETI, Alinne e FREIRE DE LIMA E SOUZA, Ângela Maria (org.). *Gênero, mulheres e feminismos*. Salvador: EDUFBA: NEIM, 2011. p. 53-67

BOURDIEU, Pierre. “O campo científico”. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. Pp. 122-155. Ática: São Paulo, 1983

BOURDIEU, Pierre. “Compreender.” In: *Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes Ltda, 1999

- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
- BOURDIEU, Pierre. *Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999
- BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.) *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em construção*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, UFBA, 1998.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. “Os vários Recôncavos e seus riscos”. *Revista Recôncavos*. Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) vol. 1 (1), Cachoeira, 2007
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Avaliação de Risco à Saúde Humana por Metais Pesados em Santo Amaro da Purificação*. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). *Estatísticas do Meio Rural, 2010-2011*. Brasília: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/MDA, 2011
- BRIGHENTI, Clovis Antonio. L. “Colonialidade do poder e a violência contra os povos indígenas.” *Revista PerCursos*. Florianópolis, v. 16, n.32, p.103 –120, set./dez. 2015
- BRINGEL, Breno. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. *Estudos de Sociologia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE*, v. 16, n. 2, p. 185 – 215, 2014
- CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: ed. Expressão Popular, 2004
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Brasil: Companhia Das Letras, 1998
- CASTILHO, Denis. Os sentidos da modernização. *Boletim Goiano de Geografia*, v.30, n.2, p.125-140, Goiânia, jul.-dez. 2010
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. “Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago e GROSFOGUEL, Ramón (eds.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa, 1978
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário. *Relatório: Violência contra os povos indígenas no Brasil (dados de 2014)*. CIMI, 2014
- COLECTIVO SITUACIONES. “Algo más sobre la Militancia de Investigación. Notas al pie sobre procedimientos e (in)decisiones.” In: *Nociones comunes. Experiencias y ensayos entre investigación y militancia*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004
- COLLINS, Patricia Hill. “Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro”. In: TRUTH, Soujuner et. ali. *Feminismos negros: uma antologia*. Pp. 99-134. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012.
- CONCRAB (Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária no Brasil). “A emancipação dos assentamentos”. *Caderno de cooperação agrícola nº 6*. CONCRAB, março 1998

COSTA LIMA, Vivaldo da. “O conceito das ‘nações’ nos candomblés na Bahia”. *Revista Afro-Ásia*, n. 12, pp. 65-90, CEAO/UFBA, Salvador, 1976

COSTA PINTO, L. A. “Recôncavo: Laboratório de uma Experiência Humana.” In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.) *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em construção*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, UFBA, 1998

CPT - Comissão Pastoral da Terra. *Balanço da questão agrária no Brasil em 2015*. Site Oficial da CPT, 5 de janeiro de 2016 [on-line] <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/destaque/3044-balanco-da-questao-agraria-no-brasil-em-2015>

CPT - Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no campo - Brasil 2014*. CPT Nacional – Brasil, 2014. [on-line] <http://www.cptnacional.org.br/index.php/downloads/finish/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/2392-conflitos-no-campo-brasil-2014>

CRENSHAW, Kimberle. “A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero”. *Revista Estudos Feministas*, nº1, Universidade Católica de Salvador, 2002

DATALUTA. Banco de dados da luta pela terra: *Relatório Brasil 2014*. São Paulo: 2015

DA SILVA RAMOS FILHO, Eraldo. “De pobre e sem-terra a pobre com-terra e sem sossego: territorialização e territorialidades da reforma agrária de mercado (1998-2006)”. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez de (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

DUSSEL, Enrique. “Europa, modernidad y eurocentrismo”. In: Lander, E. (comp.): *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000 [on-line] <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/dussel.rtf>

DUSSEL, Enrique. “Sistema mundo y transmodernidad”. In: DUBE, Saurabh; BANERJEE, Ishita e MIGNOLO, Walter (eds.). *Modernidades coloniales*. pp. 201-226. México: El Colegio de México, 2004

ESCOBAR, Arturo. “Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latino-americano.” *Tabula Rasa*. No.1: p. 51-86, Bogotá - Colombia, enero-diciembre de 2003

EZLN (Ejército Zapatista de Liberación Nacional). “La historia de las preguntas.” *La Jornada*, 13.12.1994 [on-line] http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_12_13.htm

FALS BORDA, Orlando. “Aspectos teóricos da pesquisa participante”. In: RODRIGUES BRANDÃO, Carlos (org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999 [1981]

FALS BORDA, Orlando. *El problema de cómo investigar la realidad para transformarla en praxis*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1986

FANON, Franz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 [1961]

FARGANIS, Sondra. “O feminismo e a reconstrução da ciência social”. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Ed.). *Gênero, corpo e conhecimento*. Pp. 224-240. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

- FIGUEIREDO, Cecília Moreyra de. Militantes: a construção do pertencimento – uma discussão sobre formulações identitárias no contexto do MST. In: Liliana Cabral Bastos e Luiz Pablo da Moita Lopes (orgs.). *Estudos de identidade: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro. Formação e territorialização do movimento dos Trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 –1999)*. Tese doutoral USP, 1999
- FERNANDES, Bernardo Mançano. “Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.” *Revista Nera*, ano 8, n. 6 – janeiro/junho de 2005
- FERNANDES, Bernardo; FONSECA, Dagoberto; SILVA, Anderson; GIRALDI, Eduardo. “A terra e os desterrados: o negro em movimento – um estudo das ocupações, acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST”. In: SANTOS, Renato (org.). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na geografia do Brasil*. pp.137-161. Belo Horizonte: Autentica, 2007
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global Editora, 2007 [1ª edição 1972]
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 1. São Paulo: Globo, 2008
- FERREIRA, Fred Aganju Santiago. *Sou Sem Terra sou negão: raça, racismo e política racial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFRB, Cachoeira: 2015
- FLORES, Tarsila. “Genocídio da juventude negra no Brasil: as novas formas de guerra, raça e colonialidade do poder.” *IX Encontro da ANDHEP* (Direitos Humanos, Sustentabilidade, Comunidades Tradicionais e Circulação Global). UFES, Vitória – ES, 23-25.05.2016 [on-line] www.andhep2016.sinteseeventos.com.br
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999
- FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006
- FREIRE, Paulo. “Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação.” In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999 [1981]
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2005 [40ª edição]
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. Rio de Janeiro 1983 [1ª edição 1933]
- GALVÃO DE FRANÇA, Caio; SPAROVEK, Gerd (coord.) *Assentamentos em debate*. Brasília: MDA/NEAD, 2005
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil. História da Província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2008 [1576] [on-line]

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/188899/Tratado%20da%20terra%20do%20Brasil.pdf>

GEOGRAFAR, Projeto. *Mapa: Formas de acesso à terra identificadas por município, estado da Bahia, 2010*. Banco de dados - GeografAR, 2010 [on-line]

https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_ba_2010_fatxmunicipio_0.pdf

GEOGRAFAR, Projeto. *Tabela: Evolução do Índice de Gini e da Estrutura Fundiária. Santo Amaro - BA (1920 - 2006)*. Banco de dados - GeografAR, 2011 [on-line]

https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/santo_amaro_-_ba.pdf

GERMANI, Guiomar I. “Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia.” In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). *(GEO)grafias dos movimentos sociais*. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010

GESCO (Grupo de estudios sobre colonialidad). “Estudios decoloniales: un panorama general”. *KULA - Antropólogos del Atlántico Sur*, NR 6, pp. 8 – 21, abril 2012

GILROY, Paul. *O Atlântico negro*. Rio de Janeiro: Editora 34 – UCAM, 2001

GIRARDI, Eduardo Paulon, FERNANDES, Bernardo Mançano. “A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora”. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. *Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico*. Vol. 2. Presidente Prudente, 2013

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. “Colonialismo interno (uma redefinição)”. In: Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. CLACSO, 2007 [on-line]

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.19.doc>

GOUVÊA, Andre de. “Relação do estado em que achei o Engenho de Sergipe, feita em julho de 625 (transcrito)”. 1625. In: IGLESIAS MAGALHÃES, Pablo Antonio. “A relação do Engenho de Sergipe do Conde em 1625”. *Revista Afro-Ásia*, núm. 41, pp. 237-264, UFBA, Bahia, 2010

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982

GROSGOUEL, Ramón. “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, pp. 115-147, 2008a

GROSGOUEL, Ramón. “Hacia un pluri-versalismo transmoderno decolonial”. *Tabula Rasa* no. 9, pp. 199-215, Bogotá, 2008b [on-line] <http://www.revistatabularasa.org/numero-9/10grosfoguel.pdf>

GROSGOUEL, Ramón. “Izquierdas e Izquierdas Otras: entre el proyecto de la izquierda eurocéntrica y el proyecto transmoderno de las nuevas izquierdas descoloniales.” *Revista Tabula Rasa*, Bogotá, no.11, pp.:9-29, julio-diciembre 2009

HAESBAERT, Rogério. “Identidades territoriais”. In: ROSENDHAL, Z. e CORRÊA, R. (orgs.) *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999

- HAESBAERT, Rogério. “O espaço importa: dilemas da construção identitário-territorial na contemporaneidade”. In: BASTOS, Lilian Cabral e LOPES, Luiz Paulo da Moita (org.). *Estudos de identidade: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011
- HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990
- HALL, Stuart. “Identidade Cultural e Diáspora”. *Revista do Patrimônio. Histórico e Artístico Nacional*, n.24, p.68-75, 1996
- HALL, Stuart. *Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HALE, Charles. “Activist Research vs. Cultural Critique: Indigenous Land Rights and the Contradictions of Politically Engaged Anthropology”. *Cultural Anthropology* 21(1):96–120, 2006.
- HALE, Charles. “What is activist research?”. *SSRC*, 2(1-2), pp. 13-15, 2001 [on-line] www.utexas.edu/cola/depts/anthropology/about/goto/programs/activist/
- HARAWAY, Donna. *Ciência, cyborgs y mujeres. La reinención de la Naturaleza*. Madrid: Cátedra, 1995
- HARAWAY, Donna. *Testigo_Modesto@Segundo_Milenio.HombreHembra©_Conoce_Oncoratón®. Feminismo y tecnociencia*. Barcelona: UOC, 2004
- HOOKS, bell. “Intelectuais Negras”. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, IFCS/UERJ e PPCIS/UERJ, v.3, n.2, p. 464-469, 1995
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000 e 2006 [on-line] www.ibge.gov.br
- IGLESIAS MAGALHÃES, Pablo Antonio. “A relação do Engenho de Sergipe do Conde em 1625”. *Revista Afro-Ásia*, núm. 41, pp. 237-264, UFBA, Bahia, 2010
- JARA, Oscar. *Para sistematizar experiências*. Ministério do Meio Ambiente: Brasília, 2006
- JAUMONT, Jonathan; VARELLA, Renata Versiani Scott. “A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades”. *Revista Direito & Práxis*, Vol. 07, N. 13, Rio de Janeiro, p.414-464, 2016
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002
- JELIN, Elizabeth. “Exclusión, memorias y luchas políticas.” In: MATO, Daniel (org.). *Cultura, política y sociedad. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. [on-line] <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/mato/Jelin.rtf>
- LANDER, Edgardo. “Conocimiento Para Qué? Conocimiento Para Quién?. Reflexiones Sobre la Universidad y la Geopolítica de los Saberes Hegemónicos”. *Estudios Latinoamericanos* Vol. 7, N° 12-13, UNAM, 2000
- LANDER, Edgardo. “Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos”. In: Edgardo Lander (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4eéd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira

versão: início - fev. 2006 [on-line]

http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf

LEMINSKI, Paulo. *Catatau*. Brasil: Iluminura, 2010

LEMINSKI, Paulo. *Ensaio e anseios crípticos*. Curitiba: Pólo Editorial, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas, SP: Papirus, 1989

LOERA, Nashieli Cecilia Rangel. *A busca do território: uma aproximação à diversidade do seu significado entre os sem-terra*. Dissertação de mestrado - Unicamp, 2004

MAIA, Suzana Moura et al. *Relações de gênero entre pescadores e marisqueiras quilombolas no Recôncavo da Bahia*. Relatório final de pesquisa, processo CNPq: 402394/2010-0. UFRB: Cachoeira, 2013

MALDONADO-TORRES, Nelson. “A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Coimbra, p. 71-114, Março 2008

MALO, Marta. “Prólogo”. In: *Nociones comunes. Experiencias y ensayos entre investigación y militancia*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004

MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007 [1928]

MCNEE, Malcolm. “Tradicionalidade, Direitos Humanos e Sem-Terridade: Narrativas Escritas e Visuais no MST”. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras e Direitos Humanos*, n. 33, p. 105-121, 2007

MEDEIROS, Carlos Alberto. *Na lei e na raça*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2004.

MIGNOLO, Walter. *Historias locales / diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2003

MIGNOLO, Walter. “La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso.” *Tabula Rasa*, n. 8, pp. 243-281, Bogotá - Colombia, 2008

MORAIS, Alan Brandão de. *Atuação do MST no Recôncavo Baiano: A importância da ocupação da fazenda Nova Suíça na consolidação do MST na Bahia*. TCC – UCSAL, Salvador, 2012

MST. *O Funcionamento das Brigadas do MST*. São Paulo: Setor de Formação Nacional 2005

MST. “Método de trabalho de base e organização popular”. *Caderno de Formação*, nº 38. São Paulo: Setor de Formação Nacional, 2009

MST. “Por que defender a concessão de uso”. *Jornal Sem Terra*, edição 302, Abril de 2010 [on-line] <http://antigo.mst.org.br/jornal/302/realidadebrasileira>

MST. “Programa agrário do MST”. *VI Congresso Nacional do MST*. São Paulo: Secretaria Nacional, 2014.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2004

- NABUCO, Joaquim. *Campanha abolicionista no Recife. Eleições de 1884. Discursos de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangana, 1988 [on-line] <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jn000060.pdf>
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978
- NEPOMUCENO, Eric. “Eldorado de impunidade”. *Estadão*, 12 de maio de 2012 [on-line] <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,eldorado-de-impunidade,872167>
- NEPPA. *Módulo de Estudo dos Estagiários – VI Estágio Interdisciplinar de Vivência e Intervenção em Áreas de Reforma Agrária*. 2012 (mimeo)
- NOCIONES COMUNES (Revista Derive Approdi, Precarias a la deriva, Revista Posse, Colectivo Situaciones, Grupo 116, Colectivo Sin Ticket et. Al.). *Nociones comunes. Experiencias y ensayos entre investigación y militancia*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004
- OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. *Revista Mana* vol.4, n.1, Rio de Janeiro, 1998
- OLIVEIRA Maria Inês C. de. “Quem eram os ‘negros da Guiné’. A origem dos africanos na Bahia”. *Revista Afro-Ásia*, nº 19-20, pp.37-73, CEAO/UFBA, Salvador, 1997
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. “O mal-estar da ética na antropologia prática.” In: VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (org.). *Antropologia e Ética. O debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2004
- OLIVEIRA JÚNIOR, Almir de; LIMA, Verônica. “Violência letal no Brasil e vitimização da população negra: qual tem sido o papel das polícias e do Estado?”. In: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (org.). *Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes*. Brasília: Ipea, 2013
- PAIM, Zilda. *Isto é Santo Amaro*. Salvador: Academia de Letras, 2005
- PANTERA ROSA. “Moverse en la incertidumbre. Dudas y contradicciones de la investigación activista”. In: *Nociones comunes. Experiencias y ensayos entre investigación y militancia*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. “Índios, naufragos, moradores, missionários e colonos em Kirimurê no século XVI: embates e negociações”. In: CAROSO, Carlos, et alii. (org.). *Baía de Todos os Santos: Aspectos Humanos*. pp. 69-100. Salvador: Edufba, 2011
- PARÉS, Luis Nicolau. *A formação do Candomblé – história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas, Editora da UNICAMP: 2006
- PEDRÃO, Fernando. “Novos e velhos elementos da formação social do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos.” *Revista Recôncavos*. Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) vol. 1 (1), Cachoeira, 2007
- PEDREIRA, Pedro Tomás. *Os quilombos brasileiros*. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1973
- PIERRE, Jemima. “Activist Groundings or Groundings for Activism? The Study of Racialization as a Site of Political Engagement.” In: HALE, Charles R. *Engaging Contradictions: Theory, Politics, and Methods of Activist Scholarship*. (Tradução: Wilson Badaró, “Fundamentos ativistas ou fundamentos para o ativismo? O Estudo de racialização

como um local de engajamento político). London, Los Angeles, Berkeley: California University Press, 2008

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” *Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3, 1989.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social.” *Estudos Históricos*, vol. 5, nº 10, 1992.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. “Geografia da violência no campo brasileiro: O que dizem os dados de 2003.” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 75, p. 139-169, 2006 [on-line] <http://rccs.revues.org/908>

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: Edgardo Lander (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. “Americanity as a concept. Or The Americas in the Modern World-System”. In: *International Journal of Social Sciences*, UNESCO, Paris, No. 134, Nov. 1992

REIS, João José. “Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos”. *Revista Afro-Ásia*, n. 15, pp. 100-126, CEAO/UFBA, Salvador, 1992

REIS, João José. “Quilombos e revoltas escravas no Brasil”. *Revista USP*, São Paulo (28), 14-39, dezembro/fevereiro, 1995/96

RISÉRIO, Antonio. *A utopia brasileira e os movimentos negros*. São Paulo: Editora 34, 2007

RIST, Gilbert. *El desarrollo: historia de una creencia occidental*. Madrid: Catarata,

RITZER, George. *Teoria sociológica clásica*. McGraw-Hill: Madrid, 1993

RITZER, George. *Teoria sociológica contemporánea*. McGraw-Hill: Madrid, 1995

SANSONE, Livio. “Desigualdades duráveis, relações raciais e modernidades no Recôncavo: caso de São Francisco do Conde”. *Revista USP*, São Paulo, n.68, p. 234-251, dezembro/fevereiro 2005-2006

SANTANA, Denilson Conceição. *A Rainha do Recôncavo: história do Engenho do Conde*. Recôncavo Baiano: Editora Faz de Conta, 2015

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência (Vol 1: Para um novo senso comum: A ciência, o direito e a política na transição paradigmática)*. São Paulo: Cortez, 2002

SANTOS, Boaventura de Sousa. “La Sociología de las Ausencias y la Sociología de las Emergencias: para una ecología de saberes” (Capítulo 1). In: *Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social: encuentros en Buenos Aires*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2010

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009

- SANTOS, Cirlene Jean S. *O Processo de Territorialização do MST no Projeto de Assentamento Eldorado a partir da sua Espacialização no Estado da Bahia*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Geociências, Departamento de Geografia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004
- SANTOS, Milton. “A rede urbana do Recôncavo”. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia; sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, p. 59-100. 1998 [1959]
- SANTOS DE SOUZA, Daniele. “Na teia da escravidão: trabalho e resistência no Recôncavo baiano na primeira metade do século XVIII”. *Revista de Historia*, 1,1, pp. 53-73, UFBA, 2009 [on-line] http://www.revistahistoria.ufba.br/2009_1/a04.pdf
- SAUER, Sérgio. “O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil”. In: GALVÃO DE FRANÇA, Caio; SPAROVEK, Gerd (coord.). *Assentamentos em debate*. Brasília: MDA/NEAD, 2005
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988
- SCOTT, James C. *Los dominados y el arte de la resistencia: discursos ocultos*. México: Ediciones Era, 2000 [1990]
- SCOTT, James C. “Formas cotidianas da resistência camponesa”. *Revista Raízes*, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. Campina Grande, 2002
- SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia). *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Salvador: SEI, 2012.
- SEMANA KIRIMURÊ 2014. *Caderno de resumos - Seminário de Pesquisa Baías da Bahia*. São Francisco do Conde: UNILAB, 2014.
- SEGATO, Rita. “Os percursos do gênero na antropologia e para além dela”. *Série Antropologia*, 236. Brasília: UNB, 1998.
- SIGAUD, Lygia. “A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana”. *Novos Estudos* n.º 58, 2000
- SOARES DE SOUSA, Gabriel. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 1587 [on-line] <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003015.pdf>
- SOARES, Emanuel Luís Roque. *As vinte e uma faces de Exu na filosofia afrodescendente da educação: imagens, discursos e narrativas*. Tese (Doutorado) – UFC: Fortaleza, 2008
- SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004
- SOUZA, Raimundo Arthur Martins; FREITAS, Lauro César de Oliveira; FREITAS, Ana Rosa Daltro de Castro. *Santo Amaro: engenhos*. Coleção Santamarenses Notáveis: Santo Amaro, 2009 (mimeo)
- STAVENHAGEN, Rodolfo. “Indigenous Peoples: Land, Territory, Autonomy, and Self-Determination”. IN: ROSSET, P., PATEL, R., COURVILLE, M. (Ed.) *Promised Land: Competing Visions of Agrarian Reform*. Oakland, CA: Food First Books, 2006

- STÉDILE João Pedro, FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: ed. Fundação Perseu Abramo, 1999
- STÉDILE, João Pedro. “Introdução”. In: STEDILE, João Pedro (org.), ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2011
- TAFFAREL, Celi Zulke. *Relatório técnico-científico (Ações Interdisciplinares em Áreas de Reforma Agrária)*. Março, 2009 [on-line]
www.rascunhodigital.faced.ufba.br/ver.php?idtexto=717
- TURNER, Terence. “Representing, resisting, rethinking. Historical transformations of Kayapo culture and anthropological consciousness”. In: STOCKING, G. (org.). *Post-Colonial Situations: Essays in the contextualization of Ethnographic Knowledge*. Pp. 285-313. Madison: University of Wisconsin Press, 1991
- TURNER, Terence. “Uma Antropologia Engajada – entrevista” (por Edilene Coffaci de Lima, Maria Inês Smiljanic, Ricardo Cid Fernandes). *Revista Campos* 9 (2):139-157, 2008.
- VARGAS, João H. Costa. “Activist Scholarship: Limits and Possibilities in Times of Black Genocide”. In: HALE, Charles R. (ed.) *Engaging Contradictions: Theory, Politics, and Methods of Activist Scholarship*. (tradução de Wilson Badaró: “Bolsa ativista: Limites e Possibilidades em Tempos de Genocídio do Negro”). London, Los Angeles, Berkeley: California University Press, 2008
- VASCONCELLOS, Livia Gomes de. “Pesca artesanal e petróleo no Recôncavo Baiano: gestão ambiental federal como mediadora de conflitos.” *I Seminário Nacional de Geoecologia e Planejamento Territorial*, Universidade Federal de Sergipe, 11-13 de abril de 2012
- VENDRAMINI, Célia Regina. “O sentido da pesquisa no MST”. *Cadernos do ITERRA*, Ano VII, nº 14 (II Seminário Nacional “O MST e a Pesquisa”), Veranópolis, dezembro 2007
- VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987
- VIANA NETO, Joaquim. *Entre arquiteturas: antigenealogias e deposições*. Salvador : EDUFBA, 2009.
- VILLASANTE, Tomás R. “Una articulación metodológica: desde textos del Socio-analisis, I(A)P, F. Praxis, Evelyn F. Keller, Boaventura S. Santos, etc.”. *Política y Sociedad*, Vol. 44, Núm. 1: 141-157, 2007
- VILLASANTE, Tomás R. e MONTAÑÉS, Manuel. “Algunos cambios de enfoque en las ciencias sociales”. In: VILLASANTE, Tomás R.; MONTAÑÉS, Manuel; MARTÍ, Joel. *La investigación social participativa: construyendo ciudadanía*. España: El Viejo Topo, 2000
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Análisis de Sistemas-Mundo: una introducción*. México, D. F.: Siglo Veintiuno Editores, 2005

APÉNDICE A. QUESTIONÁRIO APLICADO NO PA ELDORADO

QUESTIONÁRIO ANÔNIMO PA ELDORADO DE PITINGA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

1. Chegada no Eldorado e no MST:

ANO: _____ (ACAMPAMENTO ou DEPOIS)

- passou por lona preta em outra área? _____

LUGAR DE NASCIMENTO / CRIAÇÃO: _____ (rural ou urbano)

ONDE MORAVA ANTES DO ELDORADO: _____ (rural ou urbano)

CONDIÇÕES DE VIDA ANTES DO ELDORADO:

- casa _____

- trabalho _____

- plantava ou não _____

POR QUE ENTRA NO MST: _____

ATRAVÉS DE QUEM ENTRA NO MST: _____

PARENTES:

- dentro do assentamento, numa outra casa: SIM ou NÃO, quantas casas? _____

- fora da comunidade: onde (a maioria) _____ (outros) _____

- os que já moravam na área e hoje moram fora: qual motivo? _____

2. Assentamento:

É ASSENTADO? SIM ou NÃO, (se não) qual dificuldade? _____

QUANTAS PESSOAS MORAM NA CASA (adultos) _____ (crianças) _____ qual idade? _____

3. Atividade econômica da casa:

PRINCIPAIS _____

SECUNDARIAS _____

TRABALHO FORA DO ASSENTAMENTO: SIM ou NÃO,
(sim) quantas pessoas? _____ onde? _____ qual atividade? _____

AGRICULTURA – SIM ou NÃO (Se plantar), PLANTA:

- O QUE? _____

- ONDE? Lote, quintal, outros _____

- COMO? Sozinho /com a família / com outras pessoas do ass. / _____

- COMO ESCOA PRODUÇÃO? _____

- PLANTARIA OUTRA COISA: SIM ou NÃO, (Se sim) Porque não planta? _____

4. **Acesso a políticas públicas e tecnologia:**

POLÍTICAS PÚBLICAS: SIM ou NÃO, (Se sim) QUAIS: aposentadoria, bolsa família, outros _____

TECNOLOGIA: CELULAR – sim ou não, INTERNET (no celular) – sim ou não

5. **Participação da associação, do MST e do sindicato:**

PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES ORGANIZADAS (pelo MST):

Dentro do assentamento: SIM ou NÃO, com qual frequência? _____

Fora do assentamento: SIM ou NÃO, com qual frequência? _____

FUNÇÃO - dentro do PA: NÃO ou SIM → () ASSOCIAÇÃO, qual? _____

() MST, qual? _____

- nível de brigada/regional? SIM ou NÃO, qual? _____

- já exerceu no passado? SIM ou NÃO, qual? _____

PERTENCE AO STR (sindicato)? SIM ou NÃO

6. **Território:** (perguntas individuais)

VOCE SE ENXERGA, SE DEFINE COMO (escolha múltipla):

agricultor/a familiar () trabalhador/a rural () camponês ()
 pescador/a () marisqueiro/a () vaqueiro/a ()
 sem-terra () militante do MST () quilombola ()
 sertanejo/a () soteropolitano/a () outros _____

RELAÇÕES COM OUTRAS COMUNIDADES NAS REDONDEZAS:

| | Conhecidos? | Amizades? | Parentes? | Visita? |
|---|-------------|-----------|-----------|---------|
| ASSENTAMENTOS DO MST (Bela Vista, Nova Suiça, Paulo Cunha) | | | | |
| COMUNIDADES QUILOMBOLAS PESQUEIRAS (São Braz, Acupe) | | | | |
| PITINGA | | | | |

7. **Dados finais:** (perguntas individuais)

IDADE _____ **GENERO** _____ **COR/RAÇA** _____ **RELIGIÃO** _____

ESCOLARIDADE:

não alfabetizado () alfabetizado () fundamental () médio () superior ()

- completo ou incompleto (até qual série: _____)

- EJA: SIM ou NÃO

- tem vontade de seguir os estudos? _____

Observação: Chefia do grupo doméstico (feminina/masculina/compartilhada)

APÉNDICE B. MATERIAIS HISTÓRICOS ADICIONAIS SOBRE ENGENHO DO CONDE E ENGENHO PITINGA, PARA POSSÍVEIS REELABORAÇÕES E USO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Historia da revolta no engenho do Conde

Em 1624, o engenho Sergipe foi parcialmente destruído durante a invasão holandesa e a situação foi descrita um ano depois por André de Gouvêa:

A perda que os flamengos nos deram foi muita nesta cidade, / nos tomaram 5 fardos de cobre novos, muito ferro, breu, / treu, enxárcia, pano de linho e outras cousas / que deviam de importar em mais de 500 mil, além disto, levaram / 30 caixas de açúcar que o padre tinha embarcado, no engenho / perder-se-iam até 20, todo o móvel da casa, e fábrica que / havia no engenho, como era ferro, aço, velas, toldos que serviam no secar dos açúcares, perdeu o serviço dos negros que folgaram, / podendo limpar a levada, fazer roças, limpar pastos (...) (GOUVÊA, 1625 [2010])

A propriedade sofreu uma grande “desordem” e, além disso, perdeu metade da safra 1623/4 e toda a de 1624/5 (SCHWARZ, 1988: 154), mas do ponto de vista dxs africanxs e indígenas²⁹² escravizadxs foi uma oportunidade para a libertação. Segundo alguns cálculos, nesta ocasião fugiram 59% dos homens (44 adultos, ficando apenas 28). Aproveitando as incursões militares que ocupavam os senhores de engenhos, fugiam geralmente para o interior do Recôncavo para organizar quilombos que, na época, se chamavam também de “mocambos”. Quase a maior parte das pessoas que ficaram estavam inaptas para trabalhar e, portanto, provavelmente também de fugir para as matas – os “velhos e entrevados” constituíam 44% (dos “negros”) e 40% (das “negras”), segundo a contagem de Gouvêa. Os problemas físicos possivelmente sejam resultado do desgaste físico nas lavouras de cana (IGLESIAS MAGALHÃES, 2010).

FIGURA. Fotogramas de vídeo. Nego Fugido, Acupe (Santo Amaro)²⁹³



²⁹² Na época, chamados de “negros da terra”, eram ainda numerosos entre xs escravizadxs do engenho.

²⁹³ Imagens do filme “Nego fugido”, de Claudio Marques e Marília Hughes. Com participação do grupo Nego Fugido. Construção de cenas e diálogos em colaboração com os atores.



“Por serem tantas e tão repetidas as queixas e clamores dos moradores do distrito da freguesia de Nossa Senhora da Purificação de Santo Amaro e daquelas vizinhanças já de muitos anos a esta parte, a respeito dos roubos, insultos e mais desordens que experimentam pelos negros fugidos, que atrevida e temerariamente assaltam os passageiros nas estradas, e as casas das fazendas”, manda-se prender em um mês “todos os negros salteadores ou amocambados que ali existem”²⁹⁴

João Dorneles era “capitão dos assaltos”, capitão do mato, que capturava os “negos fugidos” do cativeiro na região e provavelmente tinha um acordo com os padres e administradores do engenho do Conde. As safras eram o período de trabalho mais intenso, para não dizer excessivo - o trabalho de corte da cana e limpa dos canaviais começava cedo e se prolongava até o avançar da noite, enquanto a função de moer a cana e fabricar o açúcar

²⁹⁴ Carta do Vice-rei, Conde de Sabugosa, para o Coronel do Regimento de Milicias da Vila, 15 de dezembro de 1734 (Documentos Históricos, Biblioteca Nacional, vol. 76, pg. 20), In: PEDREIRA, 1973, p. 112

iniciava por volta das quatro horas da tarde, perdurando até às dez horas da manhã do dia seguinte (estendo-se por cerca de 18 horas). Quando não havia pessoas suficientes para dividir os turnos, alguns eram obrigados a cumprir dois turnos (SANTOS DE SOUZA, 2009). O desgaste físico era provocado não só pelas longas jornadas de trabalho, mas também castigos físicos, alimentação insuficiente e vestimenta precária. As indicações do rei de Portugal para o governador-geral, em 1701, que “assim como os escravos são obrigados a servirem a seus senhores, também estes tem a obrigação de lhe darem o sustento necessário para que não morram”²⁹⁵, era sobretudo uma preocupação pela mão de obra, que tinha que se manter viva para seguir sustentando uma rentável indústria de açúcar.

Isso provavelmente tenha sido o cenário no engenho do Conde quando em plena safra (1717-18) 66 rebeldes decidiram assassinar o capitão João Dorneles. A grande maioria dos envolvidos eram “negros de enxada” (SCHWARTZ, 1988), que trabalhavam na lavoura, além de sete pessoas que cumpriam outras funções (dois barqueiros, dois carreiros, um ferreiro, um carpinteiro e um cirurgião). Todos eram homens

que se juntaram numa ação conjunta dos escravos revela alto grau de solidariedade e organização que envolvia africanos e crioulos, pardos e mestiços e que talvez estivesse ligada a uma estratégia de pulverizar a repressão, pois ao envolver sessenta e seis cativos em plena safra de cana-de-açúcar a prisão dos mesmos praticamente impossibilitava a continuidade dos trabalhos no engenho.(SANTOS DE SOUZA, 2009, p. 72)

Laços comunitários no engenho Pitinga

No engenho Pitinga, váríxs dxs escraviadx que moravam na área no final do século XIX, permaneciam ai há duas ou três gerações e quase um terço ficou na propriedade após 1888. A proximidade da beira mar constituía uma grande vantagem - xs moradorxs conseguiam maior autonomia pelo acesso a vários recursos naturais, praticando não só extrativismo, mas também pesca e mariscagem. Esses povoados se tornaram enclaves incômodos para os ex-senhores ou seus descendentes, principalmente no processo de converter os antigos engenhos em pastos ou modernizá-los por meio das usinas, nas primeiras décadas do século XX (FRAGA, 2006).

As informações colhidas sobre o Engenho Pitinga e sobre outros engenhos do Recôncavo mostram que as populações oriundas da escravidão, os laços comunitários, tecidos a partir do parentesco entre ex-escravos do mesmo engenho ou de engenhos vizinhos, foram fundamentais para os egressos da escravidão recomporem a vida em liberdade. No pós-abolição, estas comunidades foram a base a qual os ex-escravos e seus descendentes buscaram novas alternativas de sobrevivência. Possivelmente, o núcleo territorial ocupado por estas comunidades tenha alcançado certa independência em relação aos engenhos, proporcionando aos ex-escravos e seus descendentes condições de morar e plantar roças sem terem obrigações de prestar serviços aos antigos senhores (FRAGA, 2006, p. 296)

²⁹⁵ Carta do rei de Portugal ao Governador-geral do Brasil, 31.01.1701, In: SANTOS DE SOUZA, 2009, p. 67

Trajétoria de três mulheres do engenho Pitinga

Três mulheres, Serafina, Esperança e Henriqueta, moravam em condição escrava no engenho Pitinga. Figuravam no inventário da propriedade como “crioulas”, ou seja, nascidas no Brasil em condição escrava. Trabalhavam na “lavoura” e no “serviço de enxada”. Os pais dxs filhxs delas não figuram no inventário do engenho, como no caso da maioria dos grupos familiares, selecionados por Walter Fraga (2006). Muito provavelmente, Serafina, Esperança e Henriqueta eram mães solteiras. As suas filhas (Cristina, Leonarda e Delfina, respectivamente), que nasceram antes da Lei do Ventre Livre (1871), permaneceram no engenho depois da abolição e ali estabeleceram as suas famílias (aproximadamente um terço dxs ex-escravxs ficou nesta propriedade depois da abolição). Leonarda e Cristina eram as únicas, de 21 pessoas nos grupos familiares destacados entre 1889-1904, que declararam ser “roceiras” que constituía uma importante diferenciação dentro da comunidade. Elas não dependiam por completo do trabalho na lavoura, mas tiravam o sustento também ou exclusivamente da sua própria roça. Xs filhxs delas nascem depois da abolição da escravidão e recebem nomes, que marcam este momento histórico: Marcelino da Ressureição (abandonando o sobrenome senhorial Pires) e Maria das Mercês.

| ENGENHO DA PITINGA (ano de nascimento, cor, profissão) | Filhas, nascidas em condição escrava | Netxs, nascidxs livres |
|---|--|--|
| Serafina (1826, crioula, lavoura) | Cristina dos Reis (1861, crioula, roceira) | Gregória dos Reis (1890, cabra) |
| Esperança (1841, crioula, lavoura) | Leonarda Pires* (1864, crioula/preta ²⁹⁶ , roceira) | Marcelino da Ressureição (1890, preto) e José de Santana (1891, pardo) |
| Henriqueta (1821, crioula, serviço de enxada) | Maria Delfina** (1854, cabra, profissão não especificada) | Maria das Mercês (1890, cabra) |

* casada com Tobias de Santa Rosa, ex-escravo residente no engenho, trabalhador na lavoura

** casada com Fortunato Calmon, de fora do engenho

QUADRO. Trajetória de três famílias do engenho Pitinga. Elaboração própria, baseada em dados sobre grupos familiares selecionados do Engenho Pitinga, entre 1871-1887 e 1889-1904, recolhidos e selecionados por: FRAGA, 2006

²⁹⁶ Varia nos diferentes inventários.

APÊNDICE C. ESPAÇOS DE DIÁLOGO E REFLEXÃO ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E ACADEMIA, NAS UNIVERSIDADES BAIANAS, DURANTE O PERÍODO DA PESQUISA.

Na UFRB (CAHL²⁹⁷, Cachoeira):

1. Encontros do grupo de pesquisa Memórias, Processos Identitários e Territorialidades no Recôncavo da Bahia (MITO);
2. Paineis - Genocídio Anti-Negro e Pesquisa Ativista no Contexto da Diáspora. Realizado em junho de 2015. Coordenado por Osmundo Pinho (UFRB), contou com a presença de: Charles Hale (Universidade do Texas – Austin), João Vargas (Universidade do Texas – Austin) e Jaime Amparo Alves (Universidade da Cidade de Nova Iorque)²⁹⁸.
3. Mesa - Universidade e Movimentos Sociais: pesquisa engajada e/ou ativista. A mesa fez parte do V Seminário do Programa da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRB e foi realizada em dezembro de 2015. Coordenado por Suzana Maia (UFRB), contou com a presença de: Maria Rosário de Carvalho (UFBA, PINEB - Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro, ANAI - Associação Nacional de Ação Indigenista), Guiomar Germani (UFBA, GeografAR), Denize Ribeiro (NEGRAS - Núcleo de Estudos em Gênero, Raça e Saúde, UFRB), Franklin Carvalho (UFRB - Cartografias Sociais) e Gilmar Santos (CPP - Conselho Pastoral da Pesca).
4. Seminário - Impactos socioambientais do monocultivo do eucalipto no Recôncavo. Realizado em dezembro de 2015. Presentes: comunidades tradicionais dos municípios de Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe e do quilombo Rio dos Macacos; os movimentos sociais: Movimento dos Pequenos Pescadores (MPP), Conselho Pastoral da Pesca (CPP), Movimento de Luta pela Terra (MLT); MST, movimento negro (Núcleo Akofena); assessorias: Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR); representantes dos órgãos estatais – FIOCRUZ, Instituto Chico Mendes (ICM), Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI); universidades: UFBA e UFRB (MITO).
5. Ciclo de debates Vestígios: Para que Fanon?, realizado em fevereiro de 2016 pelo Coletivo Artigo 157, com apoio da UFRB e com a presença do convidado: Osmundo Pinho (UFRB).

Na UFBA (Salvador):

1. Geografando nas Sextas: O Campo baiano em debate, 30 anos de memórias e rebeldias dos povos do campo, no lançamento do Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2014. Realizado em agosto de 2015 e promovido pelo Projeto GeografAR (UFBA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Associação dos Advogados dos Trabalhadores (AATR) e Centro de Estudos e Ação Social (CEAS).
2. III Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária. Organizada em abril de 2016 pelos grupos de pesquisa e estudos GeografAR, Linha de Estudo e Pesquisa em Educação Física & Esporte e Lazer (LEPEL), Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo da UFBA (GEPEC), NEPPA e Núcleo de Estudos Regionais e Agrários da UFBA (NERA).

²⁹⁷ Centro de Artes, Humanidades e Letras.

²⁹⁸ Para mais detalhes, uma síntese, feita por Coletivo Artigo 157: tomando o conhecimento de assalto, disponível on-line: <http://artigo157.com.br/painel-genocidio-anti-negro-e-pesquisa-ativista-no-contexto-da-diaspora/>